

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ESCOLA DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAMILA SILVA

**ARQUIVO, HISTÓRIA E MEMÓRIA:**  
**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DE UM ACERVO PRIVADO**  
**(A COLEÇÃO VARELA – AHRS, 1858/1936)**

SÃO LEOPOLDO  
2019

CAMILA SILVA

**ARQUIVO, HISTÓRIA E MEMÓRIA:  
O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DE UM ACERVO PRIVADO  
(A COLEÇÃO VARELA – AHRS, 1858/1936)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de pesquisa: Poder, ideias e instituições.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt  
Moreira

São Leopoldo  
2019

S586a

Silva, Camila.

Arquivo, história e memória : o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a Coleção Varela – AHRs, 1858/1936) / Camila Silva. – 2019.

263 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Arquivo. 2. Coleção Varela. 3. Patrimônio. 4. Revolução Farroupilha. I. Título.

CDU 94

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Camila Silva

**Arquivo, História e Memória: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (A Coleção Varela – AHRS, 1858/1936)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutorado, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de pesquisa: Poder, ideias e instituições.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

---

Profa. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos - UNISINOS

---

Prof. Dr. José Rogério Lopes - UNISINOS

---

Profa. Dra. Luciana Quillet Heymann - FIOCRUZ

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, orientador - UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese atravessando tempos de incertezas e de perda do horizonte de expectativa não é tarefa das mais fáceis. Agradeço ao professor Paulo Roberto Staudt Moreira pela dedicação e compreensão na orientação deste trabalho. Gratidão por ser, além de um competente historiador, um admirável professor, cuja alegria e generosidade contagiam a quem lhe cerca. Obrigada pela paciência com a minha escrita demorada, pela leitura dos textos, pela indicação de documentos... Gratidão por ser inspiração com a tua forma de fazer e ensinar história.

Aos professores Cláudio Pereira Elmir, Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, Luciana Quillet Heymann e José Rogério Lopes, por aceitarem participar da banca de defesa desta tese. Agradeço pela leitura atenta, pelos comentários e sugestões apontados à época da qualificação, e pela contribuição na fase final.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, pela acolhida desde o meu ingresso no curso de Mestrado. Gratidão, especialmente, pelos ensinamentos e carinho da professora Maria Cristina Bohn Martins, cujas contribuições realizadas durante a dissertação foram valiosas para a tese; e ao professor Cláudio Pereira Elmir, historiador que admiro desde os bancos da graduação, e professor extremamente dedicado. A professora Eloísa Helena Capovilla, por ter acolhido o tema deste trabalho com entusiasmo contagiante.

Esta pesquisa não seria possível sem o apoio da CAPES. Agradeço pela oportunidade de realizar o doutorado com o financiamento integral e desejo que no futuro os meus colegas também tenham acesso a este direito.

Agradeço aos funcionários de todas as instituições públicas nas quais pesquisei. Apesar da precarização do trabalho e dos poucos investimentos, estes profissionais conseguem viabilizar a pesquisa histórica neste país.

Aos professores da UNILASALLE que contribuíram para o início e a continuidade da minha trajetória acadêmica: Elsa Avancini, Viviane Saballa, Rodrigo Lemos Simões,

Cleusa Graebin, Manoel José Ávila da Silva, e a minha primeira orientadora, Ana Maria Colling.

À Deise Cristina Schell, grata surpresa que faz este caminho ser mais leve e bonito. Gratidão por compartilhar comigo shows, cursos, leituras, livros, músicas, cafés e cervejas. À Danielle Herbele Viegas, obrigada por ser companheira desde a graduação e por ter incentivado o início desta tese.

Mulher fortalece mulher. Por isso agradeço às colegas e amigas que inspiraram e colaboraram para esta realização: Helen Scorsatto Ortiz, Danielle Heberle Viegas, Lidiane Friderichs, Tassiana Saccol, Deise Cristina Schell, Luciana de Oliveira, Luísa Kuhl Brasil, Letícia Marques, Natália Garcia Pinto, Simone Derosso, Cátia Ferrandis, Juliane do Canto, Lisiane Boelter e Vanessa Soares. Obrigada por serem resistência.

Aos amigos rezadores, aqui representados pela Roberta Garcia, Vanessa Ferreira, Rodrigo Freitas e Daniel Reinoso.

Aos meus pais, gratidão pela dedicação, pelo amor e por tudo o que não cabe nestas linhas. À Luana Silva, à Madelaine Pagnussatt e à Cristiana Scapin, obrigada por entenderem cada ausência e pelo apoio.

Ao Tiago da Costa Jaques, por dividir comigo cada momento de angústia, ansiedade e também as alegrias desta pesquisa. Obrigada por todo auxílio nesta caminhada, pela paciência em compartilhar os dias com uma doutoranda, e, principalmente, pelo amor.

*A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo, deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.*

(Marc Bloch, 2001, p. 83)

## RESUMO

Esta tese analisa a trajetória de constituição e patrimonialização da Coleção Varela, um dos principais acervos sobre a Revolução Farroupilha. Nos anos finais da década de 1850, Domingos José de Almeida iniciou a reunião de registros sobre a guerra civil de 1835. O ex-ministro farroupilha tencionava publicar uma história documentada da República Rio-Grandense, no periódico *O Brado do Sul*. Posteriormente, esta documentação foi ofertada ao historiador Alfredo Varela, importante referência sobre a revolta dos farrapos, guerra civil que ocorreu entre 1835 e 1845. A *História da Grande Revolução*, sua obra mais conhecida, foi escrita com os documentos preservados neste arquivo. Em 1936, este conjunto foi doado para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O estudo busca desnaturalizar o processo de acúmulo das fontes geradoras do conjunto, através do entendimento dos agentes (individuais e institucionais) que intervieram na seleção e preservação dos seus documentos. Neste sentido, investigamos três fases que consideramos principais em sua trajetória: 1) a coleta de documentos e o estabelecimento de fontes para o projeto de escrita da história da Revolução Farroupilha, de Domingos José de Almeida; 2) a gestão e os usos da coleção na operação historiográfica de Alfredo Varela; 3) a transição da custódia da Coleção Varela para o domínio público.

**Palavras-chave:** Arquivo. Coleção Varela. Patrimônio. Revolução Farroupilha.



## ABSTRACT

This work analyzes the path of constitution and patrimonialization of the Varela Collection, one of the main collections on the Farroupilha Revolution. In the late 1850s, Domingos José de Almeida initiated the archive collection on the civil war of 1835. The former minister of Farroupilha intended to publish a documented history of the Rio-Grandense Republic in the journal “*O Brado do Sul*”. Later this files was offered to the historian Alfredo Varela, an important reference on the revolt of farrapos, civil war that occurred between 1835 and 1845. The “*História da Grande Revolução*”, his best known work, was written with the files preserved in this archive. In 1936, this collection was donated to the Government of the State of Rio Grande do Sul. The research aims to denaturalize the process of accumulation of the generating sources of the set, through the understanding of the agents (individual and institutional) that intervened in the selection and preservation of their documents. In this sense, we investigate three phases that we consider to be the main ones in its path: 1) the collection of documents and the establishment of sources for the writing project of the Farroupilha Revolution’s history, by Domingos José de Almeida; 2) the management and uses of the collection in the historiographical operation of Alfredo Varela; 3) the transition from custody of the Varela Collection to the public domain.

**Key-words:** Archive. Varela Collection. Historical Heritage. Farroupilha Revolution.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABL** – Academia Brasileira de Letras

**AHRS** – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

**ANRJ** – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

**APERS** – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

**BN** – Biblioteca Nacional

**BPERS** – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

**FARSUL** – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IHGSP** – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

**IHGRGS** – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MJC** – Museu Júlio de Castilhos

**PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

PARTE I: A CONSTITUIÇÃO DE UM LUGAR PARA A MEMÓRIA FARROUPILHA.....	24
---	----

### CAPÍTULO 2

<b>“TÃO IMPORTANTE TESOURO NÃO SE DEVE CONFIAR A QUALQUER”: DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA E A CONSTRUÇÃO DE UM ARQUIVO SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....</b>	<b>25</b>
--	-----------

2.1 Aspectos da trajetória de Domingos José de Almeida.....	26
---	----

2.2 Com quantas mãos se faz um arquivo? O processo de seleção dos documentos da Coleção Varela.....	39
--	----

2.2.1 Um documento infame: a Carta de Porongos e a memória dos heróis de 1835.....	50
---	----

2.2.2 O “tão misterioso decreto de 18 de dezembro de 1844”: um passado ainda presente.....	56
---	----

2.3 O lugar dos arquivos na institucionalização da escrita da história do Rio Grande do Sul.....	69
---	----

### CAPÍTULO 3

<b>HISTÓRIA E MEMÓRIA NO JORNAL: O <i>BRADO DO SUL</i> E OS USOS POLÍTICOS DOS DOCUMENTOS.....</b>	<b>81</b>
--	-----------

3.1 A inserção do <i>Brado do Sul</i> na arena jornalística sul-rio-grandense.....	82
--	----

3.2 Usos políticos dos documentos.....	87
--	----

3.3 Uma história documentada nas páginas do jornal.....	101
---	-----

PARTE II: A PATRIMONIALIZAÇÃO DA COLEÇÃO VARELA.....	115
--	-----

### CAPÍTULO 4

<b>A COLEÇÃO E A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE ALFREDO VARELA.....</b>	<b>116</b>
--	------------

4.1 Aspectos da trajetória de Alfredo Varela.....	117
4.2 O momento do arquivo na operação historiográfica de Alfredo Varela.....	130
4.3 O lugar do arquivo na imagem do historiador Alfredo Varela.....	168

## **CAPÍTULO 5**

### **A TRANSIÇÃO DA COLEÇÃO VARELA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO..... 182**

5.1 As comemorações do Centenário Farroupilha.....	182
5.2 A busca por documentos da Revolução Farroupilha.....	188
5.3 A transição da Coleção Varela para o domínio público.....	203

## **CAPÍTULO 6**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 219**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 224**

### **ANEXOS..... 243**

## CAPÍTULO 1

---

### INTRODUÇÃO

#### I.

O meu interesse pela memória farroupilha remonta ao período da graduação, ocasião em que me deparei com a necessária escolha de um objeto de estudo - a partir do qual, eu realizaria o trabalho de conclusão de curso e, ao mesmo tempo, iniciaria a trajetória de pesquisa. Naquele momento, debruçei-me sobre uma série de textos<sup>1</sup> que possibilitaram a problematização deste tema que há algum tempo me provocava indagações. Tal preocupação resultou na minha dissertação de Mestrado<sup>2</sup>, onde procurei analisar a produção e os usos de uma memória sobre a Revolução Farroupilha, por meio das narrativas comemorativas publicadas na imprensa porto-alegrense, na ocasião do centenário da guerra civil. Nessa pesquisa, busquei compreender quais foram os principais elementos acionados nas representações e interpretações sobre este episódio; debater o seu papel na invenção de uma identidade regional; e discutir sobre os usos políticos de um determinado tempo presente na atualização do passado farroupilha.

As bibliografias e fontes consultadas no mestrado indicaram um importante campo de questões decorrentes dos esforços para a reabilitação da memória farroupilha, na década de 1930. Embora as fontes utilizadas na dissertação tenham se circunscrito aos principais jornais da capital, estes apontaram para os diversos personagens, instituições e projetos envolvidos nos trabalhos de memória que marcaram as comemorações do centenário farroupilha.

Neste cenário, chamou-me a atenção o fato de ter sido realizada durante as efemérides do Centenário Farroupilha a doação de um importante conjunto de documentos sobre o evento celebrado. A partir das reflexões realizadas na dissertação,

---

<sup>1</sup> Dentre estes, destaco o artigo “Política, memória e esquecimento”, no qual Félix aborda a dimensão política e social da memória, utilizando o caso gaúcho para demonstrar a importância da memória e dos imaginários sociais no processo de legitimação política. FÉLIX, Loiva Otero. *Política, memória e esquecimento*. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Usos de memórias. Passo Fundo: UPF, 2002. 171 p.

<sup>2</sup> SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

lancei um novo olhar para a Coleção Varela, arquivo privado<sup>3</sup> que tive o privilégio de manusear durante o estágio realizado no AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

## II.

Poucos eventos na história do Rio Grande do Sul têm sua memória tão associada à identidade regional como a Revolução Farroupilha. Transcorrida no decênio de 1835 a 1845, a guerra civil encontra na Coleção Varela um dos seus principais conjuntos documentais. O acervo, custodiado pelo AHRS, atualmente é composto por mais de dez mil documentos (correspondências, decretos, ofícios, etc.), cujas transcrições são publicadas nos *Anais do AHRS* desde 1978.<sup>4</sup>

A origem do arquivo adquirido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul nos anos 1930 remonta ao final da década de 1850. Em 1859, passando dos sessenta e dois anos de idade, o ex-ministro da República Rio-Grandense, Domingos José de Almeida, empreendeu os primeiros esforços para a reunião dos registros sobre a guerra civil farroupilha. Entre 1859 e 1862, Almeida escreveu reiteradamente para correligionários e ex-líderes da extinta República, solicitando o envio de correspondências, periódicos, proclamações, dentre outros documentos que testemunhassem o episódio. Com o conjunto de documentos e a memória pessoal que preservava sobre o decênio farroupilha, Almeida ambicionava escrever uma história da conflagração sob a ótica dos rebelados. Sua almejada história documentada seria publicada no *Brado do Sul*, jornal pelotense por ele fundado, em março de 1858.

Tendo em conta o papel deste personagem na produção e organização dos documentos que remetem ao evento em que ele figurou como um dos principais nomes,

---

<sup>3</sup> Segundo Belloto, “afirmar-se que são documentos privados todos os que não são públicos parece demasiado simplista”. Para a autora, o documento privado “tendo perdido seus liames orgânicos com o meio onde foi gerado, acabou por tornar-se elemento de coleção (pública ou privada) ou mesmo objeto de guarda/posse única de um particular (pessoa física ou jurídica) ou de uma entidade pública”. BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 199.

<sup>4</sup> Atualmente o projeto de transcrição é realizado a partir de uma parceria entre o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a UNILASALLE e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os Anais do AHRS encontram-se em seu Volume 21.

levanta-se, preliminarmente, as seguintes perguntas: como e por que ocorreu o processo de seleção e de estabelecimento dos registros para a história da Revolução Farroupilha? Quais foram os interesses, motivações e conflitos que influenciaram a operação de coleta e classificação dos documentos que posteriormente originaram um arquivo de investigação?

Outro ponto importante diz respeito ao destino do acervo estudado, cujo decurso indica possíveis negociações entre os interesses dos titulares e das instituições de guarda. Posteriormente, o conjunto foi doado por Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida, filha de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, ao historiador Alfredo Varela. Neste ínterim, o conjunto inicialmente reunido pelo líder farroupilha foi ampliado pelo trabalho de pesquisa e coleta do historiador. Não é raro se deparar com a menção “meu arquivo” na obra de Varela, que inúmeras vezes manifestou o orgulho em possuí-lo. Além de fonte para a sua extensa produção sobre a Revolução Farroupilha, este arquivo esteve presente em algumas polêmicas nas quais o historiador envolveu-se, em razão das suas divergências com alguns dos principais representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). A questão que se encaminha, portanto, concerne, por um lado, ao papel de Varela na continuidade deste conjunto, e por outro, ao lugar da coleção na sua prática historiográfica e na construção da sua imagem de historiador.

Em 1933, Alfredo Varela iniciou o processo de doação da então denominada “Coleção Abrilina”<sup>5</sup> ao MJC (Museu Júlio de Castilhos) e AHRS. Diferentes indícios apontam, no entanto, para os outros possíveis destinos projetados para este arquivo, os quais pretendemos analisar. Antes do MJC, Varela tencionou a doação da coleção com Darcy Azambuja, Secretário de Estado do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul. Em seguida o acervo foi abrigado por um curto espaço de tempo no Museu Paulista. No entanto, devido ao conflito de opiniões entre Varela e Alfredo Taunay, diretor do museu, sobre a natureza dos objetos que integravam o conjunto, o mesmo foi retirado desta

---

<sup>5</sup> Carta de Alfredo Varela ao diretor do MJC, 07 de maio de 1933. Ofícios recebidos (1933-1936), p. 65. MJC.

instituição<sup>6</sup>. Além disso, em carta<sup>7</sup> enviada ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ele manifestou o interesse de que a coleção fosse incorporada a esta instituição, o que não se cumpriu. Considerando o contexto de negociações em torno do acervo, pretendemos identificar e debater quais foram os interesses e as disputas que influenciaram as escolhas sobre o futuro da coleção.

Buscamos, portanto, problematizar o contexto de transição da guarda desta coleção da esfera particular para o domínio público, o que se concretizou com a sua incorporação ao acervo da 2ª seção do MJC<sup>8</sup>, responsável pela custódia dos arquivos históricos, em 1936. É importante ressaltar que esta transferência aconteceu durante as comemorações do Centenário Farroupilha, evento que, muito antes de setembro de 1935, ocupou os debates no campo intelectual e nas páginas dos principais periódicos porto-alegrenses<sup>9</sup>. Notabilizaram-se os esforços empreendidos pelas narrativas em conferir um sentido brasileiro à Revolução Farroupilha, reabilitando sua memória junto aos critérios do projeto nacionalista vigente e inscrevendo-a no passado da nação.

No mesmo período, Varela publicou a *História da Grande Revolução* (1933), onde, em seis opulentos volumes, apresentou um manancial de fontes da até então “sua” coleção particular. Tal obra acendeu um acalorado debate entre os historiadores do IHGRGS, que contestaram o separatismo farroupilha e a influência dos países da região do Prata na

---

<sup>6</sup> VARELA, Alfredo. *O Solar brasílico*. Remate nos muros austrinos. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d. A carta de doação enviada ao diretor desta instituição aponta para o caráter diverso do conjunto, composto por objetos como um prato de porcelana, presente de Bento Gonçalves à sua afilhada Abrilina, e uma efígie em metal de Sarmiento. Carta de Alfredo Varela ao diretor do MJC, 07 de maio de 1933. *Ofícios Recebidos* (1933-1936), p. 65. MJC.

<sup>7</sup> VARELA, Alfredo. *Res Avíta*. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935, p. 294.

<sup>8</sup> O Museu do Estado foi criado em 1903, por decreto do governador Borges de Medeiros, no mesmo ano do falecimento do ex-presidente do Estado e líder do Partido Republicano Rio-grandense, Júlio Prates de Castilhos. Em 1905 o museu foi transferido para a casa de Júlio de Castilhos, e dois anos depois renomeado como “Museu Júlio de Castilhos”. Em 1913, foi expedido o Regulamento para o APERS – fundado em 1906, dividindo o seu acervo em três seções. A 2ª seção, responsável pela custódia dos arquivos histórico e geográfico, foi anexada ao MJC, em 1925. Sobre o MJC, ver: NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1999. Sobre o Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, ver: SPINELLI, Teniza (org.). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

<sup>9</sup> SILVA, Camila. Op. cit., 2012.



manutenção do conflito, teses por ele defendidas<sup>10</sup>. No ano seguinte a esta publicação, Othelo Rosa e o já citado Darcy Azambuja<sup>11</sup> (na condição de porta-vozes do IHGRGS) redigiram um parecer de contestação, demarcando a oposição da instituição às teses do historiador. Diante deste quadro, faz-se necessário compreender as confluências e/ou divergências entre o interesse por parte do poder público em adquirir o arquivo e a participação de Varela (e a sua história narrada a partir da coleção) nos trabalhos de rememoração.

### III.

Tendo em consideração o exposto, o objetivo desta tese de doutorado é analisar a trajetória de constituição e monumentalização da Coleção Varela, desnaturalizando o seu processo de acúmulo através do entendimento dos agentes (individuais e institucionais) que intervieram na seleção e preservação dos seus documentos. Assim, nossa análise está preocupada em identificar as redes sociais nas quais os agentes estudados estavam inseridos, observando suas dinâmicas internas e externas aos grupos aos quais ligavam-se, visando observar suas interferências e significações no processo de formação do conjunto estudado. Para tanto, será adotada uma abordagem biográfica, a fim de entender quais foram tais agentes e como inseriram-se na trajetória da coleção. Esta escolha metodológica permite-nos abarcar os diferentes contextos, indivíduos e instituições que influenciaram o processo de formação do conjunto investigado.

Do contato inicial com as fontes e com a trajetória da coleção, verificamos a necessidade de organizar o recorte temporal em dois marcos cronológicos, que correspondem a momentos distintos (embora não dissociados) de análise: o primeiro diz respeito ao trabalho de coleta de documentos e ao estabelecimento das fontes para o projeto de escrita da história da Revolução Farroupilha, realizado por Domingos José de Almeida, na década de 1860; o segundo, a gestão e aos usos da coleção na operação

---

<sup>10</sup> Para uma discussão desta temática, ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Horizonte da Província. A República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

<sup>11</sup> PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 56, p. 267-272, 1934.

historiográfica de Alfredo Varela, e a transição da custódia do conjunto para o domínio público, realizada na década de 1930.

Tomar a Coleção Varela como objeto de estudo implica refletir sobre a noção de arquivo e a sua intersecção com a história e a memória. As noções de arquivo desenvolvidas por Derrida<sup>12</sup> e Foucault<sup>13</sup>, frequentemente encontradas nos trabalhos que problematizam tais artefatos, foram o ponto de partida da minha revisão conceitual e bibliográfica. Em *Arqueologia do saber*, Foucault sugere uma forma imaterial para o arquivo, onde este deixa de ser visto unicamente como uma instituição, e passa a ser compreendido como um sistema que estabelece e legitima enunciados configuradores do real. O arquivo, na definição do autor, é compreendido como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”<sup>14</sup>.

No mesmo sentido, Jacques Derrida discute as ideias de originalidade e autenticidade tradicionalmente vinculadas ao arquivo. Em *Mal d'archive*, o filósofo retoma o sentido etimológico da palavra arquivo, que em grego chama-se *arkheion*, isto é, aquilo que é antigo, arcaico; ou ainda, o lugar de origem, a casa ou endereço dos *arcontes*, os primeiros guardiões<sup>15</sup>. Assim, Derrida relaciona o sentido de arquivo ao começo das instituições de controle, ao lugar onde se exerce a autoridade que dispõe o arquivo. De acordo com o teórico, o processo de arquivamento caracteriza o arquivo como “lugar de uma grande violência” e esclarece que:

Não há arquivo que não implique em poder de destruição, de seleção ou de exclusão. A conservação não ocorre sem uma exclusão; é um poder eminentemente político que se exerce como poder de legitimação. [...] A partir do momento em que há arquivamento, está não somente em jogo o passado, mas o futuro. O ato de arquivamento, que deve conservar, é também um ato de amnésia. A amnésia está em curso na memória guardada, no ato que deposita. Na guarda

---

<sup>12</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 149.

<sup>15</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 7.

arquivística, há tanto de esquecimento (ativo ou não) como de memória<sup>16</sup>.

Ainda que estes autores não representem referências centrais deste trabalho, suas reflexões modificaram nossa percepção sobre o estatuto dos arquivos<sup>17</sup>. Sem perder de vista a própria materialidade destes objetos, os filósofos chamam a atenção para a dimensão imaterial neles inscrita. Esta visão nos instiga a questionar as intenções impressas nos atos que precedem o surgimento de um arquivo - tais como os de preservar, selecionar, ordenar e classificar documentos - e nas maneiras como estes produzem sentidos que ordenam o passado.

Importante contribuição neste debate é a tese de Luciana Heymann, na qual a historiadora investiga a construção do arquivo particular de Darcy Ribeiro e o legado construído a partir deste conjunto documental. A noção de *legado* apresentada pela autora revelou-se pertinente para esta pesquisa, por destacar a dimensão social presente no processo de “transformação de registros em fontes históricas”<sup>18</sup>. Esta visão atenta para os investimentos sociais presentes na atualização do passado por meio dos arquivos, alertando para “as disputas entre diferentes grupos e diferentes projetos em torno de uma mesma memória”<sup>19</sup>.

Tal percepção coloca em relevo as temporalidades inscritas nos arquivos, na medida em que percebe na memória, consubstanciada no arquivo, não somente a atualização do passado, como também a projeção de sua continuidade no futuro – através da guarda,

---

<sup>16</sup> DERRIDA, Jacques. Le futur antérieure de l'archive. In: LÉGER, Nathalie (dir.). *Questions d'archives*. Paris: Éditions de L'Imec, p. 41-50 apud HEYMANN, Luciana Quillet, 2012, p. 25.

<sup>17</sup> Conforme sublinha Heymann, as reflexões de Michel Foucault e Jacques Derrida contribuíram para o surgimento de um novo estatuto teórico dos arquivos a partir da década de 1990. Segundo a historiadora: “Promovendo um deslocamento da abordagem tradicional, segundo a qual os arquivos eram vistos como repositórios das “provas” que permitiriam conhecer o passado, essas reflexões passaram a olhar os arquivos como parte do processo de construção de discursos sobre o passado. Na primeira abordagem, predominaria a imagem do arquivo como lugar de guarda da informação a ser explorada por aqueles que buscam a verdade dos fatos, enquanto na segunda o arquivo passaria a ser visto como instância na qual se constroem ‘fatos’ e ‘verdades’”. HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: HEYMANN, Luciana Quillet; ROUCHOU, Joelle; TRAVANCAS, Isabel. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 68.

<sup>18</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. *I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005, p. 1.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 3.

preservação, publicação, dentre outros investimentos de ordem pessoal ou institucional. Compreendendo, assim, o arquivo enquanto um construto social, retornamos nosso olhar para a Coleção Varela questionando as operações de seleção, classificação e monumentalização dos documentos.

Discussão incontornável para a desnaturalização da ideia de arquivo é a sua relação com o domínio da memória. Tendo em mente que “os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses<sup>20</sup>”, como alertou Marc Bloch, impõe-se o necessário debate sobre o problema da transmissão de lembranças por meio dos arquivos.

À época do mestrado, trabalhamos a noção de memória sob a perspectiva de autores como Maurice Halbwachs<sup>21</sup>, Michael Pollack<sup>22</sup>, David Lowenthal<sup>23</sup>, para citar algumas das principais referências nesta temática. Ao revisitar as leituras sobre a problemática da memória na tese, reconhecemos na ideia de “reliquia” – proposta por Pomian e Lowenthal – um conceito operacional para conduzir este objeto na investigação.

Para Pomian, a reconstrução do passado funda-se em vestígios, imagens ou relíquias, que são os suportes de memória que conferem espessura ao tempo. No mesmo sentido, Lowenthal lembra que o passado é um país estrangeiro, e a memória uma das formas pelas quais o conhecemos. As relíquias, nesta perspectiva, são os artefatos, objetos, fragmentos e demais rastros que tornam o passado tangível ao presente. Sob esta ótica, os arquivos, mais do que o resultado de um acúmulo imparcial de documentos, passam a ser observados como um lugar de práticas e construções sociais, influenciados por interesses de indivíduos e grupos sociais.

Com isso, nos reportamos a Jacques Le Goff para quem todo documento é monumento, e “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”<sup>24</sup>. Para o

---

<sup>20</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 83.

<sup>21</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>22</sup> POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10: 200-212, 1992.

<sup>23</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. São Paulo, n. 17: 63-148, novembro de 1998.

<sup>24</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 497.

historiador, “monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”, podendo se manifestar em forma de uma obra comemorativa, um monumento funerário ou através do documento escrito<sup>25</sup>. Nesta visão, a ideia de que o documento estaria resguardado pela objetividade, em oposição a intencionalidade do monumento, é ilusória. Neste sentido, o autor nos lembra:

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador<sup>26</sup>.

Apoiados nesta perspectiva, entendemos a Coleção Varela não como um conjunto “objetivo, inócuo, primário”, mas, sim, como o “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”<sup>27</sup>. Tais pressupostos nos instigam a refletir tanto sobre as disputas e os interesses que marcaram a seleção dos documentos no contexto do seu surgimento, com o trabalho de Domingos José de Almeida e seus colaboradores, como o momento da “escolha do historiador”, isto é, a etapa em que Alfredo Varela intervém neste conjunto, elegendo determinados documentos, atribuindo-lhes o valor de testemunho, e, deste modo, o estatuto de fonte histórica.

#### IV

Algumas leituras são fundamentais para a compreensão dos diferentes contextos trabalhados, contribuindo especialmente para o debate sobre o processo de institucionalização da escrita da história do Rio Grande do Sul. Cabe aqui destacar algumas pesquisas que dialogam diretamente com o tema da tese, por tratarem, com diferentes abordagens, o surgimento de demandas pela constituição de um espaço para formação e preservação de uma memória da guerra civil.

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 486.

<sup>26</sup> Ibid., p. 485.

<sup>27</sup> Ibid., p. 495.

Na tese de doutorado *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*, Gomes analisa o papel dos periódicos literários porto-alegrenses na construção da história sul-rio-grandense, entre os anos de 1856 e 1879<sup>28</sup>. A autora demonstra que, ao salvar os documentos do esquecimento, os periódicos formaram não apenas um acervo relativo a própria produção periodista, mas também, e aqui cabe destacar, um acervo referente aos documentos transcritos e publicados, pertencentes a coleções públicas ou particulares. Exemplo relevante para nós, foi a criação da seção *Coleção de documentos oficiais, peças autênticas e notas importantes relativas à história da revolução da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, na revista *Murmúrios do Guahyba*.<sup>29</sup>

O estudo do material produzido pelas revistas do IHGB e do IHGPSP, realizado por Boeira na tese intitulada *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*, também contribui para este debate<sup>30</sup>. Buscando entender como ocorreu a constituição de uma escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX, a autora identifica e analisa quais foram os principais temas, conflitos e indivíduos que marcaram a prática historiográfica do período.

Outros dois trabalhos são importantes referenciais para a tese, por dedicarem-se a história do IHGRGS, instituição cujos membros envolveram-se em polêmicos debates em torno da obra de Alfredo Varela e a sua coleção de documentos. Na dissertação *O passado está prenhe do futuro: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930)*, Silveira analisa a trajetória profissional dos fundadores do IHGRGS e a constituição de um conceito de História na revista desta instituição<sup>31</sup>. Já o estudo de tese de Martins, *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o*

---

<sup>28</sup> GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>30</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

<sup>31</sup> SILVEIRA, Daniela Oliveira. *O passado está prenhe do futuro: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930)*. Dissertação. UFRGS, 2008.

*espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*, investiga a trajetória institucional do IHGRGS, analisando o espaço social e os atributos dos agentes envolvidos na institucionalização da História do RS, bem como as lutas internas travadas na instituição<sup>32</sup>.

Importante contribuição para debater os usos políticos do passado farroupilha, é a investigação de Lazzari na tese *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*<sup>33</sup>. Neste estudo, o autor discute os modos como os letrados rio-grandenses do século XIX representaram uma identidade peculiar da província e os usos destas narrativas nos conflitos do início do período republicano. Reunidos, os trabalhos destes pesquisadores permitem visualizar um panorama do processo de institucionalização da história do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. O quadro formado pelo conjunto destas pesquisas possibilita em parte a realização desta tese, pois seria inviável construí-lo individualmente.

## V

O primeiro capítulo da tese tem como objetivo compreender quais foram os principais agentes e interesses que influenciaram no processo de criação da Coleção Varela. Para tanto, esta seção busca realizar uma reconstituição das redes de relações dos indivíduos que interviram na reunião dos registros sobre a Revolução Farroupilha, através da análise coletiva das suas trajetórias. Dentro desta rede, pretende-se perceber quais indivíduos colaboraram ou opuseram-se ao projeto de constituição de um arquivo sobre a Revolução Farroupilha.

O segundo capítulo está organizado em torno da criação do jornal *Brado do Sul* e da oposição entre este periódico e os jornais que reprovaram o projeto de publicação de

---

<sup>32</sup> MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese. PUCRS, 2015.

<sup>33</sup> LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 2004. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

uma história documentada nas páginas deste veículo. Inicialmente, realizamos uma discussão acerca do cenário da imprensa partidária no final do século XIX, visando compreender o contexto no qual este jornal esteve imerso. Em seguida, abordamos os principais conflitos entre o periódico *Conciliador*, *Noticiador* e *Brado do Sul*, identificando os indivíduos e interesses envolvidos neste processo. Neste momento, buscaremos debater a influência das disputas de um tempo presente na configuração de um arquivo que preservasse a memória farroupilha. Ao final do capítulo analisamos os esforços para a criação de uma imagem de Domingos José de Almeida enquanto portavoza do passado farroupilha.

No terceiro capítulo focaremos o período em que a coleção esteve sob a custódia de Alfredo Varela. Necessariamente, resgataremos um pouco sobre a biografia deste indivíduo, perpassando o historiador e o político. Com vistas a entender como a coleção chegou às mãos do historiador, reconstituiremos a rede de relações na qual Varela esteve inserido, a fim de verificar uma possível aproximação entre o historiador e a família Almeida. Concluiremos o capítulo discutindo os usos da coleção na prática historiográfica de Alfredo Varela. Mais do que uma análise interna da sua obra, interessa-nos discutir quais documentos foram selecionados pelo historiador e como estes estabeleceram-se como fontes historiográficas. Utilizando uma abordagem externa aos escritos do autor, buscamos compreender como Varela se inseriu no debate público a partir da sua história documentada pelo conjunto. Pretendemos perceber em que medida a coleção influenciou a construção da imagem deste historiador, tanto quanto ele foi determinante para a continuidade do arquivo.

O último capítulo da tese tratará da transição da coleção do domínio privado para o público. Primeiramente, realizaremos uma discussão sobre as disputas em torno da reabilitação da memória farroupilha, durante as comemorações do seu centenário. Esta etapa nos auxiliará a analisar, num segundo momento, as ações do MJC em prol da reunião de documentos que testemunhassem a Revolução Farroupilha, na ocasião do seu centenário. Deste modo, pretendemos inserir a problemática da transição da guarda da coleção em um quadro mais amplo, que abarca as principais questões que marcaram a rememoração da guerra civil. Por fim, abordaremos o processo de doação da coleção para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sem deixar de observar os outros destinos idealizados por Varela para a sua preservação. Deste modo, buscaremos discutir os



conflitos que caracterizaram as negociações entre o historiador e as instituições de salvaguarda, observando em que medida as disputas em torno deste arquivo apontam para as questões consideradas importantes na década de 1930.

**PARTE I**

**A CONSTITUIÇÃO DE UM LUGAR PARA A MEMÓRIA FARROUPILHA**

## CAPÍTULO 2

---

### *“Tão importante tesouro não se deve confiar a qualquer”: Domingos José de Almeida e a construção de um arquivo sobre a Revolução Farroupilha*

Em 1859, passando dos sessenta e dois anos de idade, Domingos José de Almeida iniciava uma busca pelos registros sobre a guerra civil farroupilha. Entre os anos de 1859 e 1862, Almeida escreveu reiteradamente para correligionários e ex-líderes da extinta República, solicitando o envio de correspondências, periódicos, proclamações, dentre outros documentos que testemunhassem o episódio. Pensando, com Bloch, que os documentos não surgem “aqui ou ali” por “decreto dos deuses”, este capítulo tem como objetivo apresentar os primeiros esforços empreendidos por Domingos na constituição de um arquivo sobre a Revolução Farroupilha. A fim de identificarmos quais foram os principais agentes e interesses que influenciaram na criação da futura Coleção Varela<sup>34</sup>, tentaremos realizar uma reconstituição das redes de relações dos indivíduos que em alguma medida intervíram neste processo.

Consideramos necessário apontar, no primeiro momento, para alguns fragmentos da trajetória de Domingos José de Almeida, figura central no surgimento do conjunto estudado. Serão privilegiados alguns aspectos da sua biografia, para que possamos dimensionar sua inserção social em Pelotas, além do papel e vínculos estabelecidos na República Rio-Grandense. Este tópico fornecerá elementos para melhor escrutinarmos as relações entre Almeida e os demais correligionários que participaram da revolta. Este entendimento nos auxiliará a refletir sobre as motivações que levaram, ou não, alguns indivíduos a contribuírem com Domingos no seu intento de formar um arquivo sobre o decênio farrapo.

Na sequência, pretendemos reconstituir a rede que se estabeleceu em torno do projeto de Almeida, identificando quais foram os seus principais colaboradores, bem

---

<sup>34</sup> Belloto define coleção como o conjunto de documentos reunidos em razão do seu conteúdo, “obedecendo a critérios científicos, artísticos, de entretenimento ou quaisquer outros que não os funcionais/administrativos”. Ainda que a classificação utilizada pelo AHRS, “Coleção Varela”, seja recorrentemente citada neste trabalho, devemos atentar para os diferentes períodos atravessados por este conjunto e as distintas terminologias por ele recebida. Assim, cabe salientarmos que o título de “coleção” foi precedido pelo de “arquivo”, nomenclatura utilizada por Domingos José de Almeida para se referir ao conjunto por ele reunido. BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Op. cit.*, p. 25.

como os conflitos e as tensões que marcaram o processo de surgimento do conjunto documental. Neste momento, buscaremos perceber quais interesses influenciaram a seleção dos documentos, identificando e debatendo as questões que se destacaram nas correspondências de Almeida, pelas disputas geradas.

Pesquisas recentes apontam para o surgimento de diferentes demandas pela constituição de espaços para formação e preservação de uma memória da Revolução Farroupilha, na segunda metade do século XIX. Deste modo, na terceira parte do capítulo buscaremos inserir o surgimento deste acervo em um quadro mais amplo, associando-o ao processo de institucionalização de uma escrita da história do Rio Grande do Sul. Dialogando com outros estudos, tentaremos confrontar a formação do arquivo de Almeida com outras iniciativas que visaram reunir e preservar documentos sobre a Revolução Farroupilha.

## 2.1. Aspectos da trajetória de Domingos José de Almeida

*O Rio Grande do Sul, meu Exmo. Presidente, é a mais preciosa parte do Brasil: porém não está conhecido pelo seu mau ingresso e pelo aspecto com que o apresentam ao longe em razão das vicissitudes por que tem transitado desde seu começo; eu vim para ele como forçado, apesar de não pretender habitá-lo mais que o tempo preciso a fazer uma tropa de mulas e regressar: porém sua gente, sua fisionomia física e suas condições me encantaram; adotei-o, e meus ossos lhe serão entregues quando extinta a existência que lhe consagrei.*

Domingos José de Almeida, 1859<sup>35</sup>.

Em seis de junho de 1819 Domingos José de Almeida ingressou na barra de Rio Grande, em busca de uma tropa de mulas para o comércio. Conforme alguns biógrafos, Almeida partiu do Rio de Janeiro, onde realizava serviços de caixeiro viajante<sup>36</sup>. Segundo

---

<sup>35</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV- 686, p.154.

<sup>36</sup> LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1985. p. 10. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editorf, 1902, p. 4.

Rodrigues, ele teria vindo “tentar fortuna no Rio Grande do Sul”, aconselhado pelo seu “protetor” - um negociante para quem Almeida teria trabalhado desde “mocinho”<sup>37</sup>.

Nascido a nove de julho de 1797, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, Minas Gerais<sup>38</sup>, são escassas as informações sobre a sua infância. Oriundo de uma família humilde, Almeida era filho de um moleiro português<sup>39</sup>, Domingos José de Almeida e Silva, com uma natural do Arraial do Tijuco<sup>40</sup>, Maria de Abreu. Através do relato de Rodrigues (1902), sabemos que, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, Domingos se separou de seus pais e irmãos.

Já na Província de São Pedro, Almeida estabeleceu-se na Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em sete de julho de 1812, poucos anos antes de sua chegada. Em 1830 a Freguesia emancipou-se de Rio Grande, sendo elevada à condição de Vila e posteriormente a de cidade, quando passou a ser chamada de Pelotas<sup>41</sup>. O crescimento desta região esteve associado a formação de um importante polo charqueador, tendo sido instaladas as primeiras charqueadas ainda no final do século XVIII<sup>42</sup>.

Em sua pesquisa de tese, Vargas demonstra que Pelotas destacou-se como o grande complexo charqueador do Império do Brasil. Segundo o autor, a crise da produção do charque nas capitânicas do nordeste da América Portuguesa, durante as severas secas dos anos 1770 e 1790, abriu um espaço para novos investidores. O historiador destaca que “Pelotas atraiu comerciantes de diversos lugares” que, como Almeida, encontraram nas

---

<sup>37</sup>RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Op. cit., 1902, p. 1.

<sup>38</sup> NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987, p. 15.

<sup>39</sup> CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835*. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902, p. 3.

<sup>40</sup> BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009, p. 38.

<sup>41</sup> GONÇALVES, Mariana Couto. “*Se é muito o que aspiro, aos leitores, desde já, peço mil perdões por tal aspiração*”: Pelotas (re)vista a partir dos folhetins e crônicas de Bernardo Taveira Junior (1836-1892). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014, p. 99

<sup>42</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013, p. 18.

charqueadas “uma oportunidade de obter lucros com a expansão deste comércio durante o colonial tardio”.<sup>43</sup>

O viajante naturalista francês Sant-Hilaire, esteve na região de Rio Grande e, acompanhado por Antônio José Gonçalves Chaves<sup>44</sup>, visitou a Freguesia de São Francisco de Paula, em 1820. No seu relato, encontra-se um trecho no qual o viajante afirma reconhecer determinadas condições que indicariam a promessa de prosperidade àqueles que se destinassem à Pelotas, exaltando:

[...] acredita-se que, dentro de pouco tempo, esta aldeia será aumentada de um grande número de novos habitantes, atraídos pela posição favorável, pela beleza da região e riqueza dos que já se acham aqui estabelecidos.<sup>45</sup>

Em carta ao presidente da província, Joaquim Antão Fernandes Leão, Almeida declarou que o seu objetivo ao chegar na Província de São Pedro não era mais do que o de “fazer uma tropa de mulas e regressar”. No entanto, ao investigar a rede social do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, Menegat encontrou alguns indícios que possibilitam uma interpretação alternativa à essa versão romântica, apresentada por Barbosa Lessa<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> Id., p. 20.

<sup>44</sup> Antônio José Gonçalves Chaves, natural da comarca de Chaves, em Portugal, onde nasceu, em 1790. Em 1805, chegou ao Brasil, estabelecendo-se em Rio Grande. De acordo com Vargas, através do matrimônio e do compadrio, Chaves passou a integrar uma das principais famílias proprietárias de terra, tornando-se um dos mais importantes charqueadores da região. VARGAS, op. cit., p. 263. Voltaremos a tratar de Antônio José G. Chaves, mas desde já cabe destacar que ele e Almeida eram grandes amigos, além de sócios do primeiro navio a vapor na região sul, denominado “Liberal”.

<sup>45</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 137-138.

<sup>46</sup> Sobre a chegada de Almeida em Rio Grande, Barbosa Lessa afirma: “[...] já com o pé em terra, haviam-lhe dito que tomara o rumo errado, se quisesse comprar mulas deveria ter ido a um outro país, descendo pelo planalto de Curitiba, Rio Negro e Lages até Vacaria e Cruz Alta; mas, fascinado pela terra e pelo povo das várzeas do Canal de São Gonçalo, terminara ficando”. LESSA, Barbosa. Op. cit., p. 13. Contrapondo-se ao autor, Menegat debate: “Esta versão dá ares de providência divina ou acaso do destino para a escolha por Pelotas, reforçando a ideia de legenda que muitos autores já construíam sobre os heróis farroupilhas e que o Movimento Tradicionalista Gaúcho – do qual Barbosa Lessa foi fundador – popularizou ao longo da segunda metade do Século XX”. MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009, p. 59.

Segundo a historiadora, provavelmente Almeida se estabeleceu como comerciante em Pelotas, devido a influência do Conselheiro Manoel Moreira de Figueiredo - para quem Domingos trabalhava como caixeiro viajante. Imigrante minhoto como o pai de Almeida, Manoel residia no Rio de Janeiro e teria incentivado Domingos a se fixar próximo a João Baptista de Figueiredo Mascarenhas, seu genro. Observamos, deste modo, que a chegada de Almeida em Pelotas não foi ocasional. Como aponta Menegat, esta prática foi um mecanismo de recrutamento utilizado pelos minhotos na expansão das redes comerciais, colaborando para “a sua reprodução dentro de uma rede social amplamente ancorada naquela que inicialmente podia ser identificada pela origem geográfica dos seus membros”<sup>47</sup>.

Menegat aponta que em 1822 Almeida já iniciara os primeiros esforços para projetar uma imagem pública entre os locais. Na ocasião da Proclamação da Independência ele realizou com recursos próprios uma festa comemorativa, e em 1832 colaborou com doações para o início dos trabalhos da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Além disso, Domingos participou de comissões responsáveis por benfeitorias que marcaram a fundação da vila, formadas por cidadãos respeitados, eleitores da paróquia e vereadores. A autora salienta que os indivíduos que formaram estas comissões são também identificados em outras redes sociais nas quais ele esteve imerso, e afirma: “É possível verificar analisando a formação das comissões uma fusão entre interesses particulares, especialmente comerciais e o que é considerado como necessário ao bem público”<sup>48</sup>.

Em 1824, cinco anos após a sua chegada, Almeida casou-se com Bernardina Barcellos de Lima, com quem teve treze filhos - tendo apenas oito alcançado a idade adulta. Através deste matrimônio, Almeida se inseriu no círculo de uma importante família da elite charqueadora pelotense. Conforme Menegat, ao longo do século XIX a “sucessão de enlances matrimoniais acabaria por concentrar a maior parte das charqueadas nas mãos dos diferentes ramos dos Rodrigues Barcellos”<sup>49</sup>, indicando o papel proeminente desta família em Pelotas.

---

<sup>47</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 59.

<sup>48</sup> Id., p. 91-92.

<sup>49</sup> Ibid., p. 50.

Com o casamento, Almeida ingressara nesta intersecção entre família e propriedade, estabelecendo-se nas terras que faziam divisa com as de Bernardino Rodrigues Barcellos, seu sogro. Menegat salienta as vantagens da contiguidade entre estas propriedades, identificando haver uma “intencionalidade de compartilhamento desse núcleo complementário [sic] de negócios, onde o trânsito de bens e mão de obra garantiria o máximo aproveitamento dos recursos [...]”<sup>50</sup>. Compartilhando destes recursos e inserido na elite local, em 1835 Almeida já possuía uma casa comercial, uma sesmaria de terras, cerca de 50 escravos<sup>51</sup>, e participava da sociedade de uma barca a vapor. Desenvolveu, ainda, outros empreendimentos, como uma olaria, uma fábrica de sabão e velas de sebo, e uma charqueada, onde introduziu o processo de destilação de graxa a vapor.<sup>52</sup>

A rede social acessada por Domingos a partir da união com Bernardina foi determinante tanto para o desenvolvimento dos seus negócios, como para a sua participação na política regional. Em 1833, ele foi eleito Major da Guarda Nacional, instituição cujas patentes eram frequentemente ocupadas por grandes proprietários de terras e escravos.<sup>53</sup> Alguns estudos vêm demonstrando o poder conferido pelo cargo militar, tais como o de intervir no recrutamento<sup>54</sup>, controlar o contrabando de gado na fronteira,<sup>55</sup> bem como o de influir na dinâmica de ascensão econômica e social, e na política local.<sup>56</sup> Ainda que a passagem de Domingos pela Guarda Nacional tenha se estendido a no máximo dois anos, podemos notar que às vésperas da eclosão da guerra

---

<sup>50</sup>Ibid., p. 72-73.

<sup>51</sup>Ibid., p. 125.

<sup>52</sup> BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Op. cit., p. 39.

<sup>53</sup> VARGAS, Jonas. Op. cit., p. 302

<sup>54</sup> LUFT, Marcos Vinícios. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

<sup>55</sup> GIL, Tiago Luís. *Os infiéis transgressores: contrabando e sociedade nos limites imperiais* (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2003. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

<sup>56</sup> MÜGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: elites militares no Sul do Império do Brasil* (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.



civil, Almeida já ocupava importante posição social entre os locais - o que também lhe possibilitou a integração à elite política regional.

Com o apoio dos liberais, em 1832 Almeida foi eleito vereador e, posteriormente, Deputado Provincial, em 1835<sup>57</sup>. Alguns biógrafos justificam a sua posição liberal devido a naturalidade de Domingos, associando-o ao movimento da Inconfidência Mineira<sup>58</sup>. No entanto, em sua pesquisa de mestrado, Menegat não encontrou nenhum documento que pudesse indicar qualquer relação entre a atuação política de Almeida com a sua província de origem<sup>59</sup>. Para a autora, o posicionamento político de Almeida remonta ao período em que ele ainda trabalhava como caixeiro viajante: “Do Rio de Janeiro foram trazidas duas importantes noções de organização, debate e troca de ideias políticas que afluíam nos acontecimentos revolucionários: a maçonaria e a imprensa”<sup>60</sup>.

Ao estudar a presença da maçonaria no Rio Grande do Sul, Colussi ressalta que, excetuando o caso de Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida e Francisco Xavier Ferreira<sup>61</sup>, os líderes farrapos não eram maçons em sua formação. De encontro a tese que defende a influência maçônica neste conflito, a pesquisadora observa que, apesar de muitos farroupilhas terem sido iniciados nesta instituição no transcorrer da guerra, algumas lojas maçônicas se posicionaram ao lado dos legalistas. Todavia, a historiadora observa que:

Tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, à semelhança de outras partes do mundo, as lojas maçônicas se constituíam num espaço de sociabilidade privilegiado, sobretudo, ou exclusivamente, para as elites político-econômicas e intelectuais. A maçonaria gaúcha foi, no período em questão, um espaço por onde circulavam principalmente os

---

<sup>57</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 97.

<sup>58</sup> Id. Fernando Luís Osório, por exemplo, assevera: “Foi, pois, em torno da maca ensanguentada do jovem oficial fluminense João Manuel conduzido aos penates de um egrégio filho da terra de Tiradentes que, em Pelotas, se definiu pela primeira vez no solo gaúcho, em claro programa, sonho republicano”. OSÓRIO, Fernando Luís *apud* LESSA, Barbosa, op. cit., p. 20. Cabe lembrar que ao lado do monumento a Domingos José de Almeida, em Pelotas, há uma placa da maçonaria do Rio Grande do Sul, onde notamos referência aos ideais iluministas defendidos pelos inconfidentes mineiros: “Ao insigne mineiro Domingos José de Almeida, ação e pensamento da Revolução, paladino da Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. NEVES, Ilka, op. cit., p. 22.

<sup>59</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 97.

<sup>60</sup> Id., p. 99.

<sup>61</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1998, p. 183.

políticos, os intelectuais, os ricos e seus afilhados, os quais formavam um grupo não a parte do restante da elite, mas que era parte da elite regional.<sup>62</sup>

Portanto, sem sobrevalorizar o papel da maçonaria, devemos atentar para a importância deste espaço social na trajetória política e social de Almeida. Quanto a sua iniciação nesta ordem, Menegat considera a possibilidade de Domingos ter sido iniciado por Francisco Xavier Ferreira<sup>63</sup>, com quem dividiu casa em Porto Alegre no período em que foi Deputado Provincial<sup>64</sup>. Francisco, segundo Colussi, foi enviado à Província de São Pedro pelo Grande Oriente do Brasil, com a missão de organizar lojas maçônicas, por volta de 1822<sup>65</sup>.

Ao pesquisar as redes sociais às quais Almeida pertenceu, Menegat salienta que a adesão de novos membros à maçonaria expandiu a rede de relações dos farroupilhas, que passaram a compartilhar “contatos que antes eram patrimônios individuais exclusivos”<sup>66</sup>. Neste sentido, a autora adverte que “a revolução era uma realidade contingente, de duração efêmera [...] – e a maçonaria pode ser vista como uma forma de fixar e comprometer as relações nela criadas”<sup>67</sup>.

Antônio Rodrigues Fernandes Braga,<sup>68</sup> lembra a historiadora, era um irmão pedreiro-livre para Almeida – filho de um moleiro, que não teve acesso à educação formal<sup>69</sup>. Também o maçom Antônio José Gonçalves Chaves, importante referência em Pelotas, foi grande amigo de Almeida, além de sócio do Vapor Liberal. Neste sentido, cabe recorrer à reflexão de Colussi sobre a questão da solidariedade interna entre os

---

<sup>62</sup> Id., p. 31-32.

<sup>63</sup> Também conhecido por Chico da Botica, Francisco integrou a Junta Governista Provisória (1822-1824), na Província de São Pedro. Em 1832, fundou o jornal abolicionista *O Noticiador*, em Rio Grande. Como Almeida, foi eleito deputado provincial, em 1835. Participou dos movimentos que antecederam à Revolução Farroupilha, posicionando-se, com os liberais, contra a centralização do governo imperial. Em 1836, com a retomada de Porto Alegre pelas forças imperiais, Chico da Botica foi preso e enviado à Fortaleza da Ilha de Villegagnon, no Rio de Janeiro.

<sup>64</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 11.

<sup>65</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. Op. cit., p. 163-164.

<sup>66</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 114.

<sup>67</sup> Id.

<sup>68</sup> Fernandes Braga foi iniciado na maçonaria em Portugal, à época em que estudava Direito na Universidade de Coimbra. Quando eclodiu a Revolução Farroupilha (1835), Braga era presidente da província de São Pedro, tendo se refugiado em Rio Grande.

<sup>69</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 112.

pedreiros-livres. Para a historiadora, a influência maçônica ocorria através de um poder indireto, “relacionado às facilidades, benefícios e privilégios que seus membros adquiriam estando próximos à burocracia estatal e sendo integrantes da elite política parlamentar”<sup>70</sup>. Apoiada nessa referência, Menegat percebe na maçonaria um importante espaço de sociabilidade, onde Almeida não apenas vivenciou o debate político, como também estabeleceu laços de solidariedade<sup>71</sup>, ampliando os recursos adquiridos por meio do matrimônio.

Foi na loja maçônica Filantropia e Liberdade, em Porto Alegre, onde se registrou em ata relatada por Almeida, a decisão pela deflagração da rebelião liderada por Bento Gonçalves<sup>72</sup>. Cabe, no entanto, destacarmos alguns pontos sobre a revolta, que antecede este episódio e os domínios da maçonaria. Dentre as principais reclamações dos revoltosos, estava o contrabando de gado<sup>73</sup>, a baixa tributação para a entrada do charque platino e os altos impostos na importação de insumos, como o sal de Cádiz. Tais fatores acarretavam na desleal concorrência no comércio do charque, tendo em vista o elevado preço praticado pelos charqueadores rio-grandenses.

O crescimento nas exportações do charque nas primeiras décadas do século XIX deu origem a uma elite econômico-social voltada, principalmente, para a pecuária extensiva, a fabricação do charque e o comércio. Representando interesses específicos desta elite provincial<sup>74</sup>, um grupo de charqueadores lideraram a revolta que culminou na proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836.

---

<sup>70</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. Op. cit., p. 285.

<sup>71</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 107-108.

<sup>72</sup> COLUSSI *apud* MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 106.

<sup>73</sup> De acordo com Vargas, desde a década de 1790 há registros de reclamações sobre o problema do contrabando: “Em outubro de 1796, [...] negociantes rio-grandenses queixaram-se à Coroa que as carnes de Montevideu estavam sendo ilegalmente carregadas em grandes quantidades para a Bahia e Pernambuco – capitânicas que as ‘recebem e acoitam’”. VARGAS, Jonas. Op. cit., p. 90.

<sup>74</sup> Jonas Vargas, ao estudar as estratégias sociais e econômicas das famílias mais ricas dos proprietários das charqueadas de Pelotas, utiliza a expressão *elite regional* ou *provincial*, e define: “Tanto na primeira metade do oitocentos, quanto na segunda metade do mesmo, um grupo de famílias tendeu a reunir os principais recursos materiais e imateriais naquele contexto socioeconômico, vindo a aumentar o seu prestígio e compor, juntamente com outras famílias, a elite regional ou provincial. Esta elite charqueadora concentrava riqueza, poder político e status social e alguns de seus membros também alcançaram reconhecimento nacional. Neste sentido, ao dar este salto, estas poucas famílias tinham entre os seus parentes alguns indivíduos que podiam tornar-se mediadores conectando a esfera de atuação local com o mundo exterior, seja economicamente, seja politicamente falando”. VARGAS, Jonas. Op. cit., p. 3.

Dentre os chefes do movimento, podemos destacar: Bento Gonçalves da Silva, comandante da Guarda Nacional na fronteira de Jaguarão, estancieiro e proprietário de uma casa de negócios em Cerro Largo; Antônio de Souza Neto, que possuía uma fazenda em Bagé, onde foi Coronel da Guarda Nacional; José Gomes de Vasconcelos Jardim, além de médico, foi estancieiro na região de Pedras Brancas, atual Guaíba; Bento Manuel Ribeiro, estancieiro e Comandante da Guarda Nacional, no Alegrete; dentre outros latifundiários e militares envolvidos na guerra.

Integrante da elite farroupilha, Almeida é reconhecido como um dos principais líderes da República Rio-Grandense, tendo sido apontado pelos historiadores Alfredo Ferreira Rodrigues e Walter Spalding como a “cabeça pensante da revolução”.<sup>75</sup> Nas palavras de Alfredo Varela, “é ele o paisano ignorante de tudo o que se relaciona com as artes bélicas, quem funda em poucos dias um arsenal, em Pelotas”<sup>76</sup>. Após a proclamação, Domingos assume o cargo de Coronel Quartel-General, e parte para Piratini, primeira capital farroupilha, onde fixou-se o Arsenal de Guerra.<sup>77</sup>

Em 1836, já ocupando o cargo de Ministro do Interior e da Fazenda, passou a atuar em importantes domínios da República, como por exemplo, na arrecadação de impostos, na regulamentação da circulação de papel-moeda, nas regras do comércio, nas normas de navegação e nas diretrizes para a representação diplomática<sup>78</sup>. No entanto, sob a suspeita de ter utilizado seu posto como ministro para o benefício próprio, Almeida se afastou do cargo entre setembro de 1837 e março de 1838<sup>79</sup>. Acusado de corrupção, por desvio de gado para uma estância de sua propriedade na Banda Oriental, o ministro foi demitido do cargo, em 1842. Antônio Vicente da Fontoura, seu acusador, assumiu o Ministério e iniciou o exame da contabilidade da República.<sup>80</sup>

---

<sup>75</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Op. cit., p. 8. SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha*. A epopeia farroupilha (pequena história da grande revolução acompanhada de farta documentação da época – 1835-1845). Porto Alegre: Biblioteca do Exército, 1963, p. 235.

<sup>76</sup> VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. A República Rio-Grandense. Vol. II. Porto: Chardron, 1915, p. 785.

<sup>77</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 125.

<sup>78</sup> NEVES, Ilka. Op. cit., p. 16.

<sup>79</sup> LESSA, Barbosa. Op. cit., 55-70.

<sup>80</sup> FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p. 417-418.

Sobre esta questão, Menegat observa o complicado entrelaçamento entre os negócios de Almeida e da República. Era habitual, por exemplo, o uso de uma mesma conta corrente na compra de tecidos para a República e para o envio de víveres para sua esposa, Bernardina. Ao mesmo tempo, a historiadora verifica a dependência, por parte do governo, dos contatos comerciais de Domingos, “ainda que sob a possibilidade de que isso patrocinasse o favorecimento particular”.<sup>81</sup>

Do mesmo modo, a informalidade no uso de letras de crédito pessoais nas transações do governo impossibilitou a comprovação dos empréstimos que a República lhe devia<sup>82</sup>. Além das doações dos charqueadores que apoiavam a causa farroupilha, Almeida havia investido recursos próprios na República. Flores, por exemplo, lembra que quando cobrado pelo comerciante João José Victoria para pagar o valor dos gêneros que havia fornecido à República, Domingos vendeu 11 de seus escravos para Leão Próspero Chastan<sup>83</sup>.

Ao tentar recuperar os bens investidos na guerra civil, Almeida elaborou um processo onde requeria a indenização pelo emprego de 54 escravos de sua propriedade no serviço do Estado<sup>84</sup>. Antônio Vicente da Fontoura, Ministro da Fazenda, indeferiu o pedido de pagamento de Domingos, com quem já possuía discordâncias. Com o declínio da República e a assinatura do Tratado de Poncho Verde<sup>85</sup>, ficou determinada a garantia

---

<sup>81</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 128-129.

<sup>82</sup>Id., p. 136.

<sup>83</sup> FLORES, Moacyr. Op. cit., 2002, p. 272.

<sup>84</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-629/4, p. 66; CV-629/5, p. 66-68; CV-629/17, p. 76-77.

<sup>85</sup> A cisão entre os farroupilhas e o avanço das tropas do Gen. Duque de Caxias desarticularam a República Rio-Grandense, que não dispondo mais de recursos, iniciou o processo de negociação com o Império. Em 1844, foram concedidas as primeiras anistias aos principais líderes farrapos. Conforme documento citado por Golin, em 2 de outubro Ismael Soares da Silva, já anistiado, escreveu a Caxias solicitando a anistia de seu primo, Bento Gonçalves, e Netto: “Perante Vossa Excelência me apresento comissionado por parte dos Chefes Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Netto, para fazer saber a V. Excelência a resolução em que eles estão de deixarem o serviço em que se tem empregado pelo espaço de nove anos, resolutos a não hostilizarem mais as forças do Exército que V. Exa. comanda, toda a vez que V. Exa. lhes envie um salvo-conduto para eles e todos os seus companheiros d’armas, que os queiram acompanhar, esperando que V. Exa. obtenha de sua Majestade o Imperador, não só o pleno esquecimento de seus erros, como uma garantia para suas pessoas, e todos os seus companheiros, quaisquer que tenham sido os seus procedimentos no tempo em que estiveram em armas contra o Império. Se V. Exa. confia no que acabo de expor, eu me responsabilizo pelo exato cumprimento do que os meus amigos mandam por mim prometer a Vossa Excelência”. Arquivo Caxias – ANRJ. Arquivo Doc. 242. 02/10/1844. GOLIN, Janaína da Rocha. *Divergências e traições entre as lideranças farroupilhas: a partir da documentação do barão de Caxias no*

do pagamento da dívida pública pelo Império do Brasil. Assim, a dívida de Almeida, no valor de 30:518\$325 réis, foi transferida para o Império. Tendo dificuldade em comprová-la, o ex-ministro recebeu apenas 4:032\$000 réis, dos 10:889\$155 reconhecidos pela comissão de indenização presidida por Fontoura.<sup>86</sup>

Em 1845, antes da assinatura do tratado de paz, Almeida e Bernardina regressaram para Pelotas. Como demonstra Menegat, a rede constituída no decorrer da Revolução Farroupilha foi fundamental para a recuperação financeira de Almeida. Conforme a historiadora,

A estratégia de diversificação dos recursos sociais do casal Almeida foi sensivelmente alargada no seu envolvimento com a Revolução Farroupilha. O trânsito permitiu que novas relações fossem travadas em espaços que de outra forma não seriam acessados por estes indivíduos.<sup>87</sup>

A posição de destaque na República e a ampliação de contatos com negociantes – bem como a troca de favores com eles –, formaram um importante capital relacional, com o qual Domingos contou ao reerguer seu patrimônio. Apesar do conflito com Fontoura, Almeida estabeleceu importantes vínculos ao longo da revolta, como foi a sua relação com Bento Gonçalves da Silva, figura central entre os farrapos. Apesar das acusações de corrupção contra Almeida, Bento nunca se posicionou contrário ao ministro. Em 1839, estes laços foram estreitados, quando o general foi escolhido, juntamente com José da Silva Brandão, para apadrinhar Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida – filha de Domingos e Bernardina<sup>88</sup>.

Quando Ministro da Fazenda, Almeida recebia indicações de fornecedores do comerciante Antônio Francisco dos Santos Abreu, sobrinho de Bento. Abreu,

---

período de 1842 a 1845. Monografia (Especialização em História do Brasil). Departamento de História. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007, p. 35. No mesmo ano, Fontoura foi enviado ao Rio de Janeiro, incumbido de intermediar os termos de paz. Em 25 de fevereiro de 1845, o acordo elaborado na Corte, conhecido como Tratado de Poncho Verde, foi assinado por David Canabarro, comandante das forças republicanas. Dentre outros aspectos, o documento previa o pagamento da dívida da extinta República, a incorporação dos oficiais republicanos na Guarda Nacional, a indicação do Presidente da Província pelos republicanos e a liberdade dos cativos que lutaram na guerra. Deste acordo, poucos pontos foram concretizados. FLORES, Moacyr. Op. cit., p. 438. SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 221.

<sup>86</sup>MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 136.

<sup>87</sup> Ibid., p. 157.

<sup>88</sup> Id., p. 54.

posteriormente, veio a auxiliá-lo com o envio de documentos para o reconhecimento de sua dívida pela comissão liquidadora do Império<sup>89</sup>. Outro exemplo de solidariedade foi a carta escrita por David Canabarro<sup>90</sup>, anexada ao processo de justificação civil pública, no qual Almeida recorria da decisão da comissão liquidadora. Nela, Canabarro esclarecia que a política de “boa fé” utilizada pelo ex-ministro Almeida era marca, até mesmo, da administração pública do Império.<sup>91</sup>

Dos prejuízos sofridos ao longo do decênio farrapo, Almeida levaria outra década para se reerguer. Seus credores lhe concederam uma moratória de dez anos<sup>92</sup> para a liquidação da dívida, que foi realizada com o auxílio de João Batista de Figueiredo Mascarenhas – que em 1819 havia lhe auxiliado a se estabelecer em Pelotas. Com a venda de suas terras em Pau Fincado, Mascarenhas emprestou ao seu amigo o dinheiro para o pagamento parcial de sua dívida<sup>93</sup>.

Uma das primeiras medidas para reordenar seus negócios foi a de fazer retornarem os bens enviados para Montevidéu no início da guerra civil, incluindo-se aí os escravos. Em 1848, solicitou ao Império a isenção de impostos para a reativação da fábrica de velas de sebo – pedido que lhe foi concedido. Para tanto, Almeida utilizou como argumento os prejuízos sofridos em Pelotas com o advento da guerra, tal como a importância da restauração do seu papel de empregador para a recuperação econômica da região<sup>94</sup>.

---

<sup>89</sup> Id., p. 28.

<sup>90</sup> David Canabarro nasceu em 1796, nas proximidades de Taquari (RS). Iniciou carreira militar aos 17 anos, alistando-se no Exército Pacificador, comandado pelo Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Dom Diogo de Sousa, que invadiu a Banda Oriental do Uruguai em 1811, a fim de evitar os movimentos pela independência ali existentes. No início da República Rio-Grandense, foi promovido ao cargo de Tenente-Coronel, e, posteriormente ao Comando-em-Chefe do Exército da República. Ao final da guerra envolveu-se em polêmico episódio, conhecido como o Massacre de Porongos, e participou das tratativas de paz com o Império. BENTO, Claudio Moreira. *O exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992, p. 129-136. PADOIN, Maria Medianeira; SILVA, Matheus Luís da. Antônio de Souza Netto e David Martins Canabarro: perspectivas de estudo a partir de dois farroupilhas após 1845. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN, 2013.

<sup>91</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 136.

<sup>92</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Op. cit., p. 22.

<sup>93</sup> CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835*. Biografia de Domingos José de Almeida. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902, p.27.

<sup>94</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 137.

Valendo-se de sua liderança partidária local, Almeida iniciou o retorno à vida política com o apoio a candidatos liberais, por meio de publicações em jornais e do envio de cartas para correligionários da extinta República. Em 1849, voltou a integrar a Câmara Municipal de Pelotas, cumprindo três mandatos no período posterior à revolução – seu trabalho como vereador encerrou em 1864.<sup>95</sup>

Ao contrário das expectativas, tendo em vista a lastimável situação das suas finanças ao final da guerra, Almeida parece ter utilizado todas as possibilidades para restaurar a economia e a manutenção da posição social de sua família. O patrimônio imaterial construído ao longo da República foi, como indica Menegat, tanto acionado para barganhar posições, como neutralizado, quando necessário, a fim de utilizar sua influência local para cooperar com o poder central<sup>96</sup>. Exemplo disto foi a colaboração prestada ao Duque de Caxias, ao elaborar uma lista de nomes para o recrutamento de homens que formariam as tropas militares que invadiriam o território uruguaio, em 1851<sup>97</sup>. É interessante observarmos, deste modo, que indivíduos que ora ocupavam posições antagônicas, como Almeida e Caxias, às vezes possuíam outros vínculos que os uniam, podendo ser de ordem familiar, econômica, religiosa, etc.

Em 1847, Almeida escreve ao seu correligionário e amigo, Joaquim José Pereira Vilaça: “[...] velho e desgostado, desejo empregar o pouco tempo que me resta da existência no reparo de males que com as melhores intenções cooperei para que aparecessem”<sup>98</sup>. Nestas palavras, Almeida parece transparecer certo ressentimento ao recordar do período da República, responsabilizando-se, inclusive, pelas suas consequências. A reintegração com o Império passava, necessariamente, pelo silenciamento das vozes republicanas, de modo que tal interpretação sobre a revolta parece-nos condizente com este processo de conciliação.

---

<sup>95</sup> Ao todo, Domingos cumpriu cinco mandatos na Câmara de Pelotas, nas seguintes legislaturas: 1832-1833, 1833-1836, 1849-1852, 1857-1860 e 1861-1864. Informações disponíveis em: <http://www2.camarapel.rs.gov.br/camarapel.rs.gov.br/inicial/historico/legislaturas.htm>.

<sup>96</sup> MENEGAT, Carla. Op. Cit., p. 168.

<sup>97</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-663, p. 128-132; CV-664, p. 132-133. MENEGAT, Carla. Op. Cit., p. 168. VARGAS, Jonas. O. cit., p. 310-311.

<sup>98</sup> Id. CV-655, p. 120.



No entanto, passados alguns anos, a revolução seria tema recorrente nas correspondências de Almeida, sendo lembrada com profunda exaltação – como podemos verificar no trecho de uma carta enviada a Bernardo Pires:

[...] o fato de propor-me a escrever ainda que sem habilitações, a história de nossa revolução para opor-me às consequências desse deplorável estado de coisas e avisar ao Governo Central que a heroica Província do Rio Grande ainda imperava no coração de seus filhos generosos, que ainda uma outra vez a reerguiam do abatimento em que de roldão a levava.<sup>99</sup>

Decidido a reunir os documentos para a escrita da história da Revolução Farroupilha, nos anos finais da década de 1850, Almeida recorreu aos seus antigos correligionários solicitando o envio de correspondências, periódicos, decretos e demais documentos que testemunhassem o episódio. Revisitar o passado, como nos alerta Guimarães, “não pode estar desvinculado das demandas e exigências de um tempo presente”<sup>100</sup>. Elaborada pelo presente, a memória de um evento pode revelar mais sobre aqueles que criam, organizam e selecionam as lembranças, do que sobre o passado em questão. Considerando o significado deste evento na trajetória de Almeida e seus camaradas farroupilhas, o processo de formação deste acervo não pode ser compreendido como um acúmulo natural. Como ocorreu a operação de coleta, quais documentos foram selecionados, e quais indivíduos participaram da formação deste conjunto, são questões que discutiremos a seguir.

## **2.2. Com quantas mãos se faz um arquivo? O processo de seleção dos documentos do arquivo de Almeida**

As práticas de produção de si, como sugere Ângela de Castro e Gomes, remetem a um conjunto diversificado de ações, podendo se manifestar na forma de uma escrita de si, como em autobiografias e diários, ou mesmo na “constituição de uma *memória de si*,

---

<sup>99</sup> Ibid. CV-673, 17/09/1859, p. 143.

<sup>100</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39.

realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções”<sup>101</sup>. Nos arquivos autoreferenciais, provenientes do fluxo de documentação pessoal e/ou institucional, os titulares são ao mesmo tempo objetos e sujeitos de uma escrita de si. Tornam-se, assim, autores de um legado que não se esgota no indivíduo que guarda, seleciona ou mesmo omite as peças de um acervo. A produção de uma memória de si, diz respeito aos grupos aos quais o autor do arquivo pertenceu, e a sua vontade de perpetuar-se no tempo. Nesta mesma direção, Lopes esclarece que:

As coleções são projeções de atributos individuais que se singularizam e ganham biografias próprias, quando são apropriadas para gerar atributos de reconhecimentos (auto-respeito, autoestima e estima social) nas interações entre os indivíduos. As coleções materializam, assim, as percepções significativas constituídas nas interações com os outros, assumindo, elas próprias, lógicas de organização que as generalizam. Ou seja, as coleções são a materialização do self do colecionador e têm correspondência homóloga com um ou mais dos seus ciclos de vida.<sup>102</sup>

No caso do conjunto analisado, a ideia de recuperar a memória da “epopeia farroupilha”, especialmente materializando-a em um arquivo, opunha-se ao silêncio estabelecido pelo Decreto de 18 de dezembro de 1844 (anexo 03). Neste documento, o Imperador D. Pedro II anistiava os farroupilhas e anunciava as condições para a pacificação, dentre estas, o esquecimento do passado. Duque de Caxias, ao proclamar o término da guerra civil, retoma as palavras do Imperador e acrescenta: “Maldição eterna a quem se recordar das nossas dissensões passadas! União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa”<sup>103</sup>.

De encontro a tais determinações, em 1859 Almeida emitira uma circular (anexo 01) aos seus antigos correligionários, comunicando o intuito de “transmitir a presente e futuras gerações os portentosos feitos dos Rio-Grandenses”. Nela, Domingos solicitava o apoio dos companheiros de guerra, com o envio de documentos e informações que “comemorassem os fatos mais salientes da revolução”<sup>104</sup>. A recepção e as disputas

---

<sup>101</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 12.

<sup>102</sup> LOPES, José Rogério. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre, CirKula, 2017, p. 46.

<sup>103</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 7. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983. CV-3847, 01/03/1845, p. 50.

<sup>104</sup> Acervo do IHGRGS, Fundo Bernardo Pires, BP 120, 1859.

decorrentes deste anúncio podem ser medidas na correspondência de Almeida, no decorrer dos dois anos que se sucederam a esta circular.

Analisando a correspondência deste período, notamos uma intensa troca de cartas com seu amigo Bernardo Pires. Nascido em 1790, em território disputado por portugueses e espanhóis, atual Herval do Sul, Bernardo teve sua trajetória marcada pelas armas. Aos vinte anos de idade alistou-se em Jaguarão, ingressando no Exército de Pacificação da Banda Oriental (1811-1812). Foi enviado aos principais conflitos da Bacia do Prata, lutando na campanha contra Artigas (1816-1821) e na Guerra Cisplatina (1825-1828)<sup>105</sup>. Veterano de guerra, após a Revolução Farroupilha, ocupou a patente de Major da Guarda Nacional, em Piratini<sup>106</sup>. Já aos 74 anos, convocado por Duque de Caxias, marchou à Guerra do Paraguai (1864-1870).

Na República Rio-Grandense Bernardo assumiu o cargo de Chefe de Polícia, em 1837. Autor do escudo de armas, da bandeira e do lenço farroupilha, Bernardo é considerado o criador do simbolismo farrapo. Na ocasião em que Almeida foi acusado de corrupção, posicionou-se ao lado do ministro e, prestando solidariedade, afirmou: “[...] sua vida honesta, e decente é assaz conhecida, e louvável por todos que a conhecem, e nada jamais poderá denegrir, e desconceituar sua conduta sempre honrada”<sup>107</sup>.

Ao que parece, o vínculo entre Almeida e Bernardo remonta ao período da República. Não encontramos indícios que apontem para o parentesco consanguíneo, nem mesmo para o parentesco por afinidade, como o apadrinhamento entre os membros das respectivas famílias. No entanto, na leitura da correspondência por eles trocada, podemos vislumbrar o nível de amizade que dispunham. Expressões como “Amigo de meu Coração Amante”, “Bom Amigo de meu Coração” ou “Receba o coração de seu Amigo” são recorrentes. Outro indicativo do companheirismo entre os dois foi a confiança depositada por Almeida em Bernardo ao atribuir-lhe a responsabilidade de entregar dinheiro para sua esposa, Bernardina, em inúmeras ocasiões ao longo da Revolução<sup>108</sup>. Do mesmo modo, Pires confiou o seu filho a Almeida, asseverando: “Conheço, e bem conheço que V. Exa.

---

<sup>105</sup> Disponível em: [https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/GuiaAcervoIHG\\_site.pdf](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/GuiaAcervoIHG_site.pdf).

<sup>106</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7423, 13/08/1851, p. 53.

<sup>107</sup> Id. CV-7408, 29/10/1841, p. 44.

<sup>108</sup> Ibid. CV-7397, 30/03/1841, p. 36.

trata a Manoel Pirez, como próprio filho, e isto basta para eu o entregar de bom grado a V. Exa. [...]”.<sup>109</sup>

Como Almeida, Bernardo foi considerado por alguns pesquisadores como um “homem de cor”. Moacyr Flores, ao abordar o episódio no qual Pires reclamava à República uma escrava, refere-se a sua cor e afirma: “Mesmo sendo mulato, o chefe de polícia de Piratini e rico estancieiro, procurou conservar a negra Maria como escrava de sua sogra”<sup>110</sup>. Além do historiador, Geraldo Hosse e Guilherme Kolling, concluem sobre a cor do major<sup>111</sup> baseados em uma publicação na qual o jornal *O campeão da Legalidade* critica a concessão de Habeas Corpus a um “mulato pintor, major de milícias”, autor das bandeiras republicanas.<sup>112</sup>

Não temos condições de avaliar se este elemento em comum motivou uma relação de solidariedade entre ambos, mas não podemos ignorá-lo como um fator de identificação. Importante contribuição sobre o significado de ser *pardo* ou *mulato* na República Rio-Grandense, a pesquisa desenvolvida por Leticia Marques nos auxilia a refletir sobre esta questão. A cor da pele, como salienta a historiadora, embora geralmente invisibilizada pelo lugar social privilegiado ocupado por estes farrapos, foi utilizada como argumento para inferiorizá-los em algumas situações.

José Marianno de Mattos, militar e um dos líderes do movimento farrapo, foi inúmeras vezes criticado por Antônio Vicente da Fontoura, que encontrava na cor do major uma forma de atacá-lo.<sup>113</sup> Outro caso levantado pela historiadora é o do cirurgião-

---

<sup>109</sup> Ibid. CV-7405, 14/10/1841, p. 42.

<sup>110</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 9. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1985. CV-5093, 02/01/1839, p. 209; CV-5094, 02/01/1859, p. 209.

<sup>111</sup> FLORES, Moacyr. Op. cit., 2002, p. 156. HOSSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros Negros*. Porto Alegre: Já Editores, 2006, p. 83. Sobre esta questão, Marques afirma que o sujeito apontado pela publicação pode também ser interpretado como José Marianno de Mattos – mulato, major e também autor da bandeira farroupilha. A autora não descarta, entretanto, a possibilidade de o jornal referir-se a Bernardo Pires. MARQUES, Leticia Rosa. *O maestro Joaquim José de Mendanha: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017, p. 56-58.

<sup>112</sup> Jornal *O Campeão da Legalidade*, sábado, 4 de fevereiro de 1837. Hemeroteca digital da BN.

<sup>113</sup> Em sua pesquisa de mestrado, Marques analisa a trajetória de José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha, questionando o silenciamento sobre os “homens de cor” no movimento. MARQUES, Leticia Rosa. José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha

mor do Exército, José Carlos Pinto, que declara não ter “parte em nascer com a cor parda”, razão pela qual, segundo ele, não poderia se “emparelhar” com os demais companheiros de guerra<sup>114</sup>. Notamos, assim, que apesar da ascensão social destes homens – o que os distinguia, por exemplo, dos negros que ocuparam as fileiras do corpo de lanceiros –, a cor da pele representava um obstáculo para a manutenção da posição social. Imersos numa elite majoritariamente formada por charqueadores brancos (pelo menos socialmente) e ricos, Almeida e Pires guardam em comum as experiências de se colocarem socialmente sendo homens não-brancos.

Passados quase quinze anos do término da revolta, Domingos e Bernardo iniciaram o trabalho de reunião dos registros da guerra civil, mobilizando, para isso, seus antigos correligionários. Poucos responderam à circular de Almeida (anexo 01), acima citada, com o entusiasmo de Bernardo Pires. Em 3 de abril de 1859, ele escreve a Domingos colocando-se à disposição para auxiliá-lo com a coleta de documentos entre os contatos que mantinha do período da República e com o envio daqueles que guardava, afirmando:

Heide pois, como me cumpre, concorrer com os mais importantes documentos que dos mais assinalados Passos da República Riograndense conservo com veneração em meu poder, e breve os remeterei encaixotados a Pelotas [...].

Lembro a V. Sa. que a este Amigo dei huma Carta de Ordens contra o Cappitão João Nunez da Silva, para este entregar-lhe o meu Rico livro de Decretos e Avisos da República, que lhe emprestei para ler e se ainda não o houver recebido que passe a ordem a V. Sa. para recebe-lo, pois são Documentos que memorão para todo o sempre o proceder honroso, puro e sincero do Governo da República, por isso que jamais devem eles permanecer separados do nosso precioso Archivo.<sup>115</sup>

Poucos meses depois, Domingos recebera de seu amigo um levantamento da documentação que possuía, composta por jornais, leis, decretos, boletins, avisos, dentre outros registros que mantinha “com veneração”. O gesto de guardar revela em si uma intencionalidade que, dentre outros sentidos que possa carregar, está ligada ao medo da

---

(1835-1845). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013, p. 85-87.

<sup>114</sup> MARQUES, Leticia Rosa. Op. cit., 2017, p. 60-61.

<sup>115</sup> Optamos por manter a grafia original dos documentos utilizados neste trabalho. No entanto, as fontes extraídas dos quinze primeiros volumes dos *Anais do AHRS* apresentam grafia atualizada, em decorrência do critério aplicado em tais publicações. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7425, 03/04/1859, p. 54-55.

perda. Assim, podemos crer que ao “salvar” do esquecimento tais documentos, Bernardo perpetuava não apenas a memória da revolta, mas a identidade do grupo a ela vinculado, e ao qual pertencia. Pelo volume e diversidade dos registros elencados, notamos um arquivo já em formação:

Tenho as seguintes Proclamações com que foram chamados os Povos aos primeiros movimentos da Revolução:

Proclamação do General Bento Gonçalves, dita de Bento Manoel, dita do Vice-Presidente Dr. Mariano, a de Olivério Ortiz, da Assembléia Provincial, de Jozé Gomes Jardim, seguindo-se o depois as de outros muitos Chefes que comandarão Força armada.

Tenho seguidamente os apontamentos das marchas e dos mais assinados feitos e Victorias alcançadas por nossas Armas; tenho tudo quanto se escreveu tipograficamente desde Piratinim até o último nº da Estrella do Sul, escripta em Alegrete, incluzive Boletins, Avisos, Decretos e Proclamações. Tenho a copia por mim tirada da memorável Reservadissima para a Surpresa dos Porongos a 14 de Novembro de 1844. Tenho a Proclamação do General João Manoel de Lima e Silva e a do Commandante dos Alemães da Colonia de São Leopoldo, tenho diversas Proclamações e ordens do Dia e algumas mentirosas dos inimigos da Liberdade. Tenho Officios do traidor Bento Manuel a seus senhores, tenho o officio de Antero Ferreira de Brito ordenando que se nos atirassem sem piedade, como a Feras. Tenho valiozas Folhas do Noticiador, do Recopilador e do Republico de 1837. Tenho, enfim, outros muitos documentos que comprovam os sentimentos de honra com que marcharão os Chefes e o Governo da Republica, bem como suas leis decretadas no discurso de dez annos.

Falta-me somente a Proclamação de 24 de Março de 1836, feita por Titulivio Zambicari e assignada por Bento Gonçalves no passo do Barreto a direita do Rio Santa Maria: lugar em que estão sepultados os ladrões = Manuel Sigalles = Francisco Sigalles = Quintiliano Pinheiro, Jozé Luzeiro e outros que nos acompanhando supunham que o nosso partido se erguia para roubar e matar. Essa Proclamação e apontamentos dos nomes dos fuzilados emprestei a Liopoldino Ubaldo, a quem por intermedio de outros amigos verei se obtenho para juntar aos mais documentos de que falei.

Pode, portanto, V. Sa. contar com este meu auxilio pela forma que levo dito e se eu mesmo o for levar darei-lhe amplas explicações de que me recordo perfeitamente.<sup>116</sup>

Manuel Antunes da Porciúncula foi também importante colaborador deste intento. A família Porciúncula esteve fortemente atrelada ao movimento farrapo. Manuel foi Tenente Coronel Ajudante d’Ordens de Antônio de Sousa Neto durante quase todo o decênio. Seu irmão, Antônio Antunes da Porciúncula, foi Capitão Comandante Interino

---

<sup>116</sup> Id. CV-7427, 27/06/1859, p. 56-57.

da Fronteira e Linha de São Gonçalo<sup>117</sup>. José Narciso Antunes, seu filho, ocupou o cargo de Tenente na República. Podemos supor que a memória da guerra era um elemento intrínseco a este núcleo familiar e, portanto, uma questão cara a Manuel Antunes. O que pode ser observado no apoio demonstrado a Almeida, quando questionado sobre a dúvida de escrever, ou não, o histórico da revolução:

A vossa vacilação em escrever a historia da revolução, deixando passar um tempo precioso em que nos achavamos em immediato contacto, privou-nos hoje de muitos outros apontamentos que eu vos podia dar se nos achassemos juntos; mas fui atacado de uma enfermidade, que não so me priva quase de escrever, como me impossibilita presentemente fazer longa viagem, todavia vos coadjuvarei para esse trabalho com tudo quanto possa daqui.<sup>118</sup>

Por intermédio de Manuel Antunes, Domingos recebeu o arquivo de João Antônio da Silveira, antigo General Comandante do Exército Farroupilha<sup>119</sup>. Além dos registros, Antunes lhe enviou uma série de “apontamentos” de guerra, solicitados por Almeida para confrontá-los com os documentos que recebia<sup>120</sup>. Outro incentivador deste projeto, José Pinheiro de Ulhoa Cintra<sup>121</sup>, responde ao pedido de Almeida com a remessa de cinco cartas do período em que foi coronel da revolução, demonstrando o seu apoio: “Muito prazer tive com a notícia que me dá V. Sa. de projetar e publicar a história da extinta revolução, e Deus queira não haja algum embaraço que o desvie de tão louvável fim”<sup>122</sup>. A esperada colaboração de Ulhoa Cintra, que diante da divisão entre os farrapos esteve do mesmo lado de Almeida, não foi frustrada. Ao primeiro, podemos imaginar que

---

<sup>117</sup> Ibid. CV-7497, 01/08/1841, p. 110.

<sup>118</sup> Ibid. CV-7550, 19/05/1861, p. 143.

<sup>119</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-742, 30/09/1860, p. 194. A coleção possui 640 correspondências de João Antônio da Silveira, número relevante se comparado com os demais documentos que compõem o conjunto.

<sup>120</sup> Tratam-se de memórias sobre: a Batalha do Fanfá, na qual Bento Gonçalves foi preso pelas forças imperiais; a invasão do território das Missões brasileiras, por Frutuoso Rivera; e a Batalha de Ponche Verde. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7551, CV-7552, CV-7553, 19/05/1861, p. 144-149.

<sup>121</sup> De acordo com Walter Spalding, Ulhoa Cintra foi “alferes de 1ª linha, coronel da revolução. [...] Foi o 1º Ministro da Justiça e dos Estrangeiros da República, e mais tarde da Guerra, da Marinha e do Exterior [...]. Exerceu o cargo de Embaixador da República Rio-Grandense no Prata e no Paraguai. Faleceu em Caçapava, deixando grande descendência”. SPALDING, Walter. Op. cit., 1963, p. 235.

<sup>122</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 7. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983. CV-3957, 16/08/1859, p. 127.

interessava um histórico da revolução sob a ótica do grupo da “maioria”, que a partir de 1843 havia perdido espaço para o grupo liderado por Fontoura<sup>123</sup>.

No início de 1860, Almeida recorre a Luís José da Fontoura Palmeiro<sup>124</sup>, em busca de diversos documentos referentes ao primeiro ato da revolta, com o impedimento da posse de José de Araújo Ribeiro na Presidência da Província<sup>125</sup>. Luís, que na época residia em Porto Alegre, tinha acesso ao arquivo da Assembleia e realizara esta busca por Almeida, que desde 1835 não visitava a cidade. Através de Palmeiro, Domingos teve acesso a uma cópia da ordem do dia de Bento Manuel<sup>126</sup>, enviada por Antônio Álvares Pereira Coruja. Segundo Luís, Coruja, inclusive, o teria auxiliado a procurar os documentos solicitados por Domingos<sup>127</sup>. Também por intermédio de Luís, Almeida tenta ter acesso ao arquivo de seu desafeto, Antônio Vicente da Fontoura: “[...] faça tudo possível para obter e também enviar-me com segurança todos os papéis que dito Fontoura possuía tendentes à revolução que me disse igualmente redigindo”. Não encontramos referências de que Palmeiro tenha cumprido tal missão, mas certo é que a coleção possui

---

<sup>123</sup> Domingos José de Almeida, em carta encontrada por Spalding no arquivo de Fontoura, refere-se a divisão entre os farrapilhas e nomeia-os em dois grupos: o primeiro, o grupo da minoria, comandado por Fontoura, e o segundo, grupo da maioria, ao qual ele pertencia. SPALDING, Walter. Op. cit., 1963, p. 364. As expressões “maioria” e “minorias” são referenciadas por alguns autores, ao tratarem da divisão entre os farrapos. Padoin, por exemplo, esclarece: “Bento Gonçalves da Silva e seu grupo [...] propunha um projeto de um ‘novo Estado’, ou seja, um Estado soberano, independente e republicano – a República Rio-grandense, admitindo federarem-se ao Brasil, desde que a condição de República Federal fosse mantida. [...] Já o grupo da minoria, representado por Antônio Vicente da Fontoura e David Canabarro, pregava a federação, mas que o Rio Grande do Sul continuasse na condição de província [...], pois para a minoria, mesmo com a instalação da República Rio-grandense, o Rio Grande do Sul era definido como sendo província e não Estado, no qual os laços da Monarquia Imperial deveriam garantir unidade, uma maior autonomia administrativa e uma participação direta desse grupo no poder provincial. Assim pretendiam uma reforma na organização administrativa do Estado Imperial, bem como participar diretamente do poder político representativo provincial”. PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 131-132.

<sup>124</sup> Segundo Aurélio Porto, Palmeiro foi major nas forças republicanas, deputado suplente na Assembleia Constituinte da República e, posteriormente, alcançou o cargo de Major da Guarda Nacional. PORTO, Aurélio. Notas ao Processo dos Farrapos. In: PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL XXIX. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1933, p. 509.

<sup>125</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-694, p. 160; CV-750, p. 198; CV-756, p. 203.

<sup>126</sup> Ao final da cópia, encontra-se entre parênteses: “Extraído do próprio Original em mão de Bento Gonçalves no dia seguinte”. E, na margem inferior, se lê uma anotação de Almeida que diz “Recebida 20 de Abril de 1860”, período em que ambos trocaram correspondências. Este documento está localizado em: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 18. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7709, 04/10/1836, p. 20.

<sup>127</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 16. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7180, 12/04/1860, p. 107.



mais de quatrocentas correspondências de Fontoura, incluindo, é claro, as oriundas do próprio arquivo ministerial de Almeida.

Outro colaborador foi Antônio Gonçalves Pereira Duarte, que, no início da revolta, era vice-cônsul de Hamburgo em Porto Alegre. Segundo Flores, logo após a sedição de Porto Alegre, Duarte teria se posicionado de forma neutra, a fim de “manter boas relações dos imigrantes com sua nova pátria”<sup>128</sup>. A historiadora baseia-se numa proclamação publicada pelo então vice-cônsul, no jornal liberal *O Recopilador*, na qual ele recomendava “a mais estrita neutralidade” e que os hamburgueses não se envolvessem em “negócios puramente brasileiros”<sup>129</sup>. No entanto, uma carta do presidente Fernandes Braga nos sugere outra interpretação:

O Vice-cônsul de Hamburgo na cidade de Porto Alegre, Antônio Gonçalves Pereira Duarte, fez publicar em um periódico anárquico daquela cidade intitulado o “Recopilador”, uma proclamação sem data dirigida aos súditos hamburgueses, a fim de lhes persuadir que não dêem acesso aos convites que da parte do Governo legal se lhes possam fazer para ajudar a sustentar o mesmo Governo contra os sediciosos que se apoderaram da cidade de Porto Alegre.<sup>130</sup>

Vemos, assim, que ao propor neutralidade, o cônsul preocupava-se, na verdade, com a não adesão dos hamburgueses ao lado imperial. Em 1839, quando demitido do referido cargo, Antônio já buscava uma colocação juntos aos farroupilhas. Neste ano, escreve para Almeida, tratando de sua nomeação para desempenhar a compra e venda de gêneros para o Governo. Por fim, ele foi nomeado Capitão e Ajudante do Chefe de Polícia, Inácio José de Oliveira Guimarães, em Boqueirão. Em algumas cartas, verificamos que Duarte solicitou a Almeida ajuda com a concessão de recursos para “minorar as faltas da grande família” que possuía<sup>131</sup>. Em 1840, Almeida ordenara que

---

<sup>128</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. Alemães na guerra dos farrapos. Coleção História. Vol. 6. Porto Alegre: Edipucrs, 1995, p. 30.

<sup>129</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 8. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1984. CV-4277, 22/09/1835, p. 197.

<sup>130</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 4. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980. CV-2756, 12/10/1835, p. 469-470.

<sup>131</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 8. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1984. CV-4282, 13/04/1840, p. 109. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 9. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1985. CV-5145, 10/10/1839, p. 241.

parte do gado apreendido de um dissidente, fosse destinado a Antônio<sup>132</sup>. Notamos, com o exposto, que Duarte possuía recursos para solicitar favores a Domingos. O mesmo, passadas algumas décadas, lhe solicitou ajuda no seu trabalho de reunião dos documentos, para o qual Antônio manifestou o seu préstimo e satisfação:

Com o maior prazer lhe remeto junto os impressos que tinha em meu poder, e que os conservava para deixar a meus filhos uma lembrança de que houve na Província do Rio Grande do Sul uma República com um governo republicano, que sendo bem começada foi acabada pelas circunstâncias do tempo, mas com honra para os rio-grandenses que a sustentaram; desses impressos talvez o meu amigo possa tirar bastantes esclarecimentos para o fim a que tão louvavelmente se dedica, e o que mais puder colher a respeito não deixarei de cumprir com suas ordens.<sup>133</sup>

Além dos acima citados, outros indivíduos cooperaram com registros que seriam as fontes para a história da revolução que Almeida almejava escrever. Francisco de Sá Brito, não dispondo, segundo ele, de documentos do período da revolução, escreveu a Almeida suas memórias de guerra<sup>134</sup>. Outros, como José Mariano de Matos, foram citados na correspondência de Almeida como tendo lhe enviado documentos que, todavia, não se encontram descritos<sup>135</sup>.

Se muitos colaboraram, manifestaram apoio e até mesmo contentamento diante da notícia do surgimento de um arquivo para a epopeia farroupilha, outros mantiveram seus papéis e memórias resguardados no silêncio. Não surpreende que em uma carta a Francisco José da Rocha, Almeida queixe-se sobre a falta de resposta dos antigos companheiros:

Pelo pacote anterior vos dirigi a que adjunto em 2ª via para prevenir extravios comigo repetidos, creio que pelo conhecimento de minha letra e pela oposição que fazem gregos e troianos ao tutú do histórico de nossa revolução que prometi coordenar e publicar com o socorro de minha memória excitada por documentos e informações averiguadas dos fatos que pedi e esperava de nossos companheiros, a quem de perto

<sup>132</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 2. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-370, 09/03/1840, p. 109.

<sup>133</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 8. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1984. CV-4292, 30/04/1859, p. 115-116.

<sup>134</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 5. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981. CV-3069, 27/08/1860, p. 275-277.

<sup>135</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-742, 30/09/1860, p. 194.

interessa tão penoso trabalho; mas que me iludi, não tendo até de muitos merecido contestação, o que posto, sendo fornecido por outras vias de bases seguras, breve me entregarei a tal assunto, e alguma coisa aparecerá para concitar ambos os lados e explicações que esclareçam qualquer dúvidas que se afastem da verdade devida à História.<sup>136</sup>

Numa carta escrita a João Antônio da Silveira, Domingos reclama não ter obtido qualquer resposta, especialmente, de David Canabarro e de Antônio de Sousa Neto: “[...] e de quem sobre todos me surpreende tais denegações é dos Srs. Canabarro e Neto, a quem mais convém esse histórico”<sup>137</sup>. Talvez a estes generais, interessasse mais o silenciamento sobre os acontecimentos ocorridos ao longo da revolta, especialmente no que tange ao ocorrido no Cerro de Porongos, questão tratada a seguir. Não raras vezes Almeida mencionou em suas cartas a desconfiança, inclusive, de que alguns documentos que testemunharam a República pudessem ter sido destruídos:

[...] não soube se dito Loureiro apanhara e queimara o Arquivo do Governo, livros do Gabinete de Leitura e Tipografia, que pouco antes tinha saído de Alegrete na direção de Paipasso ou da estância do Coronel Mingote para ocultar-se, e ninguém sabe do seu fim, supondo alguns que mesmo por gente nossa tudo fora lançado em uma lagoa, e outros que Loureiro mandara queimar em sua passagem.<sup>138</sup>

Temendo que suas cartas estivessem sendo desviadas, Almeida sempre orientava sobre as precauções que deveriam ser tomadas no envio dos documentos. Recomendara, por exemplo, ao seu amigo Manuel Antunes da Porciúncula, que este rotulasse as correspondências com o nome de “Manuel Montano para mor segurança”<sup>139</sup>. Em outra ocasião, o advertiu: “Não sei se fizeste bem em deixar com Faria os preciosos papéis de João Antônio, visto ter-me negado a curta informação que lhe pedi, se fora ele ou Demétrio o criador do 2º Corpo de Lanceiros [...]”<sup>140</sup>. A omissão e a destruição de documentos são para um arquivo o que o esquecimento e o silenciamento representam para a memória. Neste sentido, é possível observarmos que o surgimento desta coleção foi marcado pela tensão entre o desejo de guardar e o de relegar os documentos ao esquecimento.

---

<sup>136</sup> Id., CV-738, 29/09/1860, p. 192.

<sup>137</sup> Ibid., CV-754, 02/11/1860, p. 202.

<sup>138</sup> Ibid. CV-745, 04/10/1860, p. 196-197.

<sup>139</sup> Ibid. CV-762, 26/03/1861, p. 207-208.

<sup>140</sup> Ibid. CV-757, 22/11/1860, p. 204.

Pelas cartas até aqui analisadas, conseguimos observar quais foram os principais agentes que contribuíram para o surgimento deste arquivo. Ao selecionar e reunir tais documentos, estes indivíduos deram origem a um conjunto que se tornou um lugar de memória para a Revolução Farroupilha, e, ao mesmo tempo, uma *coleção de si*<sup>141</sup> - na medida em que refletia a imagem de um passado ao qual estes sujeitos estavam vinculados. A seguir, buscaremos analisar as disputas ocorridas no seu processo de constituição, a partir da análise do debate realizado em torno de dois documentos em especial: a Carta de Porongos (anexo 02) e o Decreto de 18 de dezembro de 1844 (anexo 03).

### **2.2.1 Um documento infame: a Carta de Porongos e a memória dos heróis de 1835**

Em 14 de novembro de 1844, tropas imperiais atacaram as forças farroupilhas que se encontravam acampadas no Cerro de Porongos, atual Pinheiro Machado. Estima-se que naquela madrugada foram mortos cerca de cem soldados do Corpo de Lanceiros Negros, que, tendo sido desarmados, foram em sua maior parte dizimados. Tratavam-se de escravos recrutados pelos líderes farrapos, sob a promessa de liberdade após o término do conflito. No lugar da almejada liberdade, os sobreviventes deste massacre tiveram, dentre outros destinos, as Instituições Militares na Corte Imperial.<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> Fazemos referência a uma expressão utilizada por Ribeiro, que afirma: “O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota”. RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Revista Estudos Históricos*. v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998, p. 35. No mesmo sentido, Giovanaz assevera que “o ato de colecionar algum objeto, mais que manifestar apreço por ele, é uma necessidade de retratar-se para o mundo e também um desejo de permanecer existindo além do tempo real da vida”. GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. *Revista Anos 90*. n. 11, p. 162-171, 1999, p. 164.

<sup>142</sup> Daniela Vallandro de Carvalho analisou, na sua pesquisa de tese, as experiências escravas durante o período da guerra civil farroupilha e nos cinco anos que sucederam o seu término. A partir do estudo das trajetórias de escravos como André Alves Neves, Anacleto Pinheiro e Manuel de Mello, a historiadora coloca em relevo a participação e o destino dos negros que lutaram na Revolução Farroupilha. Ver: CARVALHO, Daniela Vallandro. *Experiências escravas de recrutamento, guerra e escravidão* (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Desde o final do século XIX, a opinião dos historiadores tem se dividido acerca deste episódio<sup>143</sup>. Dentre as diversas interpretações, podemos identificar a oposição entre duas matrizes principais. A primeira afirma que a morte dos lanceiros negros foi premeditada em um acordo entre David Canabarro, da parte farroupilha, e o Duque de Caxias, representante do Império, a fim de criar as condições necessárias para um acordo de paz – uma vez que a liberdade prometida aos lanceiros negros os tornou um empecilho para o desfecho da guerra. A segunda acredita que o ocorrido em Porongos foi uma trama para desestabilizar os farroupilhas e desmoralizar Canabarro, alegando ser falsa a carta na qual Caxias comunica a Francisco Pedro de Abreu o dia e local do ataque, previamente combinado com Canabarro, que desarmara os infantes.

As divergências entre as duas versões iniciam, portanto, na questão da autenticidade da missiva que ficou conhecida como a Carta de Porongos (anexo 02). A indicação de “cópia”, anotada no início da carta, já foi até mesmo apontada como uma demonstração da impossibilidade de se atestar a originalidade da mesma<sup>144</sup>. No entanto, não são raras as cópias de documentos presentes na Coleção Varela, o que demonstra que este foi um recurso comum na República. Desconsiderá-lo, significaria pôr em dúvida grande parte do acervo.

Em 11 de agosto de 1859, a controversa carta chegara às mãos de Almeida. Numa correspondência enviada por Bernardo Pires, encontramos uma relação dos documentos por ele reunidos. Dentre estes, a Carta de Porongos (anexo 02) foi tratada com certa ressalva:

[...] Vão todos os escriptos que nossas Tipografias estamparão desde o primeiro nº em Piratinim até o ultimo da Estrella do Sul em Alegrete; vão em devida forma relacionadas todas as Batalhas e acontecimentos notaveis em honra e gloria de nossas Armas; vão Decretos, Ordens do Dia, Avisos, Instruções e Proclamaçoens; entre estas a primeira de Bento Gonçalves, do Chefe dos Allemães de São Leopoldo, de Bento Manoel e de muitos outros Chefes. Vai em hum jornal Camello alguns

---

<sup>143</sup> Na virada do século XIX para o XX, os historiadores Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues protagonizaram um intenso debate sobre este acontecimento, que será oportunamente tratado no terceiro capítulo.

<sup>144</sup> Rodrigues, por exemplo, critica seu antagonista afirmando: “Desse documento fulminante não existe ou não se achou o original, como diz o próprio Dr. Varela. O que se encontrou foi uma cópia, em sua opinião, tirada sob as vistas do venerando Almeida”. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Pacificação do Rio Grande: David Canabarro e a surpresa de Porongos*. In: *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editorf, 1899, p. 2.

Offícios do traidor Bento Manuel e o de Antero Ferreira de Brito Ordenando que se nos atirassem como a Feras. Vai a Reservadissima para, digo, que detalha a surpresa dos Porongos, da qual faço mui individual menção para que no caso de que possa ella ter lugar de aparecer em nossa História ou mesmo publicada em jornais, que não nos sirva de vergonha, e para isso = declaro solenemente que tal escrito foi por mim copiado do original, ou cousa mui parecida, que Chico Pedro Moringue mostrou ao Sr. Manoel Rodrigues Barboza em muita reserva, e este me mostrou; mas note-se que foi isso muito depois dessa famigerada surpresa, hum mez pouco mais ou menos; portanto, devemos crer que fosse isso hum meio de ridicularizar e intrigar-nos huns com outros, pois não posso conceber que Canabarro e Lucas combinassem em semelhante traição, e tanto mais creio que fosse hum manejo de intriga assim inventado, porque nunca poderia a surpresa sair tão exata ao plano feito, como saiu, e tambem porque se Moringue venerasse as ordens de seu senhor, não mostraria essa fantástica reservadissima a hum homem que mostrando-me: disse que bom seria tirar dela hum traslado, como tirei, nesses dias em que esse Ratoneiro da especie humana se assanhava em derramar o precioso sangue de nossos Compatriotas, não em Campo raso, mas debaixo dos auspícios da mais vil traição, como sempre foi de seu vergonhozo costume; eis ahi porque os seus asseclas tanto clamão e se esfalfão com a noticia de ser escripta a Historia da Revolução Riograndense, mas não há de ella envergonhar aos Jardins, aos Gonçalves, aos Almeidas, aos Amarais, Canabarras, Guedez, Silveiras e a outros muitissimos Bravos que só se fizerão Credores de indeleveis elogios.

Vão outros muitos documentos de importancia e alguns em duplicata, os quaes, e os que V. Sa. não necessitar: fará favor hi-los depositando no mesmo Caixão para eu receber, pois são papeis a que tenho muita amizade, e os que estão maltratados hé porque os meus cazeiros supunhão não ter valimento: os traziam a rolo em minhas ausências.

Não mando o Manifesto porque V. Sa. o deve ter e mesmo está ele nos jornais escriptos em Piratinim, e não mando tambem a Proclamação do Presidente Jardim de 6 de Novembro de 1836 porque creio que está no Folheto das Leis que já V. Sa. recebeu e tambem o Coronel Lucas levou copia. Está tambem no dito Folheto o Officio do General Netto dando os pormenores da Batalha de 30 de Abril em Rio Pardo.<sup>145</sup>

Estes documentos foram enviados em um caixão “bem pregado e muito recomendado”, aos cuidados do capitão Manuel Soares de Paiva, pessoa de confiança. Na leitura desta missiva, podemos perceber a preocupação de Bernardo em orientar seu amigo para uma interpretação que preservasse a imagem imaculada dos líderes farroupilhas. Sugere, assim, que Almeida poupasse David Canabarro e Manuel Lucas de Oliveira de qualquer responsabilidade sobre as decorrências do episódio, que resultou no massacre dos lanceiros negros. Em defesa dos farroupilhas, afirmara acreditar que a

---

<sup>145</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7428, 01/08/1859, p. 58.

“Reservadíssima” não teria passado de uma trama entre Francisco Pedro de Abreu, também conhecido como Moringue, e Manuel Rodrigues Barbosa, aquele que teria lhe recomendado fazer uma cópia da carta. De posse da cópia, Almeida não tardara a escrever para Bernardo, expondo a sua visão sobre o envolvimento de Canabarro:

Sem seus devidos tempos tenho recebido os seus muito prezados favores de 1, 3, 4 e 24 do p.p. que não tenho respondido por achar-me quase sempre abatido e com afazeres urgentes, nos intervalos de não tonto; mas agora vou esforçar-me para fazê-lo principiando pela 1<sup>a</sup>.

Ainda não me veio às mãos o caixão de papéis relacionados e a mim rotulado; mas já entendi-me com o amigo Comendador Manuel Soares de Paiva, e só serão entregues a mim, ou a pessoa por mim autorizada: porque tão importante tesouro não se deve confiar a qualquer. Custa com efeito crer que fosse combinado o último ataque de Porongos; porém eu que aqui vi com antecedência duas cartas de Caxias anunciando ao falecido Veador João Rodrigues Ribas o próximo termo da revolução; pois que certos bichos, e que bichões! Estavam de acordo e podiam prestar (formais palavras). E que se quisesse ver pedisse ao Moringue parte do plano que tinha de executar para disso convencer-se. Este precedente; aquele de não bolir-se no trem e arquivo de Canabarro; aquele de serem mortos libertos somente e poucos homens de cor com eles parecidos; aquele de se não seguir a ninguém na fuga como se recomendara, escapando-se até a pé o Padre Chagas; e aquele finalmente de prometer-me Canabarro um manifesto justificativo, quando lhe disse eu que sua reputação escurecia por essa acusação, e nunca tratar de tal manifesto; repito, ainda não deparei com meios de destruir tal acusação, que desapareceria se Canabarro se apoiasse na alta política, asseverando que para chegar a um acordo indispensável era uma derrota, visto que o entusiasmo estúpido de muitos dos nossos companheiros obstruía todo e qualquer arranjo, como o meu amigo sabe sucedera com Bento Gonçalves, com Luís Barreto e comigo etc., etc., etc... Se Canabarro se firmasse nisso acharia muitos que, como eu, o acreditassem: de outra forma não sei como lavar-se de nódoa de traidor. Esse terrível fato que tenho de descrever com fidelidade e tantos outros que precederam a pacificação em desabono de companheiros notáveis, me põem em terrível perplexidade acerca da publicação do histórico de nossa revolução que prometi, que a todo custo tenho de fazê-lo [...].

O meu amigo copiou o reservado, como por descuido deixado por Moringue a Barbosa: eu vi o original e não trepido asseverar ser ele de letra de um oficial da Secretaria da Presidência, irmão do Dr. Capistrano<sup>146</sup>. Isso combinado com as cartas que notei predizendo o

---

<sup>146</sup> É provável que o indivíduo mencionado por Almeida seja o Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, nascido na Ilha do Desterro, em Santa Catarina, bacharel em direito pela faculdade de São Paulo e que atuava na fazenda provincial, tendo assumido a presidência interina da província duas vezes, enquanto vice-presidente. A letra da carta original seria, portanto, de José de Miranda e Castro, nomeado oficial da Secretaria de Governo por Provisão de 19/10/1833 e que persistiu na burocracia provincial até o seu falecimento, em 30/01/1875. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v.40, p.85 - 127, 2014.

próximo termo da luta que se verificou, que não se podia esperar senão por via de grande enfraquecimento na pequena força de que dispúnhamos, e que todavia respirava patriotismo, resignação e valentia, não se pode asseverar de Canabarro a suspeita de traidor ou de profundo político. Neste último caso, para onde pendo, não por político de que não pesca, mas por instinto e pelo prazer de machucar seus antagonistas e vestir-se do título de pacificador, fez ele ótimo serviço à Província, ao Império e à humanidade, sacrificando poucos a bem de muitos; mas devia ser leal e franco depois do golpe que o enobrecia e recomendava etc., etc., etc. A Lucas, faço-lhe justiça, considero limpo da mancha desse drama, porque trapalhão e ambicioso, não convinha que dele soubesse [...].<sup>147</sup>

Apesar dos conselhos de seu amigo, Almeida não parece ter compartilhado, até o que se sabe, da opinião de que teria sido a carta uma trama contra os farrapos. Ao contrário, ele afirma que já teria visto a carta original, através de João Rodrigues Ribas<sup>148</sup>, e que esta fora, para ele, corroborada com a notícia de uma correspondência onde Caxias teria comunicado os passos conseguintes ao massacre. Afirma, ainda, que por terem sido mortos apenas os negros, tendo os demais farrapos presentes no acampamento conseguido fugir a pé, não poderia isentar Canabarro desta mácula.

O mais importante nesta correspondência é a oportunidade de observarmos o conflito levantado pela carta. Afinal, como Almeida conformaria num arquivo que deveria transmitir às futuras gerações as glórias do passado, uma carta que, como disse Pires, envergonharia “aos Jardins, aos Gonçalves, aos Almeidas, aos Amarais, Canabarras, Guedez, Silveiras e a outros muitíssimos bravos que só se fizeram credores

---

<sup>147</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-673, 17/09/1859, p. 141.

<sup>148</sup> João Rodrigues Ribas era filho de Domingos Rodrigues, charqueador pelotense que, segundo Vargas, “alcançou riqueza e prestígios notáveis”. João Rodrigues atuou como negociante no Rio, onde investiu no comércio negreiro. VARGAS, Jonas. Op. cit., p. 125; 134. Não encontramos a referida carta que teria sido enviada por Duque de Caxias a João Rodrigues Ribas. No entanto, a descrição de Almeida, que afirma tê-la lido, assemelha-se muito com um documento citado nas pesquisas de Daniela Vallandro de Carvalho e Alfredo Varela. Trata-se de uma carta enviada por Caxias ao Ministro Jerônimo Coelho, onde o general já anunciava as tratativas do acordo de paz. Nesta missiva, Caxias afirmava ter sido procurado por um tio de Canabarro para tratar da “composição”, tendo ouvido deste que “por seu sobrinho não era a dúvida e que ele tinha certeza que se o governo imperial declarasse a guerra a Rosas, Canabarro se uniria infalivelmente ao Império e que isso mesmo, ele o tinha encarregado de me fazer saber e que tratasse eu de acabar com o partido de Bento Gonçalves, que com ele podia eu contar, assim como com toda a sua gente”. Como salienta Carvalho, este documento apresenta indícios de um acordo que remete ao episódio de Porongos, ocorrido apenas dois meses após o envio desta carta. CARVALHO, Daniela Vallandro. Op. cit., p. 220; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O cyclo farroupilha. Vol. 6. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933, p.239-240.



de indeleveis elogios”<sup>149</sup>. Preservar a imagem destes indivíduos era tarefa fundamental para que o conjunto se constituísse na materialização de um passado edificante.

Apesar de não excluir completamente de Canabarro a pecha de traidor, podemos notar que Almeida tentara criar outra possibilidade para interpretar o papel do ex-líder no desfecho da Revolução. Diante do impasse entre “traidor” ou “profundo político”, Domingos atribuiu a Canabarro o papel de pacificador, preservando, desta forma, não apenas a figura deste general, mas a da própria revolução, que representava um importante capital simbólico para as famílias dos ex-líderes farrapos.

Nos meses que se seguiram, Almeida recorreu a alguns dos seus companheiros da época da Revolução, a fim de averiguar determinadas informações sobre o episódio. Em junho de 1860, pediu a Bernardo Pires que conversasse com o Capitão José Avelino da Silva Santos Veleda, com quem já teria tido notícias das “ocorrências importantíssimas acerca do ataque de Porongos”<sup>150</sup>, e que escrevesse um relatório. Posteriormente, escreve a Dionísio Amaro da Silveira, perguntando “o que o Marquês de Caxias mandara dizer a Canabarro” e “qual foi o recado que Canabarro por V. S<sup>a</sup>. lho deu”<sup>151</sup>. No ano seguinte, voltara a procurar Dionísio, buscando esclarecimentos sobre a morte do Tenente Manuel Teixeira d’Ávila e do Coronel Joaquim Teixeira Nunes, comandante do Corpo dos Lanceiros Negros assassinados<sup>152</sup>. Ao antigo general Antônio de Souza Neto<sup>153</sup>, sobre quem se queixava por não lhe enviar os documentos e informações pedidos, escrevera:

---

<sup>149</sup>ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7428, 01/08/1859, p. 58.

<sup>150</sup>ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-725, 01/06/1860, p. 185.

<sup>151</sup>ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-732, 08/09/1860, p. 188.

<sup>152</sup>ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-764, 26/03/1861, p. 208.

<sup>153</sup> Antônio de Souza Neto nasceu em 1803, em Rio Grande. Já adulto, mudou-se para Bagé, onde foi estancieiro, criador de gado e cavalos. Após a incorporação da Província Cisplatina pelo Império Brasileiro, foi residir em terras onde hoje se localiza o Uruguai. Como militar, foi Capitão de Milícia na guerra Cisplatina (1825-1828) e Coronel de Legião da Guarda Nacional, em Bagé. Proclamou a República Rio-Grandense, na qual foi nomeado como Chefe do Estado-Maior do Exército, atuando como o braço direito de Bento Gonçalves. Após o término da guerra civil, estabeleceu-se em sua estância no Uruguai. SILVA, Matheus Luís da. Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

Não desejando consignar no histórico de nossa revolução senão fatos verdadeiros e bem averiguados, rogo-lhe me informe com a possível brevidade: 1º Se com efeito antes do célebre ataque dos Porongos houve avisos da aproximação do Coronel Francisco Pedro. 2º Se o falecido Coronel Joaquim Teixeira tivera ordem de se conservar no ponto em que foi surpreendido, e dele não sair sem aviso, bem como o Tenente Polvadeira segundo se diz. 3º Se na véspera do dito ataque foram tirados os cartuchos da infantaria para no dia seguinte se receberem outros, e se os mortos foram quase exclusivamente infantes. 4º Qual a marcha depois das forças reunidas, e por que senão bateram ao Coronel Francisco Pedro e Coronel José Joaquim, como que posição ocupava este quando encontrado e como se retirava etc., etc., etc...<sup>154</sup>

Neste conjunto de correspondências podemos observar o interesse de Almeida em “solucionar” o ataque de Porongos e sua ligação com o desfecho da guerra. Para tanto, recorreu, como vimos, aos farrapos de outrora, a fim de confrontar o conteúdo da Carta de Porongos com os testemunhos esperados. Pretendia, deste modo, alcançar a “verdade” dos fatos. No entanto, possivelmente suas tentativas tenham sido frustradas, pois não encontramos na Coleção Varela os relatos dos indivíduos acima referenciados, evidenciando como o tema gerava constrangimentos e silenciamentos.

Outro documento, porém, “caiu” nas mãos de Almeida, iluminando suas dúvidas sobre a relação entre o massacre de Porongos, Canabarro e o final da República. Lembrando que o passado se funda em vestígios – frutos das disputas, seleções e conformações de um dado tempo presente –, buscaremos entender quais interesses influenciaram os debates em torno do passado representado por este documento.

### **2.2.2 O “tão misterioso decreto de 18 de dezembro de 1844”: um passado ainda presente**

O Tratado de Ponche Verde, assinado por David Canabarro<sup>155</sup> em 28 de fevereiro de 1845, pôs um fim oficial à guerra civil (anexo 05). Somente farroupilhas

---

<sup>154</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-734, 10/09/1861, p. 213.

<sup>155</sup> Em 1842 Bento Gonçalves renunciara à presidência da República, entregando-a a Gomes Jardim. Com a saída de Bento, Netto abandonou o comando do Exército, que foi assumido por Canabarro. Os dois primeiros, figuras centrais entre os farroupilhas, não compareceram à convenção de Ponche Verde, sob a alegação de doença, tendo sido o documento assinado por Canabarro.

compareceram à convenção que tratou do acordo de paz, que nem mesmo teve a assinatura de Duque de Caxias, comandante imperial responsável pelas negociações para pacificação da província. Se isolado, este documento faz crer que os farrapos conquistaram as reivindicações pelas quais lutaram durante dez anos. Contudo, na prática a “paz honrosa” não ocorreu como idealizava Fontoura em seu diário, ao tratar das resoluções deliberadas durante a sua estada na Corte para negociar o fim da guerra: “Reconhecimento de postos (exceto dos generais), pagamento de dívida, liberdade dos escravos, etc, etc. e para tudo isso obter, quanto não foi preciso sofrer”<sup>156</sup>.

Se confrontado com as instruções enviadas por Jerônimo Francisco Coelho, Ministro da Guerra, ao Duque de Caxias (anexo 04), o Tratado de Ponche Verde é anulado quase por completo, tornando a referida paz não tão honrosa como queriam os farroupilhas. As instruções, determinadas cerca de dois meses antes do término da revolta, previam que os escravos que lutaram nas forças rebeldes deveriam ser remetidos para a Corte. Esta instrução contrapunha-se ao quarto artigo do tratado, que diz: “São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram a República” (anexo 05).

Outra contradição entre estes dois documentos refere-se ao pagamento da dívida da extinta República pelo Império. Ao contrário do que sugere o texto do tratado, o reconhecimento e pagamento das dívidas dos farrapos não ocorreu diante da mera apresentação dos créditos a Caxias ou pessoa por ele nomeada. Este processo foi, na verdade, orientado pelas instruções de Jerônimo Coelho que, dentre outros pontos, estabeleceu que a dívida só seria reconhecida “a depender das quantias destinadas à despesas gerais da guerra, até a quantia de trezentos contos de réis”, mediante o pedido de anistia (anexo 04).

O Coronel Manuel Marques de Souza foi encarregado por Caxias para acompanhar a comitiva que viajou ao Rio de Janeiro para tratar do acordo de paz<sup>157</sup>. De suas mãos Caxias recebeu as instruções acima citadas, juntamente com o Decreto de 18 de dezembro de 1844. Como aponta Silva, em abril de 1845 a notícia sobre o decreto foi divulgada

---

<sup>156</sup> FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina, Martins/Caxias do Sul: EDUCS, 1984, p. 154.

<sup>157</sup> GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, SP, 2015, p. 39.

pelo jornal *O Imparcial*, através da publicação de uma carta do Tenente Andrade Neves para Caxias<sup>158</sup>. Nesta missiva, Neves o parabeniza pela pacificação e, referindo-se ao decreto, afirma: “hoje mesmo fiz dar a devida publicidade na frente da tropa desta guarnição pela forma determinada por V. Ex., e com excessivo entusiasmo foi ela recebida pela mesma tropa, e povos deste distrito”<sup>159</sup>.

Verificamos, nesta mesma edição, a transcrição de uma carta na qual Antônio Vieira Braga, então juiz da comarca de Rio Pardo, felicitava Caxias por comandar o fim da guerra. Braga declara ter anunciado em toda comarca a proclamação de Caxias, além de ter orientado aos seus habitantes “a executarem fielmente o decreto de S. M. Imperial de 18 de dezembro de 1844”<sup>160</sup>. O mesmo periódico publicara, em 9 de julho daquele ano, uma correspondência dirigida pela Câmara de São Borja a Caxias. Nesta edição o jornal divulgava maiores detalhes sobre o decreto imperial, como podemos notar:

#### FELICITAÇÃO

Foi presente á camara municipal desta villa o officio que V. Ex. se dignou enviar lhe acompanhando por copia o Decreto de 18 de dezembro de 1844, em o qual S. M. o Imperador por Sua Imperial Clemencia concede a todos os individuos envolvidos na revolução desta provincia, plena e absoluta anistia para que não sejam nem judicialmente, nem de outra sorte perseguidos ou inquietados pelos actos que houverem praticado até a publicação do referido decreto. Por tão Magnanima, e Paternal Deliberação do Monarca, esta camara se congratula com V. Ex.: dirigindo-lhe as mais sinceras felicitações pelos grandes esforços que V. E. empregou para a pacificação da provincia, e nesta data mandou publicar o mencionado Decreto, para que chegue ao conhecimento dos habitantes de seu município.

Deos guarde a V. Ex. – Salla das sessões da camara municipal da villa de S. Borja em sessão extraordinária de 26 de Maio de 1845. – Illm. E Exm. Sr. Conde de Caxias, Presidente desta Província. – O presidente Manoel dos Santos Loureiro. – Domingos Joze da Silveira. – Tristão d’Araujo Nobrega. – Marcellino Antonio da Silva. – João Lopes Lencina.<sup>161</sup>

A exposição deste decreto e da proclamação do Duque de Caxias anunciando o término da revolta ocorreu por todo o país, tal como determinou Jerônimo Coelho ao

---

<sup>158</sup> SILVA, Juremir Machado da. *História Regional da Infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 304.

<sup>159</sup> *O Imparcial*, n. 46, 05/04/1845, p.2. Hemeroteca da BN.

<sup>160</sup> Id., p. 1.

<sup>161</sup> *O Imparcial*, n. 72, 09/07/1845, p. 2. Hemeroteca da BN.

requerer “a maior publicidade nas diferentes povoações da província” (anexo 04). A proclamação de Caxias, informando sobre o decreto, foi publicada no jornal *Diário Novo*, de Pernambuco<sup>162</sup>; e, no Rio de Janeiro, no *Jornal do Commercio*<sup>163</sup>, no *Sentinella da Monarchia*<sup>164</sup> e no *Diário do Rio de Janeiro*<sup>165</sup> – para citarmos alguns exemplos. A partir deste quadro, podemos considerar que o referido decreto foi amplamente divulgado em diferentes províncias. E, ainda que o seu conteúdo não tenha sido transcrito integralmente, como foram as proclamações de Caxias e a de Canabarro ao final do conflito, os termos “anistia” e “esquecimento do passado” parecem ter sido centrais nas publicações.

Numa carta escrita a Almeida, em 2 de setembro de 1859, Bernardo Pires lhe remete o que, segundo ele, seria “humã autentica daquele tão misterioso decreto de 18 de dezembro de 1844, que sempre passou por Reservado”<sup>166</sup>. Bernardo afirma ter conseguido este documento através do Coronel Gaspar Gomes Dias, a quem Bento Gonçalves o havia confiado. Ressalta, ainda, que Dias lhe enviou o decreto, para ele remetesse a Domingos e assevera: “porque em seu poder pode ainda de muito nos servir”<sup>167</sup>. Em resposta, Almeida agradece o envio da “autêntica do pudibundo Decreto do 18 de dezembro de 1844 que tanto se tem ocultado”<sup>168</sup>. De posse do decreto, Almeida manda fazer cópias e arquivar, como se lê na sua anotação na margem de uma carta escrita por Bernardo:

O Decreto de 18 de Dezembro de 1844 de que trata, como as Proclamações de 28 de Fevereiro e do 1º de Março de 1845, aquella de Canabarro e esta do Marques de Caxias, hoje 10 de Março de 1860 remetto com o Officio a Camara Municipal para serem archivados na Secretaria da mesma, a fim de tirar-se Certidões e divulgar-se.<sup>169</sup>

<sup>162</sup> *Diário Novo*, 29/03/1845, n. 69, p. 1. Hemeroteca da BN.

<sup>163</sup> *Jornal do Commercio*, 22/03/1845, n. 79, p. 1. Hemeroteca da BN.

<sup>164</sup> De forma irônica, o jornal enuncia: “[...] para Canabarro, Bento Gonçalves, e quantos pegarem em armas contra o Imperador, hade haver esquecimento do passado; mas ai d’aquelles que o tartufo tiver entre os dentes! – A sua perda é irremediável!...”. *Sentinella da Monarchia*, 22/01/1845, n. 585, p. 4. Hemeroteca da BN.

<sup>165</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 22/03/1845, n. 6871, p. 1. Hemeroteca da BN.

<sup>166</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7434, 02/09/1859, p. 64.

<sup>167</sup> Id.

<sup>168</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-677, 08/10/1859, p. 146.

<sup>169</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7432, 26/09/1859, p. 63.

Em um primeiro momento, a leitura destas correspondências sugere que a matéria do “oculto” decreto não era conhecida pelos antigos rebeldes, que por meio dele foram anistiados. Por esta razão, Almeida teria feito cópias e mandado arquivar, disponibilizando-as na Câmara Municipal de Pelotas. No entanto, parece improvável que Domingos e seus correligionários não tivessem conhecimento deste documento, afinal, conforme notamos, ele foi largamente difundido no ano de 1845 em diversos periódicos. Mesmo que Almeida não tivesse acesso aos jornais com circulação no Rio de Janeiro, parece improvável que ele não houvesse tomado conhecimento das publicações do jornal *O Imparcial*, expostas inicialmente.

Além disso, este decreto, que, como vimos, foi enviado por Caxias à Câmara de São Borja, foi também emitido à Câmara de Pelotas, como destaca Silva. Em uma obra que busca desconstruir os mitos e heróis farroupilhas, o autor transcreve uma carta de Duque de Caxias, onde este afirma enviar uma cópia do decreto para “que façam constar no seu respectivo município”<sup>170</sup>. A carta, preservada pela Biblioteca Pública Pelotense, acompanha uma cópia do decreto assinado por Domingos José Gonçalves de Magalhães, seu Secretário de Governo. Ora, como Almeida, tendo sido vereador em Pelotas entre os anos de 1849 e 1864, nunca teria tido acesso a tal documento antes de 1859? Tendo em vista a impossibilidade de crer nesta ocultação, impõe-se a pergunta: qual o interesse de Almeida em colocar em relevo o decreto de 18 de dezembro de 1844? E por que não reconheceu o conhecimento do mesmo?

No início de 1860, Almeida escreveu para o presidente da província, Joaquim Antão Fernandes Leão<sup>171</sup>, pedindo a sua intervenção para o cumprimento da anistia prevista no decreto. Infelizmente esta carta não foi preservada, mas a resposta de Leão à missiva datada de 24 de janeiro, fornece alguns elementos para compreendermos esta solicitação. De acordo com esta correspondência, Almeida procurava o auxílio do presidente para interferir no processo movido por Joaquim Gomes de Melo contra Faustino José de

---

<sup>170</sup> SILVA, Juremir Machado da. Op. cit., p. 254.

<sup>171</sup> Joaquim Antão Fernandes Leão nasceu em Queluz, Minas Gerais, em 1809. Antes de assumir a Presidência da Província de São Pedro, atuou como promotor público e inspetor da Fazenda em Ouro Preto; diretor-geral das Rendas Públicas do Tesouro; além de deputado por quatro legislaturas seguidas, pela Província de Minas Gerais. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Joaquim Antão Fernandes Leão. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jafernandesleao.html>.

Lima<sup>172</sup>. Em 1857, Lima foi condenado pelo juiz municipal de Piratini, Manuel Rodrigues Vilares, a indenizar seu denunciante pelo arrendamento de sua estância ao governo rebelde<sup>173</sup>. Em 1858, Almeida detalhou o caso a Manuel Lucas de Oliveira, concluindo:

[...] a proclamação do Exmo. Marquês de Caxias do 1º de março de 1845 e decreto de 18 de outubro de 1844 a que se refere, e que adjunto em nota (3), o isenta da responsabilidade dos atos praticados durante a revolução, assunto esse que decidido em sentido oposto ao que se convencionou, e autêntica a dita proclamação, provoca questões que o bem-estar das famílias da província repele.<sup>174</sup>

Podemos notar que neste momento os documentos mencionados cumpriam uma dupla função: evocavam o passado, esclarecendo sobre o término da guerra; e, deste modo, serviam de evidência para a resolução de uma demanda do presente, isto é, a remissão dos atos cometidos durante a República. Chama-nos a atenção, porém, que somente em 1860, passados três anos da condenação de Lima, Almeida tenha recorrido à presidência buscando solucionar esta questão. O argumento de que somente no final de 1859 ele teria tomado ciência do decreto não parece plausível. Analisando as correspondências entre Almeida e Fernandes Leão, percebemos que esta relação remete aos laços que se iniciaram em Minas Gerais. Em resposta às felicitações de Domingos pela sua nomeação à presidência, Joaquim expressa:

“[...] é tanto maior a minha satisfação quanto estou ainda lembrado do valioso apoio que em Minas me prestaram as pessoas de sua família da Diamantina, com quem sempre mantive estreitas relações de amizade, e me julgo bem feliz de merecer o mesmo apoio de V. Sa. hoje que me acho encarregado da espinhosa tarefa da administração desta província<sup>175</sup>.

No entanto, Joaquim Antão Fernandes Leão não possuía poder para interceder a favor de Faustino Lima nesta disputa. Afirma ser impossível, devido a independência do poder judiciário, “intervir em questão tão melindrosa”. Mesmo assim, diz o presidente que: “Estando porém dependente do poder legislativo a interpretação do indulto imperial

---

<sup>172</sup> Este caso teve repercussão no periódico *O Brado do Sul*, inclusive, com a publicação de alguns documentos. Trataremos este tema no segundo capítulo, dedicado aos embates e disputas em torno dos documentos na arena jornalística.

<sup>173</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 10. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1991. CV-5452, 29/07/1858, p. 89.

<sup>174</sup> Id. CV-5452, 12/06/1857, p. 88.

<sup>175</sup> Ibid. CV-5376, 13/06/1859, p. 38.

[...], convém que V. Sa. me remeta quanto antes a representação de que trata na sua citada carta para fazer chegar ao conhecimento do governo imperial<sup>176</sup>. Sendo, portanto, Leão alguém de sua confiança, Almeida encontrou as condições para, através da presidência da província, emitir ao Império uma representação que exigia a execução do decreto na contenda entre Lima e Melo.

Encontramos na Coleção Varela uma cópia incompleta da resolução escrita por Almeida. Nela, estão transcritos, além do decreto, as proclamações de David Canabarro e Duque de Caxias anunciando o final da revolução. Neste documento, Domingos critica Canabarro por não assinar a representação, e protesta: “[...] para o acordo de Ponche Verde, não era preciso a redação humilhatória e servil do decreto transcrito que providencialmente nos veio às mãos”<sup>177</sup>.

Podemos presumir que ao enfatizar a ocultação do decreto, negando tê-lo lido antes de 1859, Almeida buscava evitar qualquer vinculação com o documento que considerava humilhante e, deste modo, com o próprio desfecho da guerra. Entretanto, a resolução da contenda entre Lima e Melo com o cumprimento do Decreto de 18 de dezembro de 1844 era uma questão crucial para todos aqueles que estiveram envolvidos na revolta. Assim, evocar a prometida anistia através do “vergonhoso” decreto era um fato incontornável.

Por um lado, a atenção dada para este documento demonstra a sua importância para uma demanda colocada pelo tempo presente. Por outro, o seu enquadramento no arquivo que deveria refletir um passado glorioso exigiu de Almeida um esforço para a reabilitação do decreto, ou pelo menos dos farroupilhas a ele vinculados. Bernardo Pires, seu coadjuvante e debatedor neste processo, foi consultado sobre qual deveria ser o destino dado ao histórico da revolução: “Incapaz de acordo, depois da recepção de tal Decreto necessito conselho para fazer ou não o gosto àqueles que se opõem a publicação do Histórico prometido”<sup>178</sup>. Na intensa circulação de cartas que tinha com Bernardo, podemos entrever as interpretações e discussões suscitadas pela leitura do decreto:

---

<sup>176</sup> Ibid. CV-5377, 04/02/1860, p. 38.

<sup>177</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-2178, s/d, p. 647-650.

<sup>178</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7434, 17/10/1859, p. 65.



Muito estimado amigo Major Bernardo Pires

[...] O meu amigo, que como eu atento há marchado com nossas coisas, não poderá, como a mim sucede, deixar de lamentar a torpeza com que foram manejados os negócios da República Rio-Grandense nos seus paroxismos ou últimas agonias. Com a redação de Decreto de 18 de dezembro de 1844, em oposição à vinda de Álvares Machado e de outros agentes do Governo Imperial, solicitando um acordo amigável para a terminação de nossa desavença que poderia recrudescer com os auxílios de Rosas, como recrudescera depois do sucesso do Fanfa, pelas crueldades de Antero, e pela soma recebida e tão mal distribuída por Fontoura, é sabido que os ex-republicanos não rogaram, e sim foram rogados para o Convênio de Poncho Verde.

E como se diz no Decreto citado, que a S. M. I. recorreram os rio-grandenses iludidos e desvairados, que sustentavam uma causa atentatória da Constituição, quando em defesa dessa Constituição e à força foram empurrados, e que tão dignamente se puseram em campo no memorável 20 de setembro de 1835! Com esse rebaixe ao nome rio-grandense, e com a recusa de pugnarem os Srs. Canabarro e Fontoura por aquilo que ostentam haverem feito a prol da pacificação, para mim se aclarou o incógnito de Porongos, aliás de antemão patenteado em 2 cartas pelo Sr. Marquês de Caxias dirigidas ao Veador João Rodrigues Ribas, que não tendo podido haver, mas de que ainda se recordarão aqueles a quem as mostrara pelas singulares palavras de bichos, e que bichões!, de que em uma delas se servirá!!! Eis meu amigo porque do nosso lado e do lado de nossos antagonistas há oposição para a transcrição da nossa História: oposição que talvez triunfe pelo meu estado de saúde, de finanças, de capacidade e de dificuldade que me criam, e que renascem apenas destruídas as primeiras!<sup>179</sup>

Na análise de Almeida, o “misterioso decreto” é apresentado como uma importante peça para o entendimento do emaranhado desfecho da revolução. A partir de uma leitura que abrange o decreto, o massacre de Porongos e a má condução do pagamento das indenizações, Domingos imputara a Fontoura<sup>180</sup> e Canabarro a responsabilidade pelo que descreveu como o “rebaixe ao nome rio-grandense”. Tratando-se de um passado recente – ou, podemos dizer, de um passado ainda presente –, ao propor a escrita e publicação

<sup>179</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-711, 14/03/1860, p. 174-175.

<sup>180</sup> “Em 08 de setembro de 1860, o então comendador Antônio Vicente da Fontoura foi mortalmente ferido em pleno dia de eleições, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Cachoeira, por volta das 10 horas da manhã. Ele coordenava os trabalhos da comissão eleitoral quando recebeu uma forte pancada na cabeça e foi esfaqueado no ventre, vindo a morrer alguns dias depois. Vários depoimentos apontaram aquele homicídio como um desdobramento de mágoas oriundas da guerra civil de 1835/1845 e que um dos indivíduos apontado como mandante do crime, o Coronel Hilário Pereira Fortes, “guardava rancor a Fontoura por causa da revolução e esse sentimento cresceu de intensidade quando ele foi condecorado Comendador e ainda mais quando nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional o seu cunhado, o Brigadeiro Portinho, cargo que aquele aspirava e que não podia perdoar que fossem eles agraciados, tendo pertencido a revolução”. MOREIRA, Paulo Roberto S.; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. *A Morte do Comendador: eleições, crimes políticos e honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016.

desta história, Almeida colocava em risco a imagem dos antigos líderes farroupilhas, alguns ainda vivos.

Ao encontro da interpretação enviada por seu amigo, Bernardo assevera que o “encantamento” do Decreto de 18 de dezembro de 1844 “atesta evidentemente que Negocios reservados emprazarão sua devida publicação”. E, sobre o massacre dos negros foi categórico: “Não tem mais que ver, está hoje tão claro como a Luz do Dia que a façanha dos Porongos foi pior que a do Lecor e Barbacena<sup>181</sup>, que o Diabo lá os conserve em recompensa do Bem que prestarão a esta Provincia”<sup>182</sup>.

As opiniões trocadas por meio destas cartas provavelmente não foram amplamente compartilhadas com outros correligionários. De todo modo, a ideia de escrever e publicar a história da Revolução Farroupilha afetava tanto os legalistas como os republicanos. Documentos como a Carta de Porongos e o Decreto de 18 de dezembro de 1844, apresentavam os indícios de uma trama que comprometeria as duas partes envolvidas na guerra. Em carta a Manuel Antunes da Porciúncula, Almeida desabafa:

Mas qual a causa da morte da República sustentada por esse valor ainda não extinto? Eis o secreto que pensam não averiguado ainda e que temem se rompa com o histórico dessa revolução escrita por mim pelas explicações que tem de suscitar. Assim, traduzo a oposição que se faz a essa publicação, quando aliás daria lugar a lavagem de nódoas talvez caluniosas que mancha reputações que se julgam firmadas etc., etc., etc... e que mais tarde aparecerão como foram.<sup>183</sup>

Ao alegar desconhecer, até então, o texto do decreto do indulto imperial, Almeida tentava, ao nosso ver, distanciar-se da “nódoa” de traidor, que atribuía a Fontoura e Canabarro. Com o primeiro, Almeida possuía desavenças desde a época da Revolução,

---

<sup>181</sup> Nos Anais do AHRS encontramos a seguinte explicação: “Trata-se de Carlos Frederico Lecor (nascido em Faro/Portugal em 11/09/1764 e falecido no Rio de Janeiro em 03/08/1836. Nomeado Brigadeiro em 1811 e agraciado com o título de Barão da Laguna em 1818 e Visconde da Laguna em 1825) e do Marques de Barbacena - Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta (nascido em 19/09/1772 no Arraial de São Sebastião, proximidades de Mariana, Minas Gerais, Brasil e falecido em 13/06/1842 no Rio de Janeiro). Bernardo Pires provavelmente refere-se a participação de Barbacena e Lecor na Guerra da Cisplatina (1825/1828) e na independência do Estado Oriental do Uruguai em 1828”. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7441, 08/05/1860, p. 69.

<sup>182</sup> Id. CV-7441, 08/05/1860, p. 69-70.

<sup>183</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-717, 06/04/1860, p. 178-179.

como abordado anteriormente. Esta inimizade foi ainda mais acentuada, com a dificuldade enfrentada pelo ex-ministro para receber os valores apresentados à comissão de indenização, liderada por Fontoura. O segundo também pertenceu ao grupo opositor ao de Almeida na República. Domingos estava convencido de que as suas denegações em lhe enviar documentos, em assinar a representação enviada ao Imperador e em pronunciar-se esclarecendo o ocorrido no Cerro de Porongos, constituíam sinais de uma traição. No entanto, o decreto levantava outra suspeita, sobre aquele que, para Almeida, deveria “figurar em retrato”:

Passar-te-ia nunca pela lembrança que os respeitos e amizades que consagrei a Bento Gonçalves enquanto vivo e hoje às suas cinzas e reputação, me obrigam a desistir do histórico da revolução em que de tão boa fé tomamos tão ativa e penosa parte; e que até tenha resolvido queimar tantos documentos, apontamentos e informações que hei acumulado, como todo e qualquer vestígio desse drama espantoso? Pois a tudo me obriga a memória desse homem, e só estudo o meio de fazê-lo com dignidade, visto a respeito ter havido o que sabes.

Lembras-te que por causa da só palavra – anistiar – empregada na Proclamação do Regente foi suficiente para machucar os brios dos homens de então, sendo eu o único que a defendi na Assembleia Provincial [...]. Pois bem, um documento em sentido oposto que se tem ocultado e que foi guardado e reservado por Bento Gonçalves me veio à mão, e em mim apagou o conceito que dele fazia, dele que tinha de figurar em retrato no exórdio do meu projetado histórico!<sup>184</sup>

Num primeiro momento, o decreto significou, para Domingos, a convivência de Bento Gonçalves com a anistia Imperial, tema que havia dividido os revoltosos no final do decênio. A presença deste documento tocava, portanto, na construção de uma representação heroica de um dos principais ícones da Revolução Farroupilha. Um arquivo é formado tanto pelo gesto da preservação e seleção, como pelo poder da destruição, como sublinhou Derrida. O decreto parece, pois, ter colocado Domingos diante da difícil escolha entre guardar ou destruir.<sup>185</sup>

A carta acima reproduzida foi escrita para Manuel Antunes da Porciúncula, que, por sua vez, possuía um grau de parentesco com a família Gonçalves Silva: sua esposa, Eleutéria Isabel Garcia, era irmã de Caetana Francisca Garcia, esposa de Bento Gonçalves da Silva. Na posição de concunhado do já falecido Bento, Antunes, para dizer o mínimo,

<sup>184</sup> Id. CV-684, 17/10/1859, p. 151-152.

<sup>185</sup> DERRIDA, Jacques *apud* HEYMANN, Luciana Quillet. Op. cit., 2012, p. 25.

provavelmente não estava em posição confortável diante das opiniões de Almeida. Talvez por esta razão, Manuel Antunes não respondera aos julgamentos proferidos por Almeida nesta carta.

Aos poucos parece ficar claro que mais do que uma simples reunião de papéis, na formação deste arquivo estavam entrelaçadas as relações entre os indivíduos que selecionavam os documentos e os que neles estavam inscritos. Qualquer documento que se desviasse da coerência de uma narrativa gloriosa sobre o passado farroupilha poderia desonrar aqueles que concorriam como os heróis da revolução.

Cabe lembrar que a honra era um elemento muito valorizado neste contexto, como destacou Barbosa ao analisar a composição e organização das famílias Almeida, Gonçalves da Silva e Fontoura. Segundo a autora: “Estas famílias da elite farroupilha e seus membros pertenciam a um universo em que a honra, o prestígio, a dignidade, a família e as suas estratégias eram fundamentais para sua existência”<sup>186</sup>. O passado farroupilha e a importância desta experiência política constituíam, deste modo, um importante capital simbólico<sup>187</sup> para estas famílias. Neste sentido, a conformação de uma imagem que preservasse apenas os feitos memoráveis de Bento Gonçalves era indispensável não apenas para os seus herdeiros diretos, mas para todos aqueles que a ele estiveram ligados na revolução.

Em 03 de abril de 1860, Almeida comunica a Antunes ter modificado seu pensamento sobre esta questão. Para tanto, alegara ter recebido a cópia de uma carta endereçada por Bento a Caxias, na qual poderia se vislumbrar a posição contrária do general à anistia. A fim de redimir-se, escrevera:

---

<sup>186</sup> BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: papéis familiares e a elite farroupilha* (RS, 1825-1845). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009, p. 44.

<sup>187</sup> Com esta expressão, nos remetemos ao pensamento de Bourdieu, que afirma: “[...] o capital político era uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem obtendo assim, uma forma de capital simbólico, de crédito firmado na crença”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 187-188. Sobre este conceito, o teórico esclarece: “O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. [...] O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”. BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, 2011, p. 205.

Eu te disse que tinha perdido toda a vontade e vigor de escrever o histórico de nossa revolução, ou de fragmentos para ela, desde que o aparecimento do Decreto de 18 de dezembro de 1844 dado em guarda por Bento Gonçalves para comigo desconceituara este homem benemérito, por isso que aceitara um documento infamante, ou porque julgasse tudo perdido [...]. Fui injusto, como acabo de ver, e por isso me apresso a dissipar qualquer mau conceito que também dele concebeste.

Ontem recebi, e hoje li a cópia da carta que Bento Gonçalves dirigiu por Ismael Soares a Caxias protestando contra o salvo-conduto por este enviado, que não podia mandar a seu campo pessoa habilitada como desejava para regular as bases da conciliação anelada. Estas cartas combinadas com a de Jardim a Bento Gonçalves dizendo-lhe que inteirado do conteúdo delas enviara o Padre Chagas e Fontoura para adiantar serviços, explicam o negócio de Porongos, que todavia não enterrou a revolução, porque Moringue, adstrito às ordens que recebera, não aproveitou a ocasião, deixando escapar a pé ao mesmo Padre Chagas etc., etc., etc....!!!<sup>188</sup>

Bento devolveu a Caxias o salvo-conduto por não ter alcançado plenamente os termos de um acordo que salvasse “a dignidade do Rio Grande”<sup>189</sup>. Almeida encontrara em tal devolução um argumento para defender a honra do general. Desta maneira, o já falecido Bento Gonçalves foi poupado da responsabilidade sobre o vergonhoso fim da República Rio-Grandense que, para Almeida, estava gravado no decreto. Com o recuo de Almeida, Antunes manifesta-se sobre este tema:

Respondendo ao conteúdo de vossa 1ª cumpre-me dizer-vos que não fui surprehendido a respeito da infundada desconfiança que haveis concebido sobre a conducta de Bento Gonçalves, a vista de um documento achado entre os papeis deste, que sombreou extraordinariamente em vosso coração a opinião que gosava esse distinto companheiro de tantos trabalhos e de tantas glorias? Elle tinha, é verdade muitos defeitos, porem em patriotismo e firmeza não era excedido. Quem melhor do que eu o conhecia? Certamente ninguem. Logo, como poderia eu dar assenso a qualquer imputação dessa ordem que nella se podesse divisar a mais leve tintura de traição por elle praticada. Embora apparecesse um ou outro documento isolado, que d'elle se podesse tirar-se semelhante illação?

---

<sup>188</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-714, 03/04/1860, p. 176-177.

<sup>189</sup> A correspondência de Bento Gonçalves pertencente à Coleção Varela foi publicada pelo AHRS em 1985. Neste volume encontra-se uma cópia da carta a qual Almeida se refere, onde se lê: “Neste momento me foi entregue o salvo-conduto que V. Exa. Se dignou enviar-me por intermédio de Ismael Soares da Silva, comissionado por amigos meus para manifestar a V. Exa. nosso vivo empenho de levar a efeito uma conciliação que ponha termo aos males que afligem a este belo país, e como o mesmo não satisfaz plenamente meus desejos tomo a liberdade devolver-lho pelo portador que o conduziu”. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva (1835-1845)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985, CV8573, p. 252.

Desde que, meu querido Almeida, recebi no Rio Grande a vossa carta a respeito desse documento, e mesmo em Pelotas me haveres n'elle tocado brevemente nunca vacilei que fosse o mesmo de que trata a vossa presada, que estou respondendo, e consequentemente me doia esse preconceito injusto; mas todavia não me era possível dispersuadir-vos delle a vista de documento accusatorio, mas que não te dignaste mostrar-me para vos esclarecer; por que perfeitamente sabia de todas essas circumstancias que devião respeito ao predicto documento. Deixei portanto a vosso genio incansável o cuidado de descobrir a verdade, e restituir o merito a quem hoje repousa no soccego do tumulo.

Tenho igualmente pelo exposto dado as razões por que não vos entreguei o retrato de Bento Gonçalves quando estive nessa Cidade a respeito do que tão bem não me falaste, o qual se acha em poder do nosso amigo Bononé, que vai escrever a sua biografia.<sup>190</sup>

É interessante observarmos que uma carta onde Almeida ousou levantar desconfianças sobre Bento foi suficiente para que, aos olhos de Antunes, ele perdesse as habilitações para redigir a história daquele que foi seu parente e companheiro na guerra civil. Tendo em vista o exposto, é plausível afirmarmos que a preocupação com a honra dos ex-farroupilhas, seus filhos e netos, motivou a reinterpretção elaborada por Almeida sobre os documentos do seu arquivo. Na preservação da memória destes heróis, parecia estar em jogo também a própria manutenção da posição social destas famílias, que dependiam, em parte, da sobrevivência desta herança imaterial. Neste rol, inclui-se a família Almeida, a quem interessava não somente a habilitação da memória da Revolução Farroupilha, como também a preservação dos laços com seus correligionários e familiares.

A memória, vale lembrarmos, é dinâmica, elaborada e reelaborada constantemente, de acordo com os critérios e as disputas de cada tempo presente. De acordo com Albuquerque, “é vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento”<sup>191</sup>. Transpondo este pensamento para a constituição da memória farroupilha, talvez possamos identificar no conjunto analisado uma das suas primeiras

---

<sup>190</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7545, 02/05/1860, p. 138-139.

<sup>191</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 151.

“camadas”. A primeira memória sobre a guerra civil seria publicada por Tristão Araripe<sup>192</sup> somente em 1880, vinte anos após o início da formação do arquivo analisado.

Enquanto um lugar para a preservação do passado farroupilha, este conjunto pode ser tomada como um dos primeiros suportes para sua memória. No entanto, outras demandas por espaços para o resgate da história da guerra civil farroupilha nasceram no final do século XIX. A seguir, buscaremos inserir o surgimento do arquivo de Almeida em um contexto mais amplo, concernente ao próprio processo de institucionalização de uma escrita da história do Rio Grande do Sul.

### **2.3 O lugar dos arquivos na institucionalização da escrita da história do Rio Grande do Sul**

Fundado em 1838, na cidade do Rio de Janeiro, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) foi um lugar privilegiado para a produção do discurso histórico nacional. Elaborar um passado unificador e estabelecer os princípios identitários da nacionalidade representavam tarefas necessárias em meio à emergência do Estado Nação. Neste sentido, o IHGB se constituiu em espaço oficial na Corte para a escrita da história nacional, responsável, como destaca Lucia Maria Paschoal Guimarães, pela formação da “Memória Nacional” brasileira<sup>193</sup>.

Desde a sua fundação, o IHGB buscava se ramificar pelas províncias do Império<sup>194</sup>. Esta iniciativa, como indica Manoel Luís Salgado Guimarães, visava centralizar no Rio

---

<sup>192</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 1986.

<sup>193</sup> Em sua tese de doutorado, Guimarães realiza uma ampla pesquisa sobre o IHGB, abarcando sua estrutura e funcionamento, a composição dos quadros sociais, o material publicado na Revista da instituição, dentre outros aspectos. No que compete ao papel do instituto na construção da Memória Nacional, a historiadora adverte: “Entrementes, orientado por aqueles mesmos homens que estiveram à testa dos acontecimentos de 1822, o Instituto iria sedimentar o terreno; tecendo a Memória de um país recém-separado da metrópole, carente de unidade e que dava seus primeiros passos. Titubeante mesmo. Tendo de enfrentar o peso de um passado colonial desagregador [...]”. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, v.156, nº388, p.459-613, jul./set., 1995, p. 515-516.

<sup>194</sup> *Revista do IHGB*, Tomo I, 1839, p. 18.

de Janeiro as informações enviadas das diferentes regiões do Brasil<sup>195</sup>, a fim de produzir uma síntese geral e unificadora da história nacional. Para tanto, o seu primeiro estatuto definia: “Art. 1º. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil”<sup>196</sup>.

Ao analisar o conteúdo da Revista do IHGB, Guimarães constatou que a maior parte da produção publicada durante o período de 1839 e 1889 correspondia à transcrição de documentos históricos<sup>197</sup>. A respeito do predomínio da memória sobre a historiografia, Araújo ressalta: “Como a principal tarefa da escrita da história era cunhar uma unidade e homogeneidade nacional, que não correspondia à realidade do Império, ela se viu obrigada a reduzir suas atividades à coleta e à publicação de fontes documentais”<sup>198</sup>.

O IHGPSP (Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro), primeira filial do IHGB, foi fundado em Porto Alegre no ano de 1860. Aos moldes do IHGB, a congênere sulina buscava inserir o passado da província na história da nação brasileira, disputando um lugar para o “soldado guardião”<sup>199</sup> na identidade nacional que se forjava.

---

<sup>195</sup> Segundo o historiador: “[...] da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, no Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 8.

<sup>196</sup> Revista do IHGB, Tomo I, 1839, p. 18.

<sup>197</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. cit., p. 513; 557-563.

<sup>198</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 37-38.

<sup>199</sup> Ao analisar o material publicado sobre o Rio Grande do Sul nas revistas do IHGB e do IHGPSP, Boeira verifica uma tensão entre as duas agremiações: “Para os rio-grandenses do IHGPSP, a intenção de preservar a memória dos grandes homens da Província envolvia a defesa do homem sulino como um soldado guardião de uma nação que nem sempre levou em conta seus sacrifícios. Para o IHGB, a manutenção do papel de divulgador e compilador dessa história sulina, era uma das estratégias encontradas para preservar a pacificação de uma região problemática”. BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013, p. 113.



Partindo das bases do IHGB, José Antônio do Valle Caldre e Fião<sup>200</sup> assim definia as funções do IHGPSP:

Seria um grande serviço coligir os dados da história, esses documentos importantes e as tradições que se iam apagando com a descida ao túmulo dos testemunhos oculares dos fatos passados. Seria um grande serviço procurar nos arquivos públicos o que ainda existe, ordenar e dar-lhe forma precisa para fazer parte do importante corpo da história.<sup>201</sup>

A história da província outrora rebelada estava, até então, a cargo da Casa da História no Império. Conforme verifica Boeira, o Rio Grande do Sul foi a segunda província mais abordada nos artigos publicados na Revista do IHGB durante os anos de 1839 e 1889, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, sede do governo imperial<sup>202</sup>. Apesar da particular atenção destinada à esta província, somente em 1880 o movimento farroupilha ganharia espaço nas páginas de sua revista.<sup>203</sup>

Ao IHGPSP cabia descrever a participação do Rio Grande na construção da nação, destacando a sua missão bélica na defesa das fronteiras e o seu papel heroico no passado nacional<sup>204</sup>. Assunto controverso e ao mesmo tempo incontornável na história da

---

<sup>200</sup> O médico, jornalista e abolicionista Caldre e Fião foi presidente da Sociedade Parthenon Literário e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Em importante estudo sobre a construção da história sul-rio-grandense nos periódicos porto-alegrenses com circulação entre os anos de 1856 e 1879, Gomes destaca o papel de Caldre e Fião na segunda geração de letrados da região. A autora observa a existência de uma relação hierárquica entre a geração dos “homens de papel e tinta”, responsáveis pela conservação da memória de um passado de lutas e guerras, e a dos “homens de terra e guerra”, protagonistas deste legado. GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 219. Sobre a obra de Caldre e Fião, consultar: REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de Honra: um estudo acerca da honorabilidade sul-rio-grandense no século XIX, a partir dos romances de Caldre e Fião*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo, PPGH / Unisinos, 2014.

<sup>201</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, 1860, p. 4.

<sup>202</sup> De acordo com o levantamento da pesquisadora, neste período o Rio Grande do Sul foi tema de 51 artigos na Revista do IHGB, número relevante se comparado com o Rio de Janeiro, que obteve 68 referências. BOEIRA, Luciana Fernandes. Op. cit., 2013, p. 32-33.

<sup>203</sup> *Revista do IHGB*, t. 43, vol. 61, 1880; t. 45, vol. 65, 1882; t. 46, vol. 67, 1883; e t. 47, vol. 69, 1884. Entre os anos de 1880 e 1884 a Revista do IHGB publicou o estudo intitulado “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, de autoria do conselheiro cearense Tristão de Alencar Araripe. A obra buscava deslegitimar a memória da República Rio-Grandense, afirmando ter sido ela motivada por interesses e rivalidades pessoais, em detrimento de ideais republicanos e democráticos. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 2004. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004, p. 208-209.

<sup>204</sup> Sobre o discurso histórico produzido pelo IHGPSP, Gomes afirma que: [...] a história que os integrantes do IHGPSP deveriam narrar precisava contemplar esse passado de lutas heroicas na defesa dos interesses do Império do Brasil, ressaltando o papel dos bravos combatentes rio-grandenses e, ao mesmo tempo, disciplinar e controlar esse passado a fim de elidir da memória em construção os eventos que ameaçassem

província, a guerra farroupilha não deixaria de ser mencionada pelos membros do Instituto. Como aponta Boeira, já no primeiro ano de funcionamento foi publicado um documento referente à revolta, na seção “Documentos” da Revista do IHGPSP. Tratava-se de um decreto que elevava à categoria de vila a povoação de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, anunciando o ano de 1838 como o “terceiro da Independência e da República”<sup>205</sup>. É interessante observarmos que, apesar da história deste evento abrir margem para conflitos de interpretações e disputas, o IHGPSP não se eximiu de divulgar um documento que expunha um conteúdo por tanto tempo silenciado pelo IHGB. Como ressalta Boeira:

Ao divulgar esse longo documento farroupilha, o Instituto sulino estava assumindo riscos e tornando público para quem quer que tivesse acesso à publicação um comprovante de que os rebeldes farrapos efetivamente afrontaram o controle territorial e político do Império, reafirmando a passagem de uma parte da história brasileira que o IHGB achava melhor não expor<sup>206</sup>.

No mesmo ano desta publicação, às margens das agremiações respaldadas pelo “conhecimento científico”, Domingos José de Almeida intensificava sua busca por documentos que testemunhassem a guerra farroupilha. Iniciativas semelhantes, surgidas nas últimas décadas do século XIX, são indicadoras de uma demanda pela constituição de espaços para a formação e preservação de uma memória da Revolução Farroupilha neste período. Além da Revista do IHGPSP, outros periódicos cumpriram importante papel na construção de uma escrita da história sul-rio-grandense, tendo sido a guerra civil abordada através destes veículos.

Em importante pesquisa sobre o percurso de construção da escrita da história sul-rio-grandense, Gomes identificou nos periódicos que circulavam em Porto Alegre um “meio alternativo de apresentação das narrativas sobre a história regional”<sup>207</sup>. Através da análise das revistas publicadas no final do século XIX, a historiadora observa que ao

---

o projeto político de conciliação, como a guerra civil farroupilha e seus integrantes. GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012, p. 166.

<sup>205</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. Op. cit., 2013, p. 143; Revista do IHGPSP, n. II, 1860, p. 69.

<sup>206</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. Op. cit., 2013, p. 144.

<sup>207</sup> GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 28. A autora analisou os seguintes periódicos: *O Guayba*, *Revista do IHGPSP*, *Murmúrios do Guahyba* e *Revista Mensal do Parthenon Literário*.

salvar os documentos do esquecimento, os periódicos formaram não apenas um acervo relativo a sua própria produção periodista, mas também, e aqui cabe destacar, um acervo referente aos documentos transcritos e publicados, pertencentes a coleções públicas ou particulares.

Exemplo disso, foram as publicações da revista literária *Murmúrios do Guahyba – revista mensal consagrada às letras e à história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, com circulação durante o ano de 1870. Conforme Gomes, sua curta duração “foi suficiente para demonstrar a necessidade desses periódicos naquela sociedade, e, sobretudo, por sua preocupação com a história rio-grandense”<sup>208</sup>. José Bernardino dos Santos, proprietário do periódico e membro do Parthenon Litterario, criou duas seções destinadas a transcrições de documentos sobre o decênio farroupilha, intitulados: *Revolução da Província (1835-1845)* e *Coleção de documentos oficiais, peças autênticas e notas importantes relativas à história da revolução da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*.<sup>209</sup>

Na primeira seção foram publicadas as proclamações de David Canabarro e do Barão de Caxias, ambas datadas do final da revolta. Na segunda, foram transcritas algumas correspondências enviadas por Sebastião Barreto Pereira Pinto<sup>210</sup> a Bento Gonçalves; e de Antônio Rodrigues Fernandes Braga com o juiz da comarca de Piratini e com o comandante da fronteira do Rio Grande. Julgando-se incapaz de narrar o histórico da Farroupilha por não possuir a “serenidade necessária para o cumprimento da jornada”<sup>211</sup>, José Bernardino exalta a relevância do trabalho de colecionar/arquivar documentos para a escrita da história deste episódio:

[...] gostosamente contribuiremos para que outros levem a efeito (o que é já tempo) essa missão, de que nos julgamos incapazes; e a esses com prazer offerecemos tudo quanto podemos reunir em longas e enfadonhas investigações, em trabalho assíduo e por sua natureza difficil, no empenho de colleccionar documentos officiaes e authenticos que possam servir de prova quando forem levados ao tribunal da historia

<sup>208</sup> GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 28.

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Sebastião Barreto Pereira Pinto “foi comandante de armas da Província desde 1829 até 1835, quando o governo dos farroupilhas o destituiu. Por sua conduta e vinculações políticas, teve papel relevante na eclosão do movimento de 20 de setembro; era das personagens mais visadas pelos farrapos. Tinha aproximação com o presidente uruguaio Frutuoso Rivera e hostilizava Lavalleja, que, por sua vez, era apoiado e estimulado por Bento Gonçalves da Silva”. (Franco, 2010, p.162). FRANCO, Sergio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937). Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010, p. 162.

<sup>211</sup> GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 238.

essa epocha e os seus pró-homens, os personagens que figurarão n'esse grande drama de sangue de que foi theatro a Província do Rio Grande do Sul [...]. Á quasi trescentos ascendem os documentos que hemos colhido, respingando-os aqui e ali, do pó, do olvido e da treva em que jazião, ou salvados da destruição. Este trabalho foi árduo, mas confessamos, que elle nos desvanece, porque se não saciamos a nobre ambição que nos impellia a enthesoural-os, compensa-nos a convicção de termos n'isso prestado um serviço real a terra em que nascemos, e a gloria de que seremos um dia consultados por aquelles que tiverem de escrever a historia d'esse decênio tão fecundo em feitos de glorioso heroísmo, quanto maculado por actos de barbara carnagem e requintada perversão. É pois já tempo de se desentranhar do cáhos as peças sobre as quaes se há de formular o processo d'essa geração, já quasi toda extincta; e nós gostosamente offerecemos as que forão o fruto de nossas noutes de insomnia, de estudo e de locubrações penosas: este prazer é-nos immenso; e é a grata e bastante recompensa de nossos esforços.<sup>212</sup>

As pesquisas acima citadas nos indicam um crescente interesse na segunda metade do século XIX por documentos que falassem sobre o polêmico decênio farrapo. Aproximando a trajetória de formação da futura Coleção Varela com a criação dos acervos de documentos transcritos nas revistas, notamos a preocupação de uma geração com a formação e sobrevivência de conjuntos documentais que preservassem a memória de um evento ímpar do passado sul-rio-grandense. Amostra do valor atribuído a tais documentos e, com isso, ao próprio passado neles representado, foram os pedidos de empréstimo recebido por Almeida. Em carta de 05 de abril de 1860, remetida a Manuel Antunes da Porciúncula, ele reclama:

Do Sr. Dr. Melo Morais recebi o 1º e 2º tomos da História do Brasil por ele escrita, para remeter-vos; vou mandá-la encadernar para fazê-lo, asseverando desde já que é a melhor e mais completa de três que mais conheço. Ele me pedê para encarregar-se da redação do histórico da nossa revolução, os documentos que possuo. Ninguém melhor que ele o faria: porém baseando-me eu em minha memória para tentar esse importante trabalho, não lhe cedo tais documentos para com eles despertar essa cansada memória e pedir explicações de fatos não bem averiguados; o que ele não pode fazer por não ter como nós presenciado esse drama, ou nele em muitos atos representado.<sup>213</sup>

Alexandre José de Melo Morais<sup>214</sup> foi autor de um dos principais estudos históricos no Brasil Imperial, além de grande colecionador de documentos e pesquisador de

<sup>212</sup> *Murmúrios do Guahyba*, 20/02/1870, p. 82 *apud* GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 238-239.

<sup>213</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-715, 05/04/1860, p. 177.

<sup>214</sup> Nascido em Maceió no ano de 1816, Alexandre José de Melo Morais foi médico, historiador e político. Melo Morais enviou suas obras para o IHGB, tendo, num primeiro momento, uma recepção positiva. No

arquivos. Conforme sublinha Santos, para Melo Moraes a história não era apenas construída a partir de documentos, mas, sim, a própria transcrição deles. Almeida, diferentemente deste historiador, frequentemente referia-se à importância da sua “extenuada memória”<sup>215</sup> que, despertada pelos papéis, seria instrumento para o resgate fidedigno do passado – o que podemos observar neste trecho de uma carta enviada a João Antônio da Silveira:

A narração do histórico de nossa revolução, que prometi publicar, tem sido tão desejada que três capacidades do Império instantaneamente me têm pedido os documentos que possuo para redigí-lo; ao que tenho respondido que sendo a minha cabeça o principal documento, e não podendo apartá-la de meu corpo, não podia aceitar tão valiosas ofertas, não enviando-lhes os documentos que possuo para com eles despertar lembranças confusas e passo a passo notar os fatos conhecidos, e após seus antecedentes e resultados; e é para isso que os papéis que meu amigo me prometeu instantaneamente reclamo.<sup>216</sup>

Vemos que apesar de reconhecer nos documentos o acesso à verdade sobre os fatos do passado, o testemunho direto possuía igual ou maior valor na visão de Almeida. “As três capacidades do Império”, as quais se refere Almeida, eram Melo Moraes, Félix Xavier da Cunha e Antônio Álvares Pereira Coruja, como apontou em carta a Manuel Antunes. Cabe salientar que a notícia sobre a construção de um arquivo sobre a guerra farroupilha já havia chegado na Corte e chamado a atenção dos seus homens de letras. Diante das intenções manifestas, Domingos asseverara:

[...] todos são-me muito e muito superiores para o caso, se tais papéis com efeito demonstrassem os acessórios que talvez só eu saiba, e que esses papéis me irão lembrando para retificar com o testemunho ocular, ou de ouvir narrar pelos protagonistas, o que eles não podem fazer; e eu mesmo, apesar desse recurso, sabe Deus o que farei.<sup>217</sup>

O valor da experiência, argumento sobre o qual Almeida debruça-se, não era matéria estranha aos letrados que ocuparam as cadeiras do IHGB. Não apenas com a pena,

---

entanto, o historiador foi acusado de plágio e a indicação de seu nome para sócio da instituição acabou sendo recusada. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. De “ramusio” a “plagiário”: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 176 (466):151-178, jan./mar., 2015.

<sup>215</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-673, p. 141-144.

<sup>216</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-716, 06/04/1860, p. 178

<sup>217</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-717, 06/04/1860, p. 178-179.

mas também com a espada se escrevia história no século XIX. Como esclarece Oliveira, dentre as qualidades e competências do historiador do oitocentos, valorizava-se a “condição de agente heroico dos acontecimentos”<sup>218</sup>. Conforme a historiadora, “antes de ser elaborada sob a forma de narração, havia a ‘verdadeira história’”, aquela que ocorria no “campo da ação heroica dos grandes homens”.<sup>219</sup>

Exemplo de um homem de “espada” e “pena”, Pereira Coruja reunia as características de um letrado. Sua participação no início da revolta ao lado dos farroupilhas, lhe atribuía os traços de heroicidade de um agente que “fez” a história. Em 1837, com a retomada de Porto Alegre pelos imperiais, Coruja, então deputado provincial, foi preso por cinco meses. Quando solto, mudou-se para o Rio de Janeiro, alegando sofrer perseguições políticas. Em 1839 ingressou na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, e no ano seguinte fundou o Liceu Minerva, atuando também como professor de prestígio na Corte<sup>220</sup>. Em 1842 filiou-se ao IHGB, onde alcançou posição de destaque e contribuiu com estudos sobre a província natal. Foi o “embaixador intelectual rio-grandense no IHGB”<sup>221</sup> e intermediou a aprovação do pedido de filiação do IHGPSP<sup>222</sup>. Pela sua longa carreira no magistério e pelo tempo dedicado ao IHGB, cerca de vinte anos, o professor Coruja foi também reconhecido como um agente que “escreveu” a história.

Deste modo, podemos pensar que, ao requisitar a documentação reunida por Almeida, talvez Coruja se considerasse mais habilitado para a tarefa de escrever a história da revolução. Domingos, mesmo sem dispor da “imediata proteção de Sua Majestade Imperial” e sem frequentar os espaços letrados, desenvolveu, em certa medida, o que podemos classificar como um método para operar seu arquivo e se instrumentalizar para a pretendida escrita da história. Questionado pelo Brigadeiro José Gomes Portinho<sup>223</sup>

<sup>218</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010, p. 38.

<sup>219</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Op. cit., 2010, p. 38.

<sup>220</sup> CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996, p. 2.

<sup>221</sup> LAZZARI, Alexandre. Op. cit., p. 44.

<sup>222</sup> Sobre o processo de filiação do IHGPSP, ver: BOEIRA, Luciana Fernandes. Op. cit.

<sup>223</sup> Criticando a demora na publicação do prometido histórico, Portinho escreveu a Almeida: “Conforme sua Ordem dactada de 11 do mez de Outubro proximo passado foi entregue ao proprio do Sr. Carlos de Koseritz a importancia de 12 assignaturas que eu por pedido de V. Sa. agencieei para o Brado do Sul – confiado todos que assignarão na promessa que V. Sa. lhe fez de escrever a historia da Revolução desta Provincia, cuja promessa até hoje não foi cumprida, e assim burlados ficamos nós todos que assignamos aquelle Jornal com essa esperança = V. Sa. pode fazer sciente ao Sr. de Koseritz que findo o tempo, por que assignarão os 12 individuos de que estou encarregado, não deverá remeter mais Jornaes, por que todos dão como findas suas assignaturas, por que não desejão continuar com essa despesa”. No próximo capítulo

sobre o atraso em publicar a prometida história da guerra civil, Domingos justifica-se descrevendo as atividades que envolviam este intento:

Rever papéis do ano de 1827 a hoje, e aqueles dessa época que tenho em cópia recebido, coteja-los, coordenar e arranjá-los cronologicamente; ler as historietas de Coruja, do General Abreu e Lima, do Generalato do Conde de Caxias, do Visconde de São Leopoldo; ler do Sr. Saturnino de Sousa e Oliveira os Relatórios do Brasil e o que se escreveu em Porto Alegre, Rio Grande, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Bahia e Montevidéu em tão longo espaço de tempo, para então escrever nossa heroica revolução, é trabalho muito e muito superior às forças de um velho de 63 anos e a morrer todos os dias; de um velho que tem consciência do que a si deve, do que deve a seus companheiros de trabalhos, do que deve à Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, e do que deve à História da generosa Nação Brasileira; e por tão plausíveis motivos não é justo o reproche da demora de sua publicação.<sup>224</sup>

Com diferença de poucos dias, Almeida envia outra missiva a Portinho, com conteúdo muito semelhante a anteriormente citada. Optamos por igualmente transcrevê-la, pela riqueza das informações:

Rever a grande soma de papéis que possuo dos anos de 1827 a 1845; aqueles dessa mesma época, que se me tem enviado em abundância tendentes à revolução da Província; ler as “Memórias Econômico-políticas de um português” por cuja perda e saudade ainda hoje confrange-se meu coração e minhas pálpebras se umedecem por deparar nesse apreciável escrito apontadas muitas das causas que ajudaram a produzir essa revolução; ler as historietas de Coruja, Abreu e Lima, São Leopoldo, Generalato do Conde de Caxias, Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e Tirara; ; ler e confrontar o que se disse acerca de tal assunto nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, nos relatórios dos Ministros do Império, e o que mais se escreveu a respeito em Montevidéu, Rio Grande, Porto Alegre, São Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco, tomar notas e coordená-las cronologicamente para depois escrever com fidelidade o histórico de dita revolução, a que me comprometi; bem vês meu estimado comandante e amigo, que isso é trabalho que se não pode fazer a correr, e particularmente por aquele que tem consciência do que a si deve e do que deve a seus companheiros de trabalhos, felizmente ainda em grande número existentes, a seus antagonistas, à Província, Pátria de tantas inteligências sublimes, e mas que tudo a posteridade; todavia apesar de meus tenazes padecimentos, de minha idade e distrações repetidas e como de propósito suscitadas,

---

teremos a oportunidade de debater a relação entre a recepção deste periódico e a demanda social por uma memória da guerra civil. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7577, 25/11/1859, p. 164. Questões referentes ao jornal *Brado do Sul* serão tratadas no próximo capítulo.

<sup>224</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-689, 11/12/1859, p. 156-157.

esses agros trabalhos acham-se adiantados, e não mui longe sairão à luz o que a minha muito fraca inteligência for arranjando.<sup>225</sup>

Podemos identificar, nestes excertos, algumas práticas comuns entre os letrados do oitocentos. Primeiramente, o trabalho de coletar, organizar e, finalmente, formar um arquivo de documentos foi, como discutimos, etapas centrais para a escrita da história no século XIX. Assim, o ato de reunir documentos, que à primeira vista poderia ser considerado como menor se comparado à escrita, foi uma importante tarefa desempenhada por Almeida. Outro ponto que merece destaque é a preocupação de Domingos em consultar ampla bibliografia, inclusive aquela produzida pelos membros da Casa da Memória Nacional.

Não podemos ignorar as informações expostas nestas cartas sobre a circulação de livros. Além dos trabalhos de Coruja, do Visconde de São Leopoldo e de José Inácio de Abreu e Lima, todos membros do IHGB, Almeida tinha acesso, também, às revistas desta instituição. É interessante verificarmos que este material circulava fora dos muros das agremiações “científicas”, alcançando as mãos de um autodidata como Almeida. De acordo com Menegat, o ingresso na maçonaria possibilitou a Almeida o contato com gabinetes de leitura e bibliotecas, espaços valiosos numa sociedade carente de instrução<sup>226</sup>. Talvez, tenha sido através da rede da maçonaria que Almeida tenha tido acesso às obras acima listadas, oriundas de diversas regiões.

Os dois tomos da obra *História do Brasil* de Melo Moraes, recebidos do próprio autor, Almeida enviou para Manuel Antunes, com a missão de lê-los e doá-los à Câmara Municipal de Rio Grande e à 1ª escola do ensino primário<sup>227</sup>. Dentre outras leituras mencionadas, chama-nos a atenção o modo como Almeida referia-se aos *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes, o Visconde de São Leopoldo. O livro lhe foi enviado em 1859, pelo seu amigo Bernardo Pires. Almeida, por sua vez, remeteu-o a Manuel Antunes, observando:

Acelera a recepção e remessa do arquivo do amigo General João Antônio e com ele os Anais da Província pelo caluniador Visconde de São Leopoldo, que muita falta me faz para confrontação e dilucidação

---

<sup>225</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-690, 22/12/1859, p. 157-158.

<sup>226</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 111.

<sup>227</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-767, 06/06/1861, p. 216.



de fatos que desfigura; e acreditem na história escrita por hipócritas malvados.<sup>228</sup>

Os Anais da Província de São Pedro, publicado vinte anos antes da fundação do IHGB, recebeu muitos elogios entre os letrados da Corte. Visconde de São Leopoldo, autor do livro, foi o primeiro sócio a ocupar o cargo de Presidente Perpétuo no Instituto. Almeida não registrou maiores detalhes sobre a sua inconformidade com esta obra, mas nos escritos de seu grande amigo Antônio José Gonçalves Chaves, encontramos algumas pistas. Em sua *Quinta Memória*, Chaves critica o perfil pouco civilizado traçado por José Feliciano sobre o tipo sul-rio-grandense<sup>229</sup>. Além disso, em 1839, durante o curso da revolta na província, foi publicado o segundo volume da obra. Nesta edição, o Visconde acrescentara algumas notas sobre o movimento farroupilha, restringindo suas motivações a ambições e interesses particulares, e a ideias subversivas<sup>230</sup> – o que torna compreensível a reprovação de Almeida.

Notamos, com o exposto, que embora não tenha frequentado espaços formais de instrução, Almeida tomou emprestado algumas das práticas usuais entre os letrados do oitocentos. Ademais, o “homem de armas”, para habilitar-se à escrita do passado, buscou conhecer os debates transcorridos entre os “homens de letras”, a partir do contato com as obras que circulavam no IHGB. Logo, se por um lado seria um equívoco classificar Almeida como um letrado, por não ter frequentado espaços convencionais de ensino, por outro não se pode ignorar a proximidade das suas práticas com aquelas adotadas pelos membros de renomadas agremiações, e tampouco o seu passado marcado pela atuação

---

<sup>228</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-733, 10/09/1860, p. 189.

<sup>229</sup> Nas palavras do Visconde de São Leopoldo, transcritas por Chaves: “Em geral são inertes e vários, e de natural ferino; e se excetuando as grandes povoações, onde se tem apurado a civilização, os roubos, mortes e atentados que frequentemente perpetram, são segura medida para calcular os poucos progressos que ainda aqui têm feito a moral, as leis e o espírito de sociedade; o que provém parte do ruim fermento que logo entrou na massa de sua povoação; principiou-se (e o mais é que continua apesar da proibição legal) pela violação dos elementos essenciais da colonização, consistindo o casco desta do enxurro da nação, de degradados, de mulheres imorais e banidas, não podendo por isso deixar de haverem ressaibos dos vícios dos seus habitantes primitivos, como as raças se ressentem dos seus autores; e se em períodos posteriores encheriam alguns casais dos Açores, falhando-se-lhe com o tratamento e avanços prometidos emigraram; e parte procede do sistema de vida: o hábito de laçar a cada passo uma rês e despedaçá-la tem familiarizado o estancieiro e o charqueador com o espetáculo da dor e da morte, perde-se gradualmente o horror e a alma participa da insensibilidade dos órgãos; é questão debatida por hábeis físicos até que ponto o alimento animal ou vegetal pode influir sobre o caráter do indivíduo; a observação de todos os tempos e de todos os lugares apresenta os devoradores de vianda em geral mais cruéis e ferozes que os outros homens; e um sábio moderno refletiu que a fertilidade ou esterilidade do território atuam mais sobre os costumes do que sobre as leis.” CHAVES, Antônio José Gonçalves *apud* GOMES, Carla Renata Antunes de Souza Gomes. Op. cit., p. 53-54.

<sup>230</sup> LAZZARI, Alexandre. Op. cit., p. 30.

política, elemento comum entre muitos homens de letras que conquistaram importantes posições no IHGB.

### CAPÍTULO 3

---

#### *História e Memória no jornal: O Brado do Sul e os usos políticos dos documentos*

Para Domingos José de Almeida, tão importante quanto coletar os testemunhos da guerra civil farroupilha, era a publicidade destes registros. Deste modo, em 1858 fundou o periódico *Brado do Sul*, veículo que conduziu com o auxílio de Carlos Von Koseritz. Neste capítulo abordaremos os conflitos gerados a partir das publicações deste jornal, buscando compreender quais indivíduos e interesses marcaram este processo.

Para tanto, primeiramente traçaremos uma breve introdução sobre o surgimento da imprensa no Rio Grande do Sul, a fim de melhor entendermos o contexto no qual o *Brado do Sul* estava inserido. Em seguida, analisaremos os usos políticos destes documentos, a fim de percebermos de que forma estes foram mobilizados por Almeida na sua afirmação política e social. Concluiremos esta parte do trabalho debatendo as disputas em torno da publicação de alguns documentos e da memória a eles relacionada.

Este capítulo é um esforço de análise, tendo em vista a dificuldade que encontramos no mapeamento das edições do *Brado do Sul*, foco principal neste momento do texto. Embora tenhamos localizado poucos exemplares deste periódico, optamos por manter o seu exame na estrutura da tese, por considerá-lo fundamental para o entendimento das problemáticas envoltas na trajetória da Coleção Varela<sup>231</sup>. No decorrer da narrativa, tentaremos preencher as lacunas encontradas com as informações presentes nas correspondências de Domingos José de Almeida; como também, no periódico *O Conciliador*, de Porto Alegre. Esta documentação fornece importantes vestígios dos bastidores da publicação do *Brado*, auxiliando na compreensão da sua relação com o conjunto estudado.

---

<sup>231</sup> Consultamos as edições do *Brado do Sul* conservadas no MCHJC (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa) e os exemplares digitalizados e disponibilizados na Hemeroteca da BN. Confrontando os jornais constantes nos dois acervos, notamos que aqueles apresentados na plataforma da BN são digitalizações do mesmo material encontrado no MCHJC.

### 3.1 A inserção do *Brado do Sul* na arena jornalística sul-rio-grandense

O ano de 1827 é considerado um dos marcos na história da imprensa brasileira<sup>232</sup>. No ano anterior, com o início das atividades da Câmara dos Deputados, o decreto de 2 de outubro de 1823, que caracterizava os abusos da liberdade de imprensa, passou a ser revisado. Assim, em 13 de setembro de 1827, foi publicada a lei que determinava “[...] que os que imprimirem, ou de qualquer modo fizerem circular as opiniões enunciadas pelos senadores ou deputados no exercício de suas funções, não são por isso responsáveis”<sup>233</sup>. Com a retomada das sessões legislativas, os jornais constituíram um importante espaço de discussão política, participando dos embates travados entre os deputados e o Imperador. José Murilo de Carvalho atribui o papel fundamental ocupado pela imprensa à escassez de espaços que garantissem o debate, e salienta:

A imprensa funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que a tribuna e mesmo os clubes, alcançava outras regiões do país. Não por acaso os políticos se viam forçados a complementar a tribuna com a imprensa. É bem conhecida a prática comum de políticos e partidos manterem seus próprios jornais, seja para cobrir os períodos de recesso do Congresso, seja para alcançar um público mais amplo.<sup>234</sup>

Diante da reação liberal por meio da imprensa panfletária, o governo não apenas subsidiou alguns periódicos, como também criou os chamados jornais áulicos, destinados à defesa da imagem do Imperador D. Pedro I e do sistema constitucional então vigente.<sup>235</sup> Neste contexto ocorre a fundação do *Diário de Porto Alegre* (1827), com o patrocínio de Salvador José Maciel, presidente da Província de São Pedro. O primeiro periódico a

<sup>232</sup> A referência mais completa sobre o tema continua sendo: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

<sup>233</sup> Decreto de 13 de setembro de 1827. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, parte I, 1878, p. 40.

<sup>234</sup> CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 19.

<sup>235</sup> Conforme Marques Júnior: “Os áulicos no Primeiro Reinado foram responsáveis por apoiar politicamente d. Pedro I e a Monarquia Constitucional centralizada, na qual o soberano usufruía de poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais por meio do Poder Moderador. Esses homens ocupavam diferentes espaços: na imprensa, no Legislativo, especialmente no Senado, no Executivo, nas ruas, de maneira difusa, através de seus simpatizantes, e foram de suma importância para manutenção do imperador no poder, da imagem viva de uma monarquia integrada, mesmo com os inúmeros conflitos provinciais no período”. MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *O despertar do Império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte Fluminense (1822-1831)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2018, p. 35.

circular no Rio Grande do Sul atendia um público letrado e possibilitava ao governo, através do domínio de um veículo oficial, o controle do conteúdo divulgado. Deste modo, o *Diário* surgira como um instrumento para o combate das doutrinas que, aos olhos do governo, “procuravam torna-lo suspeito aos povos e tirar-lhe a reputação e a confiança”.<sup>236</sup>

Nos anos seguintes ocorreu um relevante crescimento no número de periódicos na província. Conforme Rüdiger, em apenas oito anos foram lançados 32 jornais, entre eles: *Sentinela da Liberdade* (1821-1835), *O Constitucional Rio-Grandense* (1828-1831) e *O Noticiador* (1831-1836)<sup>237</sup>. Surgiram, assim, alguns jornais que, em contestação ao precursor, divulgavam as pautas do ideário liberal, intensificando a contenda entre os legalistas e os republicanos. Para o autor:

O conceito que guiava esses jornais era tão somente político. Os textos tinham forte cunho doutrinário, consistindo de matérias opinativa sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com os adversários de publicidade. A linguagem era extremamente virulenta, não poupando ideias, nem pessoas.<sup>238</sup>

A incipiente imprensa foi extremamente influente no movimento que antecedeu a guerra civil farroupilha. Disputavam a opinião pública periódicos como *O Noticiador* e *O Recopilador Liberal* (1832-1836), alinhados ao lado dos rebeldes; e *O Mercantil do Rio Grande* (1835-1840) e o *Correio da Liberdade* (1831), defensores da unidade imperial. No decorrer do decênio farrapo foram fundados outros veículos que atuaram como porta-vozes da República Rio-Grandense, tais como *O Povo* (1838-1840), *O Americano* (1842-1843) e a *Estrela do Sul* (1843). O primeiro foi financiado por Domingos José de Almeida, que, através da venda de 17 escravos, adquiriu os equipamentos para a montagem da tipografia.<sup>239</sup>

Sendo o jornal da República com o maior tempo de circulação, em suas 160 edições *O Povo* publicou inúmeros decretos, ofícios, manifestos, além de notícias e artigos através

---

<sup>236</sup> Atas do Conselho Administrativo da Província, 6ª sessão, 10/05/1827 *apud* RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993, p. 19.

<sup>237</sup> RÜDIGER, Francisco. *Op. cit.*, p. 20-21.

<sup>238</sup> *Id.*, p. 21.

<sup>239</sup> AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-422, p. 328.

dos quais a propaganda ideológica dos farroupilhas pode ser percebida. Segundo Dornelles, Luigi Rossetti, redator do jornal, foi autor de boa parte dos textos publicados n' *O Povo*. Em sua análise, a historiadora verifica a influência do ideário *mazziniano* de “liberdade, igualdade e humanidade” nas páginas da folha farrapa<sup>240</sup>. Em maio de 1840, durante um ataque das forças legalistas em Caçapava, a tipografia do jornal foi destruída, tendo sua atividade interrompida. Somente em 1842 as publicações foram retomadas, com a criação d' *O Americano*, posteriormente substituído pela *Estrella do Sul*, ambos comandados por Almeida.

De encontro a esta imprensa, circularam outros periódicos que, excetuando aqueles que buscavam transmitir um caráter de neutralidade, podem ser classificados como legalistas<sup>241</sup>. Dentre estes, encontram-se títulos como *O Campeão da Legalidade* (1837-1839), *Correio da Liberdade* (1831), *O Imperialista* (1839-1840), *O Inflexível* (1832-1834) e *O Legalista* (1836-1838). Conforme sublinha Klafke, ao disputarem a opinião pública, os redatores destas folhas:

Combateram, pregaram, educaram, abriram espaço para manifestações, enfim, inseriram seu nome e o de seus veículos no processo de construção da incipiente esfera pública, arena na qual a sociedade tentava, ainda tateando, com maior ou menor sucesso, dirimir os seus conflitos”.<sup>242</sup>

Neste mosaico de jornais estava em formação uma imprensa marcada pela polarização política, intensos debates e, até mesmo, ataques pessoais. O crescimento da atividade jornalística durante este período contrasta com o subsequente declínio no número de periódicos. A crise econômica enfrentada pela Província após transcorrerem

---

<sup>240</sup> Giuseppe Mazzini, ao lado de Giuseppe Garibaldi, foi uma das lideranças do movimento denominado como *Risorgimento* (1815-1870), responsável pela unificação da Itália. Rossetti e Garibaldi encontraram-se no Rio Janeiro, em fins de 1835. Adeptos e militantes do republicanismo *mazziniano*, ingressaram no conflito ao sul do Império, na ocasião da prisão do também italiano, Livio Zambecari. Em Piratini, Rossetti conheceu Almeida, responsável pelo engajamento do italiano na imprensa farroupilha. Sobre a participação deste indivíduo no episódio, ver: DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

<sup>241</sup> Ao analisar a imprensa periódica avaliada como legalista, Klafke observa certos limites nesta classificação, tendo em vista os interesses e disputas envolvidos no processo de constituição da nação que estava em curso. Consultar: KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>242</sup> Id., p. 264.

dez anos de uma guerra civil impossibilitou o funcionamento e a manutenção das tipografias, que tiveram suas atividades encerradas antes mesmo da extinção da República Rio-Grandense.

Após a relativa estagnação da atividade periodista nos anos finais da década de 1840, o regime jornalístico passa por uma transição na década seguinte, impulsionada pela reorganização das forças políticas. A partir de 1850, durante a chamada política de conciliação, as lideranças começam a rearticular-se em torno de dois grupos principais, denominados como a *Liga* e a *Contra-Liga*. A primeira reunia alguns dos antigos legalistas que passaram a atuar ao lado dos conservadores, como Francisco Pedro de Abreu, e João da Silva Tavares. Já a segunda encontrava apoiadores entre conservadores e liberais, contando com a liderança de José Antônio do Vale Caldre e Fião, Manuel Osório e do Barão de Porto Alegre.

Ambas facções utilizaram a imprensa para abordar suas pautas políticas e, principalmente, para divulgar os candidatos que concorriam às eleições provinciais e, na mesma medida, atacar seus adversários. José Cândido Gomes e Félix da Cunha, candidatos representantes da *Contra Liga*, por exemplo, foram, respectivamente, redator e colaborador da folha liberal, *O Mercantil* (1849-1865). Caracterizado pelo discurso combativo, agressivo e contestatório, o jornalismo da segunda metade do século XIX é, deste modo, classificado por Rüdiger como “político-partidário”. Neste sentido, o autor salienta que “as páginas dos jornais não somente constituíam um prolongamento da tribuna parlamentar, mas meios de articulação partidária do movimento da sociedade civil”<sup>243</sup>.

É neste cenário que Domingos José de Almeida lança, na cidade de Pelotas, o jornal *O Brado do Sul*. Ao que tudo indica, este periódico contou com a tipografia adquirida por Almeida anos antes, para a execução das folhas oficiais da República. Com circulação entre os anos de 1858 e 1861, o *Brado* foi inicialmente dirigido por Carlos Von Koseritz, intelectual alemão que participou intensamente na imprensa oitocentista do Rio Grande do Sul<sup>244</sup>. Tendo sido o único jornal a atuar na cidade de Pelotas naquele período, o *Brado*

---

<sup>243</sup> RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993, p. 28.

<sup>244</sup> Nascido em 1830, o jovem alemão Karl von Koseritz chegou no Brasil em 1851, fixando-se em Pelotas no ano de 1852. Conforme Weizenmann, “foi cozinheiro, trabalhador, jornaleiro e portuário”, nos primeiros

ocupou importante papel na disputa política local, especialmente no que tange às eleições para Assembleia Provincial. Exemplo disto foi o amplo apoio conferido a Joaquim José Afonso Alves, influente advogado, que, como destaca Vargas: “Além de ser aparentado com charqueadores, comerciantes e estancieiros, era importante membro da elite local, tendo sido vereador, juiz municipal, diretor do Asilo de órfãos e da Loja Maçônica União e Concórdia”<sup>245</sup>.

A orientação liberal do jornal pode ser percebida tanto na adesão a candidaturas para vereadores e deputados, como na divulgação de uma agenda dedicada ao combate da centralização administrativa. Neste sentido, o jornal abordava temas que abarcavam desde o movimento liberal na Europa<sup>246</sup>, até demandas locais, como o valor do imposto sobre o charque<sup>247</sup>. Além disso, foram frequentes as transcrições de textos publicados em outros jornais liberais, especialmente do *Liberal Pernambucano*<sup>248</sup>, do *Correio da Tarde*<sup>249</sup> e do *Paiz*.<sup>250</sup>

Paralelamente, o *Brado* foi um valioso instrumento utilizado por Almeida na busca pelo ressarcimento dos valores gastos em recursos e munições ao longo da guerra civil. Logo após a assinatura do tratado de paz, Domingos iniciou uma série de petições

---

anos neste país. Em 1855, casou-se com Zeferina Maria de Vasconcelos, filha de um estancieiro da região. Após o matrimônio, mudou-se para Rio Grande e realizou diversas tentativas para iniciar uma carreira que valorizasse a sua aptidão para a escrita. Ingressou na imprensa no cargo de ajudante, no jornal *Rio Grandense*. A experiência neste jornal lhe possibilitou o melhor domínio do idioma local, e um contato com o público leitor. No ano seguinte, regressou para Pelotas, onde assumiu a redação do jornal *O Noticiador* e, posteriormente, do *Brado do Sul*. Koseritz atuou em diversos periódicos, destacando-se na produção periodista em língua alemã. Dentre os jornais voltados para o público alemão nos quais atuou, estão: *Deutsche Zeitung* (1861-1917), *Koseritz' Deutscher Volkskalender* (1874-1938) e *Koseritz' Deutsche Zeitung* (1881-1918). WEIZENMANN, Tiago. “Sou, como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015, p. 34.

<sup>245</sup> VARGAS, 307. Ver, por exemplo, o artigo no qual Almeida revida as acusações do *Noticiador* contra a imagem de Afonso Alves: Duas palavras em resposta. *Brado do Sul*, 14/09/1860, p. 1. Defesa semelhante, pode ser observada na publicação dedicada à figura de Felix Xavier, em: Um dos nossos candidatos. *Brado do Sul*, 19/11/1860, p. 1.

<sup>246</sup> Allons enfants de la patric! *Brado do Sul*, 20/07/1859, p. 1.

<sup>247</sup> Noticiário. *Brado do Sul*, 01/12/1860, p. 2.

<sup>248</sup> A monarchia e a guarda nacional. *Brado do Sul*, 27/09/1859, p. 1-2. O direito do povo nas eleições de juiz de paz e vereadores. *Brado do Sul*, 25/09/1860, p. 1.

<sup>249</sup> A camara dos deputados. *Brado do Sul*, 25/05/1860, p. 1. Centralização administrativa. *Brado do Sul*, 27/12/1859, p. 1.

<sup>250</sup> Isto é verdade. *Brado do Sul*, 09/05/1860, p. 1-2.



requisitando o pagamento das dívidas contraídas com os gastos assumidos quando ministro da República Rio-Grandense. Como já mencionamos, dos 30:518\$325 réis devidos, apenas 10:889\$155 foram reconhecidos pela comissão liquidadora, tendo sido pagos, afinal, apenas 4:032\$000.

Em 1845, ao solicitar ao Império o reembolso das dívidas da extinta República, Almeida ameaça que, na negação do pagamento, seria forçado a publicar tal injustiça num jornal em sua tipografia<sup>251</sup>. Passados pouco mais de dez anos, quando ocorre a fundação do jornal *O Brado do Sul*, Almeida ainda tentava reaver o restante do valor devido pela Coroa. Neste processo, os documentos seriam peças cruciais para que Almeida pudesse fundamentar sua reivindicação. Considerando o exposto, buscaremos compreender as disputas em torno destes registros e do plano de torná-los públicos através das páginas deste jornal.

### 3.2 Usos políticos dos documentos

A informalidade na qual eram baseados os negócios durante o período da República foi um dos principais obstáculos para a comprovação das negociações realizadas por Domingos. A formação do conjunto documental não estava dissociada, portanto, das questões econômicas que envolviam o reestabelecimento financeiro do ex-ministro. Deste modo, reunir todo tipo de registro que testemunhasse o decênio farrapo significava, num primeiro plano, munir-se de recursos para a referida demanda. Neste intuito, passados cerca de oito meses da assinatura do Tratado de Ponche Verde, Domingos José de Almeida recorre ao seu correligionário, David Canabarro, pedindo auxílio para “reparar a clamorosa injustiça” que sofria em suas finanças:

[...] para obrar a respeito com a inteireza e circunspecção que lhe são próprias, revelará que me remonte a épocas anteriores, que fale de meus sacrificios a pról da causa felizmente terminada, que invoque o testemunho de V. S<sup>a</sup>. e que auxilie minha pretensão com **documentos exarados quando nem por sonhos se vislumbra o desfecho de nossa questão política**, para serem preparados com dolo de antemão premeditado.

Com a ocorrência de 15 de junho de 1836 que pôs a capital da Província em poder de nossos antagonistas, forçoso foi a cada um de nós, além de

---

<sup>251</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 166.

nossos serviços, concorrer com a quota que nos foi possível agenciar para obter objetos bélicos e todos os meios de prosseguir na empresa em que nos achávamos empenhados: a mim pois, me coube despende no conserto da escuna “2 de junho”, no armamento da escuna “30 de maio”, na criação do Trem de Guerra, no feitio de roupas para o exército, e no suprimento de quantias à soma de Rs. 3.647\$455 de que fiz menção na conta que apresentei na Tesouraria Provisória em 30 de Setembro de 1837, cujo embolso nunca reclamei pela **impossibilidade de aparelhar os respectivos documentos** [...].<sup>252</sup> (grifos nossos)

Diante da recusa de uma parte da dívida apresentada no primeiro relatório encaminhado à comissão liquidadora, Almeida buscava a colaboração do seu antigo companheiro de revolução, com documentos e um relato, que correspondesse às orientações presentes na carta citada. Através do testemunho daquele que portava o título de “pacificador”, Almeida almejava corroborar as suas alegações. Na mesma missiva, ele aproveita para também solicitar que Canabarro interferisse em seu favor com o Conde de Caxias:

Uma carta sua ao nobre Conde de Caxias, cobrindo os documentos que citei e adjunto, fazendo-lhe ver que o zelo da comissão acerca de suas recomendações exorbitar a meu respeito, e que por isso deve ser reparado, apadrinha minha justa reclamação, arranca minha família do futuro melancólico que a espera, e **me poupa ao penoso trabalho de publicar tudo ocorrido a este respeito** para conhecimento de meus credores e daqueles que supõem fundadas as calúnias de que tem sido vítima o de V. S<sup>a</sup>. antigo camarada e amigo obrigado<sup>253</sup>. (grifo nosso)

O exame das contas pela referida comissão, como podemos perceber, não acarretou, necessariamente, na legalização das dívidas dos membros da antiga República, conforme previa o 2º artigo do Tratado de Ponche Verde (anexo 05). No caso de Almeida, especialmente, evidenciamos na desavença com Antônio Vicente da Fontoura um provável impedimento para uma resolução favorável ao requerente. Esta questão é explicitamente aludida no desabafo feito a Israel Rodrigues Barcelos, em 1846:

[...] ninguém me poderá tachar de exigente ou de importuno em reclamar a reparação de um dano contra mim acintosamente promovido por um indivíduo então meu fígadal inimigo, como exuberantemente se

<sup>252</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-652, 25/10/1845, p. 112.

<sup>253</sup> Id., p. 113.

evidencia por documentos incontestáveis que segunda vez ofereço ao seu exame e conhecimento.<sup>254</sup>

Israel foi o único primo de Bernardina Barcellos, esposa de Domingos, a formar-se em um curso superior<sup>255</sup>. À época em que recebeu esta carta, era um proeminente advogado e deputado na Assembleia Provincial. Destarte, sua respeitável influência representava um valioso recurso na rede de Almeida<sup>256</sup>. Este acionava todos os recursos ao seu alcance para o pagamento do valor que julgava ser seu direito, chegando a ameaçar a publicação dos documentos relativos ao desfecho da República, conforme observamos na declaração realizada a Canabarro, no trecho acima citado.

De acordo com o exposto no primeiro capítulo, nos anos finais da década de 1850, Almeida trabalhou intensamente, embora nos limites da sua saúde, na coleta e organização dos documentos relativos à guerra civil farroupilha. No material reunido, encontravam-se algumas das peças que comporiam o elemento comprobatório da representação por ele enviada à Corte, em 1860. Infelizmente não encontramos registros do referido documento<sup>257</sup>, a não ser a sua transcrição parcial em uma minuta, localizada na Coleção Varela. Confrontando as informações constantes na correspondência de Almeida com esta minuta, podemos identificar que se trata do mesmo texto da citada representação.

Por meio desta representação, Almeida denunciava uma ação movida por Joaquim Gomes de Melo contra Faustino José de Lima. Conforme abordamos no capítulo anterior, a origem deste conflito está no arrendamento da propriedade do primeiro, por Faustino

---

<sup>254</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-653, 17/01/1846, p. 116. O mesmo pode ser verificado em carta enviada a Antônio Manuel Cordeiro, onde Almeida afirma ter sido parte da dívida “denegada por Antônio Vicente da Fontoura, encarregado de receber o dinheiro necessário para aquele fim”. Id., CV-667, 27/03/1859, p. 136.

<sup>255</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 144.

<sup>256</sup> A manutenção dos laços com Israel pode ser observada anos depois, quando Almeida defende o deputado dos constantes ataques do jornal *Conciliador*, de Porto Alegre. No *Brado* podemos observar incontáveis referências à candidatura de Israel para Assembleia Geral, na eleição de 1860. Como exemplo, ver a edição: *Brado do Sul*, 05/04/1860, p. 2.

<sup>257</sup> Para tanto, verificamos os acervos do ANRJ e da BN. A fim de nos certificarmos sobre esta questão, consultamos a historiadora Carla Menegat, estudiosa da trajetória de Domingos José de Almeida. A referida representação não foi encontrada no levantamento documental realizado por esta pesquisadora.

Lima<sup>258</sup>. O primeiro registro que encontramos da interferência de Almeida neste caso encontra-se em uma carta do ex-ministro ao redator do jornal *O Noticiador* – no qual a missiva foi publicada, em 1858. Lima, segundo o relato de Almeida, teria arrendado as terras e o gado de seu vizinho, cuidando deste patrimônio na vigência da revolta. Após a extinção da República Rio-Grandense, Melo, reivindicara o pagamento das 1.700 reses que o governo arrendara, bem como da sua procriação e do aluguel do campo por elas ocupado.

Neste sentido, Domingos denuncia neste processo a “flagrante violação” da Proclamação do Duque de Caxias (anexo 05), e afirma ter a sentença favorável a Melo nulificado “o ponto mais importante, que se pactuou para efetuar-se a pacificação desta Província, qual o de não ser ninguém perseguido judicialmente ou por qualquer outra maneira pelos actos praticados durante a revolução [...]”<sup>259</sup>. Assim, Domingos recorre estrategicamente à proclamação de 1º de março de 1845 (anexo 06), e chama a atenção de seus antigos correligionários, em meio à arena da imprensa, para o precedente aberto no julgamento deste caso:

[...] muito convém para, restabelecendo as cousas na sua verdadeira posição, levar ao conhecimento das gerações que tem de substituir-nos a realidade delas, e o heroísmo dos patriotas que derão seu sangue para conquistarem, como supunhão, o bem do seu Paiz; me põem, e deverã por de sobre aviso os Srs. Brigadeiros Antonio Netto, David Canabarro, José Antonio da Silveira, Manuel Lucas de Oliveira, Fructuoso Borges da Silva Fontoura, Camillo Campello, Commendador Fontoura, Gaspar Dias e outros muitos que deixo de mencionar, a cerca do porvir que nos aguarda.<sup>260</sup>

Em carta datada de 14 de fevereiro de 1860, Almeida recorre ao auxílio de Joaquim Antão Fernandes Leão, presidente da Província, para reparar os prejuízos sofridos por Faustino Lima. Cabe ressaltarmos, no entanto, que além da situação particular das partes envolvidas neste processo, o que estava em jogo era a responsabilização dos republicanos pelos atos praticados durante a revolução. Este conflito envolvia, portanto, outros sujeitos, além daqueles citados no processo. Desta forma, apesar de Almeida apresentar-

---

<sup>258</sup> A prática de arrendamento foi recorrente ao longo do decênio farrapo, tanto das fazendas dos dissidentes, para o pagamento das dívidas da República, como das terras dos próprios republicanos, a fim de protegê-las de saques.

<sup>259</sup> *O Noticiador*, 07/08/1858, p. 2-3.

<sup>260</sup> Id.

se ao presidente como mediador nesta negociação, devemos considerar seu interesse direto nesta questão:

O negócio Melos e Limas pareciam sérios pelo grande número de pessoas que afetavam e por sua **fisionomia política**: porém sendo recebidos os meus conselhos, conselhos partidos de quem nunca enganou a ninguém, adquiri certeza de calma e paciente resignação pelo que V. Exa. obrasse e obtivesse do Governo Central, do qual pouco se confia por isso que aparenta **fraude no cumprimento do Decreto de 18 de dezembro de 1844**, oculto ao conhecimento de todos posto invocado na **Proclamação do 1º de março de 1845**. **O véu que o cobriu**, até que o pude haver em 7 de outubro p.p., e outros documentos que obtive para coadjuvar o histórico de nossa revolução, há para mim rasgado o secreto do Convenio de Ponche Verde, que todavia **conservarei em silêncio enquanto possível for**.<sup>261</sup> (grifo nosso)

Esta citação permite notarmos que o uso de tais documentos, num primeiro plano, justifica-se pela sua função intrínseca, isto é, ligada a determinação legal da qual estes são instrumentos. Por outro lado, podemos observar que Almeida buscava estabelecer uma negociação a partir destas peças, na medida em que ora tencionava revelá-las, ora prometia conservá-las no domínio privado. Em última instância, o que estava em negociação nas disputas em torno de tais documentos era a memória da recente guerra civil por meio destes materializada, e os interesses dos indivíduos e grupos relacionados a este episódio<sup>262</sup>. Na correspondência remetida por Domingos a Manuel Lucas de Oliveira, é possível vislumbrarmos este conflito:

O negócio de nosso amigo Lima revolta, por isso que se vê que apesar de tantos protestos de esquecimento sobre o passado, apesar de nossa conduta sempre generosa quer no transcurso da revolução e que depois da simulada Convenção de Ponche Verde, **sempre que se oferece ocasião, o ex-republicano é expezinhado e apontado como perpetrador de um grande crime**, rebaixando-se contudo àqueles que presumem nossos caciques, etc., etc., etc...<sup>263</sup> (grifo nosso)

<sup>261</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-696, 14/02/1860, p. 161-162.

<sup>262</sup> As disputas entre as partes opositoras da revolta nos anos que se seguiram à pacificação pode ser elucidada pela reivindicação de João Frederico Caldwell, Comandante das Armas: “[...] seria na verdade clamoroso que aqueles que sustentaram a integridade da nação e a sua constituição política saíssem da contenda em que venceram bem menos aquinhoados do que os rebeldes seus vencidos; e não só seria iníquo, como seria de péssimo exemplo para as frutuosas e prováveis lutas”. ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. Ofício de 28 de novembro de 1850 *apud* MÜGGE, Miqueias. Op. cit., p. 40.

<sup>263</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-699, 20/02/1860, p. 163.

Nesta mesma missiva, Almeida afirma ter sido procurado pelo coronel Procópio Gomes de Mello que, desapontado com as publicações sobre a condenação de Lima no *Brado do Sul*, “tentou tirar satisfação anteontem em casa do vigário na cidade”. Sobre o caso, Domingos afirma ter tentado convencê-lo não somente da injustiça que acreditava estar sendo vítima Faustino Lima, como também “da necessidade indeclinável de promover esse assunto para conjurar o mal de que eram ameaçados os homens que aderiram à revolução”. Tal contenda parece ter colocado a discussão em termos difíceis, pois, segundo Almeida: "pensando ele estar em 1836, me obrigou a dizer-lhe que o supunha não apto para discussões sérias, e retirei-me"<sup>264</sup>.

Tamanho foi o seu envolvimento neste caso que Almeida solicita a Manuel Lucas o nome do juiz sentenciante para “levá-lo à posteridade com o estigma devido aos malvados”, em seu livro de memórias<sup>265</sup>. A Domingos interessava, especialmente, a garantia da anistia prevista pelo Decreto de 18 de dezembro de 1844, primeiramente devido ao seu envolvimento em diversas ações realizadas enquanto Ministro da Fazenda da República, como por exemplo, inúmeros arrendamentos de fazendas; além, evidentemente, do reconhecimento e pagamento das suas dívidas pelo Império. Neste intuito, em outra carta endereçada ao presidente da província, Almeida explica o seu envolvimento na contenda entre Melo e Lima:

Exa. aquilatando minha posição e do crescido número de indivíduos que **como eu tomaram parte na revolução e ainda existem**, revelará a importância que ligo a este negócio, particularmente tendo em meu poder documentos que provam a maneira por que se chegou ao aparatoso Convenio de Ponche Verde etc., etc., etc...<sup>266</sup> (grifo nosso)

Por intermédio do conselheiro Antão, a dita representação foi, então, encaminhada à Corte Imperial, em 23 de fevereiro de 1860<sup>267</sup>. Por não termos tido acesso ao texto integral deste documento, não sabemos ao certo quais, dentre os ex-líderes farrapos, aderiram a iniciativa conduzida por Almeida. Contudo, em sua correspondência, bem como na minuta anteriormente mencionada, identificamos alguns indícios de que outras

---

<sup>264</sup> Ibid.

<sup>265</sup> Id.

<sup>266</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-697, 19/02/1860, p. 162.

<sup>267</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-773, 20/08/1861, p. 219.

rubricas, além da de Domingos, foram inclusas nesta petição. Pelo conteúdo das cartas trocadas com o último, podemos crer que ao menos Manoel Lucas de Oliveira e João Antônio da Silveira assinaram tal documento.

No início de 1860, José Gomes Portinho e Antônio Vicente da Fontoura remetem uma carta a Manuel, tratando da representação que reivindicava a interferência da Corte no julgamento de Faustino Lima, e advertia o descumprimento do Tratado de Ponche Verde. Nesta missiva, que posteriormente chegou às mãos de Almeida, Portinho e Fontoura alegavam:

Ao nosso amigo General Canabarro, respondendo a um apello igual que nos fez por parte do nosso estimavel patricio e companheiro Sr. Faustino de Lima, tivemos occasião de manifestar cathegoricamente ás razoens por que – não assignava-mos a representação ao Governo Imperial – e esta contestação que hoje deverá ter chegado ao vosso conhecimento confirmamos. Não contrariamos vosso pensamento, e o dos mais signatarios nossos estimaveis Amigos, porem vos pedi-mos, e aos de mais gerentes dessa petição, lanceis um golpe de vista n'aquella nossa manifestação citada, e se ainda assim vos não convencerdes, deixai-nos ao menos livres – nossa humilde opinião em assumpto tão delicado.<sup>268</sup>

Manuel Lucas de Oliveira, ao que tudo indica, colaborou para o convencimento de seus correligionários a assinarem o citado documento, o que nos faz crer que ele próprio tenha incluído o seu nome. Portinho e Fontoura, ao contrário, recusaram-se veemente a coadjuvarem em tal contestação, por entenderem se tratar de um “assunto tão delicado”. Cabe ressaltarmos que a aspereza deste assunto, que tocava nos brios de legalistas e farrapos de antanho, era aprofundada pela tensão provocada pelas eleições municipais que ocorreriam naquele mesmo ano. É provável que rememorar a vinculação com uma das partes que atuaram na revolta de 1835 tenha parecido inconveniente aos olhos daqueles sujeitos que se encontravam em uma disputa política com novos rearranjos.

Antônio Vicente da Fontoura, além de ter participado das emblemáticas negociações de paz, liderou os trabalhos da comissão de indenização das dívidas da extinta República Rio-Grandense. No seu diário, protestara por estar “cheio de desgostos e antevendo já as exigências e as ladroeiras dos ambiciosos, dos egoístas e dos

---

<sup>268</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. CV-7579, 04/01/1860, p. 165.

*mashorqueros*, que muito devem importunar essa comissão de que sou membro”<sup>269</sup>. Dois anos depois, ele passara pelo o que descreveu como os “quatro dias do inferno”<sup>270</sup>, nos quais se efetuaram os pagamentos. Este processo, marcado por disputas, contestações e acusações de fraudes e corrupção, certamente lhe angariou algumas desavenças<sup>271</sup>.

Em oito de setembro de 1860, passados oito meses da referida carta que enviou a Manuel Lucas de Oliveira, Fontoura foi brutalmente assassinado. Durante as eleições gerais, ocorridas na Igreja Matriz de Cachoeira, Antônio foi vítima de repetidos golpes de faca cometidos por Manoel Pequeno – agregado e ex-escravo do pai do coronel Hilário Pereira Fortes<sup>272</sup>. Este, pertencia ao partido dos conservadores, ao passo que Antônio era chefe do Partido Liberal daquela localidade. Este conflito, embora extremo, nos permite visualizar o ambiente no qual estes indivíduos estavam inseridos. Diante do exposto, podemos compreender as disputas e as oposições em torno da documentação citada na representação de Almeida.

Retomando a carta escrita por Portinho e Fontoura, resta salientar o fato destes terem manifestado seu posicionamento sobre a controversa petição a Canabarro, o que aponta para a repercussão desta demanda entre os farrapos de outrora. A denegação dos indivíduos citados é, também, constatada em uma carta de Domingos a Silveira, onde ele diz:

**O histórico de nossa revolução que prometi publicar os traz ansiados e alguns dos nossos também não o querem.** Tenho já muitos documentos importantes, e a recusa de Canabarro e Fontoura de assinarem a representação que dirigimos a S.M.I. pedindo-lhe o cumprimento daquilo que esses dois indivíduos trataram, e que se publicou nos campos de Alexandre Simões e Ponche Verde no último fevereiro e primeiro de março de 1845, por demais confirma...

[...] Nossa representação partiu para a Corte a 14 do presente pelo conduto do muito digno atual Presidente da Província, e o negócio Lima e Melos, acerca do arrendamento da fazenda Pedras Altas, prossegue vigoroso por ter atraído **apreensões sinistras pelos ex-republicanos e**

<sup>269</sup> FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Op. cit., p. 169.

<sup>270</sup> *Revista do IHGRGS*, IV trimestre de 1928, p. 538-542

<sup>271</sup> Sobre este tema, vale a pena verificar a obra: SILVA, Juremir Machado da. *História Regional da Infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como de produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

<sup>272</sup> APERS. Comarca de Rio Pardo. Cachoeira. Tribunal do Júri. Processo n. 3079. 1860 *apud* MUGGE, Miqueias. Op. cit., p. 98-101. VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit., p. 16.



**lisonjeiras esperanças de interesse e vingança pelos legalistas.**<sup>273</sup>  
(grifo nosso)

Tendo em vista o quão recente ainda eram os eventos ocorridos ao longo da guerra civil, talvez sequer possamos tratá-la como “passado” no momento analisado. Mais prudente seria considerarmos-a como um passado ainda presente, o qual muito recentemente estava sendo inserido na temporalidade reservada aos acontecimentos pretéritos. Os documentos, pois, ocupavam papel fundamental neste processo, por preservarem o resíduo das experiências já transcorridas, criando uma consciência do passado. Na medida em que materializavam e invocavam a memória deste episódio, eles, ao mesmo tempo, inscreviam a Revolução Farroupilha em outra temporalidade, e colocavam em evidência um episódio que muitos desejavam manter no esquecimento. Em uma das tantas cartas em que criticava a oposição aos seus projetos fundados nos papéis que documentavam a extinção da antiga República, Almeida desabafara:

Enfim o negócio de Lima e Melos tocou a um ponto que de per si tem de caminhar, e esses mistérios de não assinar-se a representação, rompendo aquele que explica a surpresa de Porongos, e esta com a autêntica do Decreto de 18 de dezembro de 1844 a boa fé do aparatoso Convênio de Ponche Verde, tão solenizado nas Proclamações do último de fevereiro e 1º de março de 1845, têm-se lançado em cogitações afligentíssimas.<sup>274</sup>

Por constar a transcrição da proclamação de Canabarro em 28 de fevereiro de 1845, da proclamação de Caxias em 1º de fevereiro de 1845 e do decreto de 18 de dezembro de 1844, a representação elaborada por Almeida remetia às negociações que resultaram no Tratado de Ponche Verde – ao qual Canabarro e Fontoura viam-se diretamente imbricados. Ao final da Revolução, David Canabarro assumira a liderança antes ocupada por Bento Gonçalves, protagonizando, assim, as negociações pela paz no lado farrapo. Já Antônio da Fontoura fora enviado à Corte para representar os interesses dos rebeldes, em 1844. O silêncio imposto pelo Imperador e o ocorrido em Porongos pouco tempo antes da pacificação, constituíam lembranças, no mínimo, indesejáveis àqueles que se recusaram a se unir na dita petição, que anunciava: “Os suplicantes, Senhor, foram aqueles que pressurosos e sem relutância, aceitaram com júbilo o magnânimo Decreto

<sup>273</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-701, 24/02/1860, p. 166.

<sup>274</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-699, 20/02/1860, p. 164.

Imperial de 18 de dezembro de 1844 a que se referiu a Proclamação do 1 de março de 1845 (documento e impressos juntos)”<sup>275</sup>.

Silveira e Neto, por terem recebido as queixas de Almeida, provavelmente tenham participado ao lado do antigo correligionário nesta petição. Ao segundo, Domingos comunica:

Pela leitura do incluso Brado do Sul n. 279 de 8 do corrente ficarás em estado de calcular a quadra que atravessamos; que **Canabarro, Fontoura e Portinho** se negaram firmarem-se na representação ao Imperador, e que o véu do passado se vai levantando; como qual a razão porque se nos arrebatou a Convenção de Ponche Verde, **sendo aliás opostos a ela os que a verificaram** etc., etc., etc... Com o motivo de escrever a História de nossa revolução, hão me vindo às mãos informações e documentos, como os que publiquei, muito importantes; mas tais são os embaraços ainda a superar que talvez desista desse empenho.<sup>276</sup> (grifo nosso)

Conforme aponta esta missiva, David Canabarro posicionou-se ao lado dos outros dois correligionários, aos quais havia consultado antes de decidir-se, conforme revelara em carta remetida ao próprio Faustino Lima, figura principal da representação. Através desta, aconselha Faustino a enviar ao Governo um requerimento expondo exclusivamente o seu prejuízo, livrando o envolvimento de seus companheiros. Ao final, busca justificar-se: “Sinto muito não prestar a minha assinatura como pediu-me, mas creio que V. S<sup>a</sup>. concordará com as razões que me assistem de não querer meter-me neste negócio sem ouvir aos companheiros, como o fiz para ultimar ou concluir a guerra civil”<sup>277</sup>.

Esta divisão na opinião dos ex-farrapos inevitavelmente nos remete à cisão entre os rebeldes da República Rio-Grandense, uma vez que Almeida e Fontoura encontravam-se em grupos distintos nos últimos anos da revolta. Mais do que isso, cabe aqui ressaltar que muitos interesses estavam em jogo na vida destes indivíduos. Após 1845, parte deles foram reconhecidos nos postos militares da Guarda Nacional – atendendo à necessidade do Império nos conflitos do Prata. Canabarro, por exemplo, havia se aproximado de Caxias ao final da revolução e estendido este laço na década seguinte. Após a pacificação

<sup>275</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-2178, s/d, p. 647-650.

<sup>276</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-708, 12/03/1860, p. 172-173.

<sup>277</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 6. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983. CV-3423, 11/08/1859, p. 195.

participou da base política do governo de Caxias, ao lado de Bento Manuel e Fontoura. Assim como José Gomes Portinho<sup>278</sup>, foi incorporado na Guarda Nacional, assumindo o posto de comandante superior da Fronteira<sup>279</sup>. Em 1851, lutou pelo Império no conflito contra as forças de Oribe no conflito do Prata, colaborando no recrutamento militar<sup>280</sup>.

Todavia, a mesma anistia que os habilitava para serem incorporados na Guarda Nacional determinava o esquecimento dos fatos ocorridos ao longo do decênio. Cumprir, pois, com este acordo, era essencial para a manutenção das redes de influência destes sujeitos. Reunir documentos sobre a história da Revolução Farroupilha e dar-lhes visibilidade, certamente desafiava as determinações do decreto imperial. Em contrapartida, Almeida procurava dar-lhes relevo através do *Brado do Sul*, e até mesmo de outros periódicos, ao explorar o processo condenatório de Lima. Exemplo disso foi a publicação realizada pela folha *Commercial*, de Rio Grande, favor reconhecido por Domingos nas páginas do *Brado*:

Agradece ao redator por ter publicado a sentença condenatória de Faustino Lima, pois nesta “peça importante” demonstrava que a palavra do monarca na qual confiaram os ex-republicanos, meus antigos companheiros de trabalhos, ao desprenderem-se de suas crenças, não foi uma burla, antes restrictamente cumprida, com o que tende a modificar, se não a destruir de prompto apreensões flagelantes por ignorar-se o conteúdo d’ella, cuja execução, em opposição a sua letra e espirito há causado um bem pronunciado estremecimento em toda a nossa bela provincia, e quiça fora d’ella.<sup>281</sup>

---

<sup>278</sup> José Gomes Portinho foi nomeado comandante superior de Cachoeira e Caçapava em 1850, patente ocupada por 30 anos, “sendo ele o único comandante superior efetivo daquela localidade”. MÜGGE, Miqueias. Op. cit., p. 68.

<sup>279</sup> Conforme Mügge, naquele período, a Guarda Nacional, no Rio Grande do Sul, estava dividida em seis comandos principais: “Rio Grande (litoral e fronteira sul), Porto Alegre (capital e litoral norte), Rio Pardo (centro), Piratini (região sul), Missões (noroeste), e Fronteira de Quaraí e Livramento (fronteira oeste). Na ocupação do cargo de comandante superior da Fronteira, crucial na proteção do território, podemos dimensionar a confiança e o prestígio que Canabarro desfrutava, além da sua proximidade com Caxias. Posteriormente, comandou a divisão do Exército que levava o seu nome, ‘Divisão Canabarro’, composta por cinco mil homens que protegiam a fronteira de Livramento até a região das Missões”. Ibid., p. 55-56; p. 157.

<sup>280</sup> Sobre esta questão, Mügge salienta que “A mobilização militar, novamente sob a responsabilidade de Caxias, movimentou cerca de 20 mil homens. David Canabarro e Bento Manuel Ribeiro foram homens de confiança do comandante-em-chefe e a Guarda Nacional teve importante papel nesse processo”. Segundo o historiador: “[...] esse momento histórico parece propício para tratar de aspectos essenciais da organização militar brasileira que se seguiu à pacificação do Rio Grande do Sul. [...] A guerra ajudou na reorganização da própria milícia. Criou alguns vácuos de poder onde foram instalados novos espaços de atuação política. Apesar da preservação das estruturas locais, foram negociados cargos e participações”. Id., p. 45-46.

<sup>281</sup> *O Brado do Sul*, 30 de março de 1860, p. 1. Hemeroteca da BN.

O registro que encontramos da mencionada representação está presente em uma minuta, na qual se encontra o texto publicado no jornal *O Brado do Sul*, na edição indicada por Almeida no trecho acima citado. Intercalando trechos do documento enviado à Corte com alguns comentários, a publicação confere publicidade aos documentos que, se não foram ocultados, como afirmava Domingos, ao menos estavam relegados ao pó de caixotes e baús. Entre uma proclamação e outra, ele protesta:

É o Sr. Canabarro mesmo que, asseverando garantida pela palavra sagrada do monarca a segurança individual e de propriedade, se negou assinar a representação em que se pediu o cumprimento dessa palavra sagrada, induzindo por essa conduta às apreensões que noticiamos.

[...] A despeito do exposto nas proclamações que ficam estampadas e no decreto citado que segue, Faustino José de Lima é torturado pelo suposto fato praticado durante a revolução e os negociadores da Convenção de Ponche Verde, se negaram firmar a representação em que se pede o cumprimento do prometido em nome do Imperador, em nome da humanidade e em nome da tranquilidade da Província...<sup>282</sup>

[...] Acredite o leitor, acredite a posteridade, que se esse decreto fosse visto, morreriam um a um os rio-grandenses, mas ao Sr. Marques de Caxias não caberia a glória de Pacificador.<sup>283</sup>

Como vemos, Almeida não poupou críticas aos “pacificadores”, ao estampar nas páginas do *Brado* seu descontentamento com os rumos tomados ao final da guerra civil e seus desdobramentos. Para tanto, ele transcreve integralmente no jornal, como na petição, os já citados documentos, buscando denunciar a injustiça que, no seu julgamento, eram submetidos os farroupilhas,

[...] a despeito de factos históricos tão solenes, como o convenio de Ponche Verde, ida do cidadão Antonio Vicente da Fontoura, a corte com o Exm. Sr. Barão de Porto Alegre; proclamações de 28 de fevereiro e 1º de março de 1845, e decreto de 18 de dezembro de 1844<sup>284</sup>.

Garantindo que a edição do *Brado*, constando a representação, repercutisse entre os seus partidários, Almeida a remeteu como anexo de uma circular que destinou a sessenta e três correligionários (anexo 01). Entre estes, estavam Antônio Neto, Manuel Lucas de Oliveira, João Antônio da Silveira, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Padre Hildebrando de Freitas Pedroso e Gaspar Gomes Dias. Além disso, a circular foi enviada para os redatores

---

<sup>282</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-2178, s/d, p. 647-650.

<sup>283</sup> Ibid.

<sup>284</sup> *O Brado do Sul*, 24 de fevereiro de 1860, p. 1-2.

dos jornais *Alegretense* e *O Mercantil*. De forma estratégica, os documentos são repetidamente mencionados no jornal *O Brado do Sul* e nas cartas de Almeida, que, nesta publicação, busca expô-los, recorrendo a sua autenticidade:

Tendo as últimas ocorrências relativas à extinta revolução desta Província inculido no ânimo dos indivíduos complicados nela e de suas famílias apreensões sinistras, para dissipá-las me pareceu conveniente assegurar-lhes nada terem a temer pela leitura e posse do Decreto de 18 de dezembro de 1844, até 8 do corrente em reserva, como das Proclamações de 28 de fevereiro e do 1º de março de 1845: peças oficiais por serem a 1ª referendada pelo Exmo. Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães quando Secretario da Presidência desta Província, e as segundas por serem impressas na tipografia do Exército Imperial, quando no campo de Alexandre Simões, à direita do Santa Maria, as mandei publicar com a representação a respeito dirigida a S.M.I. por S. Exa. o Sr. Presidente da Província, para ajuntar-lhe a respectiva informação, como se vê do comunicado no Jornal “Brado do Sul” n. 279 de 8 do corrente mês, também incluso.

**E porque tais documentos devem existir em arquivo público para serem examinados por quem deseje cotejar suas identidades** e os queiram por certidão, os remeto inclusos a V. S<sup>a</sup>. com o jornal que citei, e lhe rogo os apresente na 1ª sessão da Câmara que dignamente preside, e se ela consentir, como espero, com o presente os mande registrar e arquivar na Secretaria da mesma depois de rubricados por V. S<sup>a</sup>., a quem Deus guarde muitos anos.<sup>285</sup> (grifo nosso)

O texto acima transcrito foi, também, levado aos leitores do *Brado*, em 15 de março de 1860<sup>286</sup>. É possível percebermos, deste modo, o esforço de Almeida em dar publicidade a esta documentação e, por meio dela, chamar a atenção para a presente contradição entre os termos da pacificação, previstos naqueles papéis, e os conflitos nos quais estavam envolvidos os indivíduos que participaram da guerra civil. Ademais, ao conferir visibilidade a esta questão nas diversas publicações que realizou no *Brado*, Almeida levava à esfera pública o debate sobre o tema da representação, que em sua opinião, havia sido perdida – como veremos a seguir.

Em agosto do mesmo ano, não tendo nenhuma resposta da representação enviada à Corte, Domingos se dirigiu a Porto Alegre, buscando explicações do conselheiro Antão, que lhe confirmou o envio pela Repartição da Justiça, a 23 de fevereiro de 1860<sup>287</sup>.

<sup>285</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-705, 10/03/1860, p. 168.

<sup>286</sup> *O Brado do Sul*, 15 de março de 1860, p. 2. Hemeroteca da BN.

<sup>287</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-773, 20/08/1861, p. 219.

Transcorrido um ano, e ainda sem retorno, Almeida dirigiu-se ao Marquês de Caxias, então Presidente do Conselho dos Ministros, requerendo a exata execução da Proclamação de 1º de março de 1845 (anexo 06), por este firmada:

[...] Para verificar o destino pela presidência dado a uma representação que os ex-rebeldes desta Província endereçaram ao Governo pedindo-lhe a revalidação do Decreto de 18 de dezembro de 1844, pela Proclamação de V. Exa. de 28 de fevereiro de 1845 promulgado, [...] recorro a V. Exa. rogando-lhe o bem de terminar sua própria obra, acabando com o escandaloso assunto de Faustino José de Lima e Joaquim Gomes de Melo [...]. É preciso que V. Exa. se convença que o garante do grande ato de Ponche Verde foi e é V. Exa. e que existindo esse único fato que o afeta, e contra a letra e espírito da sentença que o apadrinha, deve S. Exa. destruí-lo enquanto felizmente na direção do Ministério.<sup>288</sup>

Infelizmente não localizamos na Coleção Varela a resposta de Caxias, mas identificamos na correspondência de Almeida algumas informações importantes. Em missiva destinada ao juiz municipal de Piratini, Domingos afirma ter sido “extraviada” a representação emitida há quase dois anos à Corte Imperial. Tal situação teria sido insinuada pelo próprio Marquês de Caxias, em carta adjunta aquela que fora enviada ao magistrado<sup>289</sup>. Diante disso, Almeida remete, novamente, a “Sua Majestade Imperial” uma versão daquele documento, desta vez, com o reconhecimento do tabelião João Nolasco Pereira da Cunha<sup>290</sup>.

Apesar dos esforços, ao que tudo indica esta tentativa não teve êxito, pois não encontramos qualquer vestígio que possa indicar a repercussão desta petição na Corte Imperial. Contudo, na lacuna de documentos que informam sobre o andamento deste processo, e na ausência de referências na correspondência de Almeida sobre o retorno desta demanda, percebemos um indicativo do silenciamento que encobria esta temática.

Ao relatar suas frustrações a Francisco Maciel de Oliveira, Domingos associara tal esquecimento a Caxias, criticando-o por ter “anatematizado àqueles que se recordassem

---

<sup>288</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-774, 30/08/1861, p. 220.

<sup>289</sup> Na Coleção Varela foi conservada apenas a carta enviada por Domingos José de Almeida ao juiz municipal, não se encontrando, infelizmente, cópias dos documentos anexados. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-789, 20/10/1862, p. 231.

<sup>290</sup> Id.

de nossas dissensões passadas”<sup>291</sup>. Justificava, assim, a emergência do *Brado do Sul*, através do qual almejava fazer ver “aquilo que com tanto esmero se há ocultado”<sup>292</sup>. A seguir, buscaremos compreender o alcance e os limites deste projeto, atentando para o lugar reservado aos documentos neste periódico.

### 3.3 Uma história documentada nas páginas do jornal

A despeito das objeções de alguns dos antigos correligionários farrapos, tanto em relação à procura dos registros da guerra civil, como no que diz respeito a representação fundada nos termos que a cessou, Almeida persistiu com a intenção de divulgar os documentos que havia reunido em seu conjunto. Um dos primeiros passos neste sentido, como vimos no segundo capítulo, foi a publicação de uma circular através da qual ele convocava os seus “antigos companheiros de trabalhos” a lhe auxiliarem nesta tarefa (anexo 01). Suspeitando de que as tais circulares “foram de propósito transviadas em viagem pela oposição que se tem declarado contra tal publicação”, Domingos escrevera a Antônio Neto e Antônio da Silveira retomando os pontos abordados naquele documento. Como se buscasse justificar este intento, ele declarou: “Sempre na vanguarda de nossa heroica revolução, pareceu-me dever à posteridade a narração dela, recomendando-lhe assim os respeitos de que se tornaram credores seus antepassados por doar-lhe Pátria e liberdade”<sup>293</sup>.

As assinaturas do jornal e os documentos doados, lembra Almeida, deveriam ser remetidos a Carlos Koseritz, redator do *Brado* no seu primeiro ano de funcionamento. De “estilo incisivo, irônico e tempestuoso”<sup>294</sup>, Koseritz envolveu-se em muitas polêmicas políticas com seus opositores e autoridades locais. Estando à frente do jornal, sofreu diretamente as repercussões das críticas frequentemente dirigidas ao presidente da província, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, no ano de 1858 e 1859. *O Noticiador*, periódico

---

<sup>291</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-712, 14/03/1860, p. 175.

<sup>292</sup> Id.

<sup>293</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-674, 06/10/1859, p. 144; CV-675, 06/10/1859, p. 145.

<sup>294</sup> WEIZENMANN, Tiago. Op. cit., p. 37.

pelotense ao qual Carlos esteve vinculado anos antes, foi o principal antagonista do *Brado*. Isidoro Paulo de Oliveira, redator do primeiro, recebeu tanto quanto destinou severas ofensas a Koseritz, chegando a acusá-lo de plagiador<sup>295</sup>.

Em dezembro de 1858, o confronto entre estes dois periódicos extravasou as páginas dos jornais. Intimado pela portaria do delegado Vicente José da Maia<sup>296</sup>, o *Brado* foi obrigado a afastar seu redator pela sua condição de estrangeiro, sob pena de fechar as portas. Deste modo, a publicação desta folha foi suspensa e Koseritz, ameaçado pelos ataques dos outros periódicos que prometiam “meter-lhe o relho”<sup>297</sup>, recorreu ao auxílio de seu “testa de ferro”, Bernardino de Senna, em Rio Grande. Além de ser seu protetor, Carlos tentara apresentar Bernardino como o seu substituto na redação do jornal. Este pedido, contudo, foi recusado pelo delegado sob a alegação de que faltavam documentos aquele sujeito.

A presença de Senna não foi suficiente para garantir a segurança de Koseritz, que foi severamente agredido naquele mesmo mês. Nas palavras de Alfredo Ferreira Rodrigues: “Na tarde de 11 desse mez, foi Carlos von Koseritz atacado na rua por três homens a cavalo, que o esbordoaram barbaramente, quebrando-lhe a cabeça”<sup>298</sup>. Segundo afirmações da própria vítima, o ataque fora planejado pelo próprio delegado Maia, com o apoio do presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Diante destes acontecimentos, o *Brado* teve suas atividades interrompidas até março de 1859, quando voltou a ser publicado com o nome de Domingos José de Almeida estampado na qualidade de editor responsável.

---

<sup>295</sup> Isidoro Paulo de Oliveira acusava Koseritz de cometer plágios na criação dos seus textos literários, como se lê: “Em resposta às calúnias com que o Sr. de Koseritz pretendeu enxovalhar-me na Pacotilha; como represália ao desprezo que voto ao miserável plagiário, resta-me a satisfação de que esse infame rabiscador não é capaz de provar perante a justiça o que a meu respeito inventou, assim como eu vou provar diante de todo o mundo que o coitado do Koseritz é um plagiário, um Quixote, tanto no físico como no moral”. *O Noticiador*, 25 de fevereiro de 1860 *apud* WEIZENMANN, Tiago. Op. cit., p. 38.

<sup>296</sup> Vicente José de Maia formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1834. Construiu sua carreira jurídica e política em Pelotas, onde foi advogado da câmara municipal, vereador, juiz municipal e delegado. Sobre sua trajetória, consultar: MAIA, Leonardo Poltozi. *A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em direito nas relações políticas dos sul rio-grandenses: Pelotas e Alegrete (1850-1870)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

<sup>297</sup> Id.

<sup>298</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Op. cit., 1902, p. 23.



Apesar desta medida, Carlos Koseritz continuou trabalhando nos bastidores do *Brado do Sul* até o encerramento das atividades da tipografia, em 1861. O agravamento do estado de saúde impossibilitava Almeida de assumir efetivamente a coordenação do *Brado*. Contudo, a inserção do seu nome foi fundamental para a retomada e continuidade das publicações deste periódico, especialmente após a remodelação pela qual passou o jornal na sua reabertura. Em carta a Leão Próspero Chastan, Almeida aponta os seus planos para o *Brado*:

Enxergando na atualidade a fisionomia das coisas que produziram a revolução e o aumento de muita depravação tremi das consequências, e para fazer parar a torrente em que éramos conduzidos afrontei-a sem trepidar, restabelecendo o Brado, e prometendo publicar o histórico de nossa revolução, para nos avisos do passado e denúncia do presente desassombrar o futuro; este serviço, que prestado ainda em qualquer outro tempo deveria ser recebido benignamente e auxiliado com eficácia, foi tomado como ponto de discórdia e de motivo para reivindicação de atrocidades já esquecidas, e por conseguinte descerrou uma posição, se não malvada, completamente inepta.<sup>299</sup>

Nos exemplos do passado, Almeida buscava as lições para o presente que, no seu julgamento, reproduzia as mesmas condições que culminaram na guerra civil. Informado por uma concepção temporal cíclica, Domingos acreditava que o futuro poderia repetir o passado farrapo – do qual, sendo ele um dos seus personagens, propunha-se a transmitir tal histórico. Sem perdermos de vista os já referidos usos políticos da memória daquele decênio, podemos identificar na intenção de Almeida uma aproximação com a visão da *historia magistra vitae*. Para tanto, ele lança novamente o *Brado do Sul* na “arena jornalística”, em 15 de março de 1859, após quatro meses de suspensão pelo “pesado punho do despotismo”<sup>300</sup>.

Apesar do atentado contra o antigo redator e o fechamento do jornal, Almeida e Koseritz não pouparam críticas ao se referirem às “torpezas” dos seus adversários no retorno desta folha. Atribuem, assim, a “suspensão arbitrária” do *Brado* a “prepotência” contra a qual lutavam. Referem-se, ainda, ao que tudo indica, à violência sofrida por Carlos Koseritz: “[...] outros factos sobrevieram ao depois que ainda mais provaram até

---

<sup>299</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-676, 09/10/1859, p. 145-146.

<sup>300</sup> *O Conciliador*, 31 de março de 1859, p. 1-2. Transcrito de *O Brado do Sul*, 15 de março de 1859.

onde pode chegar a frenética ira d'aquelles que temem a imprensa livre, porque são cobertos de vícios e defeitos [...]”<sup>301</sup>.

Atendendo as determinações do delegado, agora o *Brado* não apenas contava com o nome de um brasileiro em sua redação, como também se apoiava no prestígio do ancião farrapo para legitimar as suas publicações:

Descemos á arena apoiados sobre o glorioso nome d'um homem, que representa tudo quanto há de magnânimo, de glorioso e de sublime civismo, no passado do Rio-Grande. Esse venerável nome é a melhor recomendação para a nossa folha, e ele oferece ao publico uma segura garantia da marcha sisuda e decente da mesma, porque a confiança que em nós depositou esse ilustre varão quando deu esse passo excepcional, mas por certo magnânimo, demonstra amplamente qual deve ser a pureza de nossas intenções; mostra-nos-emos dignos d'esta confiança e não desmentiremos por um momento sequer a favorável opinião que o público deve formar do período que em seu frontispício traz o nome do cidadão Domingos José de Almeida.

[...] Não é pois um vão nome, o que aparece na cabeceira do Brado do Sul – O Sr. Domingos José d'Almeida será a alma de nosso jornal, o pharol que iluminará a senda que havemos trilhar e sob os auspícios de tão ingente varão será profícua a existência de nossa folha, assim como esperamos que ela encontrará apoio e proteção entre os numerosos amigos d'aquelle que a tomou debaixo da sua imediata proteção.<sup>302</sup>

Sustentado, assim, na figura de Almeida, o *Brado* publicara nesta edição as diretrizes do seu “Programma”. Dentre as alterações informadas, encontrava-se, em caixa alta, uma nova seção denominada “HISTORIA RIO GRANDENSE”. Nela, os autores prometiam registrar “em sucinta recopilação os factos proeminentes das épocas mais gloriosas d'esta heroica provincia”. Esta parte do jornal seria redigida com “especialidade” por Domingos José de Almeida, que assim a anunciava:

[...] será de incalculável e transcendente interesse para todos os filhos d'esta provincia e **levará á posteridade todos aquellos preciosos documentos**, que constituem o archivo do ministério rio-grandense, assim como perpetuará a ingente gloria d'este tão nobre quão heroico povo que, único no globo em sentimentos taes, depois duma longa e fraticida guerra, á primeira palavra de paz, se abraçou, esquecendo todos os seus ódios e ressentimentos. Para os nobres rio-grandenses, athletas das gloriosas lutas d'aquella época, que ainda vivem entre nós e principalmente na campanha será essa parte de nosso jornal um *vademecum*, que reproduzirá ante as suas vidas mentaes todas aquellas

---

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> Id.

gloriosas scenas em que eles em grande parte foram actores.<sup>303</sup> (grifo nosso)

Como podemos observar, o período que o jornal pretendia explorar neste tópico, à primeira vista abrangente, restringia-se aquele correspondente à Revolta dos Farrapos – que começa, assim, a adquirir o caráter de uma epopeia. Em carta enviada a Antônio Neto, Almeida noticia a situação do jornal, e promete “nele publicar a história de nossa revolução, para nos salutareis avisos do passado, arredar do futuro de nosso país os males que a depravação da atualidade lhe prepara”<sup>304</sup>. Aos documentos caberiam, deste modo, a transmissão da história da Revolução Farroupilha e a memória dos seus heróis para a geração vindoura, herdeira imediata de tal legado. Este intento, cabe lembrarmos, deve ser entendido dentro de um contexto onde surgiram outras iniciativas voltadas para a coleta e divulgação de documentos sobre a guerra civil, conforme tratamos no segundo capítulo.

Tal anúncio não passaria isento às críticas dos periódicos opositores. *O Conciliador* dedicou, assim, a primeira página inteira da edição de 31 de março de 1859, a uma análise do novo programa do *Brado*. A respeito da seção “História Rio-Grandense”, afirmava compreendê-la como reservada à “exposição dos factos que precederam e que se passaram sob a desditosa época da revolução desta província”<sup>305</sup>.

Este jornal, devemos ressaltar, era dirigido por José Antônio do Valle Caldre e Fião, também seu proprietário. Caldre e Fião, como tivemos a oportunidade de mencionar anteriormente, foi membro do IHGPSP e, depois, do Parthenon Literário<sup>306</sup>, representando um importante intelectual da segunda geração de letrados do Rio Grande do Sul. Conforme demonstra Gomes, estes “homens de papel e tinta” foram responsáveis pela

---

<sup>303</sup> Id.

<sup>304</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-678, 09/10/1859, p. 147.

<sup>305</sup> Id.

<sup>306</sup> O Parthenon Litterario era uma associação literária criada em Porto Alegre em 18 de junho de 1868 que, em sua “existência civilizadora”, fundou uma biblioteca, museu, promoveu aulas noturnas e editou uma revista, que durou de 1869 a 1879. Devemos destacar que essa associação não era exclusivamente literária, sendo um importante espaço de sociabilidade intelectual e política, promovendo discussões sobre republicanismo, emancipação feminina, abolicionismo. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. HESSEL, Lothar Francisco (e outros). *O Partenon Literário e sua Obra*. Porto Alegre: FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.

conservação da memória de um passado de lutas e guerras<sup>307</sup>. Contudo, é importante salientarmos que esta geração não necessariamente sucedeu a anterior – aquela dos “homens de terra e guerra”, protagonistas da revolta. José Antônio e outros parthenonistas, embora em sua maior parte mais novos, foram contemporâneos de sujeitos como Domingos José de Almeida e Antônio Alvares Pereira Coruja, por exemplo.

No discurso de aniversário de um ano das atividades do IHGPSP, em 1861, Caldre e Fião afirmava que, com a presença desta congênere, ficava o IHGB desobrigado de “tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre os nossos ombros”<sup>308</sup>. No entanto, Gomes, embora tenha verificado o surgimento de uma prática de arquivamento de documentos por meio dos periódicos deste período, observa uma lacuna no que diz respeito ao tema da revolta dos farrapos. Segundo a autora, dos quatro anos de atividades desta instituição, resultaram sete volumes da *Revista do IHGPSP* – tendo sido raramente tratadas questões relacionadas à revolta dos farrapos.<sup>309</sup> O silêncio institucional sobre esta temática aponta para uma tendência na produção regional, que parece também ecoar no *Conciliador*. Retomando a publicação citada, notamos na sua avaliação ao projeto divulgado pelo *Brado* a presença de severas críticas:

Isto achamos inconveniente, impolítico mesmo, e perdoe-nos o redator d’esse jornal que tão francos sejamos. Somos quase todos protagonistas e testemunhas d’essas lutas de sangue, de horrores e de desvarios, em que á farta banhamos nossas mãos no sangue de nossos próprios irmãos, amigos e companheiros da infância; ainda nos escaldam o coração as lágrimas de mil viúvas, de nossas irmãs mesmas, que barbara e cegamente fizemos correr; ainda ahi está a desolação da nossa indústria rural, os campos talados e as ruínas de muitas fortunas, para impor-nos um silêncio solene sobre todo o passado lutuoso e triste dos dez anos.<sup>310</sup>

Este trecho nos permite entrever o quão controverso ainda era o tema da Revolução Farroupilha, especialmente entre os indivíduos a ela diretamente implicados. Neste sentido, uma história documentada, tal qual pretendia Almeida, ia de encontro aos esforços que Caldre e Fião vinha empreendendo através das publicações da sua tipografia.

<sup>307</sup> GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 219.

<sup>308</sup> Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversário de instalação. REVISTA TRIMESTRAL DO IHGPSP, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.68. BPERS.

<sup>309</sup> GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Op. cit., p. 15.

<sup>310</sup> *O Conciliador*, 31 de março de 1859, p. 1-2. Transcrito de *O Brado do Sul*, 15 de março de 1859.

Nela, foram publicadas as *Revistas do IHGPSP*, nos anos de 1860 e 1861, e as edições do *Conciliador*, entre 1858 e 1859<sup>311</sup>. Se a partir da primeira ele buscava integrar o passado regional à história nacional, era por meio da segunda que José Antônio do Valle militava a favor da conciliação entre as forças políticas do tempo presente. Apesar da sua visão liberal, no que tange às reformas sociais e econômicas, Caldre e Fião manifestava nas páginas do *Conciliador* o seu apoio ao regime monárquico.

Caldre e Fião diferenciava-se muito do perfil dos intelectuais que tiveram acesso à formação acadêmica ou alguma ligação com a burocracia estatal, quando não as duas oportunidades. Estudou em precárias escolas e com os raros mestres da província no início do século XIX, e, como Almeida, continuou a sua formação de forma autodidata<sup>312</sup>. Outro ponto de aproximação entre estes sujeitos estava no uso das suas respectivas tipografias que, no crescente mercado editorial, possibilitavam a profissionalização dos homens de letras e a conquista de um público leitor.

Contudo, no âmbito político, seus periódicos atuavam em campos bastante distintos. Enquanto o *Brado do Sul* voltava-se contra o poder centralizado no Império, *O Conciliador* empenhava-se em exaltar a estabilidade política deste sistema. A Revolução Farroupilha, ao remeter às tensões entre a região e a nação, representava uma resistência a este projeto. Mais prudente seria, na visão da folha de Caldre e Fião, mantê-la no esquecimento destinado pelo já citado decreto imperial:

Um phantasma atroz e nebuloso paira em nossa memória: esse phantasma tem, porém, sobre a boca **impondo-lhe a mudez a mão Imperial augusta e magnânima**, e em torno dos braços uma cadêa férrea que lhe tira os movimentos que é o amplexo do povo entre si iluminado pelo archote da razão publica – o patriotismo e a liberdade. A mudez, o silêncio, sobre o passado, que tão recente é ainda: eis o que devemos guardar. O redactor, levado pelo seu entusiasmo, que acreditamos bem intencionado, chama de época gloriosa a da revolução da provincia, e convida todos a recordar-se da luta, das suas peripécias, dos seus pro-homens e dos dias dos combates e guerrilhas. Si há alguma cousa de glorioso em tudo isso é, sem duvida, o esquecimento dos ofendidos, que eram todos, e o abraço fraternal que assignalou o fim da luta.

Ora, si o esquecimento foi um prodígio, um milagre político que habitou-nos ante a história e os povos presentes, que elevou-nos do abysmo insondável a que arremessam uma inteira geração as dissensões

<sup>311</sup> Conforme Gomes, o contrato de impressão da *Revista do IHGPSP* foi firmado com a gerência do periódico *Conciliador*, de Caldre e Fião, pela quantia de 62\$000. Id., p. 160.

<sup>312</sup> LAZZARI, Alexandre. Op. cit., p. 40.

civis; Por que quebrar-nos esse talisman sagrado? Porque vir-nos excitar nos corações os ódios que já morreram ou que o patriotismo sufocou? Não será melhor aguardar que desçamos todos, um a um, ao fundo do sepulcro, e que outras mãos que não sejam as nossas levantem esse sudário que envolve um cadáver esqualido e ressequido? Poupe-nos essa imagem dos nossos erros, tenham pena de nós os que como nós erraram!! O redator d'esse jornal está em bom campo, há tantas questões no presente, as econômicas sobre tudo, em que pode empregar os seus estudos, que fora bem de esperar que adiando a sua História Rio-Grandense para o futuro, guardasse uma conveniência política que não é para desprezar-se. E depois lembrem-se d'aquellas palavras: - **maldição eterna sobre o que ousar recordar o passado.**<sup>313</sup> (grifo nosso)

Este trecho é um importante testemunho do diálogo daquele presente com o seu passado recente, razão pela qual preferimos transcrevê-lo integralmente. Apesar de partilhar do mesmo ímpeto de recolher documentos históricos para a história regional, através do IHGPSP, Caldre e Fião opõe-se publicamente à ideia de serem publicados os registros sobre a Guerra dos Farrapos. Tal tarefa, ao seu ver, deveria ser postergada aos seus sucessores, prevalecendo, convenientemente, o silêncio sobre este tema.

Infelizmente, pela incompletude da coleção dos jornais do *Brado do Sul*, não encontramos meios para acompanhar a progressão das publicações deste periódico. Deste modo, torna-se impossível avaliarmos quantos e quais documentos foram publicados após a divulgação do seu novo programa. No entanto, seu interlocutor e oponente fornece algumas pistas que nos levam a crer que alguns documentos chegaram a ser publicados. Passados poucos meses da polêmica acima narrada, em 12 de junho de 1859 *O Conciliador* volta a atacar a folha pelotense. De acordo com o exposto no texto “A propósito da história rio-grandense”:

O número 53 do Brado do Sul, veio dar-nos a ominosa certeza da inflexível pertinácia, com que o Sr. Almeida, surdo às judiciosas reflexões do jornalismo, e ás ponderozissimas objeções de seus amigos, pretende dar publicidade aos documentos históricos da revolução, que por dez calamitosos anos, flagelou esta rica e belíssima província, e a transformou em inferno dos vivos.<sup>314</sup>

Na opinião deste periódico, tratava-se de uma “publicação intempestiva” e “anti-política”, que despertava os “ódios, preocupações e suscetibilidades, que a reconciliação

<sup>313</sup> *O Conciliador*, 31 de março de 1859, p. 1-2. Transcrito de *O Brado do Sul*, 15 de março de 1859.

<sup>314</sup> *O Conciliador*, 12 de junho de 1859.

e o silêncio conseguirão sepultar nos abismos do olvido”<sup>315</sup>. Ainda que não possamos identificar quais documentos o *Conciliador* esteja aludindo, chama a atenção a disputa gerada a partir da referida publicação dos mesmos pelo *Brado*. No debate em torno do dever, ou não, de revelar tais documentos, estava em jogo, afinal, a memória do passado por eles simbolizados.

A partir desta ocasião o conflito entre estes periódicos é agravado, de modo que nem mesmo a figura de Almeida fora poupada. Acusando-o de obstinação por “enfermidade mental”, o jornal procurava desqualificá-lo, alegando que “esta afecção mórbida prevalece no Sr. Almeida sobre a prudência, a circunspecção, e o sangue frio que, fructos de larga experiência, recomendação e distinguem a idade senil”<sup>316</sup>. Com certo escárnio, diz o jornal: “se ele não publicar agora os taes apontamentos, a história da revolução torna-se impossível; o Sr. Almeida é o homem único, ao menos ele assim o pensa: sem ele, heroísmo, gloria, e renome no pantheon da História, tudo está perdido”<sup>317</sup>.

Devemos enfatizar que, além de testemunha direta da revolta dos farrapos, Almeida tinha a posse de um conjunto de documentos por ele reunidos – fator que lhe conferia autoridade para tal intento. Cabe, ainda, lembrarmos que existem registros da organização de uma congênere do IHGB na Província de São Pedro a partir de 1855<sup>318</sup>. Em 1860, já estava em funcionamento o IHGPSP, instituição que nascera com a missão de coligir, metodizar e coletar documentos históricos do passado regional. Assim, não é exagero considerarmos que o trabalho de Almeida competia com um movimento que buscava institucionalizar-se como um local de disciplinarização e controle da história.

Diante disto, Caldre e Fião procurava, em seu periódico, desabilitar a imagem de Almeida para a tarefa que, no seu julgamento, apenas serviria para “exaltar os espíritos, incutir a desconfiança, promover a discórdia, e perturbar a paz cívica”<sup>319</sup>. Ao passo que, pelas páginas do *Brado*, a revolta era compreendida como “um legado, um monumento de gloria, que os paes devem deixar á seus filhos”; no *Conciliador* era, assim, lembrada:

---

<sup>315</sup> Ibid.

<sup>316</sup> Id.

<sup>317</sup> Id.

<sup>318</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. Op. cit., 2013, p. 26.

<sup>319</sup> *O Conciliador*, 12 de junho de 1859.

De todos os que amão de coração o bem ser da sociedade civil, de todos os que não perderão a razão, e os sentimentos de humanidade, um só não há, quer tenha defendido a causa do Império, quer a da republica, que não tenha quebrado no altar da reconciliação, que consagrou a grande, e generosa família Rio-grandense, a espada sacrílega, que atordoado pelo furor, cravara no peito de um irmão!!! Quem, quem conseguirá, por mais que intrigue, e barafuste, riscar da memória dos honrados rio-grandenses a espantosa aluvião de desastres, de que esse luctuoso decênio cobriu a província?<sup>320</sup>

Passados poucos dias desta publicação, em 22 de junho de 1859 Domingos apresentou ao delegado de polícia um requerimento de porte de arma para sua defesa. A solicitação se estendia a outras duas pessoas que “constantemente o acompanhavam”. Para tanto, alegara sentir-se ameaçado pelas inimizades antes “granjeadas” por Carlos Koseritz, “a quem se tem feito, é sabido, cruenta guerra com o propósito de se o arredar desta cidade”. Compellido pelo desejo de alguns indivíduos em impedir a publicação do *Brado*, recorria à competente licença, a fim de se precaver diante da “linguagem desabrida” com a qual era atacado – “sinal precursor de futuras violências”, no seu julgamento. O receio de Almeida pela sua segurança, bem como pela de sua família, teria se agravado após ter sido a sua residência vigiada durante um dia inteiro, segundo ele, em “tempos acoroçados pela impunidade em que têm ficado os assassinos que têm acometido alto dia, no meio das ruas públicas” – em evidente referência ao atentado contra Koseritz<sup>321</sup>.

A situação exposta por meio deste requerimento nos indica o aprofundamento da tensão provocada pela publicação da seção “História Rio-Grandense”, no *Brado do Sul*. Ao desabafar sobre as calúnias do “libelo infamatório” a Manuel Antunes da Porciúncula, Almeida não aparenta estar predisposto a recuar na divulgação dos documentos. Ao contrário, promete “mostrar os crimes atrozes” cometidos pelos “malvados que ainda gotejam o sangue de que se ensoparam”, e afirma:

Ora quando só à promessa de patentear a moralidade, generosidade e valentia dos rio-grandenses, o espírito público transborda com tanta força a que grau se elevará quando mui breve vir a injustiça com que fomos deprimidos no libelo que indiquei, **demonstrando eu que no último escalão perversos foram os imperiais**, que até para requinte de atrocidade criaram comissões de degoladores em Pelotas, Dores e Triunfo pelos seus lanchões: no Arroio Grande, Chasqueiro e Eral por

<sup>320</sup> Ibid.

<sup>321</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-670, 22/06/1859, p. 138-139.



um tal Sr. Feijó, por um Sr. Pedra e... em Bagé pelo Catalán, índio Princesa e outros; em Caçapava por Juca Cipriano, Dedeco e Januário Torto; em São Borja e Cruz Alta pelo índio Roque, Xará, Bonete..., na Vacaria por Candinho e Paulo Alano; e no Faxinal pelo Simas e o demo de um alemão cujo nome agora não me lembro. Quando eu referir isso e dizer-lhes: - Malvados apresentai fatos semelhantes apresentados pelos republicanos, sempre honestos, valentes e bondosos??? [...]. Eis, querido Antunes, porque não querem que eu escreva o histórico de nossa revolução, porque de antemão me apresentam atacado de moléstia mental!!! [...] <sup>322</sup> (grifo nosso)

Esta missiva nos possibilita perceber que, a partir das evidências constantes em seu arquivo, Domingos ambicionava estabelecer uma espécie de julgamento histórico. Nele, o ex-ministro buscava enquadrar-se ao lado dos “honestos, valentes e bondosos” republicanos, em oposição aos ditos “perversos” e “malvados” imperiais. Mais que isso, desafiando completamente seus antagonistas, ele pretendia expor, na esfera pública, os nomes dos legalistas e suas práticas, tal como a da degola.

O mesmo pode ser observado na missiva dirigida a Antônio Neto, para o qual queixara-se das tentativas dos “canibais daquele tempo” de desviar-lhe da escrita da “história da revolução mais cavalheira do mundo”. Para Almeida, estes não aceitavam que “a generosidade e as virtudes fossem comparadas ainda em nossos dias com as atrocidades por eles constantemente praticadas” – referindo-se, claramente, aos imperiais. A Neto, ele afirma que “nada perdeis”, garantindo-lhe o “lugar que tendes de ocupar na mencionada História” <sup>323</sup>.

Conforme referimos anteriormente, pela falta de algumas edições do *Brado do Sul* nos acervos consultados, não conseguimos realizar um levantamento completo dos documentos publicados nas páginas deste periódico. O intervalo das lacunas entre uma publicação e outra é ainda maior no ano de 1859, período em que, pelas indicações encontradas nas correspondências de Almeida, alguns documentos foram divulgados. Contudo, além das peças já citadas, cabe ainda assinalar duas interessantes publicações.

A primeira trata-se da documentação referente ao combate do Cerro de Palmas, ocorrido em 16 de março de 1844. Neste dia, enfrentaram-se as forças lideradas por

---

<sup>322</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-671, 24/06/1859, p. 139-140.

<sup>323</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-678, 09/10/1859, p. 147.

Antônio Manuel do Amaral, do lado farrapo, e Francisco Pedro Buarque de Abreu, o Moringue, da parte imperial. No início de maio de 1860, Almeida publicara importantes peças sobre esta batalha: o diário de guerra relatando a movimentação das tropas<sup>324</sup>; a Proclamação de Antônio Manuel do Amaral, de 19 de março de 1844<sup>325</sup>; uma carta de Amaral a Canabarro, informando a vitória dos farroupilhas, de 25 de março de 1844<sup>326</sup>; e, por fim, a relação dos soldados imperiais feitos prisioneiros naquela ocasião.<sup>327</sup>

É importante destacarmos que dias antes deste conjunto de documentos serem divulgados, Almeida tem o cuidado de escrever para Moringue, tentando, de antemão, se redimir por tal publicação:

Carecendo provar com minha prisão e sucesso das Palmas a razão de fatos posteriores, V. Exa. relevará a publicação que mando fazer do que acerca dele disse o benemérito rio-grandense Coronel Antônio Manuel do Amaral, tão atroz e vilmente assassinado depois em Jaguarão: nódoa em que essa distinta população logo raspou no justo desprezo que solenemente votou, e ainda vota a seu indigno autor.<sup>328</sup>

No diário de guerra, documento com o qual o *Brado* iniciou a sequência desta publicação, Antônio do Amaral informa que seu adversário “logo no princípio da refrega, se ausentou do campo com doze homens”. Ironizando a fuga, refere-se a soberba de Francisco Pedro de Abreu, chamando-o de “o filaucioso”<sup>329</sup>. Esta publicação possibilita percebermos as disputas em torno destes documentos sob outra perspectiva. Neste caso, observamos não um debate público, entre periódicos que buscam, ao final, defender a sua versão sobre a Revolução Farroupilha. Neste caso, Almeida parece deparar-se com uma situação conflituosa, que busca mediar no âmbito privado. Escreve, portanto, para Pedro de Abreu tentando justificar-se por tal exposição e, deste modo, conservar esta relação. Não obstante este embaraço, prevalece o interesse de Domingos em honrar a memória de seu falecido companheiro, assassinado três meses depois.

---

<sup>324</sup> *O Brado do Sul*, 1º de maio de 1860, p. 1-2.

<sup>325</sup> Ibid.

<sup>326</sup> *O Brado do Sul*, 2 de maio de 1860, p. 1.

<sup>327</sup> Ibid.

<sup>328</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-720, 25/04/1860, p. 181-182.

<sup>329</sup> *O Brado do Sul*, 1º de maio de 1860, p. 2.

A segunda, trata-se de uma biografia de Bento Gonçalves. Foi possível resgatarmos alguns fragmentos desta publicação, graças à documentação preservada na Coleção Varela. Em uma das cartas remetidas a Manuel Antunes da Porciúncula, Almeida pede ao seu amigo o favor de lhe remeter o relatório das operações da força que sitiou Porto Alegre até a data da prisão de Bento Gonçalves; e um retrato deste general, para que fosse realizada sua litogravura. Este material estava sendo preparado para, junto com papéis do seu arquivo, “estampar-se no 1º número que der começo ao histórico”, segundo Almeida.

Embora não tenhamos a possibilidade de analisar esta publicação tal qual foi impressa no *Brado*, podemos perscrutá-la a partir de alguns vestígios. Na Coleção Varela encontram-se duas extensas minutas biográficas sobre Bento Gonçalves. Uma intitula-se “Necrologia do Coronel Bento Gonçalves da Silva escrita e publicada por seu amigo Domingos José de Almeida”, tratando-se, ao que tudo indica, da transcrição do texto publicado no jornal. Nela, estão descritas as ações militares de Bento desde 1811, quando, aos 22 anos, participou da primeira campanha na região Cisplatina. A ênfase na atuação deste militar nos conflitos com os países platinos marca a narrativa, que busca salientar as virtudes através das quais Bento “salvou a honra do exército brasileiro” e, de tal forma, o próprio território nacional<sup>330</sup>.

Infelizmente este documento se apresenta incompleto, restando apenas uma segunda minuta, na qual encontra-se o registro das primeiras anotações que originaram a referida publicação. Este rascunho, por também encontrar-se incompleto, aborda apenas os dois primeiros anos da revolta. De todo modo, ele nos permite perceber o enquadramento da figura de Bento Gonçalves na imagem de um herói, e da guerra civil nos quadros de uma epopeia:

Durante esta guerra heroica, talvez a mais penosa campanha ao sul do Império, Bento Gonçalves prestou relevantíssimos serviços, ocupando os pontos mais importantes e perigosos, com a sua habitual intrepidez e tino não vulgar.<sup>331</sup>

Este, afirma Almeida, “fora arrastado a pôr-se a frente do movimento revolucionário”, diante das “arbitrariedades” do Império, e completa: “Bento Gonçalves

---

<sup>330</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-2185, s/d, p. 665.

<sup>331</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-2184, s/d, p. 656.

nunca teve a pretensão de separar a Província da Comunhão brasileira”. A partir da “imparcialidade” deste, que parece ganhar o posto de maior herói da revolução, a narrativa tenciona, portanto, justificar as ações dos revolucionários, de um modo geral<sup>332</sup>. Estes textos, mesmo fragmentados, são os únicos registros preservados da história farroupilha tão almejada por Almeida. São o mais próximo que conseguimos chegar e, talvez, que o próprio Almeida tenha efetivamente concretizado pela sua escrita.

Em carta a Antônio Neto, Almeida confessa que “a guerra surda e desabrigada” da imprensa para “arreda-lo” de tal empenho, não apenas o atrasara neste propósito, como também havia agravado a enfermidade em que ele se encontrava<sup>333</sup>. Não podemos afirmar, afinal, se o que lhe pesou mais foi a severa oposição dos seus adversários e as ponderações dos seus amigos, ou o sofrimento gerado pela doença que lhe afligia desde 1855. No entanto, o fluxo de cartas enviadas por Almeida diminui consideravelmente a partir de 1862, cessando-se com apenas uma missiva datada de 1865 – considerando o material preservado na Coleção Varela.

Em 1861, o *Brado do Sul* encerrou suas atividades. Dez anos depois, em seis de maio de 1871, Almeida faleceu, sem deixar sua herança testamentada. Em meio ao seu patrimônio, disputado na justiça por um longo período, ficou guardado um extenso arquivo de documentos. Este conjunto é tanto rastro de uma República sediciosa, como da vontade deste antigo farrapo em transmitir para a posteridade a memória deste movimento e, afinal, uma memória de si. O arquivo e a tarefa de, através dele, escrever a história da Revolução Farroupilha, talvez sejam seus principais legados.

---

<sup>332</sup> Ibid., p. 658-659.

<sup>333</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-678, 09/10/1859, p. 147.

**PARTE II**  
**A PATRIMONIALIZAÇÃO DA COLEÇÃO VARELA**

## CAPÍTULO 4

---

### *A coleção e a operação historiográfica de Alfredo Varela*

A segunda parte da tese abordará o período em que o arquivo estudado esteve sob a custódia de Alfredo Varela. No primeiro capítulo abordaremos a passagem do conjunto reunido por Domingos José de Almeida para este historiador, visando entender quais foram os fatores que contribuíram para a escolha de Varela como o continuador deste legado. Na ausência de registros que informem com mais detalhes as condições nas quais tal doação ocorrera, tentaremos elaborar uma interpretação a partir da trajetória deste historiador e dos indícios encontrados. Assim, abriremos o capítulo traçando alguns aspectos da trajetória deste indivíduo, observando, especialmente, a sua formação política e intelectual.

A seguir, buscaremos compreender o lugar dos documentos deste acervo na produção historiográfica de Alfredo Varela e as disputas geradas a partir da transformação dos registros relativos à guerra civil em fontes históricas. Para tanto, nos deteremos na *História da Grande Revolução*, principal resultado do trabalho deste historiador com o arquivo que lhe foi destinado (anexo 07). Buscaremos discutir os interesses envolvidos nas principais polêmicas em torno dos documentos utilizados pelo autor, através da análise de fontes externas a este livro. Para tanto, selecionamos os principais textos que apresentam uma leitura crítica às teses defendidas por Varela, publicados pelos intelectuais vinculados ao IHGRGS; além das obras escritas por este historiador, como *Res Avita* e *O Solar Brasilico*.

Esta mesma documentação nos auxiliará, ao final do capítulo, a refletir sobre o papel deste conjunto documental na constituição da imagem do historiador Alfredo Varela. Considerando o intenso debate provocado pela publicação da *História da Grande Revolução*, nos propomos a discutir os seguintes pontos: a figura de Alfredo Varela sob o julgamento dos historiadores do IHGRGS; e a constituição de uma *imagem de si* como recurso para a sua afirmação no campo intelectual.

#### 4.1 Aspectos da trajetória de Alfredo Varela

Alfredo Augusto Varela Villares nasceu em 16 de setembro de 1864, em Jaguarão, município localizado na região meridional do sul do Brasil, na divisa com o Uruguai. A condição de fronteira, caracterizada pelo signo bélico, configura-se em uma das incontornáveis marcas da narrativa autobiográfica de Varela, registrada em *Rememranças*. Em uma das suas primeiras reminiscências, o autor descreve o olhar da criança que observara o retorno das tropas que lutaram na Guerra do Paraguai, às quais atribui a sua “primeira lição de civismo”:

Eramos a brincar em casa, quando se ouviu ecoante nas ruas, uma alegre banda marcial. [...] Acabara de cruzar um corpo de cavalaria, que voltava da guerra. Seguimo-lo, à correr, até a praça da Matriz. [...] Olhei, profundamente curioso, grandemente surpreso. [...] Notei em o aspecto da maioria, uma serenidade excepcional, majestosa e viril, se bem isempta de um qualquer laivo de arrogância desmedida. Mas, tinham todos, quase sem exceção, na requeimada physionomia, algo incomum, algo que recordava a fereza das luctas havia pouco findas: algo de frio e talhante, como as afiadissimas espadas, que hirtas se perfilavam, de ponta a ponta, no bravo 4º regimento. [...] Na minha fragílina cabecinha, na minha infantil percepção, o espetáculo mais impressionava, pelo que nelle achei de insólito: não compreendi, logo, a ordem de sentimentos a que obedeciam aqueles forasteiros. Mas, quando erguidas bem ao alto, as laminas rutilas de aço cortador, 600 bocas unanimes repetiram, mais claro o nome do ser a quem endereçavam festivas, ardentes saudações: quando, após rebaixaram os braços, trazendo-os a posição de preceito, um gesto singular fundiu mais um elo, na cadeia dos entes associados, em nossos território: firmou a definitiva comunhão moral, entre a débil natureza da criança que assistia ao dramático retorno e a dos másculos trabalhadores da odiosa campanha contra o Paraguay, ali transitoriamente reunidos.<sup>334</sup>

Varela, que nascera no início da Guerra do Paraguai, tinha apenas seis anos ao término deste conflito. Ainda criança, à época em que frequentava a escola régia de Teotônio de Bittencourt Pereira e Mello, vivia as influências da guerra civil entre *blancos* e *colorados* no Uruguai<sup>335</sup>. Em suas lembranças, o autor afirma considerar-se uma *rara*

<sup>334</sup> VARELA, Alfredo. *Rememranças*. Tempos idos e vividos. Rio de Janeiro: AGUSA Editora, 1920, p. 26-27.

<sup>335</sup> A região de Cerrito, como se chamava Jaguarão, foi constantemente atacada pelos *blancos* uruguaios na década de 1860. Em 20 de janeiro de 1865 ocorreu a maior invasão, ocasião em que 1.500 caudilhos invadiram e saquearam a cidade, sob o comando de Basílio Munhoz. A vitória dos militares brasileiros rendeu a Jaguarão o título de “Cidade heroica”, componente do patrimônio histórico do município - tendo sido citado no seu dossiê de tombamento. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão. Ministério da Cultura: IPHAN, Porto Alegre, 2010.

*avis* dentre os estudantes, por ter sido o único “legionário do partido blanco” na escola primária.<sup>336</sup>

Varela era filho de Rosa Emília Varela Villares e Manuel Rodrigues Villares. O patriarca descendia do Conselheiro Manuel Rodrigues Villares, Ministro do Supremo Tribunal, e de Maria Henriqueta Velloso de Oliveira Villares<sup>337</sup>. Advogado como o pai, Manuel, aos 25 anos de idade, casou-se com Rosa quando esta possuía somente treze anos. Preso e condenado a 12 anos de prisão com trabalho<sup>338</sup>, pelo assassinato de sua esposa, Manuel foi profundamente rejeitado pelo filho, não restando vestígios da origem paterna nas memórias do historiador<sup>339</sup>.

Alfredo e seu irmão, Víctor Varela Villares, foram criados pelos avós maternos, Maria Perpétua Dutra Varela e José Benito Varela. Seu avô, a quem descrevia como um “varão forte”, foi vice-cônsul uruguaio em Jaguarão, condição que possibilitou a Varela um maior contato com os uruguaios. A casa em que cresceu frequentemente acolhia os “guerreiros orientaes” que por ali passavam, configurando, assim, o cenário das vivências que, nas palavras do autor, contribuíram para a sua constituição moral:

Na primeira fase da minha existência, outro era o critério, e o complexo do que abraçou a minha avida retina, dir-se-ia haver constituído um como imenso caleidoscópio, de cujos espelhos me acercassem, para despertar ideias, tendências, disposições viris, em almazinha nascente,

---

<sup>336</sup> Id., p 116.

<sup>337</sup> CHAVES, Tulio. Um Varão de Plutarco. In: VARELA, Alfredo. *Ensaio e Críticas*. Rio de Janeiro: Edições Instituto América, 1948, p. 19. Nesta obra póstuma, Tulio Chaves realiza um resumo biográfico de Alfredo Varela, homenageando aquele que considerara seu mentor intelectual. Tulio conviveu com o historiador no período em que estudava medicina na Europa, ocasião em que Varela, cônsul do Brasil, residia em Nápoles. De acordo com Chaves: “Varela, cuja afabilidade espontânea talvez dispensasse tais credenciais, abriu de par em par as portas de sua intimidade ao jovem maragato”. Id., p. 18.

<sup>338</sup> AHRs. Fundo Autoridades Municipais. Ofício da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Dia 14 de maio de 1870. In: BOM, Matheus Batalha. *Entre o ideal e o real: a cadeia civil de Jaguarão (1845-1870)*. Trabalho de conclusão de curso (História). Curso de História Licenciatura. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015, p. 44-45.

<sup>339</sup> Varela, aos três anos de idade, testemunhou a morte da sua mãe. Em seu livro de lembranças, declara: “Recordo o quadro terrível, como se o tivesse frente a mim. Recordo, como se o visse repercutindo até hoje nos recessos de meu organismo, com os acentos de tragédia lancinante, os gritos do órfão, que em desespero inconsolável reclamava a presença de quem se partira, para nunca jamais retornar”. VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 17. Ao relatar este episódio, Chaves afirma que: “Como medida de defesa, a jovem trazia os dois filhinhos para a cama em que dormia. Até que uma noite, alta madrugada, Villares, provavelmente embriago, penetrando no quarto em que deixara de ser seu, tentou violentar a mãe de seus filhos e, repellido, estrangulou-a”. CHAVES, Op. cit., p. 21.



com a visão das imagens brilhantes de uma soberba geração de másculos batalhadores.<sup>340</sup>

José Benito destacou-se pela atuação a favor dos uruguaios ilegalmente escravizados - o que lhe gerou alguns desafetos entre os escravistas da região<sup>341</sup>. Acusado de conspirar para um levante de escravos nas charqueadas da localidade - evento que não ocorreu -, Benito foi preso e conduzido à Corte para julgamento. Segundo Varela, a boa hospitalidade despendida ao seu avô no Rio de Janeiro deveu-se aos seus contatos na maçonaria<sup>342</sup>.

Parte da memória de guerra o historiador herdara das histórias contadas no círculo familiar. Sua avó, Maria Perpétua, exaltada em inúmeras passagens de *Rememranças*, foi importante fonte das lembranças do período farroupilha preservadas por Alfredo Varela. O mesmo relata, a partir das recordações que lhe foram transmitidas, do dia em que Perpétua e José Dutra, seu bisavô, foram perseguidos por uma *montonera* “que o vento da revolta, nos prelúdios da tempestade, de quando em quando congregava, para minutos após dispersar”<sup>343</sup>. Após este acontecimento e com a proclamação da República Rio-Grandense, José transferiu a família para a Vila de Santa Isabel dos Canudos<sup>344</sup>.

Bento Gonçalves, segundo Alfredo, era amigo pessoal de seu bisavô. Ao tomar conhecimento da chegada do general farrapo em Jaguarão, nos últimos anos da revolta, os Dutra teriam retornado a sua residência. No entanto, a vila sofreu um novo abalo, quando Canabarro ordenou que o coronel Antônio Manuel do Amaral invadisse a região a fim de atacar os imperiais que nela estavam assentados. Foi então, nas palavras de Varela, que “Maria Perpétua viu a derradeira cena, de abalo para si, da guerra civil”.

---

<sup>340</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 34.

<sup>341</sup> Sobre o tema, consultar: LIMA, Rafael Peter de. *‘A nefanda pirataria de carne humana’*: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010, p. 117-120. CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. Dissertação (História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

<sup>342</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 31.

<sup>343</sup> Id., p. 62.

<sup>344</sup> Santa Isabel dos Canudos ou Canutos localiza-se às margens do canal São Gonçalo, que liga as lagoas dos Patos e Mirim. Tornada freguesia em 1866 e vila em 1882, a região hoje em dia é distrito da cidade de Arroio Grande, vizinha de Jaguarão. FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 161.

Conta o autor que tendo sido a casa da família atingida pela canhoneira das tropas do Império, sua avó, aos dezoito anos, salvou seu tio que havia sido esquecido na fuga:

Ao notar que Joaquim, o caçula, faltava entre os retirantes, súbito retornou sobre o caminho andado. Entretanto em recamara contigua à sala de visitas, arrebatou de entre a roupa de seu dormir o pequenino. Foi a aperta-lo contra o seio, a palpitar de susto, que correu à porta de saída, onde estacou por algum espaço, imobilizada a efeito de tremendo choque paralisante. O socorro aparecera tão oportunamente, que, no minuto de produzir-se, varadas eram as paredes: uma bala rasa tombava candente sobre o berço, que ficou reduzido a estilhaço.<sup>345</sup>

Estas narrativas nos dimensionam a marca do universo bélico e fronteiriço no imaginário deste historiador, tanto pelas experiências por ele vividas, como por aquelas que legou de seus parentes. Aqui, cabe lembrar que a memória, como ressalta Pollak, é uma construção coletiva, formada não apenas pelas experiências pessoais, mas também pelos acontecimentos e vivências dos grupos aos quais os indivíduos pertencem. Conforme o autor:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.<sup>346</sup>

Além dos avós, seu tio, João Teófilo Varela, militar e formado em Medicina, exerceu importante influência na trajetória de Alfredo, ao lhe iniciar nas primeiras letras. A ele, Varela destinou a dedicatória de suas reminiscências: “[...] tio e amigo, zeloso mentor de meus primeiros passos na carreira das letras, parente a cuja pessoa querida se ligam as minhas mais gratas lembranças de Jaguarão, a cara terra nativa, e de Porto Alegre, meu amado berço intelectual”<sup>347</sup>.

Em 1881, Varela se mudou para Porto Alegre, dando continuidade aos seus estudos no Instituto Brasileiro, escola dirigida por Apolinário Porto Alegre<sup>348</sup>. Localizado nos

---

<sup>345</sup> Id., 1920, p. 82.

<sup>346</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992, p. 201.

<sup>347</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 20.

<sup>348</sup> Apolinário foi o filho mais velho de Antônio José Gomes Porto Alegre e de Joaquina Delfina da Costa Campelo Porto Alegre. Seu pai, empregado público e inspetor da alfândega, teve seu bilhete sorteado na

arredores de Porto Alegre, o Instituto funcionava como internato, e buscava uma formação integral: “Encaramos a educação sob o tríplice aspecto, - físico, intelectual e moral, - condição impreterível: ao contrário, será de resultados nulos”<sup>349</sup>. Conforme demonstra Lazzari, a atuação política pedagógica de Apolinário exerceu importante papel na formação de uma consciência da nacionalidade entre os membros da elite política rio-grandense<sup>350</sup>.

Além de professor, Apolinário foi um dos fundadores do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e figura central da propaganda republicana. Dentre os diversos espaços de veiculação dos ideais deste partido - como a imprensa e a literatura -, o Instituto foi um local privilegiado para o culto ao civismo e a doutrinação republicana. A construção de uma memória da guerra civil ocupou lugar central neste programa, que tencionava estabelecer a Revolução Farroupilha como marco fundador da vocação republicana no Rio Grande do Sul. Neste sentido, um panteão de heróis começou a ser elaborado, a fim de se identificar e exaltar as virtudes morais republicanas<sup>351</sup>. Ao recordar do período em que estudou no Instituto Brasileiro, Varela afirma ter finalmente encontrado adeptos do ideário republicano, após ter sido por muitos anos “o único adversário das instituições”, em Jaguarão<sup>352</sup>:

A ideia a que o menino votava um culto apaixonado, exclusivista, que nele tudo o mais superava, que lhe subordinava inteiro o ser, a um pensamento libertador e regenerador; a ideia sacrosanta, que fora a antiga preocupação de uma grande época, e que constituía, para ele, um

---

loteria do Rio de Janeiro, no valor de dez contos de réis. Segundo Saccol, este valor possibilitou a Apolinário e seus irmãos, Apeles e Aquiles, o acesso à educação. Os irmãos Porto Alegre dedicaram-se ao magistério nas décadas de 1860 e 1880, tendo fundado o Colégio Porto Alegre, em 1867; o Colégio Rio-Grandense, em 1870; e, em 1876, o Instituto Brasileiro. Sobre a trajetória deste intelectual, ver: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. LAZZARI, Alexandre. Op. cit., 2004.

<sup>349</sup> Trecho publicado no jornal “Escola”, do Instituto Brasileiro, em 1876. ALEGRE, Álvaro Porto. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed. Thunnann, 1954 *apud* LAZZARI, Alexandre. Op. cit., p. 184.

<sup>350</sup> LAZZARI, Alexandre. Op. cit., 2004.

<sup>351</sup> Como demonstra Boeira, as principais revistas literárias que circularam no final do século XIX utilizaram o gênero biográfico para forjar uma ideia de nação, estabelecendo um panteão de heróis identificados com a pátria. Segundo a autora, foi nas publicações do Parthenon Literário onde “a biografia encontrou maior especialização”. Figuras como Canabarro, Bento Manoel, Sousa Netto e Andrade Neves, foram estampadas nas páginas da revista, cumprindo com a função pedagógica de educar os indivíduos através do exemplo dos grandes vultos. BOEIRA, Luciana Fernandes. Op. cit., 2009, p. 173-178.

<sup>352</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 220.

enlevo e ânsia, essa também contava apologistas na capital. Renascera havia alguns anos o devido apreço ao nosso lendário passado, graças à propaganda, sobretudo ao exemplo, de Apolinário Porto Alegre, diretor do "Instituto Brasileiro", onde o egrégio rio-grandense, a par do ensino das humanidades, se votava a um ativo sacerdócio político. Linguísta consumado, poeta e prosador, foi larga a influência deste nobilíssimo varão, no seio dos colegiais, como em o círculo social a si convizinho, a quem se impôs, o ilustre extinto, por saber e austeridade. Entre os estudantes, principalmente, foi extraordinária a ascendência de Apolinário, homem de poucas, mas de impressionadoras palavras, na vida ordinária; impressionadoras, com especialidade, quando ele se encontrava no seu recanto favorito, no gabinete de trabalho. Cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução farroupilha, por cima de mesas se estendiam os documentos que estavam em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor; como pelas paredes atraíam os olhares, as mais variadas relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimelios múltiplos, que desgraçadamente se dispersaram, com as adversidades de Apolinário, que o diria! Sob a Republica anômala, que subsiste entre nós.<sup>353</sup>

Podemos observar que a influência de Apolinário, a quem Alfredo notadamente venerava, não se restringia ao campo político. Como seu professor, ele desenvolveu o gosto pelo arquivo<sup>354</sup>, colecionando todo tipo de registro que testemunhasse a Revolução Farroupilha. No gabinete do mestre Porto Alegre, Varela se deparava com os vestígios materiais do evento que povoava seu imaginário desde a infância.

Aos 17 anos de idade, Alfredo foi convidado a participar da Convenção de Fevereiro (1882), fundadora do PRR. Organizado pelo Clube Republicano de Porto Alegre<sup>355</sup>, este evento reuniu a geração dos “republicanos velhos” e as futuras lideranças do partido nascente, oriundas, em sua maior parte, das faculdades de Direito de São

---

<sup>353</sup> Id., p. 220-221.

<sup>354</sup> Nos reportamos à expressão “*le goût de l'archive*”, utilizada pela historiadora francesa, Arlete Farge. Em uma narrativa íntima e profissional, baseada na sua experiência na Biblioteca do Arsenal, Farge chama a atenção para as sensações que o arquivo provoca no pesquisador, ressaltando o prazer do contato com os documentos, e o fascínio de encontrar as marcas do tempo registradas nestes suportes. FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

<sup>355</sup> Criado em 1878, o Clube Republicano teve entre seus fundadores Apolinário Porto Alegre, Demétrio Ribeiro e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Os clubes republicanos foram espaços privilegiados para a sociabilidade e a construção de laços entre as futuras lideranças do movimento. Conforme Adorno, nas discussões realizadas nos clubes e jornais, se “humanizava o embrutecido estudante proveniente do campo, civilizava os hábitos, disciplinava o pensamento no sentido de permitir pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais”. ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 155. Sobre os clubes republicanos, ver também: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.

Paulo<sup>356</sup>. Dentre os últimos, encontravam-se nomes como Júlio de Castilhos<sup>357</sup>, Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>358</sup>, Antônio Augusto Borges de Medeiros<sup>359</sup> e Joaquim Pereira da Costa<sup>360</sup>. Enquanto a ala com maior experiência na luta política identificava-se com a imagem do “gaúcho soldado”, cujas origens sociais estavam associadas ao ambiente das estâncias, os jovens republicanos buscam novos elementos para conquistarem seu espaço

---

<sup>356</sup> Em pesquisa de doutorado, Luiz Alberto Grijó realiza um estudo do processo de criação dos cursos superiores no Rio Grande do Sul, problematizando o apoio do governo republicano na formação das elites. Ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2005.

<sup>357</sup> Júlio Prates de Castilhos nasceu no ano de 1860, na região de São Martinho, antigo distrito de Cruz Alta. Filho do rico estancieiro Francisco Ferreira de Castilhos e de Carolina Prates de Castilhos. Oriundo de uma família ligada à política imperial, Júlio desde cedo esteve inserido numa rede de relações que constituía um privilegiado espaço de circulação social, conforme aponta a pesquisa da historiadora Carina Martiny. Na década de 1880, Castilhos participou da fundação do PRR e do jornal *A Federação*, veículo do referido partido. Exerceu importante liderança republicana no Rio Grande do Sul durante a década de 1890, período em que colaborou para a criação da constituição estadual e foi eleito pela Assembleia Constituinte ao cargo de presidente do estado. Faleceu aos 43 anos de idade, devido ao cometimento de um câncer na garganta. Ver: MARTINY, Carina. *“O chefe político dos mais avançados republicanos”*: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2018.

<sup>358</sup> Nascido em 1857, na estância de São Gonçalo, Assis Brasil era filho do importante estancieiro Francisco de Assis Brasil e Josefina de Assis Brasil, de quem herdou extensas propriedades de terra. Membro da geração republicana de 1870, destacou-se, também, no campo intelectual. No período em que estudou no Largo São Francisco, participou da fundação do Clube Republicano Vinte de Setembro e do jornal *A Evolução*. Em 1885, casou-se com Maria Cecília de Castilhos, irmã de Júlio, estreitando seus laços com o antigo colega de faculdade e do PRR. Após perder seu primeiro pleito eleitoral, em 1883, Assis Brasil foi eleito deputado provincial, no ano de 1885. Destacou-se na propaganda republicana pela sua produção no campo intelectual, atuando na escrita de uma memória histórica que visava aproximar os heróis farroupilhas dos políticos republicanos de seu tempo. Em homenagem ao 46º aniversário da guerra civil, publicou a obra *História da República Rio-Grandense* (1882), encomendada pelo Clube Vinte de Setembro. Ver: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2013.

<sup>359</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em 1863, em Caçapava do Sul. Assim como os seus correligionários, foi descendente de estancieiros, sendo seus pais Augusto César de Medeiros e Miquelina de Lima Borges de Medeiros. Atuou junto aos seus colegas gaúchos no movimento estudantil republicano em São Paulo, onde foi redator do jornal *A República*, ligada ao Clube Republicano Acadêmico. Formado em Direito, retornou ao Rio Grande do Sul, e, em Cachoeira do Sul, atuou como advogado e chefiou a seção do PRR. Foi eleito deputado federal na Assembleia Constituinte de 1891 e, em 1898, foi alçado ao posto de governador do Estado, sucedendo Júlio de Castilhos. Durante os seus cinco mandatos na presidência do estado, Medeiros cultuou a imagem de Castilhos, que continuou exercendo enorme influência na política estadual, conforme demonstra Martiny. MARTINY, Carina. Op. cit., 2018.

<sup>360</sup> Nascido em Cruz Alta, em 1859, Joaquim Pereira da Costa era filho do capitão Manuel Bento da Costa e de Maria Pereira da Costa. Foi colega de Assis Brasil e Castilhos na Faculdade de São Paulo e, em 1883, indicado pelo último para liderar a causa republicana em Cruz Alta. Em 1894, aproximou-se ainda mais de Castilhos, ao casar com Dulce Pereira, prima de Honorina Costa, esposa do governador. MARTINY, Carina. Op. cit., p. 122-129.

no partido. Conforme demonstra Grijó, na transição do século XIX para o XX, apesar da valorização do passado belicoso, outros valores ganham espaço no campo político:

O sucesso de um pleiteante à liderança político-partidária passava não mais a se dever fundamentalmente a suas habilidades como mobilizador de tropas e chefe guerreiro. Cada vez mais os recursos culturais e a capacidade de mobilização pela palavra culturalmente qualificada passam a ser decisivos. [...] O diploma em um curso superior passou paulatinamente a ser um recurso tão importante quanto os citados, o que se acentuou em muito com a criação dos cursos superiores no estado a partir da última década do século XIX.<sup>361</sup>

Antes da fundação das faculdades no Rio Grande do Sul, os jovens originários do interior do Estado, sendo em sua maior parte filhos de estancieiros, mudavam-se, geralmente, para São Paulo ou Rio de Janeiro, a fim de realizar um curso de nível superior. Neste contexto, o ensino jurídico exerceu papel crucial na formação da elite dirigente, “culturalmente instrumentalizada para traduzir politicamente os posicionamentos do governo rio-grandense frente ao governo central”<sup>362</sup>. Estudando o perfil dos membros do PRR em 1882, Grijó verificou que 40 possuíam título superior, tendo 27 indivíduos concluído o curso de Direito no Largo São Francisco, em São Paulo.<sup>363</sup> Pinheiro Machado<sup>364</sup>, Júlio de Castilhos, e Assis Brasil, membros da geração da propaganda republicana, por exemplo, estudaram nesta instituição entre as décadas de 1870 e 1880.

Apesar de não partilhar do mesmo perfil econômico dos líderes anteriormente citados, Alfredo Varela iniciou os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, em agosto de 1885<sup>365</sup>. Em dezembro do mesmo ano, ele requisitou a transferência da sua matrícula para a Faculdade de Direito do Recife. No entanto, a guia de transferência, datada de agosto de 1886, informa sobre o impedimento da continuidade dos seus estudos nesta faculdade, devido ao descumprimento do pagamento da matrícula. Segundo

---

<sup>361</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 11.

<sup>362</sup> Id., p. 105.

<sup>363</sup> Id., p. 107.

<sup>364</sup> José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta, em 1851. Era filho de Antônio Gomes Pinheiro Machado, auditor militar e deputado da Assembleia Geral do Império (1863), e Maria Manuela de Oliveira Aires. Após lutar na Guerra do Paraguai, Pinheiro Machado ingressou na faculdade de Direito do Largo de São Francisco, inserindo-se no ambiente da propaganda republicana paulista. Em 1890, nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito senador. Ao todo, Pinheiro Machado cumpriu quatro mandatos, totalizando 24 anos no Senado. Segundo Grijó, Pinheiro Machado só deixou o cargo porque foi assassinado, em 1915. GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 118-125.

<sup>365</sup> Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, maço 2684.

Chaves, os custos da matrícula e das taxas do curso eram supridos graças ao auxílio que ele recebia do seu avô<sup>366</sup>. O autor afirma que Alfredo teria desistido da carreira por “ortodoxia positivista”, e, por esta razão, aberto mão da ajuda de Benito. Não tendo conseguido pagar “as despesas da Paulicéia” apenas com as aulas particulares, Varela teria retornado a Porto Alegre, onde, nas palavras de Chaves: “Encontrou uma ‘fada azul’ que o induziu a continuar os estudos iniciados e a volver a aceitar, por conseguinte, a mesada que rejeitara”.<sup>367</sup>

Não encontramos no livro de memórias do historiador qualquer dado referente ao período em que ocorreu a transferência de faculdade. Contudo, o relato de Chaves torna-se plausível, se considerarmos que Varela, à época já inserido no PRR, provavelmente foi influenciado por seus colegas para concluir a orientação profissional seguida pelos jovens republicanos de sua geração. Em Recife, onde formou-se em 1889, Varela entrou em contato com a geração republicana em Pernambuco, que, diferentemente do movimento paulista, foi predominantemente influenciada pelo positivismo, corrente a qual Alfredo ligava-se naquele momento<sup>368</sup>. Dentre as principais lideranças do PRP (Partido Republicano de Pernambuco) estava José Izidoro Martins Junior, professor de Alfredo Varela. Em 1886, Izidoro convocou a primeira congregação geral do Centro Republicano de Pernambuco, que originou a comissão responsável por fundar o Partido Republicano<sup>369</sup>. Identificado com o republicanismo desde os tempos em que estudava em Porto Alegre, o jovem Varela engajou-se no movimento pernambucano, tendo participado do *Club Republicano Riograndense* e do *Jornal 12 de setembro*<sup>370</sup>.

Ao agradecer, em *Rememorações*, pela amizade que desfrutava com Martins Junior, Varela o descreve com profunda admiração: “arquétipo de uma cultura moral que hoje menosprezamos, republico de teor antigo, excelsa glória, já perpetuada no bronze de uma

---

<sup>366</sup> CHAVES, Tulio. Op. cit., p. 27.

<sup>367</sup> Id., p. 27.

<sup>368</sup> BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. *Ditadura, abolição e república: a propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

<sup>369</sup> Id., p. 145

<sup>370</sup> Id., p. 243. Conforme Braga, o clube, ligado à faculdade de Direito, era formado apenas por jovens gaúchos, constando, entre estes: Moy P. Viana, Alfredo Varela, Antônio de Souza Neto, Telles de Queiroz, Pardal Mallet, João Cardoso, João Vieira Braga e Frederico Bastos. Id., p. 258.

geração que se transviou”<sup>371</sup>. Ao concluir o curso em Recife, ele contou com o auxílio de Izidoro, que escreveu a Aristides Lobo e Benjamin Constant o recomendando. A reciprocidade desta amizade também pode ser observada no prefácio que Izidoro escreve para a obra *Direito Constitucional Brasileiro*, publicada por Alfredo, em 1902. Nele, o professor afirma ter tido longas conversas com Alfredo e o qualifica como um dos “moços” da “colônia rio-grandense” que se destacavam “pela exuberância do ardor cívico”<sup>372</sup>, elogiando-o:

Não era o homem das ruas, dos meetings, das audácias materiais, das agitações subversivas; era o correligionário convencido e firme, dedicado e severo, estudioso e calmo, que previa, que discutia, que doutrinava, e que, já naquele tempo, doutrinava com a orientação e a firmeza de agora.<sup>373</sup>

Já formado, Varela mudou-se para o Rio de Janeiro, onde residiu por pouco tempo. Com o advento da República, retornou ao seu Estado natal, onde foi nomeado Procurador da República, cargo que exerceu entre os anos de 1890 e 1893. Tendo em vista a eclosão da guerra civil de 1893, Varela assumiu o comando militar de um Corpo da Brigada do Estado, ao lado dos seus correligionários<sup>374</sup>. Neste mesmo ano, casou-se com Josefina Barreto Braga<sup>375</sup>, prima de João Mena Barreto<sup>376</sup>, que, como Varela, lutou ao lado dos republicanos na Revolução Federalista. Segundo Chaves, a rica viúva possuía a quantia de mil e quinhentos contos de réis – importante valor naquele período. De acordo com o

---

<sup>371</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 258-259.

<sup>372</sup> VARELA, Alfredo. *Direito Constitucional Brasileiro*. p. 10.

<sup>373</sup> Id., p. 11.

<sup>374</sup> A Brigada Militar foi criada em 15 de outubro de 1892, “justamente no momento em que o conflito armado entre republicanos castilhistas e a oposição estava prestes a eclodir, e o primeiro regulamento desse exército estadual deixou clara a sua função para o governo republicano: “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”. MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Tese (Doutorado em história). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 38.

<sup>375</sup> Habilitação para casamento (1893). Nome das partes contratantes: Alfredo Varela e Josefina Barreto Rodrigues Braga. ANRJ, Fundo: Pretoria do Rio de Janeiro, 7 (Freguesia da Lagoa) – ES -, nº 512, caixa: 345, galeria A.

<sup>376</sup> João de Deus Mena Barreto nasceu em Porto Alegre, em 1874. Era filho do general José Luís Mena Barreto, inspetor dos Corpos de Artilharia do Rio Grande do Sul, e Rita de Cássia Mena Barreto. Seguindo a tradição da família, iniciou sua carreira militar, ingressando, aos 16 anos, na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo. Poucos anos depois, foi designado para servir o 4º Batalhão de Infantaria, no combate à Revolução Federalista. Quando foi deflagrada a Revolução de 1930, Mena Barreto ocupava o cargo de inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares. Aderiu ao movimento que destituiu o presidente Washington Luis, integrando a Junta de Governo Provisório. BARRETO, Mena. *Verbete*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.



relato do autor, Varela apenas consentiu casar-se com a separação de bens, “malgrado a relutância da noiva”. Nas palavras do admirador, “por motivos domésticos, essa foi a fase mais tormentosa de sua existência” e “o período menos agitado de sua vida política”<sup>377</sup>.

Após o casamento, Varela estabeleceu-se no Rio de Janeiro e, em 1899, foi indicado por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros para o cargo de deputado federal. Dentre as suas atividades parlamentares, apresentou um projeto de lei para o Código Civil, elaborado por Clóvis Bevilacqua; além de um projeto para o Código Financeiro da República, tendo, neste sentido, também solicitado uma comissão de inquérito da administração do Banco da República<sup>378</sup>. Durante o tempo em que liderou a bancada gaúcha na Câmara, foi frequentemente citado nos jornais da capital. Além das transcrições dos seus discursos inflamados, ficou conhecido nas páginas do *Correio da Manhã* como o “impávido iconoclasta dos medalhões oligárquicos”<sup>379</sup>.

Talvez tenha sido ainda no Rio de Janeiro onde Varela conheceu sua companheira, Maria Garcia de Alfredo Varela, com quem viveu pelo menos até a década de 1930. A *Mary* é mencionada em algumas passagens do *Solar Brasílico*, e a ela o historiador dedicara sua mais extensa obra: “*A divina Mary, sposa, madre e figliuola, alta più che criatura!*”<sup>380</sup>. Nas páginas do jornal *O Paiz*, ele é chamado de “congressista *dom juanesco*” e acusado por, apesar de casado, ter viajado para a Europa com uma “senhora de excelente família”, conhecida nos salões por ser uma distintíssima amadora.<sup>381</sup> Não podemos precisar o momento ou em quais circunstâncias o casal se conheceu, nem

---

<sup>377</sup> CHAVES, Tulio. Op. cit., p. 33. Não cabe interrompermos a narrativa para aprofundar esta questão, mas devemos assinalar a existência de uma versão contrária à de Chaves, localizada em uma curiosa publicação. Num folheto publicado pela tipografia do *Jornal do Commercio*, o advogado Germano Hasslocher expôs por quase cem páginas alguns aspectos da vida particular e social de Alfredo Varela, buscando “desmascarar o hipócrita”. Eis o julgamento de Hasslocher sobre este matrimônio: “Ambicioso, mas dissimulado, homem rancoroso, mas mélico no trato, sempre cobiçou uma fortuna, fosse como fosse, contanto que o tornasse poderoso. Hypocrita até o extremo de se fingir religioso, quando era a encarnação do egoísmo, voltou-se para uma senhora viúva que um lance da fortuna o enriquecera do dia para a noite”. HASSLOCHER, Germano. *Desmascarando um hypocrita*. Comentários em torno da carta de reconciliação do Sr. Alfredo Varella ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1907, p. 17. Paulo Germano Hasslocher, nascido em Santa Cruz, no ano de 1862, formou-se em Direito na Faculdade de Recife, assim como Varela. Participou da fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre. In: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 303.

<sup>378</sup> *Correio da Manhã*, 19 de novembro de 1903, Rio de Janeiro, p. 1.

<sup>379</sup> As oligarquias estaduais. *Correio da Manhã*, 5 de novembro de 1903, Rio de Janeiro, p. 1. Citamos, ainda, outro interessante texto que comenta o discurso de Varela: Ataque às oligarquias. *Correio da Manhã*, 4 de novembro de 1903, Rio de Janeiro, p. 1. Hemeroteca da BN.

<sup>380</sup> VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*, vol. 1, 1933, p. 6.

<sup>381</sup> *O Paiz*, 10 de maio de 1903, Rio de Janeiro, p. 4. Hemeroteca da BN.

compreender quem foi esta senhora e o seu papel na trajetória de Varela. Infelizmente, pela sua condição de mulher, Maria Garcia não teve seus rastros preservados contra a destruição do tempo. Foi difícil até mesmo conseguirmos descobrir o seu nome completo, o qual foi localizado numa reportagem sobre o litígio de um apartamento.<sup>382</sup>

Reeleito em 1902, o então deputado não concluiu o seu segundo mandato, abandonando o posto em 1906. Na ocasião, Alfredo posicionou-se ao lado dos dissidentes do PRR, representados pela candidatura de Fernando Abbott<sup>383</sup>. Contudo, no ano seguinte, publicou no jornal *A Federação* uma carta de reconciliação dirigida ao PRR, com grande repercussão na imprensa carioca. Nela, declarou:

[...] republicanos que no extremo-sul do Brasil resguardais com uma nobre fidelidade a herança gloriosa de Júlio de Castilhos, padrão das vindouras reformas na comunidade federal. É, pois, explicável a reconciliação convosco. Reata-se fortemente um laço apenas desapertado e nunca de todo desligado, revertendo ao grêmio uma unidade que não quebra a homogeneidade do grêmio, pois que iguais são os propósitos civilizadores, *no passado, no presente, e no futuro*: meus e vossos os mesmos anhelos e convicções!

[...] Se venci, dir-se-á, os mais justos ressentimentos, em nome de que impulsos me abalancei á atividade guerrilheira, de assombro exterminadores, que deteve por um ano o respiro do alto governo do Brasil? - Em nome dos mesmos impulsos que firmaram a heroica revolução da velha-guarda republicana, a qual presenciou com serenidade o mar de sangue de 93 a 95, porque lhe era forçoso preservar-se, para que o nosso benemérito partido possa um dia completar a revolução de 15 de novembro: em nome do Rio Grande do Sul que espera ao fim instituir a República definida por um '*farrapo*' de lei, como sendo o 'regime de todas as virtudes'.<sup>384</sup>

<sup>382</sup> Em 1949, passados seis anos da perda do seu companheiro, Maria Garcia de Alfredo Varela foi processada por Manuela Vieira do Rego, ex-esposa do sujeito que lhe vendera um apartamento. Como o matrimônio não foi desfeito na forma da lei, a autora da ação requisitara o imóvel, baseada na divisão de bens com o já falecido Valentiniano do Rego Barros Filho. In: Urge que o legislador encare a seria questão do divórcio. *O Jornal*, 3 de julho de 1949, Rio de Janeiro, p. 5. Hemeroteca da BN.

<sup>383</sup> Em estudo recente, Saccol observa que o movimento da dissidência de 1907 não se restringiu a fatores de ordem ideológica. As divergências entre os líderes republicanos envolviam uma série de interesses, relacionados à disputa pelo topo da hierarquia estadual e partidária, e a afirmação político-eleitoral das facções rivais - situação agravada com a morte de Júlio de Castilhos. Fernando Abbot, que possuía posição de destaque dentro do partido - governou o Estado interinamente em 1891 e exerceu importante liderança na Revolução Federalista -, reivindicou a continuidade do projeto castilhista. Sobre esta questão, ver: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit., 2018.

<sup>384</sup> A retratação pública, afirmando o republicanismo através dos jornais, foi uma prática comum do PRR, que auxiliava na cooptação das elites anteriormente ligadas à monarquia. FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. VARELA, Alfredo. Carta de Reconciliação. *A Federação*, 24 de janeiro de 1907, Porto Alegre, p. 1-2. Hemeroteca da BN.

Apesar da reconciliação, a partir desta data Varela não ocuparia mais nenhum cargo eletivo, afastando-se das atividades partidárias. Desde então, dedicou-se prioritariamente à carreira intelectual e diplomática. Em 1904, doutorou-se em Direito, tendo lecionado Direito Constitucional na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi nomeado cônsul do Brasil na Espanha, em 03 de outubro de 1908, por Rio Branco. Seu trabalho no Itamarati se estendeu até 1914, período em que foi sucessivamente cônsul no Japão, em 1910; na Itália, em 1911; e em Portugal, em 1914<sup>385</sup>. Oliveira Lima escreve ao jornal do Brasil, em 1919, criticando as despesas do Itamarati com a manutenção dos cônsules, afirmando considerar “despesas absolutamente inúteis com essa representação consular em países devastados”<sup>386</sup>. De todo modo, o autor reconhece o trabalho de Alfredo Varela, nesta época em Lisboa,

[...] onde do resto tem estado revolvendo os arquivos com suma diligencia e verdadeira paixão histórica, de que dá prova seu novo e excelente trabalho sobre as intrigas internacionais, misteriosas e dramáticas, atinentes à Cisplatina e à Transplatina e envolvendo Portugal, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.<sup>387</sup>

Do período em que morou no exterior, Varela registrou algumas recordações em *Rememranças*, como sua admiração pelas obras primas de Michelangelo, ou pela *Gioconda*, no Louvre; por ter escutado a “triumfal” sonata de Beethoven; por ter visto “o fundo do Vesúvio”; ou, ainda, por ter se refrescado nas “ondas mágicas” do mar Capri<sup>388</sup>. Em suas memórias, provavelmente escritas no período em que viveu fora do país, com o olhar distanciado do seu meio, Varela buscara resgatar os elementos que julgava formadores da sua moral. Assim, o autor perpassara pelas suas vivências na família, no ambiente bélico e agrário de Jaguarão, na Porto Alegre republicana, exaltando os indivíduos que exerceram influência na sua trajetória. Sua experiência enquanto historiador, contudo, não mereceu espaço nas páginas deste livro. Às questões concernentes as suas vivências no ambiente intelectual, Alfredo dedicou duas outras obras, *Solar Brasília* e *Res Avíta*, abordadas nas próximas seções.

---

<sup>385</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1915, p. 109. Hemeroteca da BN.

<sup>386</sup> LIMA, Oliveira. Pelo Itamaraty. *Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1919, Rio de Janeiro, p. 5.

<sup>387</sup> Id.

<sup>388</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1920, p. 250-265.

## 4.2 O momento do arquivo na operação historiográfica de Alfredo Varela

*Com a diuturna pesquisa, coligir gradatim a realidade. Pouquito a pouquito. Seriado após os frutos da experiência cotidiana, para a formulação das ilações definitivas. Assim, procedi invariavelmente, assim procedo, assim procederei, enquanto exercite o ministério de compreender ou julgar as coisas pretéritas. A resulta fere a semi-deuses, diminue a estatura dos gigantes consagrados? Que hei eu de fazer? C'est de l'histoire aux grandes sources': 'pardonnez-moi ces inductions, mais la justice pèse tout'!<sup>389</sup>*

Em 1933, com o financiamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e os auspícios do IHGRGS, Varela publicou seu quinto estudo histórico, a *História da Grande Revolução*, sendo esta, sem dúvida, a principal obra de sua bibliografia. “Modesto fruto de meio século de pesquisas, também de organização de um imenso arquivo”, nas palavras do autor, esta publicação é o aprofundamento do trabalho iniciado na obra intitulada *Revoluções Cisplatinas* (1915). Verificando a documentação citada nos dois volumes deste trabalho, notamos que nestes livros já estavam presentes algumas cartas, decretos, dentre outros registros da República Rio-Grandense. Tendo em vista que o prefácio desta obra foi escrito em 1911, época em que Varela residia no Japão, podemos inferir que o autor possuía o conjunto documental já há alguns anos.

Alfredo começou a exercer o cargo de cônsul em 1908, na Espanha. Durante os anos em que esteve nesta função, deu continuidade ao seu trabalho como pesquisador e escritor, tendo, ao que tudo indica, se dedicado a produção de *Revoluções Cisplatinas* neste período. Considerando o volume da Coleção Varela e a quantidade de documentos oriundos deste conjunto citados neste trabalho, é presumível que o historiador o tenha recebido ainda na última década do século XIX. Só assim, Alfredo teria tido tempo suficiente para trabalhar com esta imensa documentação antes de partir para o exterior.

Além disso, em *Riogrande do Sul* (1897), primeiro estudo de cunho histórico por ele publicado, o autor trata do desfecho da revolta farroupilha. Neste breve estudo, Varela demonstra conhecer informações sobre a movimentação das tropas de Canabarro, tais como as datas de deslocamento e o número de soldados. Chama a atenção, especialmente,

---

<sup>389</sup> VARELA, Alfredo. *O Solar brasileiro*. Remate nos muros austrinos. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d., p. 43

a abordagem do episódio ocorrido em Porongos, sobre o qual Varela assevera: “Foi uma perfeita entrega! Não há que exitar em proferir este juízo severo: Canabarro desde muito traia a República”<sup>390</sup>. Pela convicção do historiador, não podemos desconsiderar a hipótese de que àquela época ele já houvesse tomado conhecimento do conteúdo da Carta de Porongos (anexo 02), mencionada no segundo capítulo.

No que concerne a passagem do arquivo para Alfredo, ainda nos resta compreender as razões que motivaram a família Almeida a elegê-lo como o guardião deste legado. A partir de alguns vestígios, conseguimos identificar que este arquivo foi transmitido a Varela, através de Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida, décima filha de Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. Lopes lembra que “[...] a prática colecionista se desenvolve em redes de interações significativas para os indivíduos”<sup>391</sup>. Inspirados nesta proposição, tentaremos compreender quais foram os fatores que influenciaram na preferência de Alfredo Varela para o posto de guardião do arquivo de Almeida.

Na ausência de indícios mais contundentes sobre esta doação, resta-nos a pergunta: por que o arquivo foi doado a Alfredo Varela? Joaquim Francisco de Assis Brasil, proeminente historiador e, como Almeida, fundador do PRR, em 1882 publicou *História da República Rio-Grandense* (1882). Esta constitui a primeira obra dedicada a este tema escrita por um sul rio-grandense favorável ao movimento farroupilha<sup>392</sup>. Este estudo, escrito a partir do lugar de fala de um sujeito ligado ao clube dos republicanos, foi importante referência para aqueles que se consideravam sucessores do ideal farroupilha.

Alfredo Ferreira Rodrigues, outro importante historiador deste período, em 1889 iniciou a publicação do *Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, em Rio Grande. Com periodicidade anual, esta coletânea foi publicada entre os anos de 1889 e 1917. Apesar de contar com diversas participações, parte significativa dos textos são de autoria de Ferreira Rodrigues, que se dedicava, notadamente, a assuntos ou biografias de

---

<sup>390</sup> VARELA, Alfredo. *Riogrande do Sul: descrição physica, história e econômica*. Porto Alegre: Livraria Universal, 1897, p. 185.

<sup>391</sup> LOPES, José Rogério. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 136.

<sup>392</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1882.

sujeitos ligados à revolta dos farrapos<sup>393</sup>. Na edição de 1897, ano em que Alfredo Varela publica seu primeiro trabalho histórico, Alfredo Ferreira Rodrigues já manifestava sua busca por registros do tema de seu maior interesse:

Faço hoje um apelo aos riograndenses. Peço-lhes a remessa dos papéis relativos à revolução, comprometendo-me a devolvê-los, sem a menor falta, depois de copiar deles as informações que me parecerem aproveitáveis.<sup>394</sup>

Como Varela, Rodrigues também recorreu aos remanescentes da República Rio-Grandense e seus descendentes, em busca de relatos e artefatos materiais que remetessem ao decênio farrapo. Diante da existência de pelo menos outros dois respeitáveis historiadores da guerra civil farroupilha, tentaremos construir algumas interpretações para entender as prováveis razões da escolha de Alfredo Varela como guardião do legado de Domingos José de Almeida.

Epaminondas Piratinino de Almeida, décimo terceiro filho de Domingos e Bernardina, nasceu em 1844, cerca de um ano antes do término da revolta. Quando jovem, testemunhou o trabalho do seu pai em prol de uma história documentada da Revolução Farroupilha. Em 1861, aos 17 anos, auxiliava Almeida neste intento, como podemos observar na carta enviada a Manuel Luís Osorio: “Vai meu filho e criado de V. Exa. Epaminondas para receber o rascunho que V. Exa. se serviu prometer-me corrigir, eliminar, e adicionar francamente o preciso”<sup>395</sup>.

Piratinino foi o único filho de Almeida a concluir o ensino superior. Em 1870, formou-se na Academia de Direito do Largo de São Francisco, instituição anos mais tarde frequentada por Varela. Quando estudantes em São Paulo, tiveram contato com os clubes republicanos, organização fundamental na formação dos jovens membros da elite cultural

---

<sup>393</sup> Como exemplo, podemos citar os seguintes títulos: Bento Gonçalves da Silva (1892), David Canabarro (1896), José Gomes Portinho (1898), Antônio Alvares Pereira Coruja (1899), David Canabarro e a surpresa de Porongos (1899), Antonio Vicente da Fontoura (1901), Domingos José de Almeida (1902), dentre outros.

<sup>394</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul. Pelotas: Editorf, 1897, p. 270.

<sup>395</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-771, 11/08/1861, p. 218.

e política do Rio Grande do Sul. Em 1882, Epaminondas, aos 38 anos de idade, e Alfredo, com 18 anos, participaram da fundação do PRR.

Outro ponto em comum entre estes dois indivíduos foi a atividade parlamentar. Ambos foram considerados importantes políticos nos quadros do PRR e mantiveram estreita relação com o Estado. Epaminondas foi eleito deputado provincial, ocupando este cargo entre os anos de 1891 e 1892. Alfredo, em 1900, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul, marcando o início da sua carreira política. Entre 1893 e 1895, atuaram na Revolução Federalista, guerra civil que dividiu as forças políticas entre os apoiadores de Gaspar Silveira Martins e os defensores do governo de Júlio de Castilhos.

Embora pertencessem a gerações distintas, é improvável que a trajetória destes dois republicanos não tenha se cruzado em algum momento, tendo em vista o campo de sociabilidades por eles compartilhado. Ainda que não contemos com nenhuma carta ou outro registro que confirme o contato entre Varela e Piratinino, os indícios expostos apresentam muitas proximidades entre eles. Outro importante ponto em comum foi o interesse pela história da Revolução Farroupilha. Conforme Menegat, Epaminondas ficou conhecido pelas pesquisas e coleta de depoimentos realizadas para escrever sobre o passado ao qual seu pai estava diretamente implicado<sup>396</sup>.

Na Coleção Varela, encontramos uma carta enviada por Manuel Alves da Silva Caldeira a Piratinino de Almeida, transmitindo-lhe, em 26 páginas, suas memórias da guerra civil<sup>397</sup>. Transcorridos poucos anos desta missiva, em 1899, aos 55 anos de idade, Epaminondas faleceu. Como seu pai, não teve tempo suficiente para concretizar o objetivo de escrever a história dos farrapos, embora tenha herdado um grande arquivo de documentos. Todavia, considerando seu evidente interesse neste tema e a relevância da memória deste evento para a sua família, é possível que Piratinino tenha participado da decisão de doar os documentos reunidos por Almeida ao historiador Alfredo Varela.

Em 1899, este historiador revelara detalhes de um diálogo que teria ocorrido no “seio da ilustre família do preclaro Domingos de Almeida”<sup>398</sup>, sobre o episódio de

---

<sup>396</sup> MENEGAT, Carla. Op. cit., p. 176.

<sup>397</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 5. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981. CV-3101, 20/08/1896, p. 339-365.

<sup>398</sup> VARELA, Alfredo. A pacificação do Rio Grande do Sul (1845). *Jornal do Commercio*, 26/01/1899.

Porongos. Esta passagem, abordada ao final deste capítulo, é um indicativo da proximidade de Varela com os filhos de Almeida. Ainda que não disponhamos de meios para dimensionar a importância do debate em torno deste legado no seio desta família, nos parece claro que a escolha de Varela não foi fortuita. Em sentido contrário, podemos inferir que ela se justifica pela confiança depositada pelos filhos de Domingos neste historiador e, quiçá, na sua interpretação sobre o movimento farroupilha. Neste sentido, não é demasiado afirmarmos que Varela recebera dos Almeida não apenas um conjunto documental, mas a missão de realizar a tão ambicionada história da Revolução Farroupilha. Esta poderia ser vista como uma forma de honrar o trabalho de Domingos na formação de um gigantesco arquivo, e a própria memória do ex-ministro da República Rio-Grandense.

Tendo realizado esta introdução, num esforço de compreendermos por que o posto de “guardião” da coleção foi destinado a Alfredo Varela, a seguir debateremos alguns aspectos sobre o uso desta documentação na sua prática historiográfica.

\*\*\*

*A História da Grande Revolução*, nas palavras de seu autor, é o “modesto fruto de meio século de pesquisas, também de organização de um imenso arquivo”<sup>399</sup>. Esta obra é o aprimoramento e ampliação do trabalho iniciado em *Revoluções Cisplatinas*, na qual Varela já iniciava o estudo dos documentos da coleção de Almeida. Em um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, Varela, assim resume o trabalho realizado neste “meio século” de investigações sobre a epopeia farrapa:

Em minhas jornadas investigadoras, observei com fidelidade o roteiro dos magnos sabedores. Em primeiro lugar, tratei com amorosa diligencia de fixar a tradição oral. Em constantes peregrinações ouvi aos mais notados, como aos humildes, da grey heroica ainda sobrevivente. De Torres a Uruguayana, do Riopardo a Sta. Victoria, quer dizer, no principal scenario da epopéa farrapa; excogitei, com uma pia devoção, o que persistiu inequivoco, nitido assaz, na memoria de uns e outros. Findo esse trabalho prévio, fundamental, voltei-me para outro, em que muitos annos gastados foram. Vivi entregue a insistente busca e leitura de manuscriptos da aurea quadra. Manejei todos os papeis soltos do Itamaraty. Quantidade immensa, no Archivo publico, na Bibliotheca nacional. Fóra do Paiz, tive entre mãos o que se me permitiu ver, ou logrei encontrar, nas collecções officiaes de

---

<sup>399</sup> VARELA, Alfredo. *Res Avita*. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935, p. 3.



Montevidéu, Lisboa, Madrid, Sevilha, Bolonha, extendendo a pesquisa a valiosos tombos privados, os dos solares do Marquez do Lavradio, Condes da Figueira e de Tarouca. **Antes de frequentar o recinto das riquezas alheias, note-se, pude organizar os de casa propria.** Organisei um **vero thesouro**, a que uma alma dadivosa opulentou sobremaneira, fazendo-me o regio presente do que herdara e constituia o maior dos arquivos extremenhos, na orbita particular.<sup>400</sup> (grifo nosso)

A descrição acima fornece alguns elementos interessantes para entendermos os critérios empregados por Almeida na sua prática historiográfica. Primeiramente, devemos destacar a valorização dos testemunhos orais que, ao lado das fontes escritas, formaram o aparato documental que alicerça sua narrativa. O historiador buscou em entrevistas, conversas e cartas, o relato das testemunhas da guerra civil. Parte deste material pode ser encontrada na Coleção Varela e em seus livros.

Desde a época em que estudava Direito, em Recife, Varela realizava alguns empenhos neste sentido. Tinha 21 anos de idade quando trocou correspondências com o já octogenário Antônio Alvares Pereira Coruja. Entre os anos de 1885 e 1886 recebeu algumas cartas esclarecendo as questões para as quais pedia auxílio, tais como a tomada de Porto Alegre pelos imperiais e a participação de Zambeccari na revolução. O relato de Coruja é recorrentemente citado ao longo da *História da Grande Revolução*, especialmente no seu sexto volume. Varela recorre às memórias do “velho professor”, geralmente, a fim de corroborar ou corrigir informações presentes nos documentos.<sup>401</sup>

Outro importante colaborador, muito venerado por Varela, foi Manuel Alves da Silva Caldeira, que lhe enviou longos relatos das suas memórias da Revolução Farroupilha. Dentre os apontamentos acerca de alguns episódios ocorridos naquele período, chama-nos a atenção os esclarecimentos destinados a Alfredo sobre o ataque de Porongos. Além de ter lhe enviado cerca de 40 documentos do seu acervo, foi através deste que o historiador teve acesso à documentação de José Custódio.

Já aos 77 anos, e apesar do seu delicado estado de saúde, João Luís Gomes também concedeu seu testemunho ao jovem historiador, relatando em suas cartas detalhes sobre a

---

<sup>400</sup> VARELA, Alfredo. Crítica de escada abaixo, V – O MYTHO DA PAMPA. In: *Jornal do Commercio*, 18 de fevereiro de 1934, Rio de Janeiro, p. 9. Hemeroteca da BN.

<sup>401</sup> A título de ilustração, podemos mencionar a passagem onde Varela utiliza o relato de Coruja para confirmar o envolvimento do Padre José Pereira Caldas no gabinete de leitura *O Continentino*, organização maçônica liderada por José Mariano de Matos. VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O cyclo farroupilha. Vol. 6. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933, p. 348-349.

movimentação e batalhas das tropas farrapas. Após ter lido a obra de Araripe, Gomes afirma ter escrito a Varela “mais 15 páginas”, a fim de corrigir as “inexatidões e faltas” do referido livro<sup>402</sup>. Empenhou-se indicando ao historiador locais onde poderia encontrar documentos, justificando que não doaria os seus próprios, apenas porque já havia entregue a Félix da Cunha.

A Francisco José Martins, Varela enviou um questionário de doze questões, para as quais obteve breves informações de temas como as causas da pacificação, e as alianças entre os farroupilhas e as lideranças do Estado Oriental. Outras colaborações poderiam ser elencadas, mas, a fim de não nos desviarmos do papel das fontes escritas, não aprofundaremos o uso dos relatos na produção de Alfredo Varela. No entanto, estas indicações apontam o valor do testemunho ocular destes homens para Varela, por ele considerados como “magnum sabedores”. Retomando a citação acima transcrita, o registro da memória destes sujeitos foi a primeira etapa necessária para a construção da sua obra, na definição do autor.

Isso nos possibilita perceber, portanto, o valor do testemunho para este historiador, fosse ele oral, fundado nas lembranças, ou um documento oficial. O testemunho, como esclarece Ricoeur, pressupõe uma situação dialogal, baseada numa troca entre a testemunha e o historiador. Ao transmitir o seu relato, construir a sua memória, a testemunha “pede que lhe deem crédito”. Neste sentido, a autenticação do testemunho, conforme observa o teórico, depende da aceitação daquele que o recebe: “o testemunho, a partir desse instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado”.<sup>403</sup> Seu

---

<sup>402</sup> Entre os anos de 1880 e 1884, foram publicadas na *Revista do IHGB* uma série de conferências proferidas por Tristão de Alencar Araripe sobre a *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. Esta foi a primeira obra do IHGB dedicada a este tema, que nem mesmo entre os sul-rio-grandenses havia sido objeto de um estudo histórico, até então. Contrário ao movimento farroupilha, o autor caracteriza a sua fase inicial como uma sedição que, após a proclamação da República de Piratini, teria sofrido influências do caudilhismo. Seu texto pode ser encontrado nas seguintes edições: *Revista do IHGB*, vol. 61, 1880; vol. 65, 1882; vol. 67, 1883; e vol. 69, 1884. Para um panorama da interpretação deste evento sob a ótica desta instituição, verificar: RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. In: *Revista Tempo*, UFF, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 35, 2013. \_\_\_\_\_ . De caudilhos e heróis a grandes homens republicanos: o IHGB, os farrapos e a República (década de 1880 a 1930). In: 5º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2011, Ouro Preto. *Caderno de resumos e Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia*: biografia e história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

<sup>403</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 173.

credenciamento, contudo, depende da verificação de alguns critérios, tais como a reconstituição dos fatos e a própria autenticação da testemunha.

No exame do testemunho escrito, esta autenticação passa pela verificação da procedência do documento, através do escrutínio do historiador. Uma vez atestada a sua credibilidade, este é inserido em uma narrativa historiográfica, adquirindo, desta forma, o estatuto de prova documentária. “Ir aos arquivos é o enunciado de uma lei tácita da história”, como tão bem definiu Certeau<sup>404</sup>. Varela, como vemos na citação anterior, foi um frequentador assíduo de arquivos, tendo pesquisado em instituições no Brasil e no exterior, no período em que exerceu a função de cônsul.

Neste mesmo trecho, relata que antes da década de 1900, período em que teve a oportunidade de visitar os arquivos estrangeiros, já havia organizado “os de casa própria”. Refere-se, claramente, ao “vero tesouro” que recebera de Abrilina Caçapavana. Seu trabalho de arquivo iniciara, portanto, com a sistematização deste conjunto, previamente disposto em ordem cronológica por Almeida. Não sabemos quais eram as condições deste acervo à época em que Varela o recebeu, mas o catálogo preservado no MJC nos indica o arranjo realizado pelo historiador.<sup>405</sup>

O conjunto foi dividido por Alfredo em três categorias, apresentada nesta ordem: “Arquivo Varela”, “Coleção Abrilina” e “Jornaes”. A primeira era formado pela documentação administrativa da Fazenda, abrangendo o período de 1840 a 1844 – totalizando 515 documentos. A segunda correspondia aos documentos reunidos por Domingos, e encontrava-se subdividida em 81 grupos. Esta categoria não apresenta um critério explícito de arranjo, tal como cronológico ou alfabético. Apesar de obedecerem a uma tipologia – correspondências, ordens do dia, decretos –, estes documentos parecem terem sido agrupados por Varela da forma mais conveniente para que ele pudesse utilizá-los na sua produção. Exemplo disso são as subcategorias descritas como “Legalistas”, “Comunicação de prisões de rebeldes”, “Primórdios da revolução” e “Depoimentos e informações prestados a Varela”. Por fim, a categoria “Jornaes” era formada por 13

---

<sup>404</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 85.

<sup>405</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 357. MJC.

periódicos, que, juntos, somavam 2.064 exemplares. Ao todo, o conjunto possuía 10.652 peças, conforme aponta o catálogo, sendo a maior parte relativa a “Coleção Abrilina”.

Esta breve análise nos permite dimensionar o trabalho de Alfredo quando desempenhou, de certa forma, também o papel de um arquivista. Imprimindo inteligibilidade às peças constantes neste acervo, Varela se instrumentalizava para utilizá-las como documentos capazes de cumprir a função comprobatória na construção da sua narrativa. Esta etapa remete ao que Ricoeur, apoiado em Certeau, denomina como o “momento do arquivo”, no qual ocorre o “ingresso na escrita da operação historiográfica”<sup>406</sup>. Nesta visão, a escrita da história é inaugurada desde a fase em que o historiador separa, seleciona e reúne os documentos para o seu trabalho.

É importante observarmos que, no caso em questão, a operação destes procedimentos metodológicos ocorre não a partir de um arquivo já arregimentado, catalogado e disponibilizado em uma instituição de guarda. O momento do arquivo na operação historiográfica de Varela é marcado pelas escolhas efetuadas, simultaneamente, no processo de organização dos documentos da coleção e no estabelecimento das fontes. Neste sentido, ao organizar estes papéis dentro do espaço material do arquivo, Alfredo iniciava, também, as seleções da sua escrita histórica, instaurando, assim, as provas documentárias de suas teses.

Apesar das tentativas de Almeida para uma história documentada da República Rio-Grandense, seus esforços não ultrapassaram a publicação isolada de alguns documentos do imenso conjunto que possuía. Foi por meio das obras *Revoluções Cisplatinas* e, fundamentalmente, *História da Grande Revolução*, que estes documentos foram expostos em considerável volume e obtiveram maior alcance público. Além disso, com as operações técnicas realizadas no trabalho de pesquisa neste acervo, Varela mudara estes documentos de lugar e estatuto. Selecionadas, recortadas e reunidas, estas peças passaram a ocupar um outro espaço, sendo, assim, inseridas numa narrativa historiográfica, na condição de fontes históricas.

Se, por um lado, foi Varela quem inseriu estes documentos na categoria de fontes, por outro, são estas que configuram o seu texto como *historiográfico*. Conforme sublinha

---

<sup>406</sup> RICOEUR, Paul. Op. cit., 2007, p. 176.

Certeau, a prática de “remetimentos permanentes a uma linguagem primeira” estabelece o discurso como “saber do outro”<sup>407</sup>. Assim, este sistema de citações de referências, como data, lugar e origem – indicadores da procedência dos documentos –, confere credibilidade ao texto histórico e especializa a atividade do historiador. Oliveira, ao tratar do contexto historiográfico brasileiro no século XIX, ressalta: “A designação precisa da autoria e da origem das fontes convertera-se em obrigação do historiador e, por conseguinte, em prescrição a ser observada na produção do conhecimento histórico disciplinado”<sup>408</sup>.

Sobre o processo de disciplinarização da História, Hartog lembra que quando a história se torna ciência, “resta-lhe tão somente declarar que ela se faz com documentos”<sup>409</sup>. Assim, na esteira de teóricos como Langlois e Seignobos, os historiadores voltaram-se mais para a autenticidade e a proveniência de um documento, do que pelo conteúdo em si<sup>410</sup>. Neste contexto, para Hartog, o historiador autor desaparece, e a sua figura aproxima-se a de um copista: “o historiador ausente limita-se a ser o olho que lê arquivos”<sup>411</sup>.

Não podemos justapor esta interpretação à abordagem de Alfredo Varela, sem realizar as devidas ressalvas. Este historiador, como vimos anteriormente, procurou

---

<sup>407</sup> CERTEAU, Michel de. Op. cit., 2007, p. 101.

<sup>408</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006, p. 95.

<sup>409</sup> HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 222.

<sup>410</sup> Langlois e Seignobos são autores da obra *Introdução aos estudos históricos*, publicada originalmente na França, em 1898. Este manual procura sistematizar os métodos e os procedimentos da prática historiográfica, com ênfase no tratamento das fontes históricas. O livro tornou-se referência fundamental para a escola metódica, no processo de consolidação da disciplina enquanto ciência histórica. Segundo Delacroix *et al.*, nesta obra os autores dedicam-se a “história prática”, expondo métodos para a pesquisa e a crítica das fontes: “A crítica externa ou de erudição determina a autenticidade do documento, define a sua origem e permite datá-lo, com base nas ciências auxiliares. É ela uma condição necessária da história – ‘sem erudição, não há história’ –, mas de modo algum suficiente. A crítica interna tenta estabelecer ‘primeiro o que o autor do documento quis dizer; segundo, se ele acreditava no que dizia; terceiro, se tinha boas razões para acreditar no que acreditou’. Ao cabo desse processo, ‘o documento vê-se reconduzido ao ponto em que se assemelha a uma das operações científicas pelas quais se constitui toda ciência objetiva: torna-se uma observação; só resta trata-lo segundo o método das ciências objetivas”. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, p. 101. LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

<sup>411</sup> HARTOG, François. Op. cit., p. 222.

introduzir na sua obra o relato de testemunhas oculares, valorizando-o como memória viva da revolução. Oliveira da Silva, ao analisar a composição narrativa da *História da Grande Revolução*, observa que,

A preocupação do autor gaúcho com a coleta e análise minuciosa dos testemunhos e a ênfase na objetividade/imparcialidade do historiador eram prerrogativas reivindicadas por ele para sua obra, não só na introdução como também em muitas passagens ao longo do texto.<sup>412</sup>

Contudo, sendo um historiador do seu tempo, precisamos entender o momento historiográfico e o campo intelectual no qual ele estava inserido. O processo de institucionalização da história, tal como o de constituição de coletividades de historiadores, é marcado pela vinculação ou proximidade dos homens de letras com o Estado. No Rio Grande do Sul, o IHGRGS exerceu papel fundamental neste contexto.<sup>413</sup> Varela, ao lado de Aquiles Porto Alegre, Souza Docca<sup>414</sup>, Eduardo Duarte<sup>415</sup>, dentre outros indivíduos, participou da fundação desta instituição, na década de 1920.

A fim de entendermos a visão predominante sobre o “fazer historiográfico” entre estes intelectuais, analisaremos o texto da palestra proferida por Souza Docca, no dia 30 de janeiro de 1926, nas dependências do MJC. Este registro é representativo do

---

<sup>412</sup> SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010, p 94.

<sup>413</sup> O estudo de tese de Jefferson Teles apresenta uma análise da trajetória institucional do IHGRGS, observando a atuação dos seus membros no processo de institucionalização da História no Rio Grande do Sul. Conforme observa o autor: “Os historiadores sul-rio-grandenses se empenharam pela conquista do reconhecimento por parte dos pares nacionais (agentes e instituições nacionais) e pela construção da legitimidade intelectual do historiador. Esse processo de institucionalização da História implicava na construção de uma identidade profissional do historiador, mais ou menos definida (pelo uso de um conjunto de métodos), que garantisse a competência e a autoridade legítima para interpretar o passado “real”. Estas qualidades repousavam sobre a concepção da História como “ciência”, fato que alimentava a pretensão de sua primazia sobre as demais disciplinas e reforçava a concorrência, velada ou sub-reptícia, com a Literatura”. MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2017, p. 268-269.

<sup>414</sup> Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu em São Borja, no ano de 1884. Filho de militar, inaugurou sua carreira no Exército aos 15 anos, tendo alcançado o posto de general na década de 1940. Iniciou seus estudos históricos na *Revista dos Militares* e, em 1919, publicou *As causas da Guerra do Paraguai* – obra que marcaria o seu ingresso no IHGRGS. Segundo aponta Jefferson Teles, Docca foi um dos historiadores com o maior número de publicações na *Revista do IHGRGS*, ficando atrás apenas de Walter Spalding. MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2015, p. 99; 191.

<sup>415</sup> Eduardo Duarte iniciou sua carreira no funcionalismo público estadual, em 1899. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, em 1921. Foi membro do IHGRGS e em 1920 assumiu o cargo de diretor da seção histórica do APERS, tendo estado à frente desta repartição até 1939. Aposentou-se com vice-diretor do MJC.

posicionamento destes historiadores, por inaugurar uma série de conferências públicas que, nas palavras de Eduardo Duarte, visavam divulgar aos estudiosos “o precioso manancial dos gloriosos fastos rio-grandenses arrancados d’entre a poeira dos depósitos de documentos, até há bem pouco tempo, esquecidos e sepultos em arquivos tanto públicos como particulares”<sup>416</sup>.

Este texto se torna ainda mais interessante por ter sido encontrado no acervo de Eduardo Duarte, conservado no AHRS. Em um livro de registros por ele selecionados, Duarte cuidadosamente guardou os recortes do jornal *A Federação*, onde foi divulgada a conferência de Souza Docca, que abordava aspectos teóricos e metodológicos da História, além de observações relativas a história do Rio Grande do Sul. Este fora apresentado por Duarte como um “incansável investigador” no “*mare-magnum* da farta documentação histórica-riograndense”.

Docca inicia sua fala dissertando extensamente sobre as principais escolas históricas já seguidas pelos historiadores<sup>417</sup>. Não nos deteremos neste ponto, mas interessa-nos ressaltar as três etapas pelas quais, na sua concepção, obrigatoriamente passa o conhecimento histórico, sendo elas: a heurística, ou *la classe aux documents*; o perceptivo, correspondente à reconstrução do passado; e a compreensão da causa e efeito. A produção historiográfica ingressaria, desta forma, primeiramente na fase da pesquisa documental. Na definição deste historiador:

Entre as fontes de estudo histórico figuram em primeiro lugar os originais, isto é, os documentos. Sem estes não é possível a reconstrução do passado, irrealizável a análise, não se faz síntese, não existe história. [...] A inocente opinião de Domingos José de Almeida de que somente com suas *Memorias*, a coleção do jornal o *Povo* e o *Diário* de Álvaro Machado se pode escrever a história, é uma ilusão.<sup>418</sup>

---

<sup>416</sup> MUSEU E ARCHIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL. A Conferencia do major Souza Docca. In: *A Federação*, 1 de fevereiro de 1926. p. 3. AHRS, Fundo Eduardo Duarte. Devido as condições de conservação deste documento, consultamos o exemplar disponibilizado na Hemeroteca da BN.

<sup>417</sup> O autor elenca os principais fundamentos das seguintes escolas históricas: providencialismo, predestinação, livre arbítrio na história, determinismo, causalidade, fatalismo, acaso, evolucionismo, racionalismo, positivismo, escola nova, síntese histórica e subjetivismo. MUSEU E ARCHIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL. A Conferência do Major Souza Docca. *A Federação*, 2 de fevereiro de 1926, p. 2. Hemeroteca da BN.

<sup>418</sup> Ibid.

Os documentos, como vemos, foram destacado por Docca como elemento central da produção historiográfica. No que tange à escrita da história do Rio Grande do Sul, o autor ressaltara a urgência de documentos para tal tarefa: “Estamos ainda parados absortos, na concepção do momento de nossa história”. Neste sentido, afirma: “O material para seu primeiro degrau ainda não foi reunido – existe por ahi espalhado, oculto, sepultado, nos arquivos particulares egoisticamente e nos arquivos publicos aguardando publicação”<sup>419</sup>.

Esta carência, na sua opinião, prejudicava principalmente o conhecimento sobre a Revolução Farroupilha, que, devido ao “subjetivismo” e a “probabilidade”, causavam “feição de dúvida” aos estudos sobre este evento. Ao seu ver, este espaço acabava, por isso, ocupado pelas “parcialidades, phantasias, objurgatórias, deslizes” dos propagandistas republicanos” e dos “endeusadores sistemáticos dessa forma de governo”.<sup>420</sup>

Vemos aqui, portanto, um dos aspectos fundamentais na institucionalização da história: a primazia das fontes. Estas, pela sua capacidade de provar, promoviam o “efeito de real” que conferia legitimidade ao discurso histórico. As observações de Docca podem ser compreendidas, afinal, como um eco dos debates ocorridos no seio do IHGRGS e do MJC. Assim, este discurso nos permite entrever o surgimento de uma preocupação com a formação de um arquivo para a escrita da história da Revolução Farroupilha, a fim de, por meio deste recurso, se obter certo controle institucional sobre o passado em questão.

Este aspecto é crucial para a nossa análise e será aprofundado no capítulo posterior. Interessa-nos, porém, anunciar esta problemática desde já, para que possamos visualizar o contexto no qual Alfredo Varela produz e publica a *História da Grande Revolução*. Por enquanto, nos deteremos a discutir as disputas ocorridas no campo intelectual, durante o processo de crítica dos documentos que foram objetos da operação historiográfica deste historiador.

Cabe esclarecermos que antes desta publicação, realizada em 1933, Varela já havia introduzido a documentação deste arquivo em outras obras. Além da já citada *Revoluções*

---

<sup>419</sup> Id.

<sup>420</sup> Id.



*Cisplatinas*, em 1829, foi lançada *Política Brasileira*<sup>421</sup>, por uma editora portuguesa. Neste livro, particularmente, o autor inclui mais de 40 longos excertos das fontes utilizadas, tendo transcrito algumas integralmente. Apesar do espaço privilegiado reservado à exposição dos “documentos inéditos”, conforme destacado no título da obra, esta não obteve tamanha repercussão entre os intelectuais do IHGRGS, como a *História da Grande Revolução*. Isso se deve, em parte, pelos livros anteriores terem sido publicados no exterior, fator que provavelmente tenha dificultado o seu acesso. Ao passo que *História da Grande Revolução* foi seu único estudo histórico dedicado à Revolução Farroupilha publicado por uma editora no Rio Grande do Sul.

Além disso, esta obra, conforme trataremos no próximo capítulo, foi intencionalmente publicada no contexto comemorativo do Centenário Farroupilha. Diferentemente dos trabalhos anteriores, *História da Grande Revolução* foi um projeto no qual Varela arquitetou uma narrativa épica para a Revolução Farroupilha, utilizando uma linguagem poética e repleta de signos de heroísmo<sup>422</sup>. Tendo em vista a peculiaridade desta obra, nos concentraremos nos debates surgidos em decorrência da sua publicação, em detrimento dos livros anteriormente escritos pelo autor.

É importante salientarmos que não temos a ambição de perpassar os documentos citados ao longo dos seis colossais tomos que formam esta coleção. Também não nos propomos a uma análise da narrativa, adentrando nas questões próprias do campo da Teoria da História. A fim de conduzirmos nossa análise pelas principais discussões em torno do uso dos documentos do arquivo, estaremos atentos aos indícios encontrados em fontes externas a *História da Grande Revolução*. Para tanto, selecionamos algumas publicações de membros do IHGRGS e do próprio Alfredo Varela, que nos possibilitam identificar as principais polêmicas e discussões em torno do conjunto estudado.

\*\*\*

O campo historiográfico, na década de 1930, foi marcado pela “nova mentalidade impregnada de nacionalismo”, conforme destacou Ieda Gutfreind<sup>423</sup>. Orientados pelas

---

<sup>421</sup> VARELA, Alfredo. *Política brasileira*. Interna e externa (documentos inéditos). Porto: Chardron, 1929.

<sup>422</sup> SILVA, Jaisson Oliveira da. Op. cit.

<sup>423</sup> A tese de doutorado da historiadora Ieda Gutfreind é um marco inaugural dos estudos historiográficos no Rio Grande do Sul, apontando para importantes possibilidades de pesquisa nesta temática. Ao analisar o surgimento das principais matrizes ideológicas da historiografia regional, a autora cria as bases para

diretrizes de um projeto nacionalista, os historiadores do IHGRGS voltaram seus trabalhos para a integração da região à nação, a partir da construção de um passado unificado. Questão crucial neste contexto diz respeito à identificação dos elementos que originaram o tipo regional. Ao se debruçar sobre este tema, Gutfreind utilizou duas categorias para pensar o debate ocorrido no campo historiográfico: a *matriz platina* e a *matriz lusitana*. Nas palavras da historiadora:

À primeira [matriz platina] filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, compõe a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.<sup>424</sup>

Embora fixas, estas categorias permitem visualizar os diferentes discursos sobre a identidade histórica, política e cultural do sul-rio-grandense. Os estudos históricos realizados na órbita do IHGRGS buscavam, majoritariamente, estabelecer o senso de pertencimento brasileiro do Rio Grande do Sul. Assim, a contribuição lusitana na formação da região foi ressaltada em inúmeras publicações deste período, em detrimento da ênfase na aproximação com os países vizinhos do Prata. A Revolução Farroupilha, por remeter ao período da sedição, tornou-se um tema controverso e, ao mesmo tempo, incontornável para estes intelectuais – devido à proximidade da comemoração do seu centenário. Deste modo, ao combate à influência platina somou-se a negação do caráter separatista da revolta de 1835, elementos contraditórios para a afirmação da brasilidade do gaúcho.

Conforme foi destacado por Gutfreind, Alfredo Varela é reconhecido como o principal defensor do separatismo e da influência política das lideranças da região do

---

pensarmos sobre a intersecção entre a região e a nação, e intelectuais e políticos, no processo de formação deste campo. GUTFREIND, Ieda. *A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Embora incontornável, importantes estudos foram desenvolvidos desde esta publicação – e a partir dela. Para um balanço da produção historiográfica realizada nas últimas décadas, consultar: ELMIR, Cláudio Pereira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2011). In: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 275-290.

<sup>424</sup> GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 10-14.

Prata no movimento farroupilha. Desde o primeiro volume da *História da Grande Revolução*, Varela procura demonstrar a contribuição platina na constituição do gaúcho, defendendo as especificidades da formação territorial, social e cultural desta região. Nos aspectos geográficos, sociais e econômicos o historiador assinalou as circunstâncias preparadoras das condições que teriam possibilitado a eclosão da guerra civil farroupilha. Nesta leitura, o republicanismo da Revolução Farroupilha se espelhava no modelo implementado nas ex-colônias espanholas, especialmente na Argentina e no Uruguai<sup>425</sup>.

A receptividade das teses de Alfredo Varela pela comunidade de historiadores ligados ao IHGRGS foi extremamente negativa. Em resposta à *História da Grande Revolução* (1933), os membros do instituto realizaram uma série de publicações, buscando defender, de um modo geral, a brasilidade da Revolução Farroupilha. Ao longo da década de 1930, Aurélio Porto publicara os volumes da coletânea *Notas ao Processo dos Farrapos*, inaugurando a corrente que defendia o engajamento dos farroupilhas no quadro das revoltas regenciais. Dante de Laytano, em concordância com o anterior, buscara demonstrar uma aproximação entre a revolta dos farrapos e os movimentos ocorridos nas demais províncias do Império, em *História da República Rio-Grandense* (1936). Na mesma linha, Walter Spalding, autor de *Farrapos* (1934) e *A Revolução Farroupilha* (1936), foi ardoroso defensor do nacionalismo e do federalismo dos farrapos.

Nenhum destes historiadores, porém, protagonizou intensas discussões com Alfredo Varela, como Emílio Fernandes de Souza Docca. O debate entre estes historiadores alcançou imensas proporções, extrapolando, inclusive, o domínio da *Revista do IHGRGS*. Entre os anos de 1933 e 1934, estes ocuparam as páginas do periódico carioca *Jornal do Commercio*. Numa longa série de artigos, iniciados pelas críticas dirigidas por Souza Docca, os historiadores gaúchos atacaram-se mutuamente, na defesa das duas teses. Em 1935, Docca publicou *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, primeiramente na Revista do IHGRGS<sup>426</sup> e posteriormente no formato de livro. Neste

---

<sup>425</sup> Varela dedica parte do primeiro volume da *História da Grande Revolução* à análise do processo de emancipação do Uruguai e da Argentina, sobre o qual questiona: “Possível é que estas correntes políticas dominantes no Prata não tivessem reflexos na Província que convivia quase exclusivamente com a gente de lá? Não se trata de mera conjectura”. VARELA, Alfredo. Op. cit., vol. 1, 1933, p. 256.

<sup>426</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. In: *Revista do IHGRGS*, II trimestre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. BPERS.

texto, ele combate enfaticamente o separatismo e o platinismo apresentados na *História da Grande Revolução*.

Esta obra vai ao encontro das proposições proferidas um ano antes por Othelo Rosa, em sessão solene do IHGRGS, em homenagem ao 20 de setembro. O discurso de Rosa é claramente uma reação à obra de Alfredo Varela, na medida em que convoca a comunidade do Instituto a combater a ideia de separação e “limpar dessa mácula a memória do farrapo”<sup>427</sup>. Neste sentido, o livro de Docca deve ser compreendido dentro de um projeto institucional que visava estabelecer um discurso autorizado sobre o passado farroupilha.

Defensor de que o separatismo foi um “simples recurso”<sup>428</sup>, Docca asseverara que Varela, “contra todas as provas documentais”, afirmava que a Revolução Farroupilha havia sido “inequivocamente separatista” e que “o espírito separatista vivia ainda fremente, depois da paz de 1845”<sup>429</sup>. Visando, portanto, desmoralizar Alfredo, Docca denuncia a sua suposta “brasilofobia”, afirmando que o “dr. Varela”:

[...] abusando da autoridade de seu nome como historiador, tentou nimbá-la a brasilidade dos rio-grandenses, negando que a cruzada farroupilha visasse a federação brasileira, **fundado em documentos de seu arquivo, que ele cita fragmentária e interpoladamente ‘embaralhando-os, complicando às vezes’** como observa João Pinto da Silva, com seu autorizado e penetrante senso crítico.<sup>430</sup> (grifo nosso)

A legitimação do lugar de fala sobre este evento, como podemos perceber, foi marcada pela (in)validação da procedência dos documentos utilizados na escrita da história da guerra civil. Desabilitar o discurso deste historiador implicou, assim, na crítica dos documentos que alicerçaram sua obra. Neste empenho, Docca refutara a “filiação exótica” e o “platinismo imaginário” de Varela recorrendo “a outros meios de provas que evidenciam o esforço dos rio-grandenses em realizar seu ideal político juntamente com os brasileiros em geral”<sup>431</sup>. Para isso, ressaltara ao longo do seu texto a origem das fontes

---

<sup>427</sup> ROSA, Othelo. Separatismo entre os Farrapos. In: *Revista do IHGRGS*, IV trimestre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934, p. 264. BPERS.

<sup>428</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 221.

<sup>429</sup> Ibid., p. 207.

<sup>430</sup> Id., p. 188.

<sup>431</sup> Id., p. 265.

que utilizava. Estas, em contraposição às usadas pelo seu opositor, estavam resguardadas em instituições, tais como no IHGRGS, AHRS e no Arquivo do Itamaraty.

A crítica de Docca, impressa na *Revista do IHGRGS*, é representativa do posicionamento desta agremiação. Na condição de porta-voz desta instituição, ele assegurou a demarcação do direcionamento do IHGRGS também na publicação realizada no *Jornal do Commercio*. Avaliando a *História da Grande Revolução*, o historiador observa:

Não houve certamente, como há muita gente poderá parecer, na ação do Instituto e no ato do governo rio-grandense, concordância absoluta com as ideias separatistas que o autor alimenta, defende e empresta aos farroupilhas. **A verdade histórica, amparada nos factos e nos documentos**, desautoriza a afirmativa dos que negam sentimentos de brasilidade aos riograndenses do sul.<sup>432</sup> (grifo nosso)

Motivado em defender-se dos julgamentos recebidos de seu antagonista, Varela registrou nas obras *O solar Brasilico* algumas reflexões e, até mesmo, alguns revides contra Souza Docca. Nela, refere-se ao texto *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*: “título que o sr. Docca quis dar ao trabalho contraposto à HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO”<sup>433</sup>. Diante do livro do seu inquiridor, Varela buscava exaltar o seu trabalho, ressaltando a solidez da pesquisa documental por ele próprio realizada: “Vulgarizo copiosas, indismontáveis peças comprobatórias do caráter segregativo de nossa grande Revolução”<sup>434</sup>.

No mesmo sentido, no artigo *Crítica de escada abaixo*, publicado no *Jornal do Commercio*, Varela responde às provocações lançadas por Docca no referido periódico. Diante das críticas às suas fontes, ele salienta que graças a “tamanha faina” pode “vulgarizar”,

[...] o que NUNCA EM TEMPO ALGUM CONSTOU de livros nossos ou alheios. Entre as novidades assim postas em circulação, que ficaram a saber Docca *et reliqua*; gentinha habituada a montar *em caballo ajeno*? Noticiava-lhes um tomo, ANTES EM BRANCO, de nossas officinas registradoras, que o Riogrande, para muitos zona de extrema

---

<sup>432</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Assumptos do Rio Grande do Sul. *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1933, Rio de Janeiro, p. 6. Hemeroteca da BN.

<sup>433</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 189.

<sup>434</sup> Ibid., p. 44.

fidelidade monarchica e de puro ardor nacionalista; fôra precisamente o inverso: nada mais, nada menos!<sup>435</sup> (grifo no original)

Notadamente o autor, além de rebater o seu adversário, convocara à arena a comunidade a qual este pertencia e representava, isto é, o IHGRGS. Contrapondo-se à posição majoritariamente adotada por esta instituição, Varela procurara defender o separatismo farrapo pelo caráter inédito das provas documentais reveladas na sua obra. Com ironia, acusa seus opositores de montarem em “*caballo ajeno*” em suas pesquisas, ao passo que ele inaugurava teses jamais lida nos livros de história. Assim, o republicanismo farroupilha, tão combatido pelo IHGRGS, é repetidamente aludido nas defesas de Alfredo Varela. Contra as censuras recebidas e apoiado nas suas fontes, sustentara que “o que importa é o que comprovei”.<sup>436</sup>

Nas escavações que consumiei, nas explanações que lhes ajunto, palpita a realidade que se não quer admitir. Ora, no decurso da prolongada, fabulosa resistência dos nossos maiores, se descobriram indícios de que por vezes nutriram a esperança de que o restante do Brasil acudisse ao chamamento libertador; [...] Se persistiram impertérritos, firmísimos, nele, *quid ita?* Absurdo pretendessem impor, a coice de armas o que as terras irmãs, ou a que se mostravam indiferentes. Se continuaram encarniçadíssimos. Tudo nô-lo persuade, é porque o idealismo do sul não era o mesmo do que seus coetâneos favoneavam, ao norte ou ao centro da América da mesma língua.<sup>437</sup>

A versão da “brasilidade” da Revolução Farroupilha, acima rejeitada pelo autor, sustentava-se, em parte, pelo argumento da cooperação e identificação com os movimentos insurgentes em outras províncias. Exemplo disso é o artigo *Contribuições dos homens não riograndenses na Republica de Piratiní*, publicado por Dante de Laytano, no *Diário de Notícias*, em 20 de setembro de 1935. Neste texto são relacionados os nomes dos brasileiros que participaram da revolta, incluindo mineiros, baianos, alagoenses, cariocas, paulistas e catarinenses. Para o autor, os homens que passaram pelos acampamentos militares no Rio Grande do Sul “já traziam o germem do anti-monarquismo dentro de si” e encontraram nesta região “a unica classe organizada ao tempo”<sup>438</sup>.

<sup>435</sup> VARELA, Alfredo. Crítica de escada abaixo, V – O MYTHO DA PAMPA. *Jornal do Commercio*, 18 de fevereiro de 1934, Rio de Janeiro, p. 9-10. Hemeroteca da BN.

<sup>436</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 45.

<sup>437</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 189.

<sup>438</sup> LAYTANO, Dante de. Contribuições dos homens não riograndenses na Republica de Piratiní. In: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, p. 24. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Em contrapartida, a *História da Grande Revolução* em nenhum momento menciona a referida integração com os brasileiros no decênio farrapo. Contrariando os empenhos dos historiadores do IHGRGS, ao invés de conferir destaque às forças provenientes das outras províncias, sua narrativa fortalece a contribuição dos imigrantes italianos na revolução. Tal divergência foi também objeto de polêmica entre Docca e Varela. O principal desacordo entre os dois historiadores diz respeito à liderança de Tito Livio Zambeccari. Refutando a alegação de Varela de que o italiano foi um dos sete fundadores da República Rio-Grandense, Docca adverte que Varela,

[...] ao transcrever as *Revoluções Cisplatinas* na *História da Grande Revolução*, adicionou, sem aduzir prova, e num crescendo endeusamento, que o *Republicano* era ‘da exclusiva redação de Zambeccari’. É de se por em quarentena esta última afirmativa, por falta de elementos favoráveis [...].<sup>439</sup> (grifo no original)

Este debate foi levado por Docca às páginas do jornal carioca, onde acusara Varela de utilizar “parcialmente os documentos, para que grandes vultos farroupilhas” aparecessem “aos olhos de seus leitores, como que inflamados de separatismo intransigente, obstinado e cego, preferindo uniões exóticas à vida em comum com o Brasil”<sup>440</sup>. Na esteira de uma ciência histórica fundada na primazia da prova documental, ele critica o peso dado por este historiador ao testemunho ocular para dimensionar a participação de Zambeccari, afirmando:

[...] **a verdade histórica repele a atuação primacial** que lhe foi atribuída, com fundamento na tradição oral, **sem apoio nos documentos** que foram depois divulgados e que estão de inteiro acordo com os fatos. [...] A tradição é, em história, um meio de prova secundário, a que só se deve recorrer na falta de elementos positivos, que se coadunem com os fatos e resistam às provas da crítica histórica.<sup>441</sup> (grifo nosso)

Assim, ao discutir o uso das fontes na obra de Varela, Docca não somente examinara a procedência das mesmas, como também o lugar a elas destinado pelo autor. Sendo o historiador o “olho que lê arquivos”<sup>442</sup>, na interpretação de Docca Varela cometia uma heresia ao atribuir à transmissão oral o mesmo valor de prova do documento escrito.

<sup>439</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 285.

<sup>440</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Assumptos do Rio Grande do Sul. *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1933, Rio de Janeiro, p. 6. Hemeroteca BN.

<sup>441</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 280-281.

<sup>442</sup> HARTOG, François. Op. cit., 2013, p. 222.

A principal referência da influência de Zambeccari na guerra civil, para Varela, foram as informações relatadas por Antônio Álvares Pereira Coruja e Manuel Alves da Silva Caldeira. O primeiro lhe indicara a aproximação entre Zambeccari e Bento Gonçalves, e atribuíra ao italiano a autoria das proclamações do último<sup>443</sup>. Tal informação foi cotejada com o depoimento de Caldeira, que considerava Zambeccari como “a primeira cabeça” do movimento. Em sua opinião, este havia sido responsável pelo “plano da revolução de 35” ao lado de Bento Gonçalves – além de redator do jornal *Recopilador Liberal*.<sup>444</sup>

Outro importante indicativo da importância deste sujeito na República Rio-Grandense, a ser combatido pelo julgador da *História da Grande Revolução*, foi a realização do Mapa da Província do Rio Grande do Sul. Varela aponta este mapa como fundamental na ação militar do exército farrapo. Docca, porém, considerava-o deficiente e, por isso, “imprestável como carta militar”. Com desprezo, afirma: “Há entretanto, quem o qualifique de ‘um dos melhores mapas que hemos possuído’”.<sup>445</sup> A esta provocação, Varela revida:

Sem expor nenhuma prova em contrário – nenhuma? – que se arroja o insano Docca? Quem inveterado no sestro de envilecer os que lhe não sufragam ou corroboram os despautérios ou concorrem para transparenta-los: quem argumenta na hipótese, como um infante com a tara do hotentotismo: exclama infidalgo, descerimonioso, brundusio e fero, que a referida versão nada mais é do que uma inventiva daqueles biógrafos de Lívio, **Alfredo Varela “sonega” documentos, para favorecer a sua tese predileta**. Isto é, subtrai, furta, exime-se de trazer a público o que sua honra lhe manda não absconder, nem retirar do patrimônio alheio<sup>446</sup>.

A batalha em torno da documentação parece, afinal, denunciar a disputa no campo intelectual pelos personagens aptos a ingressar no panteão dos heróis farrapos. Neste

---

<sup>443</sup> Coruja afirma que “Apareceu em Porto Alegre parecendo ter 35 anos, pelos anos de 1832 mais ou menos, como naturalista [...]. Veio a revolução de 1835, e passava como serem dele as proclamações de Bento Gonçalves, a quem sempre acompanhava”. Coruja o conheceu quando estiveram presos na Presiganga de Porto Alegre, juntamente com Bento e Onofre. Carta de Antônio Álvares Pereira Coruja a Alfredo Varela, localizada: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 7. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983. CV-4090, 16/10/1885, p. 237-238.

<sup>444</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 5. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981. CV-3099, 05/05/1895, p. 334-338.

<sup>445</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 289.

<sup>446</sup> VARELA, Alfredo. Crítica de escada abaixo, IV – UMA GROTESCA PSYCHOSE. *Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 1934, Rio de Janeiro, p. 9-10. Hemeroteca da BN.



sentido, Docca adverte que “o historiador não tem o direito de criar heróis segundo suas simpatias”, e afirma:

Batemos, pois palmas aos três italianos – Zambecari, Garibaldi e Rossetti, mas cantemos os nossos hinos, entoemos as nossas hansas em louvor dos verdadeiros heróis farroupilhas e do povo estoico de nossa terra, alma feita de aço, que foi o instrumento de todos os triunfos dos diretores da Revolução”.<sup>447</sup>

Diante deste combate no campo das letras, Varela ataca pessoalmente o seu censor, afirmando: “Sustenta a escola da porta fechada, a do eterno insulamento, a do cordão sanitário em permanência, o ‘osco’ xenófobo a que me refiro. Daí a sua fúria iconoclastia, a derrubar com o bruto cajado, alguns ídolos de nosso cultivo cívico”. Assim, Alfredo coloca o seu julgador no lugar antes a ele próprio destinado, o de destruidor dos ícones da revolução. Estes heróis, ao seu olhar, foram atacados por Docca com “fidalguia *sui generis*”, e destaca: “o impiedoso ataque a Zambecari, as conspirações ao nome de Garibaldi, o mingramento na folha de serviços de Rossetti, apóstolo que morreu por nós!!!”<sup>448</sup>.

No combate à versão “varelliana”, Docca estende a controvérsia debatida no âmbito do IHGRGS para as páginas dos jornais. No decorrer do confronto entre os historiadores gaúchos no *Jornal do Commercio*, Docca emitira um severo julgamento contra o seu adversário, sentenciando:

O embuste não deve continuar. É urgente denuncia-lo publicamente. Aproxima-se a passagem do primeiro centenário da grande cruzada liberal e não é razoável que continuem a pairar dúvidas sobre os **sentimentos de brasilidade de seus maiores vultos**.<sup>449</sup> (grifo nosso)

O historiador da “brasilidade farrapa”, efetivamente, fez valer tais palavras, dispensando seus esforços para restaurar a imaculada imagem dos heróis que, ao seu ver, estava ameaçada pelo autor da *História da Grande Revolução*. Dentre os indivíduos citados por Docca, estava Manuel Lucas de Oliveira. Segundo este historiador, Alfredo Varela, “usando unicamente duas cartas”, teria procurado “evidenciar a anti-brasilidade de um dos maiores vultos da Cruzada Farroupilha”<sup>450</sup>.

<sup>447</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 305.

<sup>448</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 49.

<sup>449</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1933, p. 6.

<sup>450</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1933, p. 6.

Dentre a documentação citada, a peça vista com maior resistência foi, provavelmente, a carta enviada por Lucas a Domingos<sup>451</sup>. Esta missiva tida por Varela como “um preciosíssimo monumento histórico”, foi utilizada como evidência da preservação do espírito separatista de Manuel Lucas de Oliveira até o final da revolução. Dela, o autor transcrevera o seguinte trecho, ressaltando em letras garrafais:

*Esposei a Causa da Independência de nossa Patria desde o primeiro dia, e não é, nem foi, nem será de meu caracter e de meus princípios, cometer um Divorcio. Não servi a Monarcha, nem uma vez, armado: MEUS SERVIÇOS DATAM DESDE A PRIMEIRA EMIGRAÇÃO DO GENERAL LAVALLEJA, DESDE QUANDO TRATAMOS DE PREPARAR OS PRIMEIROS MATERIAIS PARA CONSTRUIR NOSSO EDIFICIO (grifo no original).*<sup>452</sup>

Através da ênfase na colaboração entre Lucas e Lavalleja, Varela busca reforçar a sua tese sobre a influência dos países da região do Prata na revolução<sup>453</sup>. Visando reprová-la tal conjectura, Docca afirma conhecer a documentação ignorada por Varela, para o estudo do “verdadeiro ideal político” de Manoel Lucas de Oliveira e para se “aquilatar seus sentimentos de brasilidade”. Cita, portanto, no *Jornal do Commercio*, algumas correspondências e manifestos escritos pelo líder farrapo, a fim de sublinhar a relação de Lucas com lideranças do Império.<sup>454</sup>

Neste sentido, Souza Docca reprovava, também, o lugar destinado ao general Bento Gonçalves, que, na sua opinião, figurava na *História da Grande Revolução* como um “convictíssimo, intransigente separatista”<sup>455</sup>. Docca incomodara-se, especialmente, com a narrativa construída por Varela a partir de uma carta enviada pelo dito general a David

---

<sup>451</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 15. Coleção Varela. Porto Alegre: EST Edições, 2006. CV-6720, 10/09/1841, p. 61.

<sup>452</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, p. 363-362.

<sup>453</sup> Após a independência do Estado Oriental, as forças políticas dividiram-se entre as lideranças de Juan Antônio Lavalleja e Fructuoso Rivera. Com a ascensão do último, Lavalleja refugiou-se no Rio Grande do Sul, sob a proteção do seu amigo Bento Gonçalves da Silva. Este, enquanto comandante da fronteira de Jaguarão, utilizou mais de 300 soldados da sua tropa na rebelião de Lavalleja contra Rivera, em 1834. Para o aprofundamento das relações entre a guerra civil dos farrapos e os conflitos do Prata, consultar: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013, p. 55-67.

<sup>454</sup> DOCCA, Emílio. Fernandes de Souza. Op. cit., 1933, p. 6.

<sup>455</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 186.

Canabarro<sup>456</sup>. A partir dela, Varela abordara as negociações de Bento com as lideranças platinas, utilizando, quase sem modificações, as mesmas palavras do general: “far-se-ia a paz, mediante um convenio entre o Imperio, de uma parte, e, da outra, o Riogrande, Uruguay, Corrientes e Entre-rios”.<sup>457</sup>

Para restaurar a honra do herói farrapo, Docca seleciona, da própria *História da Grande Revolução*, uma missiva de Dionísio Amaro a Domingos José de Almeida<sup>458</sup>. Nesta carta, Dionísio narra uma conversa que teria tido com Duque de Caxias, na qual este havia manifestado a sua desconfiança de uma traição, nas vésperas de uma reunião com Bento Gonçalves. Na resposta de Dionísio, Docca busca comprovar a fidelidade do líder da revolução: “Bento Gonçalves é incapaz de praticar uma traição e eu de ser instrumento dela”<sup>459</sup>. Docca, então, elabora outra interpretação para o documento tomado de empréstimo da obra do seu rival:

Ao contrário do dr. Varela, que vê fingimento nessas manifestações do grande chefe farroupilha, nós acreditamos na pureza de suas afirmativas. Elas têm, sem dúvida, o cunho da sinceridade e não há de ser a mentalidade de quem esposa o conceito oprobioso do fingimento que há de transplantar de certos escritores de um país vizinho, para a nossa história, com aplausos dos homens de bem e contra a verdade histórica, esse desdourante conceito, para justificar falsidades ou coonestar ideias que se alicerçam em deplorável exotismo, que é o fermento inexorável da paixão que atropela o autor citado.<sup>460</sup>

Apesar das repreensões, o livro de Alfredo Varela foi referência na sessão comemorativa da Revolução Farroupilha, no IHGB, em 1934<sup>461</sup>. O separatismo, a influência de estrangeiros e a intervenção do Brasil no Prata, teses defendidas por Varela, foram os principais pontos destacados no discurso proferido por Basílio Magalhães. Na contramão de quem detinha o discurso hegemônico no IHGRGS, o intelectual qualificara a *História da Grande Revolução* como uma obra “compendiosa e magistral” – em plena

---

<sup>456</sup> Esta carta encontra-se transcrita na seguinte obra: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva (1835-1845). CV-379, 28/07/1844. Porto Alegre: CORAG, 1985, p. 247.

<sup>457</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, vol. 6, p. 231-232.

<sup>458</sup> Ibid., p. 229.

<sup>459</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 205.

<sup>460</sup> Ibid., p. 206.

<sup>461</sup> MAGALHÃES, Basílio. Guerra dos farrapos. In: *Revista do IHGB*, Vol. 169. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. 380-401.

casa da memória nacional. Esta fala não passaria despercebida pelo censor de Alfredo Varela, que recorreu ao jornal carioca para divulgar suas observações sobre tal palestra:

[...] o ilustre escritor mineiro afirmou, corajosamente, há pouco, da alta tribuna do Instituto Histórico Brasileiro “a existência da ideia separatista” na revolução farroupilha e ocultando, egoisticamente, seus conhecimentos, recorreu a diversos historiadores, colocando-se, desse modo, no papel de depoente que sabe dos fatos por ouvi dizer. Em assuntos controvertidos de nada valem as afirmativas – **é necessária seja feita a prova cabal.**<sup>462</sup> (grifo nosso)

Neste sentido, Docca, além de acusar Basílio de “fugir à prova documental”, o repreende por ter, supostamente, atribuído a alguns historiadores ideias que não lhe pertenciam – excetuando-se Alfredo Varela. Diante dos elogios reservados ao último, Docca procura valorizar o trabalho oriundo do IHGRGS. Recorre, assim, à série *Processo dos Farrapos*, de Aurélio Porto: “Opulenta é a documentação publicada e ainda inédita, provando que a revolução farroupilha não foi separatista”<sup>463</sup>. Desprestigiando, assim, seu oponente e demarcando a oposição do IHGRGS em relação a *História da Grande Revolução*, ele assevera:

A exceção mencionada é explicável, visto se tratar de pessoa que pela sua parcialidade e pirronice, neste caso, está fora de combate, visto ser um desgarrado do grêmio em que se congregam os mais altos expoentes, o Estado Maior, das letras históricas do Rio Grande do Sul. [...] **Declaramos o Dr. Varela fora de combate**, isto é: como autor que não deve ser tomado em consideração, por desautorizado, no assunto em debate.<sup>464</sup> (grifo nosso)

Outra interessante disputa em torno dos documentos e do passado farrapo pode ser verificada na correspondência trocada entre Alfredo Varela e João Pinto da Silva<sup>465</sup>. Estas cartas ganharam visibilidade ao serem transcritas n’*O solar Brasílico*, publicação que nos permite vislumbrar o debate entre estes dois intelectuais acerca da figura de Bento Manuel

---

<sup>462</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Assumptos do Rio Grande do Sul. *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1934, Rio de Janeiro, p. 5-6. Hemeroteca BN.

<sup>463</sup> Ibid.

<sup>464</sup> Id.

<sup>465</sup> João Pinto da Silva, nascido em Jaguarão, era conterrâneo de Varela. Foi jornalista, poeta, crítico e diplomata. É autor da *História Literária do Rio Grande do Sul*, publicada em 1924. Segundo Baumgarten, este estudo é “a primeira incursão abrangente e significativa promovida no Estado no plano da historiografia”. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 169.

Ribeiro<sup>466</sup>. A sequência de correspondências foi inaugurada por João Pinto. Apesar de iniciar a carta cumprimentando seu destinatário pela “obra monumental”, ele manifesta estar em desacordo sobre a “veemência” com a qual Varela atacava Bento Manuel.<sup>467</sup>

Alfredo, por sua vez, alega que a “culpa não é do histórico e sim do biografado, cujas malesas e maldades são por demais notórias”. Os “juízos deslustradores”, justifica o historiador, haviam sido comprovados por “uma vasta documentação indismontável”<sup>468</sup>. Após este retorno, seu interlocutor, menos cordial, assim avalia tais peças: “toda uma documentação saturada, enfim, de facciosismo, oriunda do testemunho oral ou escrito de contemporâneos suspeitíssimos, inimigos ou adversários”<sup>469</sup>. O historiador da “epopeia”, tentando salvar sua obra e suas fontes de tais julgamentos, objeta, salientando o seu esforço de pesquisa:

Nada podemos contra a verdade senão com a verdade, ensinar. Quer isto significar, preclaro amigo, que há de erguer monumento mais valioso do que o existente, com peças históricas autênticas e tradições filtradas, *si no no!* Ora, escavações e estudos que demandam tempo, mui largo tempo. [...] O que imaginei conhecer de Barreto, de Bento Gonçalves, Neto, Portoalegre, Silva Tavares, Araújo Ribeiro, Canabarro, Oribe, Rivera, Rosas, Pedro II: **o que vim a saber depois de 30, 40, 50 anos de garimpa e meditação!!!**<sup>470</sup> (grifo nosso)

Como vemos, as fontes inseridas na *História da Grande Revolução* foram extremamente inconvenientes aos olhos daqueles que buscavam estabelecer os ícones da revolução. Os membros do IHGRGS, principais responsáveis por tal tarefa, buscavam nestes homens as referências da brasilidade que tencionavam comprovar. Logo, tão importante quanto definir os heróis no domínio farroupilha, foi consagrar um nome do lado imperial neste panteão. Desta forma, a figura de Duque de Caxias, tido como o

---

<sup>466</sup> A figura de Bento Manuel Ribeiro chama a atenção pela sua oscilação entre as partes envolvidas na guerra civil. Apesar de ter iniciado a revolta ao lado dos farrapos, já em 1836 Bento migrou de posição, apoiando a nomeação de Antônio Fernandes Braga para a presidência da Província. No ano seguinte, com a substituição do presidente, ele retornou para o lado insurgente, ocupando o posto de general da República. Em 1839, exilou-se no Uruguai sob a proteção de Fructuoso Rivera. Retornou para o Rio Grande do Sul nos últimos anos da revolta, a convite do Duque de Caxias, terminado a guerra com o título de marechal do Império. Suas “famosas reviravoltas” são narradas na *História da Grande Revolução*. VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, vol. 1, p. 403.

<sup>467</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 214.

<sup>468</sup> Ibid. p. 217.

<sup>469</sup> Id., p. 219.

<sup>470</sup> Id., p. 223-224.

“pacificador”, foi inúmeras vezes exaltada nas obras, artigos e discursos dos intelectuais engajados neste instituto<sup>471</sup>. Souza Docca, por exemplo, assim o descrevera:

[...] animado pelos seus altos sentimentos de humanidade e brasileiro, procedia esse grande homem, que foi o nosso maior cabo de guerra e a quem nenhum dos generais americanos ultrapassa; assim, com grandeza de alma, procedia quem o dr. Varela, do alto dos seus tamancos de separatista e exibindo sua negatividade pelo que é brasileiro, especialmente pelos nossos homens públicos, qualifica de soldado “sem nenhum talento militar”.<sup>472</sup>

Alfredo, perante este comentário, condena Docca por ter sido, na sua visão, “amoralíssimo no exame da obra alheia”. Acusa-o de ter confundido “maliciosamente” “o apreço das tarefas bélicas do simples e novato Barão, com as do veterano Marquês e Duque”. Defende-se alegando que a sentença expressa na *História da Grande Revolução*, “[...] não tive, não podia ter o propósito de amesquinhar, de maneira absoluta, os talentos mais tarde em realce do notabilíssimo fluminense, como guerreiro. Em modo relativo, sim, porque não foi no cenário farrapo um Estratego de valor”<sup>473</sup>.

Ao construir tal relativização na trajetória militar de Caxias, Varela rompe com a narrativa linear traçada pelo IHGRGS na biografia deste indivíduo. No entanto, provavelmente a questão que mais provocou a ira da comunidade de historiadores, foi aquela relacionada às negociações entre David Canabarro e Caxias, estampadas na Carta de Porongos (anexo 02). O principal interlocutor de Varela neste tema foi Alfredo Ferreira Rodrigues. Assim, antes de avançarmos para a análise da recepção da interpretação elaborada a partir desta fonte na *História da Grande Revolução*, devemos entender a discussão protagonizada por estes dois historiadores nos últimos anos do século XIX.

O primeiro registro encontrado sobre tal questão na obra de Alfredo Ferreira Rodrigues localiza-se no *Almanak Literário* do ano de 1896.<sup>474</sup> Nesta edição, o autor traça

---

<sup>471</sup> Para aprofundar a trajetória de Duque de Caxias, consultar: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>472</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Op. cit., 1935, p. 246.

<sup>473</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 39-40.

<sup>474</sup> Sobre a contribuição das publicações do *Almanak Literário e Estatístico*, consultar: MARTINS, Jefferson Teles; SANTO, Miguel Frederico do Espírito. A Revolução farroupilha nas páginas do Almanaque Literário e Estatístico, do Anuário do Rio Grande do Sul e do Almanaque Popular Brasileiro. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (orgs.). *180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as idéias da república em debate*. Porto Alegre: IHGRGS, 2017, p. 235-257.

uma biografia de Canabarro, na qual se refere à “surpresa de Porongos”, “última ação em que se empenhou o infatigável guerreiro”. Sem discorrer muitas linhas sobre este episódio, Rodrigues apenas justifica a derrota afirmando que os farrapos “mal tiveram tempo de pegar em armas”.<sup>475</sup>

Passados dois anos, o historiador voltara a falar sobre este ataque, avaliando que: “A surpresa de Porongos tem sido muito injustamente apreciada. Contra Canabarro levantaram-se odiosas acusações, chegando alguns a avançar que a surpresa fora combinada com ele, isto é, que foi uma perfeita entrega e uma negra traição”<sup>476</sup>. Rodrigues se referia ao livro *Rio Grande do Sul*, publicado por Varela no ano anterior. Rebatendo tal juízo, ele afirmara possuir documentos “que destroem essa calúnia” – destacando o original do Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Ao seu ver, este era “o documento mais importante que existia do período revolucionário”, onde poderia se ver “os erros e descuidos” nas operações do exército de Canabarro. Nesta ocasião, compromete-se em reunir documentos e informações para “restabelecer a verdade” dos fatos.<sup>477</sup>

Após um ano, o historiador dedica um número do seu *Almanak* ao título *A pacificação do Rio Grande (David Canabarro e a surpresa de Porongos)*<sup>478</sup>. Neste texto, o autor adverte que assunto que “envolve a reputação e a honra” de um dos vultos da revolução “devia merecer da parte do historiador maior escrúpulo”. Tal acusação, ressaltara, não poderia avançar sem se apoiar em “documento indiscutível”. Como Docca, Rodrigues procura desqualificar a ênfase dada por Varela ao depoimento das testemunhas oculares da guerra civil. Neste intuito, apresenta os testemunhos recolhidos por ele próprio, de Manuel Alves da Silva Caldeira e de Antônio Gonçalves Valente, a fim de demonstrar as incoerências destes relatos.<sup>479</sup>

Em relação ao primeiro, Rodrigues aponta como inconsistente a seguinte afirmação: “Os soldados que serviram conosco por espaço de 10 anos, os quaes tinham sido escravos,

---

<sup>475</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. David Canabarro. In: *Almanak Literário e Estatístico*. Pelotas: Editorf, 1896, p. 19-20.

<sup>476</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. José Gomes Portinho. In: *Almanak Literário e Estatístico*. Pelotas: Editorf, 1898, p. 19.

<sup>477</sup> Ibid.

<sup>478</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. A pacificação do Rio Grande (David Canabarro e a surpresa de Porongos). In: *Almanak Literário e Estatístico*. Pelotas: Editorf, 1899, p. 252-25.

<sup>479</sup> Ibid., p. 252-253.

foram entregues ao governo como captivos da nação”. Em nota de rodapé, Rodrigues reprova este relato, protestando que Caldeira “provavelmente nunca viu as condições da paz, cujo art. 2º estipulava a liberdade dos escravos que haviam servido a revolução”. Admite, contudo, que muitos escravos voltaram ao domínio dos seus senhores, mas sublinha que “a infâmia desse acto deve recair sobre quem o praticou e não sobre Canabarro que nisso não teve a menor culpa”.<sup>480</sup>

Manuel Caldeira, como explicamos anteriormente, foi importante testemunha para Varela, tida por ele como “memória viva” do decênio farrapo. Desqualificar o lugar de fala deste sujeito era, portanto, condição para deslegitimar a versão de Alfredo. Para reforçar o seu rechaço à existência de uma combinação entre Caxias e Canabarro, ele procura desacreditar o que lhe fora dito por Antônio Gonçalves: “Ao amanhecer de 14, Chico Pedro assaltou o acampamento, com 500 ou 600 homens de cavalaria, sem ser pressentido, e à voz de – **Mata negro e o que é branco deixa** – destruiu Canabarro”. “Inexacto”, assegura Rodrigues, classificando esta afirmação como “uma de tantas fabulas absurdas”, pois haviam sido “feridos e mortos muitos brancos”<sup>481</sup>. (grifo nosso)

Em sua defesa de Canabarro, o historiador declara que tais depoimentos, “recolhidos depois de um período de mais de 50 anos”, não encontram embasamento em “documento algum de valor”. Justifica que as alegações destas testemunhas eram fundadas apenas na “tradição de uma só parcialidade”, e frisa: “sem a confirmação de documentos escritos não pode em caso algum fundar-se uma narrativa histórica”. Por esta razão, considera a interpretação de Varela “cheia de erros e escrita sem o mínimo exame dos fatos”<sup>482</sup>. Em contraposição, qualifica os documentos por ele próprio utilizados como “perfeitamente autênticos” e merecedores de “inteira fé”. Após tal exposição, Rodrigues conclui seu trabalho considerando ter conseguido restaurar a reputação de Canabarro:

[...] o Rio Grande pode hoje **orgulhar-se dos seus heroes**, cujo ultimo feito no grande movimento revolucionário **não foi manchado pela traição**. Canabarro teve fraquezas, cometeu erros, não tinha capacidade militar nem meios de ação para resistir ao Barão de Caxias, porem lutou com constância e resistiu com honra. Não vendeu a sua consciência, nem traiçou ninguém. [...] Ele foi um heroe, dos maiores que tem tido o Rio Grande. O seu nome deve ser respeitado e venerado pelas

---

<sup>480</sup> Id., p. 255.

<sup>481</sup> Id., p. 256.

<sup>482</sup> Id. p. 262-263.



gerações vindouras. **A história da revolução não tem a mancha que lhe quiseram lançar. Ela está expurgada dessa infâmia.**<sup>483</sup> (grifo nosso)

As sucessivas críticas acima apresentadas foram respondidas por Alfredo Varela no artigo *A pacificação do Rio Grande do Sul (1845)*, impresso no *Jornal do Commercio*, no mesmo ano. Já no início do extenso texto o historiador reitera sua posição: “[...] o cronista imparcial não encontra divergências, a bem dizer, nas narrativas populares: - quase unanimemente afirmão todas que a traição preparou e garantiu a paz de 1845”<sup>484</sup>. Neste sentido, declara que a tradição oral, desacreditada pelo outro historiador, modificou o seu “encanto” pela “heroica geração”, fazendo com que os julgasse com “mais imparcial justiça”.

Rebatendo Rodrigues, Varela considera uma “ousadia” da parte do “moço” ter lhe acusado de leviandade, em um “folheto de 62 páginas”, e afirma: “leviandade, se houve alguma, foi a de quem categoricamente garantiu que não pode existir documento em que eu funde meu julgamento, só pelo facto de que o crítico não o conhece”. Diante de tal contestação, Alfredo explica ter encontrado nos papéis de Domingos José de Almeida a “cópia reservadíssima” de uma carta enviada por Caxias a Francisco Pedro de Abreu. Atestando tal informação, Varela transcreve integralmente a peça comprobatória da combinação entre os referidos chefes. Através da publicação realizada em um periódico de importante circulação, a Carta de Porongos foi, assim, alçada pela primeira vez à esfera pública, em 1899. Com esta divulgação, Varela profere ao “crédulo autor do folheto”: “Não quero apressar a surpresa que há de ter, lendo um documento diante do qual será obrigado a refazer toda a sua ambiciosa monografia...”<sup>485</sup>.

Adjunta a esta transcrição, Varela teceu alguns comentários que buscavam estabelecer a credibilidade deste documento. Para tanto, recorreu ao testemunho de João Amado, “velho sargento farrapo” que, em novembro de 1844, havia sido feito prisioneiro em Porongos. Naquela ocasião, Amado teria ouvido a leitura da dita carta, a qual apontava como a prova de que “a surpresa de Porongos” foi “combinada com Caxias”. Afirmara, ainda, que a missiva, dentre outras coisas determinava: “*Poupe o sangue*

---

<sup>483</sup> Ibid. p. 272.

<sup>484</sup> VARELA, Alfredo. A pacificação do Rio Grande do Sul (1845). In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1899. Hemeroteca da BN.

<sup>485</sup> Ibid.

*branco, que ainda nos pode servir, e cuide da bagagem de Canabarro e Dr. Gaiola, que contém papeis importantes*” (grifo no original). Esta mesma frase foi destacada por Varela no traslado da carta, com o que conclui: “Não fora, pois infiel a narrativa do sargento-revolucionario: o documento a que aludio, ele o vira: de outra forma, como se explica o fato de citar frases iguais as da cópia existente no arquivo de Domingos José de Almeida!” (grifo no original).<sup>486</sup>

Outro argumento levantado pelo autor “em favor da autenticidade do documento”, foi o relato de Bernardino de Almeida. Varela afirma ter tido a oportunidade de debater o ataque de Porongos “no seio da ilustre família”, onde ouvira do filho mais velho de Domingos:

Não sei se há provas da traição de Canabarro. Sei que meu pai estava convencido disso, por ouvi-lo conversar a respeito com o padre Ildebrando. Posso contar-lhe alguma coisa que, suponho, tem relação com o que refere. Muito depois da paz, vindo Canabarro visitar meu pai, tiveram grande conferencia a sós. Entretanto eu de repente na sala em que estavam e que era situada a beira-rio, ouvi meu pai dizer ao General, apontando para fora: nem toda a agua deste rio pode lava-lo dessa mancha, ao que Canabarro respondeu: o tempo me há justificar.<sup>487</sup>

Varela, no longo exame deste documento, se precavera contra qualquer questionamento que pudesse prejudicar a legitimidade do mesmo. Assim, diante das suspeitas de que este documento fosse uma estratégia de “Chico Pedro para desmoralizar Canabarro”, contesta: “se esse papel fosse um infernal invento de Chico Pedro e por ele espalhado, é impossível que o prejudicado não tivesse conhecimento da infâmia e não a tivesse rebatido”. E acrescenta: “não é crível que Caxias deixasse correr sob seu nome um papel dessa ordem, completamente falso”.<sup>488</sup>

Por fim, Varela justifica que a cópia da carta havia sido “tirada sob as vistas do venerando Almeida”. A fim de dissipar as dúvidas sobre a procedência da mesma, ele recorre à imagem de Almeida, alegando que se a “autenticidade do terrível documento” parecesse duvidosa ao “íntegro republicano”, este “teria o escrúpulo de registrar á margem da cópia seu modo de pensar a respeito”. O “mysterioso papel”, afirma Varela, o fizera entender a forte oposição encontrada pelo “mais notável” ministro da República

---

<sup>486</sup> Ibid.

<sup>487</sup> Id.

<sup>488</sup> Id.

no seu intento de escrever a história da revolução: “Conhecida a austeridade daquele homem inexorável, receiava-se que puzesse a nú alguma cousa que era mister esconder...”<sup>489</sup>. Perseguidor desta mesma tarefa, Varela, assume para si a missão de escrever a história da Revolução Farroupilha:

A história da Republica rio-grandense, que pretendo publicar, será um dia o maduro fructo desse antigo labor, que data de vinte anos atrás, em que muito tenho archivado. Falta-me, todavia, tanta cousa! Espero bastante da ajuda de meus patrícios: continuando, como até agora, a boa vontade que se me tem dispensado, já no envio de documentos, já no de notas ou memorias elucidativas, breve poderei dar andamento à obra prometida.<sup>490</sup>

Esta promessa seria concretizada anos mais tarde, especialmente com a publicação da *História da Grande Revolução*. Nela, o autor insere pela primeira vez, em obra historiográfica, o polêmico documento, antes divulgado no *Jornal do Commercio* e duramente examinado pelo crivo de Ferreira Rodrigues. Este ainda dedicara uma última avaliação à Carta de Porongos no seu *Almanak Literário*, sobre o qual destacaremos alguns pontos importantes.

Transcorridos dois anos da divulgação da resposta de Varela às suas críticas, Rodrigues publica a tréplica, na qual insere o texto da Carta de Porongos – conferindo publicidade à peça por ele combatida<sup>491</sup>. Segundo o autor, sua convicção já formada “no cotejo dos documentos, no confronto dos testemunhos” não poderia ser vencida “sem nenhuma prova verdadeira, sem a prova provada”. Apresenta, assim, seus argumentos contra o documento por ele classificado como “apócrifo”, sobre o qual “não existe ou não se achou o original”. Neste sentido, o autor salienta que mesmo tendo, Varela, uma “peça esmagadora”: “Não basta apresentar documentos para que eles sejam aceitos. É mister prová-los”.<sup>492</sup>

Obstinado em construir uma explicação contrária à da traição, o historiador lançara uma série de perguntas, buscando identificar as incoerências na referida carta. A primeira diz respeito ao porquê Caxias teria entregue a execução do plano a Chico Pedro, tendo à

---

<sup>489</sup> Id.

<sup>490</sup> Id.

<sup>491</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. David Canabarro e a surpresa de Porongos. In: *Almanak Literário e Estatístico*. Pelotas: Editorf 1901.

<sup>492</sup> Ibid.

disposição outros oficiais de confiança que, diferente do primeiro, possuíam localização precisa, por não estarem em marcha. Em seguida, questiona: “Para que desvendou Caxias o plano de traição a Chico Pedro?”. Para o historiador, bastaria que Caxias houvesse lhe transmitido as ordens do ataque, sem que fosse necessário compartilhar este segredo com “um homem como Chico Pedro”.

Outra questão refere-se à ordem de poupar o sangue “da gente branca da Província ou índios”. Sobre este ponto, Rodrigues adverte: “Pois a gente de cor não seria digna de perdão e não poderia também ser útil no futuro? Pois a gente de cor já não combatera ao lado de Caxias, e não era ela que em grande parte formava o exército imperial?”. O autor ainda indaga: “Se a bagagem de Canabarro tinha papeis importantes, para que arriscá-la a essa eventualidade?”. Ao seu ver, tal recomendação não fazia sentido, pois tais documentos, comprometedores dos chefes farrapos, seriam do interesse de Caxias e convinha que este “ficasse senhor deles”.<sup>493</sup>

Por fim, Ferreira Rodrigues procura sustentar a tese de que a Carta de Porongos teria sido forjada e espalhada por Chico Pedro, para desmoralizar Canabarro. Para tanto, expõe o relato escrito por duas testemunhas daquele período: Félix de Azambuja Rangel e Manuel Patrício de Azambuja, cunhado do primeiro. No seu julgamento, estas eram “pessoas de uma respeitabilidade acima de qualquer suspeita”. O primeiro, destaca o autor, era parente e amigo íntimo de Francisco Pedro, e teria assistido ao combate de Porongos. O segundo teria escutado do próprio Moringue as suas intenções contra o general farroupilha.

Segundo os depoentes, Chico Pedro pretendia “dar um golpe em Canabarro, único chefe que ainda resistia”. Afirmavam que, para isso, uma intriga havia sido elaborada contra o farrapo, através da falsificação de um ofício supostamente a ele endereçado. Nesta versão, Caxias passa a ser visto apenas como conivente de tal trama, por nada ter feito em sentido contrário, imbuído pelo propósito da paz. Confrontando tais depoimentos com o conteúdo da carta, Rodrigues argumenta que, pela exatidão entre as informações nela contidas e o desfecho da batalha em Porongos, Francisco só poderia ter escrito tal documento após a “surpresa”. Assim, o historiador leva a crer que Chico Pedro teria

---

<sup>493</sup> Id.

aproveitado os detalhes do ataque para “dar maior cunho de autenticidade ao ofício forjado”.<sup>494</sup>

O assassinato dos negros, na sua versão, teria ocorrido porque os lanceiros “mais vigorosamente” teriam resistido ao combate. Já a ausência da munição teria sido maliciosamente citada na carta como premeditada, para causar discórdia entre os soldados e o general Canabarro. Ao final o historiador assim, exclama: “Que segredo esse que Chico Pedro andou divulgando entre os republicanos e que teve o descuido de ler em voz alta, para ser ouvido pelo sargento João Amado!”. Neste sentido, o historiador induz que o ofício “forjado” havia sido intencionalmente comunicado para que “todos acreditassem que Canabarro se vendera”.<sup>495</sup>

Na reprovação da fonte levantada por Alfredo Varela e na condução de outra interpretação para a mesma, Alfredo Ferreira Rodrigues acreditara, enfim, ter reparado a honra de David Canabarro. Atribuíra à publicação de Alfredo Varela um “assinalado serviço ao Rio Grande”, por provocar a elucidação da verdade, e, com falsa modéstia, afirma: “Eu não me vanglorio de ter achado a verdade do meu lado. Pelo contrário, congratulo-me com ele, por ter provocado a discussão”<sup>496</sup>. Tal “verdade” acabaria, posteriormente, sendo adotada pelos membros do IHGRGS – especialmente após a publicação da *História da Grande Revolução*.

Herbert Canabarro Reichardt<sup>497</sup>, por exemplo, levou a versão acima exposta aos seus consócios do IHGB, na conferência dedicada à *Vida de David Canabarro* (1934). O declínio da República Rio-Grandense foi considerado, na trajetória traçada pelo historiador, como o quarto marco na biografia de Canabarro. Ao alcançar o desfecho da guerra civil, Reichardt assevera:

A surpresa deu-se de fato e a derrota sofrida por Canabarro foi estrondosa. Quiseram depois atribuir a Canabarro uma mancomunação com Caxias para acabar de uma vez com a revolução. **Essa balela, entretanto, foi completamente destruída, não só por Alfredo**

---

<sup>494</sup> Id.

<sup>495</sup> Id.

<sup>496</sup> Id.

<sup>497</sup> Herbert Canabarro Reichardt formou-se na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1909. Trabalhou como Auxiliar da Auditoria de Guerra da I Região Militar do Rio de Janeiro, e como Promotor da Justiça Militar. Foi membro do IHGB e do Instituto Nacional de Ciência Política. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978, p. 475.

**Rodrigues**, como provada a sua impossibilidade por um eminente membro desta casa o exímio biógrafo de Caxias, o Dr. Vilhena de Moraes, em conferência realizada em 1927 neste Instituto.<sup>498</sup> (grifo nosso)

Neste trecho, podemos identificar uma clara referência ao que foi exposto por Alfredo Varela, no ano anterior, na *História da Grande Revolução* – publicada quase três décadas após a divulgação da Carta de Porongos no jornal carioca. Nesta obra, ele consagra a tese da traição, aprimorando o seu texto sobre a “desgraça de Porongos”<sup>499</sup>. Baseia-se, dentre outros testemunhos, nas contribuições de Manuel Alves da Silva Caldeira, seu importante colaborador. Nas cartas enviadas por Caldeira, podemos perceber que este compartilhou com Varela não apenas as suas memórias, mas também as suas avaliações sobre a escrita da história da guerra civil:

É com viva satisfação que lanço mão da minha grossa pena para saber notícias suas e agradecer-lhe o presente que me fez do Livro 1º da História da Revolução de 1835 escrita pelo Sr., narrando os fatos conforme eles se deram. **Araripe** diz que Canabarro foi surpreendido nos Porongos. **Assis Brasil**, navegando nas águas do batel carregado de mentiras do Araripe, diz o mesmo, e o Sr. **Alfredo Ferreira Rodrigues** também segue a opinião deles, inocentando o Canabarro pela traição que fez em Porongos. **Forjem os documentos que quiserem para defender Canabarro que não conseguirão salvá-lo.**<sup>500</sup> (grifo nosso)

Assim, na avaliação de Manuel Caldeira, Alfredo Ferreira Rodrigues não era um “historiador parcial”, como expressara noutra carta: “Ele é um advogado do Canabarro e aplica todos os meios para inocentar o seu cliente”. Contrário ao ataque realizado por Rodrigues ao que está estampado na Carta de Porongos, Caldeira assegurara: “Inventem

---

<sup>498</sup> REICHARDT, Herbert Canabarro. *Vida de David Canabarro*. In: Revista do IHGB. Vol. 169. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 474. Este texto também foi publicado no: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1934, p. 12. Hemeroteca da BN.

<sup>499</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit, 1933, vol. 6, p. 255.

<sup>500</sup> Juntamente com esta carta, Caldeira remete alguns apontamentos, dentre os quais, aborda não somente a ação de Canabarro em Porongos, como também o seu envolvimento na morte do coronel Teixeira. De acordo com Caldeira, Canabarro havia enviado ao coronel um bilhete ordenando que este o aguardasse na região do Chasqueiro, onde ambos deveriam ter se encontrado na manhã seguinte. Tal bilhete, segundo Caldeira, fora escrito na casa da sua tia, que lhe contou que na dita manhã Moringue atacou o acampamento de Teixeira, não tendo Canabarro movido o seu acampamento ao encontro deste. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 5. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981. CV-3102, 01/12/1898, p. 365.

os documentos que quiserem, que não haverá água que lave a mancha de sangue posta por Canabarro na bandeira da República Piratinense”.<sup>501</sup>

Atestando os apontamentos anteriormente realizados a partir da carta escrita por Caxias, Alfredo apresenta uma correspondência emitida por este general ao Ministro Jerônimo Coelho<sup>502</sup>. Esta peça, por corroborar as informações constantes na Carta de Porongos, dissipava as dúvidas restantes sobre o conluio por esta evidenciado<sup>503</sup>. Como salienta Carvalho, a missiva enviada a Jerônimo Coelho apresenta os indícios de um acordo que remete aquele exposto, dois meses depois, pela Carta de Porongos<sup>504</sup>. Também Varela, reunindo estas duas fontes em sua narrativa, posicionara-se convicto de que David Canabarro fora o “entregador de seus irmãos, a 14 de novembro”<sup>505</sup>. Assim, afirmara que o ataque “arruinativo” não fora uma “vera surpresa”, mas, sim, “um desleal concerto entre o ganhador de fácil victoria e os dous traidores da boa causa”.<sup>506</sup> Diante desta consumação, o historiador desabafa:

Quem se entrega por muitos anos ao convívio dos archivos, finda em geral escravo deles. O que por vezes principiou como um acto de curiosidade, muda-se a pouco e pouco numa apaixonada labuta, de sainete religioso alfim. [...] Mas em certos minutos da história, que profundas melancolias esparze em nossa mente, confrangida por mais uma **desilusão inesperada!** Tal foi a que abalou o autor, quanto teve nítida confirmação de que nenhum exagero havia no modo como interpretara antes a desistência do generalíssimo revolucionário.<sup>507</sup>  
(grifo nosso)

Diante do que foi exposto por Varela, tornou-se necessário, aos membros do IHGRGS, a consolidação de uma versão alternativa a deste historiador. Para que a imagem de Canabarro pudesse ser habilitada ao panteão dos heróis de 1835, restava, ainda, justificar a derrota deste “invencível” militar. Neste intuito, alguns historiadores ligados ao Instituto colocaram em circulação a explicação explanada por Ferreira Rodrigues, em 1899. A versão, um tanto folclórica, alegava que David Canabarro não

<sup>501</sup> Ibid., CV-3103, 01/12/1898, p. 365-370.

<sup>502</sup> ANRJ, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 05, Código do Fundo: OP, (Doc. nº 201 a nº 250), Documento nº. 231.

<sup>503</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, vol. 6, p. 239-240.

<sup>504</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. Op. cit., p. 220.

<sup>505</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, vol. 6, p. 499.

<sup>506</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, vol. 6, p. 498.

<sup>507</sup> Ibid., 240.

teria notado a aproximação do inimigo, no dia 14 de novembro de 1844, devido a sua distração com as mulheres: “Novo Sansão, sentia enervadas as energias de sua alma pela sedução de uma mulher. Esta lhe absorvia o tempo dos acampamentos, que devia empregar em prover a segurança do exército”<sup>508</sup>.

Em nota de rodapé, o autor explica que a mulher que fazia Canabarro “esquecer dos seus deveres” chamava-se Maria Francisca Duarte Ferreira, conhecida como Papagaia<sup>509</sup>. Tal associação, com a pretensão de preservar a figura do general farrapo, se contrapunha à versão traçada a partir da Carta de Porongos. Para isso, o historiador se inspirara no relato registrado no diário de Vicente da Fontoura<sup>510</sup>. Chama a atenção que o extenso e rigoroso exame realizado pelo historiador do documento utilizado por Alfredo Varela não foi aplicado ao testemunho de Fontoura. Ao último, Rodrigues depositara natural credibilidade: “Era ele grande amigo de Canabarro, mas, na inteireza de seu caráter, não pode encobrir a verdade. A sinceridade é a nota predominante de seu *Diario* e é exatamente o que lhe dá o valor inestimável que lhe atribuo”<sup>511</sup>.

A curiosa justificativa foi posteriormente inspiração do romance *Os amores de Canabarro* (1933), escrito por Otelo Rosa. Esta interpretação ganha, assim, os contornos da narrativa literária, criados por um destacado intelectual do IHGRGS. Seus pares não demoraram em compartilhar esta excêntrica história. Reichardt, na conferência

---

<sup>508</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. A pacificação do Rio Grande (David Canabarro e a surpresa de Porongos). *Almanak Literário e Estatístico*, 1899, p. 220.

<sup>509</sup> Ibid., 221. Maria Francisca Duarte Ferreira era esposa de João Duarte, conhecido como o Sr. Gaiola. Este, exercia a atividade de boticário e durante o período da revolta acompanhou as tropas de David Canabarro, na condição de cirurgião. Interessante como uma das poucas mulheres que aparecem nas narrativas sobre o “decênio glorioso” seja a Papagaia, justamente sendo responsabilizada por um retumbante fracasso dos centauros dos pampas. Aqueles historiadores, todos homens, parecem exercer a sua masculinidade eximindo os farroupilhas da acusação de traição e salvando-lhes a honra vilipendiando uma mulher que – traíndo o marido que a acompanhava –, seduziu o general e desviou-lhe as atenções das tarefas bélicas. Com isso, remetemos à reflexão de Almaleh: “Ou seja, a mulher era culpabilizada pela sua sedução, era ela que levava o homem ao mau caminho, que por seus instintos desviava o homem da sua conduta moral [...]”. ALMALEH, Priscilla. *Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular* (Porto Alegre 1889 – 1900). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018, p. 32. Ver também: McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2010.

<sup>510</sup> Do diário de Fontoura Alfredo Ferreira Rodrigues extraiu o seguinte trecho: “Acampa-se e esse homem vigilante, que não deixava a eminencia das colinas, dando hoje algumas mesquinhas horas aos assumptos públicos, vae, qual um adamado maricas, para a barraca da safadissima Papagaia, roubando á pátria em pueris conversas horas que só á pátria deve pela posição em está colocado. Humana raça!”. Id., p. 221.

<sup>511</sup> Id., p. 221.



supracitada, imediatamente após posicionar-se contrário as teses de Varela, citara aos historiadores do IHGB a referida obra de Otelo Rosa<sup>512</sup>. Outro exemplo foram os artigos publicados por Fernando Callage no periódico carioca *Correio da Manhã*. Ao encontro do exposto, o autor, redimindo o general farrapo, afirmara que este fora “surpreendido” pelas tropas de Francisco Pedro quando “achava-se numa barraca, como o Romeu da lenda, a trocar beijos com a sua amada...”.<sup>513</sup>

Alfredo Varela, ao publicar as suas reflexões e desabaços sobre tais polêmicas, emitira avaliação sobre a versão difundida entre os membros do Instituto. Com sarcasmo, o historiador sugere que Otelo Rosa deveria ter se “estendido um pouquinho” na “erudita charada” sobre a pacificação, e o provoca:

O estilo, com ser de ouro, nos oráculos, tem sempre a eiva sibilina ou duplo senso: tem consigo olimpica sutileza, de modo que o deus a pronunciar-se, **dentro do antro privilegiado**, nunca se vê desmentido. Ai, a sublime, transcendente arte dos supremos entes immortaes!...<sup>514</sup>  
(grifo nosso)

O heroísmo foi componente fundamental na rememoração da Revolução Farroupilha. As virtudes e o brio dos “centauros” de 1835<sup>515</sup> foram associados aos líderes

---

<sup>512</sup> REICHARDT, Herbert Canabarro. Op. cit., p. 474.

<sup>513</sup> CALLAGE, Fernando. A Republica de Piratiny e o desastre de Porongos. In: *Correio da Manhã*, Rio de janeiro, 29 de abril de 1934, p. 7. \_\_\_\_\_. Canabarro e a Papagaia. In: *Correio da Manhã*, Rio de janeiro, 9 de junho de 1935. Hemeroteca da BN.

<sup>514</sup> VARELA, Alfredo. *Res Avita*. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935, p. 192.

<sup>515</sup> Referimo-nos a uma expressão que foi muito utilizada nos textos comemorativos ao Centenário Farroupilha, publicados pelos periódicos porto-alegrenses. O “centauro”, conforme destaca Pesavento, é um dos componentes historicamente vinculados ao *ethos* do gaúcho. Refletindo sobre a invenção da identidade do sul-rio-grandense, a historiadora afirma que a “articulação personagem-paisagem” foi um dos elementos que construíram o caráter mítico do gaúcho, identificando-o com uma “dimensão rural”, onde ele é compreendido como “personagem-símbolo da região”: “Monarca das coxilhas, centauro dos pampas, ele é algo que mistura o componente selvagem, de exacerbação permanente, com a altivez inata de quem habita imensidões sem fim. As coxilhas estendem-se na paisagem sem limites do pampa, da mesma forma que o seu habitante é um ser criado sem restrições”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2: 383-396, 1993, p. 388. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 228. A imagem do centauro apresenta nítidos contornos de uma masculinidade que encontra ressonância na imagem dos heróis farroupilhas, ícones da identidade regional. Para uma discussão sobre a constituição da masculinidade na cultura gaúcha, ver: LEAL, Ondina Fachel. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. In: TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro (orgs.). *Brasil & França: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 141-150. Sobre a significação dos papéis masculinos e femininos na literatura regionalista de Barbosa Lessa, ver: ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena*: Luiz Carlos Barbosa

políticos daquele período, considerados como os autênticos continuadores do movimento iniciado pelos farrapos<sup>516</sup>. A honra dos heróis farrapos foi, deste modo, uma questão cara aos intelectuais do período. Alfredo Varela, com as inéditas fontes do arquivo de Almeida, apresentou uma obra que ia de encontro ao projeto defendido pela comunidade intelectual do IHGRGS. Neste sentido, desacreditar os documentos apresentados na *História da Grande Revolução* parece ter sido, afinal, uma estratégia para deslegitimar as teses contrárias aos parâmetros ditados pela casa da história sul-rio-grandense.

### 4.3 O lugar do arquivo na imagem do historiador

A *História da Grande Revolução*, obra que apresentou uma “documentação exaustiva”<sup>517</sup>, oriunda do arquivo de Almeida, foi publicada com financiamento público e sob os auspícios do IHGRGS. Como pudemos verificar até este momento, a discussão em torno da indesejada obra colocou sob análise não somente as teses, mas também as fontes utilizadas neste estudo. Além disso, a própria figura deste intelectual foi posta em relevo neste debate, que, ao final, pôs em julgamento a legitimidade de Alfredo Varela enquanto historiador. Se, por um lado, Varela foi determinante para a divulgação desta documentação no campo intelectual, por outro, devemos refletir sobre o lugar deste conjunto na constituição da imagem deste historiador neste mesmo campo.

Em 1934, Darcy Azambuja e Othelo Rosa, representando o IHGRGS, escreveram um parecer sobre a *História da Grande Revolução*, publicado na revista desta agremiação<sup>518</sup>. Através deste documento o Instituto formalizou o discurso até então manifestado por alguns dos seus membros, unificando a posição contrária às teses defendidas por Varela. Tal iniciativa foi demandada em uma carta enviada pelo historiador Luiz Felipe Castilhos de Goycochêa ao diretor do Arquivo Histórico, Eduardo Duarte. Após acompanhar o debate entre Alfredo Varela e Souza Docca no *Jornal do Commercio*, Goycochêa escreveu a Duarte solicitando que a agremiação emitisse um

---

Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

<sup>516</sup> SILVA, Camila. Op. cit., 2012.

<sup>517</sup> Referência expressada pelo intelectual Gustavo Barroso, conforme abordaremos mais adiante.

<sup>518</sup> Parecer dos srs. Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do dr. Alfredo Varela. In: *Revista do IHGRGS*, IV Trimestre, Ano XIV. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934. BPERS.

parecer público desautorizando a tese separatista defendida na *História da Grande Revolução*. A carta foi publicada juntamente com o parecer que visava fixar a posição adotada pela comunidade de historiadores desta instituição. Na leitura do referido parecer fica patente a preocupação destes intelectuais em dissociar a imagem da instituição desta obra que, contraditoriamente, tinha o nome do IHGRGS estampado nos seus seis volumes:

[...] nesse trabalho, o dr. Alfredo Varela não só sustenta a these de que predominavam, entre os farroupilhas, idéas separatistas, como ainda a de uma decisiva influencia castelhana na gênese e evolução do movimento revolucionário de 1835. E porque, em debates públicos, se tenha affirmado que as alludidas theses do dr. Alfredo Varela, traduzem o pensamento desta casa, que estampou, sob os seus auspícios, o livro que as contem, o Instituto é solicitado a declarar si o facto de haver patrocinado a publicação da «História da Grande Revolução», implica na sua solidariedade aos pontos de vista emittidos e sustentados pelo autor, maximé no tocante ao “separatismo” e ao “platinismo”.<sup>519</sup>

Ao longo do texto, os historiadores tentam ressaltar o caráter imparcial das ações do Instituto, alegando não ser a função desta instituição enquadrar os estudos históricos “em orientação determinada e certa”. Neste sentido, enfatizam o respeito às opiniões individuais dos sócios do IHGRGS, exceto quando seus trabalhos “se revestem de uma improcedência manifesta, ou de uma documentação viciosa ou impropria”. Embora Azambuja e Rosa tenham tentado manter a cordialidade ao escolherem expressões como “ilustre sócio” e “profecto historiador” ao se referirem a Alfredo, o texto do parecer se traduz num verdadeiro manifesto para o banimento da obra deste historiador nos espaços de domínio da referida instituição:

[...] nenhuma dúvida pode existir, quanto á orientação do Instituto. Naquellas publicações, que envolvem a responsabilidade da casa; nas suas solemnidades comemorativas; na palavra de seus interpretes officiaes, o Instituto tem reiterada e systematicamente negado o seu apoio a essa opinião, esposada pelo dr. Alfredo Varela<sup>520</sup>.

*O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, analisado anteriormente, foi lançado na *Revista do IHGRGS* poucos meses após a divulgação deste parecer. Nele, Souza Docca criara um título para tratar exclusivamente do “Juízo dos historiadores” sobre a questão farroupilha. Neste tópico, o autor elabora uma espécie de revisão

---

<sup>519</sup> Ibid., p. 270.

<sup>520</sup> Id.

bibliográfica, onde são citadas inúmeras referências, tais como: Assis Brasil, Araripe, Levi Carneiro, Pandiá Calógeras, Salis Goulart, Borges Fortes, Walter Spalding, Alfredo Assumpção, Fernando Callage, Othelo Rosa, Alcides Bezerra, Alcides Maya, Aurélio Porto, Rubens de Barcelos, Virgílio Correia Filho, Borges de Medeiros, Castilhos Goycochêa, Eduardo Duarte, dentre outros. O federalismo e o patriotismo dos farrapos são elencados como pontos unânimes entre estes historiadores que, reunidos, reforçavam a brasilidade dos heróis farrapos. Alfredo Varela, representando a antítese deste projeto, fora excluído do rol dos historiadores da Revolução Farroupilha.<sup>521</sup>

Iniciativa semelhante foi realizada pelo historiador Herbert Canabarro Reichardt, na conferência realizada no IHGRGS, durante a programação da semana farroupilha de 1935. O texto proferido neste evento, *A literatura farroupilha no centenário*, foi veiculado pelo *Jornal do Commercio* – periódico que destinou considerável espaço a esta temática<sup>522</sup>. Reichardt elaborou um extenso arrolamento de estudiosos da guerra civil, apresentando e comentando alguns dos seus trabalhos. Com tom elogioso, reproduzira praticamente todos os nomes mencionados anteriormente por Souza Docca, sem nenhum outro acréscimo – exceto pelo trabalho de Alfredo Varela. A *História da Grande Revolução* entrara para o rol elaborado por Canabarro Reichardt, porém, não sem alguma ressalva. “Não é o momento para a sua crítica”, declarou o autor. Limitara-se a reproduzir um trecho do parecer assinado por Azambuja e Rosa, reiterando a recusa da “legitimidade” das conclusões de Alfredo Varela por parte do IHGRGS.

Walter Spalding era responsável pela seção *Nótulas Bibliográficas*, da Revista do IHGRGS. Na última edição daquele ano, o autor dedicou-se a escrever uma *Bibliografia Farroupilha*, composta por mais de 130 títulos. Nela, estava inclusa a referida obra, a qual Spalding qualificou como “parcial” e formada por “fragmentos de documentos” que visavam comprovar o separatismo<sup>523</sup>. Aos poucos a lista dos intelectuais autorizados a

---

<sup>521</sup> DOCCA, Emilio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. In: *Revista do IHGRGS*, II trimestre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935, p. 210-220. BPERS.

<sup>522</sup> REICHARDT, herbert. Canabarro. A literatura farroupilha no centenário. *Jornal do Commercio*, 22 de setembro de 1935, p. 5. Hemeroteca da BN.

<sup>523</sup> SPALDING, Walter. Bibliografia Farroupilha. In: *Revista do IHGRGS*, IV Trimestre, Ano XV. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935, p. 248. BPERS.

falarem sobre a Revolução Farroupilha ganhava contornos mais definidos, ao passo que Alfredo Varela, quando não excluído, encontrava-se às margens deste grupo.

Afeito a polêmicas, Alfredo Varela não acompanhou seu julgamento sem buscar formas de defender-se. Além das já tratadas discussões com Souza Docca, ele também emitira algumas provocações a Walter Spalding. Numa passagem do livro *O Solar Brasileiro*, chamou-o de o “devoto” de Docca, e afirmara:

[...] ‘spirito gentile’, num requinte de benevolência, que Lucifer invejaria, indagou mui dulçoroso, não há muito, na imprensa diária, **se de facto possuo os documentos que cito**. [...] Sem apontar um tópico suspeito, sem justificar a sua dúvida quanto a uma peça qualquer, o impávido cavalheirito desgruda os beiços, inundados de baba pegajosa e tihosa para tamanho assaque a um confrade ausente, impossibilitado de ministrar-lhe réplica imediata ou condigna represália!<sup>524</sup> (grifo nosso)

Infelizmente Alfredo não especificou o jornal no qual Spalding teria realizado tal questionamento sobre a propriedade das fontes por ele utilizadas. Também não encontramos esta publicação em nossas buscas. No entanto, chama a atenção os artifícios por ele empregados para a restauração do seu “eu” historiador, diante das críticas e dos julgamentos referentes ao método, às fontes e às teses presentes em sua obra. Nos livros *O Solar Brasileiro* e, especialmente, em *Res Avíta*, Varela publicara uma série de avaliações positivas sobre seu próprio trabalho. A preocupação em reunir e “guardar” os registros sobre sua trajetória enquanto historiador são reveladores da vontade deste indivíduo em estabelecer uma “imagem de si”. Visando compreendê-la, passaremos a observar alguns dos depoimentos e correspondências selecionados por Alfredo Varela.

Dentre as cartas escolhidas pelo autor, encontra-se a missiva enviada pelo economista e jurista português Anselmo Vieira<sup>525</sup>. Interessante sublinharmos que a

---

<sup>524</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 57.

<sup>525</sup> Anselmo Augusto Vieira exerceu mandato de deputado na “Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa”, entre os anos de 1901 e 1904. Foi professor de ciências econômicas e escritor de diversas obras, tais como: *A crise em Portugal*, conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa, em 1892; *Nunca mais!*, a propósito do conflito anglo-português; *Ao Paiz. Os impostos portugueses e as suas aplicações*; *A situação econômica de Portugal*; *A questão fiscal e as finanças portuguesas*; *Retalhos. Poesias várias, escritas entre 1899 e 1911*; dentre outras. Informações consultadas no site da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: [https://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe\\_DT.asp?I=1&ID=1018](https://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe_DT.asp?I=1&ID=1018). SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. 23 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917-1923.

transcrição desta peça é precedida de alguns comentários tecidos por Varela, a respeito da notabilidade do seu avaliador:

Orador muito aplaudido, economista de nota, jurisperito de grande autoridade, não só esses títulos o distinguem sobremodo, na mais alta êxedra literária de nossa raça. Além de rebrilhar nela como poeta mimoso, a sua pena em tudo sobressai.<sup>526</sup>

Tais elogios qualificavam o português – provavelmente desconhecido aos brasileiros – e, deste modo, valorizavam o parecer por este emitido sobre a *História da Grande Revolução*. Segundo Varela, sua obra representou para a “generosa alma” de Anselmo Vieira “uma glória da literatura brasileiro-lusitana”. De acordo com o autor, em missiva recebida em setembro de 1937, seu correspondente assim o definira:

Alfredo Varela, escritor fecundo de incontestado e incontestável mérito, temível polemista, que sabe transformar a pena em clava de Hércules, para contundir, quando é preciso, o adversário; pertence ao pugilo de publicistas que “deram a mentalidade brasileira uma alta sensação estética, nos vários ramos do saber humano”.<sup>527</sup>

Ainda segundo Varela, Anselmo teria destacado certas qualidades, tais como a “desabrida sinceridade”, a “despreocupada resolução de dizer a verdade” e a sua “limpeza na visão dos fatos”. Outro português mencionado pelo historiador foi Ricardo Jorge<sup>528</sup>, importante nome no universo científico do período. De acordo com Varela, o “verendo prócer lusitano” havia lhe dirigido uma carta, na qual exaltava “a exuberância extrema” da sua escrita: “afloram a cada passo as citações do erudito e o vocabulário solta-se como duma cornucópia mitológica, pujante, rico, vigoroso, próprio e duma rara castidade. Um estilista”. Enaltecia-se, assim, por receber tais elogios de um “talento poderoso e proteiforme”, a quem atribuía “tão variada e vasta cultura”<sup>529</sup>.

---

<sup>526</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 31-32.

<sup>527</sup> Ibid., p. 32.

<sup>528</sup> Ricardo de Almeida Jorge nasceu na cidade do Porto, em 1858 e formou-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto aos 21 anos. É apontado como importante referência na medicina higienista do início do século XX. Segundo Costa, foi um indivíduo “multifacetado”: “médico, cientista, higienista, hidrologista, ensaísta, polemista, crítico de arte, político, historiador da medicina e escritor dotado de vasta cultura, recai com toda a propriedade no rol daqueles personagens mitificados não só pelos contemporâneos, mas também pelos seus pares do universo médico”. COSTA, Rui Manuel Pinto. Sob o olhar da construção da memória: Ricardo Jorge na tribuna da história. *Revistas Cultura, Espaço e Memória*, n. 5. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Porto: CITCEM, 2014.

<sup>529</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 33.

Além destes indivíduos, com os quais Alfredo provavelmente teve contato no período em que exerceu a função de cônsul em Portugal, encontramos a presença de importantes figuras brasileiras, como Gustavo Barroso<sup>530</sup>. À época da publicação da *História da Grande Revolução*, Gustavo presidia a ABL (Academia Brasileira de Letras) – fato que Varela fizera questão de destacar junto às palavras que o “soberbo coetâneo” dedicara ao seu trabalho:

Este passeio lento por tão fortes páginas de história consente que eu aprecie melhor a importância do seu trabalho. Não sei nele o que mais admirar: se a **documentação exaustiva**, a largueza de vistas, a propriedade do conceito, se a firmeza, a masculinidade e a gravidade do estilo.<sup>531</sup> (grifo nosso)

No livro *Res Avíta*, Alfredo Varela reservara um capítulo às *Notas da Imprensa*, na qual o autor reuniu uma seleção de publicações sobre as suas obras. O primeiro parecer com o qual nos deparamos nesta seção foi escrito pelo renomado escritor João Batista Ribeiro<sup>532</sup>. Destacado intelectual, Ribeiro participava de importantes círculos intelectuais na década de 1930, tais como a ABL e o IHGB. Autor da coluna dedicada à crítica literária no *Jornal do Brasil*, João Ribeiro registrou sua impressão sobre os “seis alentados volumes” publicados por Alfredo Varela. Ao encontro do trecho destacado anteriormente, o crítico avaliara: “não há excesso nesse grande livro, cheio de factos, largamente documentados”. No seu veredito: “A História da Grande Revolução é um livro

---

<sup>530</sup> Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza, em 1888. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1911. Na capital federal, tornou-se redator do *Jornal do Commercio* e ingressou no Partido Republicano. Consagrou-se no campo das letras com a obra *Terra do sol: natureza e costumes do Ceará* (1912). Em 1923, foi eleito para a 19ª cadeira da ABL, instituição que dirigiu entre os anos de 1932 e 1933, e 1949 e 1950. COSTA FILHO, Cícero João da. Gustavo Barroso: um pensador católico, autoritário e racista brasileiro. In: XXIII Encontro Estadual de História: História por que e para quem?, 2016, São Paulo. *Anais do XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH/SP*. São Paulo: UNESP, 2016.

<sup>531</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 34.

<sup>532</sup> João Batista Ribeiro de Andrades Fernandes nasceu em Sergipe, no ano de 1860. Aos 20 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, onde formou-se em Direito, no ano de 1894. Segundo Rodrigues: “Na então capital do Brasil fez sua carreira e consolidou-se como um dos intelectuais mais respeitados, seja pela erudição, seja pela dedicação integral a crítica literária nos principais jornais do país, espaço de onde pronunciava suas ideias, acompanhava e julgava a composição artístico-intelectual e, muitas vezes, se envolvia em quiproquós intermináveis com intelectuais de sua geração”. RODRIGUES, Rogério Rosa. João Ribeiro e o cenário cultural brasileiro na Primeira República. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores, velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Florianópolis: UFSC/UFES, 2016.

digno de todas as bibliothecas brasileiras, onde terão os leitores tempo e os lazeres para a consulta e a proficua informação da nossa história contemporânea”.<sup>533</sup>

Em outro artigo, impresso no mesmo periódico, João Ribeiro retomara a avaliação daquela que, na sua opinião, constituía-se numa “obra densa e cheia de substância”<sup>534</sup>. Nesta oportunidade, ele iniciara o texto referindo-se ao historiador:

ALFREDO VARELA: O HISTORIADOR E O HOMEM — **Antes de escrever sobre história os homens deveriam fazer história.** Se Cesar tão bem descreveu a conquista das Gallias, foi porque a fez. Para interpretar, compreender, explicar as coisas, as modalidades, certos aspectos sutis, muitas vezes incompreensíveis, das Revoluções, é preciso ter combinado, concebido e dirigido algumas. É por isso que a obra (não é exagero qualificá-la de monumental) de Alfredo Varela — O Cyclo Farroupilha — se nos apresenta sob o aspecto de uma dupla autoridade: a da erudição, do vasto labor beneditino, do critério na interpretação dos documentos; e a do conhecimento do mecanismo imponderável das Revoluções, a equação pessoal dos indivíduos, desviando, modificando, transformando, pela audácia, pela coragem, pelo arrojo, pelas indomáveis qualidades dos heróis, a marcha natural dos acontecimentos.<sup>535</sup> (grifo nosso)

Esta descrição exprime uma outra faceta da imagem do historiador Alfredo Varela. Nesta visão, além dos atributos da pesquisa e da escrita, Varela destacava-se, também, porque fizera história. Esta questão nos remete à reflexão proposta por Oliveira, acerca das qualidades e competências atribuídas aos historiadores no Brasil oitocentista. Embora estejamos debruçados numa discussão ocorrida na primeira metade do século XX, não podemos perder de vista a tradição herdada do período anterior – no qual, inclusive, Alfredo Varela realizou a sua formação. De acordo com a análise da autora, a condição de agente histórico poderia ser considerada como uma credencial para habilitar um indivíduo à posição de historiador. Conforme Oliveira, a factibilidade da História era possível por dois caminhos: “o dos agentes que dispunham sobre a história que faziam, e o dos historiadores, que sobre ela dispunham quando a escreviam”<sup>536</sup>. Neste sentido, pela

---

<sup>533</sup> VARELA, Alfredo. *Res Avita*. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935, p. 536.

<sup>534</sup> *Ibid.*, p. 539

<sup>535</sup> *Id.*, p. 537-538.

<sup>536</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, vol. 30, n. 59, p. 37-52, 2010, São Paulo, p. 39.



definição apresentada por João Ribeiro, o historiador em questão parece enquadrar-se em ambas qualificações.

Outra peça inclusa em *Res Avíta* foi a carta enviada a Varela pelo escritor argentino Ricardo Rojas<sup>537</sup>. O texto desta correspondência foi transcrito no *Jornal do Commercio*, o que indica a repercussão desta obra. Na introdução da publicação, Alfredo foi lembrado como o “infatigável historiador”, autor de uma obra “monumental”<sup>538</sup>. A imagem de um historiador “incansável” esteve também presente em muitas cartas selecionadas por Alfredo, estando fortemente relacionada à tarefa de pesquisa documental. Exemplo disso foi a afirmação de Augusto Viveiros de Castro<sup>539</sup>, célebre membro do IHGB: “estava certo de que a sua obra havia de ser muito bem documentada”<sup>540</sup>. Em sentido semelhante, Mario de Vasconcellos<sup>541</sup> apontara Varela como o autor dos “mais conscienciosamente documentados trabalhos históricos” da época.<sup>542</sup>

Outro destaque realizado pelo autor foi o elogio recortado de uma missiva enviada pelo “talentoso e dadivoso” Baptista Pereira<sup>543</sup>, onde este exaltava o “seu incomparável material, as suas formidáveis pesquisas” e a sua “opulenta documentação”<sup>544</sup>. Benedicto

---

<sup>537</sup> Nascido em 1882, Ricardo Rojas, é proveniente de uma família pertencente à elite política e social argentina. Formou-se em Direito, mas se dedicou à docência secundária e universitária. À época em que recebeu os volumes da *História da Grande Revolução*, Ricardo Rojas era reitor da Universidade de Buenos Aires. Segundo Mailhe, Rojas desempenhou importante papel no conjunto de intelectuais que colaboraram com o Estado na construção de um discurso nacionalista. MAILHE, Alejandra. Ricardo Rojas: viaje al interior, la cultura popular y el inconsciente. *Anclajes*, vol. XXI, n. 1, 2017, p. 21-42.

<sup>538</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 543.

<sup>539</sup> O maranhense Augusto Olímpio Viveiros de Castro nasceu em 1867. Seu pai foi presidente da província do Maranhão entre os anos de 1870 e 1875. Concluiu o curso superior na Faculdade de Direito do Recife, em 1888, e a partir de então dedicou-se à advocacia. Em 1907, foi eleito sócio correspondente do IHGB, passando à posição de honorário, em 1914. Dentre suas publicações, estão: *O Fico*, na *Revista do IHGB* (1922); *Os franciscanos no Maranhão* (1923); *História tributária do Brasil*, na *Revista do IHGB*; e ainda *A Independência no Maranhão*.

<sup>540</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 200.

<sup>541</sup> Mario de Vasconcellos foi servidor do Estado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Escreveu os seguintes livros: *Motivos de História Diplomática do Brasil* (1930); *O Itamaraty e o Barão* (1943); e *O Barão do Rio Branco* (1954).

<sup>542</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 202.

<sup>543</sup> O sul-rio-grandense Antônio Baptista Pereira nasceu em 1880. Rubens de Azevedo o classificou como “um dos mais ilustres intelectuais” da sua época. Recomendado ao barão de Rio Branco, ingressou na carreira diplomática como cônsul na Embaixada em Haia. AZEVEDO, Rubens de. O Centenário de Baptista Pereira. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Vol. 105, Fortaleza, p. 331-333, 1991.

<sup>544</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 202.

Costa<sup>545</sup>, por sua vez, sublinhara o “tão profundo trabalho, onde são límpidas e copiosas as fontes de erudição”<sup>546</sup>, ao analisar a *História da Grande Revolução*. Afonso Taunay<sup>547</sup>, tendo recebido os volumes desta obra, lhe escrevera: “Passei a manhã toda a examiná-la, dela tendo colhido profunda impressão. Que labor formidável, que empenho em cingir-se às fontes documentaes o sr. teve! Que massa enorme de elementos inéditos!”<sup>548</sup> Já Silva Marques<sup>549</sup> afirmara que a origem republicana da Revolução Farroupilha ficava evidente “à luz de documentos irrecusáveis”<sup>550</sup>, expostos neste estudo.

Para o historiador uruguaio Setembrino Pereda<sup>551</sup>, os cultuadores da literatura histórica “deveriam agradecer a valiosa contribuição” de Varela. Este, ressaltara o elogio de Pereda pela exibição dos “documentos ainda insuficientemente divulgados e em boa parte desconhecidos”<sup>552</sup>, até a publicação da *História da Grande Revolução*. João Grave<sup>553</sup>, outro português elencado pelo autor, o parabenizara pela “busca paciente dos

---

<sup>545</sup> Benedicto Costa nasceu em 1895, em Macaé/RJ. Formou-se em Direito, no ano de 1916, tendo advogado na capital federal até 1920. Participou da campanha eleitoral de Rui Barbosa e, posteriormente, da Revolução Constitucionalista de 1932. Além de advogado, foi jornalista, Ministro da Justiça e Deputado Federal. COSTA NETO, BENEDICTO. Verbete. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

<sup>546</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 204.

<sup>547</sup> Afonso Taunay era filho do Visconde de Taunay, membro de tradicional família francesa, que chegou ao Brasil quando o pintor Nicolas-Antoine Taunay chegou no Rio de Janeiro, na missão francesa de 1816. Formou-se em Engenharia Civil, mas acabou inclinando-se para a área da História. Foi diretor do Museu Paulista entre 1917 e 1945, marcando a trajetória desta instituição ao conduzir o seu foco da história natural para a história num sentido mais amplo. Sobre a sua atuação no campo historiográfico, consultar: ARAUJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2006.

<sup>548</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 210.

<sup>549</sup> Antônio Pedro da Silva Marques nasceu em Laranjeiras/SE, em 1854. Como Varela, formou-se em Direito na Faculdade de Recife, porém alguns anos antes, em 1877. Foi deputado provincial, promotor público, juiz municipal, e em 1899 foi eleito vice-presidente de Pernambuco. Aposentou-se como desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, em 1906. MARQUES, Antônio. Verbete. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

<sup>550</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 207.

<sup>551</sup> O historiador publicou: PEREDA, Setembrino E. *Garibaldi en el Uruguay*. 3 tomos. Montevideo: Imprensa El Siglo Ilustrado, 1914-1916.

<sup>552</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 208.

<sup>553</sup> O poeta e jornalista português, João Grave, nasceu em 1872. Apesar da formação em Farmácia, dedicou-se a carreira literária, integrando a escola naturalista. No período em que Alfredo Varela residiu em Portugal, João era diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Na década de 1920 contribuiu para o periódico carioca *Correio da Manhã*. Como exemplo, podemos citar: GRAVE, João. O perfil do novo presidente da Republica Portuguesa. *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1923, Rio de Janeiro, p. 1. Hemeroteca da BN.

documentos”, com os quais, segundo ele, o historiador “esgotou o assunto” da guerra civil farroupilha<sup>554</sup>.

No mesmo sentido, José Francisco da Rocha Pombo<sup>555</sup> indagara: “Como é possível que numa só existência se consiga reunir esta massa colossal de documentos inéditos?”<sup>556</sup>. No jornal *Correio da Manhã*, Rocha Pombo publicara o artigo intitulado “Um grande historiador”, por meio do qual exaltara a figura de Varela, o comparando com grandes nomes da época: “O dr. Alfredo Varela só ficará no seu lugar ao lado de Southey e de Varnhagen, pelo caráter original da sua obra, toda fundada, em testemunhos diretos”. Na sua percepção este historiador “escreveu história onde história não havia”<sup>557</sup>, fator que, no seu julgamento, devia-se à ausência de cronistas na parte sul do país:

Por lá parece que os heroes ou as figuras se preocupavam mais com os factos do que com o registro deles. Ou então que os acontecimentos eram tão profusos e corriam tão rapidamente que não deixavam tempo para medita-los e senti-los. É por isso que a história regional do Sul se tornou muito mais difícil. Tinha o historiador de coligir, em várias fontes, ordenar e coser toda a documentação esparsa para formar a trama histórica.<sup>558</sup>

Assim, Rocha Pombo valoriza ainda mais o trabalho do seu colega historiador ao construir a “obra completa” da epopeia farrapa:

Levou este homem cerca de cinquenta annos a preparar-se de material para erguer **o monumento que entra em nosso patrimônio histórico**. Não se pode ter uma idéa da massa colossal que conseguiu ele reunir de informações de toda ordem, a maior parte inéditas. Não creio que possua alguém, nem mesmo archivo algum no paiz, tão farta e valiosa coleção de **documentos originaes** sobre a nossa acidentada vida naquela porção do Brasil.<sup>559</sup> (grifo nosso)

---

<sup>554</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 546.

<sup>555</sup> José Francisco da Rocha Pombo nasceu no Paraná, em 1857. Iniciou sua carreira como professor aos 18 anos e aos 22 fundou *O Povo*, primeiro jornal da cidade de Morretes. Em 1880 mudou-se para Curitiba, onde criou o periódico *Echo dos Campos*, e colaborou no *Diário Popular* e *O Paraná*. Residindo há três anos no Rio de Janeiro, em 1900 publicou o *Compêndio de História da América* – obra que deu início a sua produção como historiador e autor de materiais didáticos. Para uma análise da sua obra: PEDRO, Alessandra. *A educação como ideal: a obra histórica e didática de Rocha Pombo (1900-1933)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

<sup>556</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 297.

<sup>557</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 550.

<sup>558</sup> Ibid.

<sup>559</sup> Id.

Outras descrições escolhidas por Alfredo Varela para compor *O Solar Brasilico e Res Avíta* o favoreciam, tais como a “imparcialidade”, apontada por Viveiros de Castro<sup>560</sup>; ou o “culto pela verdade”, destacado por João Grave<sup>561</sup>. Esta seleção demonstra a preocupação de Varela em reter os registros da sua trajetória de historiador, formando o suporte para uma espécie de “arquivo de si”<sup>562</sup>. Estes recortes cuidadosamente reunidos qualificavam positivamente a sua imagem de historiador, contrapondo-se aos julgamentos realizados pelos intelectuais do IHGRGS.

Não avançaremos, contudo, para uma análise de todos os aspectos presentes neste “arquivo de si”. Interessa-nos, especialmente, destacar o lugar do conjunto estudado na imagem deste historiador. Expressões como “meu arquivo” ou “arquivo do autor” são recorrentes no texto de *Revoluções Cisplatinas e História da Grande Revolução*. Em diversas passagens o historiador ufanara-se da “documentação ignota” com a qual escreveu sua obra. Sem eufemismos, o autor classificara o seu trabalho como um marco na historiografia da Revolução Farroupilha, destacando a presença dos documentos do seu arquivo:

Ora bem, *si parva licet*, comparai o que existia, em nossa literatura, das tradições acerca da Epopeia Farrapa, antes e depois das minhas pesquisas. Abraçando o magno sucesso de nossas crônicas, nada mais tínhamos que o magro ensaio de Araripe, a GUERRA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL; monografia de paupérrima notícia, que apareceu em um dos ns. da “Revista do Instituto”. Seguiu-se-lhe, na ordem dos tempos, abrangendo a totalidade dessa áurea fase, o que? A HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, obra de grande formato, 6 massivos tomos, de mais de 500 páginas cada um, recheia de documentos, em que o leitor assiste a vero “massacre de verdades pretéritas”, hoje, amanhã.<sup>563</sup> (grifo no original)

---

<sup>560</sup> Id., p. 201.

<sup>561</sup> Id., p. 545.

<sup>562</sup> Esta expressão nos remete às reflexões de McKemmish sobre as “provas de si”, resultado do ímpeto humano em registrar os rastros do seu percurso – “partes indispensáveis à continuidade de suas histórias pessoais”. Conforme a autora: “A produção e manutenção de registros pessoais é um tipo de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorializar nossas vidas individuais e coletivas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo. MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joëlle; TRAVANCAS, Isabel. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 20; 23.

<sup>563</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 11.

A coleção que através de Abrilina Caçapavana de Almeida chegou as suas mãos dotava de autenticidade o seu trabalho, conferindo-lhe autoridade sobre o tema que perseguia desde jovem – como sempre procurou salientar. Conforme observa Lopes, “quem detém o objeto de coleção que incita a discussão geralmente evoca atributos como propriedade e autenticidade para delimitar a consistência e a legitimidade de uma memória correspondente ao mesmo”<sup>564</sup>. Ao encontro desta visão, notamos que o domínio destas fontes foi importante elemento mobilizado pelo autor na defesa e na projeção da sua imagem no campo intelectual. Exemplo disso pode ser observado na carta enviada a Darcy Azambuja, na qual Alfredo Varela busca argumentar as críticas a ele dirigidas por Souza Docca no *Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha*. Notadamente preocupado com a sua posição diante dos seus pares, Alfredo declarou ter apoiado sua narrativa em “provas indismontáveis”. Neste sentido, afirmara: “Cito uma por uma as fontes corroborativas de minhas conclusões ou reflexões; arrazoado a que o coronel Docca me contrapõe o dele, inepto, frívolo, sem base alguma na tradição”<sup>565</sup>.

Deste modo, podemos perceber que é por meio da oposição com Souza Docca que Varela tentara situar sua autoimagem de historiador. Assim, na mesma medida em que Alfredo buscava legitimar a sua obra ressaltando o volume de documentos citados, procurava desqualificar o trabalho do seu antagonista alegando a ausência de fontes. Este recurso foi também empregado no debate ocorrido no *Jornal do Commercio*. Em um dos seus artigos, Varela confrontara as suas “documentadíssimas páginas” com as “2 escassas, magras sofisticantes, desalinhas colunas”<sup>566</sup> escritas por Docca. Comparação semelhante fora apresentada pelo autor em *Res Avíta*, ao afirmar:

[...] que grotesca miséria representa a sabença histórica de Emilio de Sousa Docca, sobre o áureo decennio immortal. Nada sabe, já o pregoei e torno a pregoa-lo, em letras mais conspícuas e vistosas: NADA, NADA! O que tem estampado, repito igualmente, constitui mera compilação, ou á minha custa ou á custa de outrem, pois que o nosso homem, **sobre não possuir um archivo prestadio e não saber frequentar os alheios**, não fez até hoje pesquisa alguma que sabedores arrolem no catalogo das suas.<sup>567</sup> (grifo nosso)

<sup>564</sup> LOPES, José Rogério. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 139.

<sup>565</sup> *Ibid.*, p. 34-35.

<sup>566</sup> VARELA, Alfredo. Crítica de escada abaixo, V – O MYTHO DA PAMPA. *Jornal do Commercio*, 18 de fevereiro de 1934, Rio de Janeiro, p. 9-10. Hemeroteca da BN.

<sup>567</sup> VARELA, Alfredo. *Op. cit.*, 1935, p. 282-283.

Neste mesmo livro, Varela acusa Souza Docca de ter utilizado documentação do “arquivo de Almeida”, por ele transcrita em *Revoluções Cisplatinas*, e exclama: “arquivo que nunca viu e que passou inteirinho á minha propriedade!”<sup>568</sup>. Assim, ao seu extenso arquivo e a sua jornada de cinquenta anos de pesquisa, Varela contrapunha a figura de Docca que, ao seu ver, era “novatíssimo no estudo” do “áureo decennio”<sup>569</sup>. Desta forma, comumente Varela se referia ao seu censor utilizando termos pejorativos, tais como o “mui noviço aprendiz”<sup>570</sup> ou o “príncipe das nossas letras”<sup>571</sup>. Tal caracterização do seu oponente contrastava com a imagem que Alfredo cultivava sobre seu próprio trabalho, isto é, o resultado do “maduro fruto de tantos labores” e do “máximo rigor científico”<sup>572</sup>.

Enfim, Alfredo Varela, ao que tudo indica, almejava exatamente aquilo que afirmara ser a busca de Emilio Souza Docca: o posto de Tito Lívio da Revolução Farroupilha. Em carta dirigida a Darcy Azambuja, o historiador desabafara:

Do que não posso fugir, perdoe-me o insigne compatriota, é de salientar que, se não cacólatra, é vítima de cacotimia fatal [Docca]. Incavernou-se-lhe no cérebro, a estulta persuasão de que pode ser o Tito Lívio da atualidade. E como “a tolice é contagiosa”, difundiu-se o achaque do conspícuo militar, paredes adentro do Instituto gaúcho, Exmo., havendo nele quem eleve trivialzinho, a mero luciferário entre seus iguais na insipiência, à categoria de “maior sabedor de nossa história!!!”<sup>573</sup>

Em carta remetida a Oswaldo Aranha, Varela afirmara ter feito tanto quanto pode, da adolescência até a velhice, “para que pena mais destra” completasse a tarefa de escrever a história da epopeia farroupilha<sup>574</sup>. Esta narrativa coerente sobre a sua trajetória intelectual e o seu genuíno interesse pela guerra civil de 1835 indica, afinal, a expectativa nutrida por Alfredo em ser reconhecido como autoridade nesta temática. Contudo, a esperada notoriedade foi fortemente ofuscada, como vimos, pela resistência às suas teses no círculo de historiadores do IHGRGS. No entanto, cabe ainda observarmos o lugar desta

---

<sup>568</sup> Ibid., p. 148.

<sup>569</sup> Id., p. 297.

<sup>570</sup> Id., p. 106.

<sup>571</sup> Id., p. 138.

<sup>572</sup> Id., p. 106-107.

<sup>573</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 36.

<sup>574</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1933, vol. 5, p. 503.

coleção de documentos nas celebrações do Centenário Farroupilha e a sua influência na possível inserção deste historiador no programa comemorativo.

## CAPÍTULO 5

---

### *A transição da Coleção Varela para o domínio público*

O último capítulo da tese aborda o processo de transmissão da Coleção Varela para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Embora a patrimonialização deste conjunto tenha se efetivado em 1936, as discussões sobre a sua doação remetem ao período no qual ocorreram as celebrações em homenagem aos cem anos da Revolução Farroupilha. A fim de compreendermos este cenário, iniciaremos esta seção contextualizando os projetos que constituíram a agenda comemorativa do Centenário Farroupilha. Em seguida, traçaremos um breve quadro das ações realizadas pelo Museu e Arquivo Histórico Júlio de Castilhos para a formação de um acervo documental especializado na guerra civil de 1835. Para tanto, utilizaremos a documentação administrativa produzida por esta instituição, incluindo ofícios, relatórios, regulamentos, dentre outros.

Por fim, analisaremos as disputas que marcaram a transição deste arquivo do domínio privado para o público. Neste momento, retomaremos o material registrado por Alfredo Varela nas obras *Res Avíta* e *O Solar Brasílico*. As cartas transcritas nestes livros, somadas às correspondências mapeadas no acervo do Museu Júlio de Castilhos, possibilitam o acesso às disputas e aos interesses que interferiram nas negociações que resultaram na doação da coleção.

#### **5.1 As comemorações do Centenário Farroupilha**

*A meia noite de ontem, pontualmente, as sirenes dos jornais locais rasgaram o silêncio da noite com o seu grito sibilante anunciando o início do dia que assinala a passagem do centenário da epopeia gloriosa dos farrapos, que insculpiu em letras de ouro a página mais gloriosa da nossa história, e que constituiu a mais empolgante demonstração de ardor cívico e o mais sublime e eloqüente exemplo de amor a liberdade. [...] E hoje em todos os recantos da gleba gaúcha, não haverá, por certo, nem um coração que deixe de palpitar mais apressado na reminiscência daquela época de pugnacidade romântica, dos feitos dramáticos dos dias luminosos de setembro de 35, e*



*em que os heróis farroupilhas culminaram na audácia e no desprendimento que immortalizaram a raça*<sup>575</sup>.

As atividades em homenagem ao Centenário Farroupilha envolveram diversos setores da sociedade sul-rio-grandense. O ano de 1935 foi marcado por uma agenda comemorativa que incluiu desde desfiles cívicos até o Campeonato Farroupilha de Futebol. A grande atração desta efeméride foi, provavelmente, a Exposição do Centenário Farroupilha, evento que transformou a antiga “Várzea do Portão” no Parque da Redenção<sup>576</sup>. Conforme o relatório apresentado ao Governador Flores da Cunha (anexo 08), durante o preparo do local foram realizados “aterros, escavações, drenagem, aberturas de avenidas, calçamentos” que visavam o “embelezamento da Varzea”<sup>577</sup>. Na imagem abaixo, temos um exemplo do investimento na transformação do espaço urbano, visando transmitir a imagem de modernidade.

O espaço abrigou sete pavilhões temáticos, dentre outras construções, que ao todo custaram 2.093:572\$800<sup>578</sup>. Segundo o relatório citado, mais de um milhão de pessoas visitaram a Exposição, que contou com 3.122 expositores<sup>579</sup>. A montagem dos pavilhões e estandes, e a participação dos estados brasileiros foram diariamente noticiadas pela imprensa porto-alegrense. Anúncios publicitários divulgavam produtos e serviços para a ocasião da Exposição, e notas assinadas pelo prefeito Alberto Bins convidavam a população à visita. Nos jornais, poesias e crônicas celebravam o passado farroupilha, e edições especiais dedicavam-se a contar a história da “gloriosa epopéia”, por meio da escrita e da imagem.

---

<sup>575</sup> O Rio Grande, vibrante de entusiasmo cívico assiste à passagem da data máxima do centenário da sua história. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, p. 5.

<sup>576</sup> Para uma análise da arquitetura da Exposição do Centenário Farroupilha, consultar: MACHADO, Nara Helena Naumann. 1990. *A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.

<sup>577</sup> RELATÓRIO sobre a Exposição Farroupilha apresentado pelo Comissário Geral Major Alberto Bins ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936, p.11.

<sup>578</sup> RELATÓRIO sobre a Exposição Farroupilha apresentado pelo Comissário Geral Major Alberto Bins ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936, p.34.

<sup>579</sup> Id., p. 26.



*Figura 1 Pórtico Monumental da Exposição do Centenário Farroupilha (Acervo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS).*

As longas edições comemorativas foram escritas por intelectuais como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Fernando Callage, Fernando Luís Osório Filho, Dante de Laytano e Othelo Rosa<sup>580</sup>. Estes são apenas alguns dos membros do IHGRGS que atuaram nas comemorações do centenário para além dos muros da instituição. O próprio Instituto ocupou um papel de destaque nas celebrações de 1935, tendo participado do Comissariado Geral da Exposição do Centenário Farroupilha, ao lado dos representantes do governo do Estado do Rio Grande do Sul, da FARSUL e do Centro da Indústria Fabril<sup>581</sup>.

Desde 1933 as atenções do IHGRGS voltaram-se para as celebrações do centenário da guerra civil. Em reunião realizada em abril daquele ano, foi decidido solicitar ao governo estadual “dignar-se a destinar uma verba especial de auxílio extraordinário ao Instituto para os serviços da comemoração, auxílio este a ser prestado desde o corrente

---

<sup>580</sup> Em nosso estudo de mestrado analisamos a narrativa comemorativa publicada nos periódicos de Porto Alegre SILVA, Camila. Op. cit., 2012.

<sup>581</sup> Sobre o papel do IHGRGS nas comemorações do Centenário Farroupilha, consultar: MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2015.

ano”<sup>582</sup>. A partir de um relatório das propostas para o programa comemorativo, elaborado por Othelo Rosa, foi discutido e votado pelos membros do instituto os seguintes itens:

a) realização de um Congresso de História sul-rio-grandense a instalar-se em Porto Alegre a vinte de setembro de mil novecentos e trinta e cinco. À Comissão de História foi cometida a organização das teses, para o que lhe foi fixado o prazo de dois meses; b) edição especial comemorativa do hino da república, com a fixação da letra verdadeira do mesmo; c) organização, nesta capital, de uma exposição de documentos históricos e objetos da época, inclusive os de uso das forças em operações; d) construção de uma ponte sobre o rio Piratini a fim de dar acesso à histórica vila desse nome, a cuja ponte se daria o nome de “Vinte de Setembro”; e) sugerir ao governo do estado a aquisição do prédio onde esteve instalado o governo da república, em Piratini, a fim de conservá-lo como relíquia histórica, destinando-o ao funcionamento de uma escola; f) conveniente adaptação da toponímia geográfica e urbana à glorificação dos principais vultos da grande revolução, conforme sugeriu o dr. Alfredo Varela, de modo a serem inauguradas as modificações no dia 20 de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, para o que o Instituto se dirigirá, oportunamente, ao governo do Estado e às municipalidades.<sup>583</sup>

Na exposição realizada no Parque Farroupilha, o IHGRGS foi responsável pela criação do Pavilhão Cultural (anexo 09), cuja direção foi delegada ao historiador Walter Spalding. Organizado na recém construída Escola General Flores da Cunha, o pavilhão foi dividido em treze seções, dentre as quais estavam as denominadas “História Natural”, “Instrução Pública e Particular”, “Ciencias, Letras e Artes”, e “Archivos particulares”<sup>584</sup>. Ao Departamento de História Nacional do MJC, coube a organização dos documentos do Arquivo Histórico. Conforme Alcides Maya<sup>585</sup>, diretor do museu, foram expostos no Pavilhão Cultural: “Quadros históricos, mapas, documentos avulsos, exemplares das

<sup>582</sup> Ata da 16ª sessão de diretoria, 11/04/1933. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV Trimestre. Ano XIII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933, p. 295-297.

<sup>583</sup> Ata da 18ª sessão de diretoria, 25/04/1933. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV Trimestre. Ano XIII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933, p. 299-300.

<sup>584</sup> RELATÓRIO sobre a Exposição Farroupilha apresentado pelo Comissário Geral Major Alberto Bins ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936, p.23-24.

<sup>585</sup> Alcides de Castilhos Maya nasceu em São Gabriel, em 1878. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandonou o curso e desenvolveu sua carreira profissional como jornalista e escritor romancista. Membro do PRR, exerceu o cargo de deputado federal, entre 1918 e 1921. Foi nomeado diretor da repartição do APERS, em 1924. Em 1925 assumiu a direção do MJC, posição ocupada até 1940. ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo*. Alcides Maya (1877- 1944). Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

edições fac-similadas dos jornais ‘O Povo’, ‘O Mensageiro’, ‘O Americano’, e a ‘Estrela do Sul’”.<sup>586</sup>

No relatório referente ao ano de 1935, Alcides Maia reservou um tópico específico para destacar a participação do museu nas efemérides do centenário. Podemos notar, na leitura do mesmo, a preocupação em reparar o apagamento da imagem da instituição, exaltando a sua importância na exposição. Segundo o diretor, os documentos “re-editados por este departamento, ali, se exibiram e serviram para elevar bem alto o nome do Arquivo Histórico do Estado, tão injustamente desconhecido de nossos homens de letras”<sup>587</sup>. Deste modo, é interessante refletirmos não apenas sobre o papel das instituições na guarda dos conjuntos documentais, como também no lugar do arquivo no fortalecimento das mesmas – questão que será debatida no próximo tópico deste capítulo.

Cabe ainda ressaltarmos que foi neste contexto que o IHGRGS realizou o *I Congresso de História Nacional*, cujos resultados foram publicados no ano de 1936.<sup>588</sup> Em 1934 iniciaram os preparativos do evento, tendo sido estabelecida uma comissão formada por João Maia, Othelo Rosa e Darcy Azambuja, responsáveis pela definição dos temas orientadores das teses que seriam apresentadas<sup>589</sup>. Ao todo, o congresso abarcou 37 teses, divididas em cinco sessões temáticas, sendo elas: “Formação do Rio Grande do Sul”, “História Política”; “História Militar”; “Administração e Economia”; e “Ciência, Letras e Artes”<sup>590</sup>.

Tais teses foram submetidas à avaliação dos congressistas e, dentre os autores que tiveram seus trabalhos aprovados, encontram-se nomes como os de Dante de Laytano, Aurélio Porto e Walter Spalding. Como demonstra a pesquisa de Martins, estes foram alguns dos intelectuais atraídos para a órbita do IHGRGS na ocasião do centenário. Este

---

<sup>586</sup> RELATÓRIO apresentado ao Secretário de Educação pelo diretor do Museu Júlio de Castilhos, 19/06/1936, p. 2. Ofícios expedidos (1933-1936), p. 320.

<sup>587</sup> Id.

<sup>588</sup> Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936.

<sup>589</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III Trimestre. Ano XIV. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1934, p. 162-165.

<sup>590</sup> Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936, p 25-28.

evento marcou “o início do apogeu da autoridade histórica do IHGRGS”<sup>591</sup>, propiciando um ambiente favorável para o desenvolvimento das carreiras dos seus membros. A estes historiadores foi reservada, então, a incumbência de realizarem uma releitura oficial do passado farroupilha – como observamos no capítulo anterior.

A produção de uma escrita sobre este episódio não pode, contudo, ser compreendida de forma isolada da construção do passado operado no âmbito nacional. De acordo com Gomes, durante as primeiras décadas do século XX estabeleceram-se novos parâmetros sobre a forma de narrar a história da nação<sup>592</sup>. O desapontamento em relação à Primeira República e as esperanças depositadas na Revolução de 1930 apresentaram novas questões para a legitimação do regime que se pretendia instaurar. Ao historiador do IHGB coube, portanto, a tarefa de erguer um “passado comum” à nação, visando criar um “sentimento de patriotismo” e uma “consciência coletiva”<sup>593</sup>.

O projeto de nacionalização do governo getulista, para além da política, no sentido mais estrito do termo, teve repercussões em diversos setores da sociedade brasileira. Sem dúvida, os intelectuais – especialmente aqueles vinculados ao IHGB, e, na região sul, ao IHGRGS – tiveram papel fundamental na tentativa de criação de uma unidade nacional, contribuindo para a escrita de um passado coeso para a pretendida nação. No Rio Grande do Sul, a construção de uma identidade regional mediante a emergência do nacionalismo, foi marcada pela afirmação do seu pertencimento à nação. Assim, os historiadores da congênera sulina tinham a missão de habilitar a memória de um passado marcado pela dissensão política, para a sua comemoração em 1935. Tal tarefa exigia, portanto, a reunião de documentos que, como a escrita da história, seriam objeto de disputa pela memória farroupilha.

---

<sup>591</sup> MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2015, p. 143.

<sup>592</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 24.

<sup>593</sup> Ibid.

## 5.2 A busca por documentos da Revolução Farroupilha

*Não deixava de ser curioso a gente ver a História no momento em que ela estava sendo feita! Dali a cem anos, como iriam os historiadores descrever aquela guerra civil?*<sup>594</sup>

Nesta passagem de *O Continente*, Padre Lara, um dos célebres personagens de Erico Veríssimo, lança um questionamento para aqueles que, passados cem anos, escreveriam a história da guerra dos farrapos, por ele testemunhada. Se confrontados com esta indagação, como teriam respondido os historiadores da Revolução Farroupilha, em 1935? Podemos crer que, independente das divergências, havia uma preocupação em comum na escrita da história deste evento para aqueles intelectuais: os documentos. Neste sentido, nesta seção buscamos compreender como ocorreu a busca pelos documentos que testemunharam o decênio farrapo, a partir da análise de algumas ações realizadas pelo AHRS.

Arquivos, como lembra Assmann, “são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externo” da memória econômica e da administração<sup>595</sup>. Dentro desta perspectiva é que surge, em 1848, a primeira iniciativa para a formação de um arquivo público no Rio Grande do Sul.<sup>596</sup> Contudo, com pouco mais de dois anos de funcionamento, o Arquivo Provincial foi extinto, ficando autorizada a remoção dos seus documentos, “para o estabelecimento que melhor convier”<sup>597</sup>. A curta duração desta instituição foi justificada no Relatório do Presidente da Província pela já existência de um arquivo criado pelo governo Imperial<sup>598</sup>, e argumenta: “A coleção e guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos, pode ser feita na Secretaria do

<sup>594</sup> VERÍSSIMO, Erico. *O Continente*, v. 1. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 349.

<sup>595</sup> ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 367.

<sup>596</sup> Lei nº. 150, de 5 de agosto de 1848. SPINELLI, Teniza (org.). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições, 2005, p. 87.

<sup>597</sup> Lei nº. 199, de 5 de dezembro de 1850. Id., p. 87.

<sup>598</sup> Trata-se do ANRJ, criado pelo Regulamento de 2 de janeiro de 1830. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1850, p. 8. Hemeroteca da BN.

Governo, em lugar especial do seu Archivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspeção do Secretário da Presidência, sem despesa alguma”.<sup>599</sup>

Passados quase sessenta anos, o projeto de um arquivo regional foi retomado, com a fundação do APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul), em 1906<sup>600</sup>. Juntamente com o MJC, criado em 1903<sup>601</sup>, o arquivo compunha o aparato governamental dedicado à gestão da memória. O surgimento destas instituições estava inserido num contexto de reorganização da estrutura estatal, na qual foram investidos recursos na ampliação e no fortalecimento das instituições públicas. No que tange aos órgãos citados, devemos lembrar que o seu surgimento estava atrelado a necessidade da elite política republicana em constituir um lugar para disciplinar e controlar a história local, conforme demonstra Nedel<sup>602</sup>.

Esta questão pode ser observada no direcionamento dado pelo primeiro regulamento do arquivo. Este previa a guarda de documentos ligados à trajetória do PRR, tais como a coleção do jornal *A Federação*; relativos à Propaganda Republicana; outros referentes ao governador Júlio de Castilhos e ao seu arquivo político; além de proclamações e ordens do dia das forças republicanas<sup>603</sup>. Podemos observar que, dentre outras funções, esta instituição destinava-se a arquivar o próprio tempo presente em questão, constituindo um suporte material para a memória do governo republicano – problemática que merece um estudo aprofundado.

A Revolução Farroupilha, mito fundador da identidade republicana, não passou despercebida neste regulamento, que designava a conservação de “originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação”<sup>604</sup>. Como vimos na primeira parte da tese, desde a segunda metade do século XIX surgiram os primeiros indícios de uma busca por testemunhos materiais da “epopeia farrapa”. Lazzari, ao se debruçar sobre a experiência dos letrados sul-rio-grandenses,

---

<sup>599</sup> Id.

<sup>600</sup> Decreto nº. 876, de 8 de março de 1906. SPINELLI, Teniza (org.). Op. cit., p. 88-100.

<sup>601</sup> Decreto nº. 589, de 30 de janeiro de 1903. Id., p. 82-86.

<sup>602</sup> NEDEL, Letícia Borges. Op. cit., p. 63.

<sup>603</sup> SPINELLI, Teniza (org.). Op. cit., p. 89-90.

<sup>604</sup> Id., p. 90.

salienta o uso da memória e dos símbolos ligados à guerra civil farroupilha por intelectuais políticos, ligados ao PRR. De acordo com o autor:

A experiência da extinta República Rio-grandense oferecia aos partidários da "idéia nova" um marco fundador, uma história e uma tradição inventada às quais ancorar sua causa, ainda que aquela geração não dispusesse de estudos específicos sobre o período e **pouco conheceria daquele tempo além de fragmentos disponíveis em documentos esparsos e na transmissão oral**. [...] Além da tarefa de tomar pública e divulgar a memória dos heróis e seus ideais por estes meios, os militantes do partido que se organizava nas décadas de 1870 e 1880 depararam-se com o desafio de elaborar uma história escrita e organizar uma narrativa possível de ser amplamente divulgada pela imprensa.<sup>605</sup> (grifo nosso)

Com o decreto nº. 1.994 de 27 de junho de 1913<sup>606</sup>, o Arquivo Público passa por uma reestruturação que, dentre outras medidas, cria a sua 2ª seção, reservada a guarda e a catalogação de documentos históricos. Assim, os documentos com esta classificação, previstos no regulamento desde a sua primeira versão, passaram a ser responsabilidade e foram alocados nesta repartição. Outro ponto importante nesta transformação diz respeito a publicação das memórias históricas. Prevista desde a criação do arquivo, esta função passa, a partir de então, a ser periódica:

Art. 30 – Organizados definitivamente os trabalhos do Arquivo Público, iniciará este a publicação periódica de memórias históricas sobre o Rio Grande do Sul.

[...]

Art. 32 – As memórias compreenderão a publicação dos documentos existentes, não reservados, relativos à história e geografia do Estado, seus servidores, etc.

Art. 33 – As memórias publicarão também índices dos catálogos feitos e conterão os efemérides sociais e políticos do Rio Grande.<sup>607</sup>

A nova legislação previa, ainda, novos recursos para o Arquivo Histórico. Com a setorização deste órgão, novos cargos foram criados, como o de Chefe da Seção e o de Primeiro Oficial, o que ocasionou maiores investimentos nesta instituição. Observando as planilhas de despesa do arquivo, notamos que o valor anual de 7:256\$000, vigente até o ano de 1913, aumentou para 12:000\$000, após tais alterações<sup>608</sup>.

<sup>605</sup> LAZZARI, Alexandre. Op. cit., p. 179.

<sup>606</sup> SPINELLI, Teniza (org.). Op. cit., 101.

<sup>607</sup> SPINELLI, Teniza (org.). Op. cit., p. 108

<sup>608</sup> Documentação Administrativa, AHRS.



Foram nestas condições que Eduardo Duarte assumiu a chefia da 2ª seção do Arquivo, em 1920. Duarte iniciou sua carreira no funcionalismo público estadual em 1899. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, em 1921. No mesmo ano em que iniciara seu trabalho no Arquivo, participou da fundação do IHGRGS, ocorrida no salão nobre do primeiro. Duarte, à época chefe da 2ª seção do Arquivo Público e secretário do Instituto, declarou:

Pois bem, esta seção, que tem obrigações que tão bem se coadunam com os fins do Instituto, sente-se verdadeiramente confortada com a bela iniciativa e está certa de que, num encontro de fins e deveres, dele resultará um feliz consorcio, cujos frutos não tardarão a aparecer.<sup>609</sup>

Não por acaso o IHGRGS nascera nas dependências do Arquivo Público. Conforme sublinham Nedel e Martins, a relação de interdependência entre o Arquivo Público, o IHGRGS e o MJC, deve-se principalmente ao fato destas instituições compartilharem entre si os mesmos dirigentes<sup>610</sup>. Além do caso de Duarte, Florêncio de Abreu foi, simultaneamente, diretor do Arquivo Público e presidente do IHGRGS. Ao observar a intersecção destas instituições na trajetória do IHGRGS, Martins observa que estas “formavam uma rede de cooperação (e não de competição), tanto no âmbito ‘político’ quanto no aspecto da logística de seu funcionamento e da pesquisa histórica”.<sup>611</sup>

Analisando os relatórios do Arquivo Histórico entre os anos de 1920 e 1935, podemos dimensionar o resultado do trabalho de Eduardo, especialmente no que tange à função do arquivo em reunir registros do período farroupilha e a publicização dos mesmos. No levantamento referente a 1920, foram computados apenas dois documentos relativos à Revolução Farroupilha, dentre os 1.107 documentos catalogados naquele período. No ano seguinte, a seção apresentava pela primeira vez um tópico dedicado à guerra civil, intitulado como “Revolução de 1835”. Nele, Eduardo Duarte salientava a

---

<sup>609</sup> Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921. Documentação Administrativa, AHRS.

<sup>610</sup> Sobre este tema, Nedel salienta que: “[...] em um determinado momento a casa onde viveu Julio de Castilhos, sede do MJC, abrigou ao mesmo tempo o museu, o Arquivo e o IHGRGS. Essa agremiação nasceu estreitamente vinculada ao Arquivo Público estadual. Criada em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do Arquivo, compartilhando com ele boa parte de seus mentores”. NEDEL, Leticia Borges. Op. cit., p. 64.

<sup>611</sup> MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2017, p. 79.

necessidade de a instituição dedicar seus recursos para a formação de um acervo sobre esta temática:

Sendo esse movimento revolucionário um dos cometimentos mais estupendos dos rio-grandenses legendários, dos farroupilhas gloriosos, que se empenharam em uma luta titânica para a conquista da liberdade sonhada, sempre nos despertou vivo interesse a história deste período, cheia de lacunas, em virtude da **deficiência de documentação decisiva**, insofismável, podendo o historiador, quase sempre parcial, dar livre expansão às suas pendências apaixonadas por uma ou outra facção.<sup>612</sup>

Durante as quase duas décadas em que dirigiu esta instituição, Duarte voltou seus esforços para a aquisição de arquivos particulares ou até mesmo documentos avulsos que remetessem à Revolução Farroupilha. Em 1923, o diretor afirma ter encontrado “entre os papéis” arrecadados na Delegacia Fiscal inúmeros documentos do decênio farrapo. O relatório destaca “um detalhado balancete das despesas feitas pelo governo intruso durante a sua existência em Porto Alegre”. Eduardo o classificara como “um documento preciosíssimo, de alto valor histórico, que já foi aproveitado por eminente escritor”<sup>613</sup>. “Para se aquilatar da importância dos papéis que a seção possui”, Eduardo apresentara, ainda, uma “relação global” dos documentos do fundo “Revolução de 1835”, totalizando 3.403 peças (anexo 10).

Neste mesmo ano, o Governo do Estado adquiriu o acervo de Alfredo Ferreira Rodrigues<sup>614</sup>, formado por 143 volumes, inicialmente classificados como “livros manuscritos”, “obras e memórias”, “guerra do Paraguai” e “jornaes”<sup>615</sup>. Com esta coleção, o arquivo não apenas agregara um interessante número de artefatos sobre a

---

<sup>612</sup> Relatório da 2ª seção do Archivo Público do Rio Grande do Sul, 1921. Documentação Administrativa, AHRS.

<sup>613</sup> Relatório da 2ª seção do Archivo Público do Rio Grande do Sul, 1923. Documentação Administrativa, AHRS.

<sup>614</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985. Como parte do programa comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o Arquivo Histórico publicou o Catálogo da Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues. Esta questão foi abordada por Glauce Stumpf, na dissertação: STUMPF, Glauce. A comemoração do sesquicentenário da Revolução Farroupilha: mediações de uma memória farroupilha. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

<sup>615</sup> Relatório da 2ª seção do Archivo Público do Rio Grande do Sul, 1923, p. 1-16. Documentação Administrativa, AHRS.

guerra civil, como também passava a abrigar o conjunto reunido e utilizado por Rodrigues no seu embate com Alfredo Varela, polêmica abordada no capítulo anterior.<sup>616</sup>

Em 1925, o Arquivo Público passou por nova reorganização, na qual a 2ª seção foi desmembrada desta instituição e incorporada pelo MJC. Nesta transição, o Museu passou por um processo de reorganização, que exigiu a elaboração de um novo regimento. “Incumbido de remodelar” o Arquivo Histórico, Duarte escreveu ao diretor do ANRJ solicitando um exemplar do regulamento daquela instituição, pedido que lhe foi prontamente atendido<sup>617</sup>. O “Regulamento do Museo e Archivo Historico do Rio Grande do Sul” foi aprovado por Borges de Medeiros, em 24 de dezembro de 1925. A parte dedicada ao Arquivo Histórico, baseada no texto da instituição congênere, incumbia a repartição, no seu artigo 2º, inciso VII, a: “Organizar o archivo histórico do Rio Grande do Sul, reunindo e catalogando” documentos referentes a mais de vinte temáticas estipuladas no regulamento.<sup>618</sup> Nesta listagem, um item dedicava-se aos: “Originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, crônicas de campanha, manuscritos, relativos á revolução de 1835 e sua pacificação”.<sup>619</sup>

Ao encontro deste objetivo, Duarte apresentara no *1º Congresso das Municipalidades*<sup>620</sup> a tese intitulada *Contribuição dos municípios na organização do Museu e Archivo Histórico do Rio Grande do Sul*<sup>621</sup>. Este evento político, como abordam

---

<sup>616</sup> Cabe lembrar que este assunto foi também abordado por Miranda, em uma reflexão sobre o uso das coleções Alfredo Ferreira Rodrigues e Alfredo Varela pelo AHRS na gestão da memória. Ver: MIRANDA, Marcia Eckert. A Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense: o arquivo, as coleções e os anais. *Revista Acervo*, Arquivo Nacional, v. 29, n. 1, jan./fev., Rio de Janeiro, 2016, p. 162-177.

<sup>617</sup> Ofício de Eduardo Duarte a João Alcides Bezerra Cavalcanti, 26/01/1925, Porto Alegre. Ofício de João Alcides Bezerra Cavalcanti a Eduardo Duarte, 11/02/1925, Rio de Janeiro. Documentação administrativa, AHRS.

<sup>618</sup> Regulamento do Museo e Archivo Historico do Rio Grande do Sul - 1926, p. 2. Documentação administrativa, AHRS.

<sup>619</sup> Id., p. 3.

<sup>620</sup> O Congresso das Municipalidades ocorreu em julho de 1929, em Porto Alegre. O evento tinha como objetivo, conforme ser estatuto: “[...] promover, pela cooperação do Estado com os Municípios e pela destes entre si, a solução sistemática de importantes questões e problemas comuns”. I Congresso das Municipalidades. Porto Alegre: Livraria Americanas, 1929 *apud* BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013, p. 32.

<sup>621</sup> DUARTE, Eduardo. Política e Administração. These 8ª: *Contribuição dos municípios na organização do Museu e Archivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação, 1929.

Abreu<sup>622</sup> e Bakos<sup>623</sup>, tentou conciliar os partidários do governo de Getúlio Vargas e da oposição, buscando apoio entre os chefes municipais. Nele, foram apresentadas diversas teses que versavam, em sua maior parte, sobre a instrução pública – além de questões como saúde, agricultura e pecuária, administração, segurança, dentre outros. No que compete ao Arquivo Histórico, podemos notar uma preocupação na fala de Eduardo Duarte em recuperar do esquecimento a função desta instituição, salientando, principalmente, o trabalho desenvolvido durante a sua gestão:

Nos dias que correm já sabemos, felizmente, da existência de um arquivo histórico do Rio Grande do Sul... E mais: que esse arquivo é de uma opulência verdadeiramente confortadora. O que ahi se tem feito nos últimos anos, - desdobramento desse arquivo, a catalogação por methodo pratico, com benedictina paciência, nos tem revelado o valor dessa documentação, até então ignorada, e hoje frequentemente consultada pelos estudiosos, visando um proveito útil. [...] **O intelectuais, aquelles que se dedicam à literatura histórica, comparecem à citada Repartição continuamente em demanda de preciosos subsídios de valor documental**, como comprovam insofismavelmente as suas asserções. E isto é altamente confortador, pois **vai assim desaparecendo o comercio dos fazedores de compêndios, daqueles que escrevem histórias copiando, muitas vezes servilmente, o que outros fizeram** ou endossando afirmações que estão a pedir bolos de palmatoria.<sup>624</sup> (grifo nosso)

Os *intelectuais funcionários-públicos*<sup>625</sup>, como demonstra Martins, galgavam seu espaço em um campo marcado pela “dependência da posição dos intelectuais, reconhecidos e legitimados como tais por seus pares, em relação ao espaço de poder e seus agentes”<sup>626</sup>. A partir do estudo de trajetórias como a de Eduardo Duarte, o autor verifica que o valor da produção histórica era insuficiente para a conquista de uma posição, sendo necessário o estabelecimento de relações com os agentes do Estado “para auferir ganhos profissionais, simbólicos e econômicos”<sup>627</sup>. Considerando este cenário, podemos dimensionar o papel do Arquivo Histórico na trajetória profissional de Eduardo Duarte. Se, por um lado, é notável a importância da sua administração para a

<sup>622</sup> ABREU, Luciano Aronne de. Vargas: nova diretriz política para o Rio Grande? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. 22, n. 1, 1996, p. 90.

<sup>623</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. Op. cit., p. 32.

<sup>624</sup> DUARTE, Eduardo. Op. cit., p. 5.

<sup>625</sup> Remetemos a uma expressão utilizada por Jefferson Teles Martins para se referir aos funcionários públicos estatais que migraram suas carreiras para a órbita do IHGRGS, do APERS e do MJC. MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2017, p. 152.

<sup>626</sup> Id., p. 154.

<sup>627</sup> MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2017, p. 151.

especialização desta instituição, de outro é perceptível que esta constituiu um recurso fundamental para a sua emergência enquanto intelectual.

Deste modo, retomando a citação acima, identificamos na ocasião do *Congresso das Municipalidades* um momento conveniente para a projeção da figura de Duarte e do seu trabalho como diretor do arquivo. Este encontro contou com a presença de indivíduos ligados ao meio intelectual e político do Estado, estando presentes líderes como Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha e Assis Brasil – além de intendentess de quase todos os municípios do Rio Grande do Sul. A visibilidade de um indivíduo oriundo do setor médio no funcionalismo estatal por tais lideranças representava uma importante estratégia para a formação e o fortalecimento das relações em uma rede de intelectuais e políticos.

Buscando, portanto, o reconhecimento público da função social do arquivo, Eduardo ressaltara na referida tese alguns dos trabalhos realizados sob a sua coordenação – como a organização dos catálogos do acervo e, especialmente, a divulgação da sua documentação.<sup>628</sup> A *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*<sup>629</sup> e a *Revista do IHGRGS*<sup>630</sup> foram os principais veículos para a publicação destes documentos, assim como de ensaios históricos produzidos a partir deles. No discurso de Othelo Rosa, renomado membro do IHGRGS, temos um exemplo do reconhecimento deste trabalho:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem contribuído poderosamente para estimular o carinho dos nossos escritores pela história. Essa publicação – como a Revista do Arquivo Público, que já contém uma preciosa documentação – não só facilitando a consulta as fontes, outrora esparsas, sem nenhuma sistematização, como ainda dando a lume trabalhos excelentes, que excederiam as possibilidades da imprensa diária, despertou entre nós o gosto pelos assuntos históricos, etnográficos, geológicos e geográficos.<sup>631</sup>

---

<sup>628</sup> DUARTE, Eduardo. Op. cit., p. 6.

<sup>629</sup> Esta revista é uma derivação da *Revista do Arquivo Público*, criada em 1920, à época em que o Arquivo Histórico funcionava como a 2ª seção do Arquivo Público.

<sup>630</sup> Fundada em 1921, a *Revista do IHGRGS*, conforme Martins: “[...] teve um papel central como instrumento organizador e divulgador da agenda intelectual proposta pelos historiadores reunidos no Instituto Histórico. Foi o principal instrumento de visibilidade institucional (ante às instituições homólogas no Brasil e no exterior) e da agenda proposta pelos historiadores rio-grandenses”. MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., 2015, p. 85.

<sup>631</sup> *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932, p. 3. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Na correspondência do Arquivo Histórico encontram-se alguns ofícios remetidos pelo IHGRGS solicitando a disponibilização de documentação para a consulta dos seus sócios pesquisadores. Exemplo disto foi o pedido feito por Florêncio de Abreu, um pouco antes da desanexação da 2ª seção do Arquivo Público:

Tendo a comissão diretora da Revista deste Instituto manifestado desejos de divulgar algumas peças historicas referentes á revolução de 1835, archivados nessa repartição, solicito-vos permissão para fazer extrahir as precisas copias de taes documentos.

O inicio do trabalho seria dado com a correspondencia trocada entre Bento Manuel Ribeiro, figura historica de grande destaque no memoravel periodo, e o Duque de Caxias, então presidente da Provincia e general em chefe do exercito da legalidade, seguindo-se-lhe quaisquer outras peças a escolha e criterio da citada comissão<sup>632</sup>.

Este extrato nos possibilita entrever o intercâmbio entre as duas instituições. Se por um lado o Arquivo Histórico era fundamental aos historiadores do IHGRGS, por lhes fornecer a matéria prima das suas pesquisas, por outro, o resultado destes estudos, uma vez publicados nas referidas revistas, conferia visibilidade às atividades desenvolvidas no Arquivo. Tais publicações dotavam de sentido a existência do Arquivo Histórico, e não passariam despercebidas na palestra proferida por Eduardo Duarte no Congresso das Municipalidades: “Milhares de papéis avulsos, já selecionados, constituem, de prompto, objeto de estudo dos nossos intelectuais que, deles tirando o necessário proveito, tem-nos integrado á luz da publicidade através de monografias, conferencias, artigos de jornais, etc.”<sup>633</sup>.

Ao mencionar o trabalho divulgado nestas revistas, Eduardo buscava, enfim, ressaltar a “opulência do archivo histórico rio-grandense”<sup>634</sup>. Atenção especial foi destinada à *Revista do IHGRGS* que, conforme ele destacara, desde 1925 publicava “assumptos de 35 para divulgação de preciosos papeis”. A expectativa do diretor do Arquivo era a de instituir “a história documentada da epopeia farroupilha”. Para tanto, criara a série denominada *Documentos Interessantes (1835-1845)*, com a qual projetava

---

<sup>632</sup> Correspondência de Florêncio de Abreu a Alcides Maia, em 06 de março de 1925. Documentação Administrativa, AHRS.

<sup>633</sup> DUARTE, Eduardo. Op. cit., 1929, p. 7.

<sup>634</sup> Ibid., p. 6.

a abertura do “cyclo das comemorações com que solenizaremos o centenário do grande acontecimento”.<sup>635</sup>

Conforme destaca Martins, a repercussão da *Revista do IHGRGS* era restrita aos membros da comunidade intelectual<sup>636</sup>. Provavelmente, a circulação da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* ocorria neste mesmo círculo. Deste modo, o Centenário da Revolução Farroupilha representava uma possibilidade de maior destaque social para estes indivíduos e instituições, através da ampla inserção na agenda de atividades da capital. Idealizando o envolvimento do Arquivo Histórico nas celebrações do centenário, Duarte assim apresentara o projeto *Documentos Interessantes (1835-1845)*:

Excuso dizer-vos, senhores, donde sahiu tão valiosa documentação; nada procuramos fora (ou pelo menos não encontramos), sendo utilizado apenas **prata de casa**. E de facto, aquelle que compulsa os nossos catálogos, que examina as nossas coleções, que entra naquela oficina de trabalho para conhecer a obra dos nossos maiores, fica deveras surpreendido em ver o acervo que possuímos, **papeis que tem resistido á ação destruidora do tempo** e, mais do que isso, ao criminoso abandono em que jazem no perpassar de várias gerações. Não foi, porém, sem tempo que o honrado governo do Estado pensou em **salvar o nosso archivo histórico de um fatal desaparecimento**. Façamos ainda uma referência ás nossas coleções, ao que concerne ao decênio farroupilha. [...] Temos sempre, ao desdobrar o nosso archivo histórico, **dedicado especial atenção a tudo quanto se há encontrado atinente á grande revolução que enche, sem dúvida, um dos mais belos capítulos da história regional** (anexos 12 e 13).<sup>637</sup> (grifo nosso)

Assim, Duarte salientava a importância de “não esperar o ano de 35” para a divulgação do material guardado no acervo desta instituição. Neste sentido, advertira: “que os estudiosos, no silêncio dos seus gabinetes, possam ter à mão os subsídios de que precisam, provenientes de fonte oficial para a sua contribuição ao magno acontecimento”<sup>638</sup>. Tendo em vista este objetivo, Duarte conclamava que os municípios cedessem ao MJC os documentos que dispunham em seus arquivos e repartições,

---

<sup>635</sup> Id., p. 7.

<sup>636</sup> MARTINS, Jeferson Teles. Op. cit., p. 90.

<sup>637</sup> DUARTE, Eduardo. Op. cit., 1929, p. 7.

<sup>638</sup> Ibid., p. 7-8.

lançando a seguinte questão: “Pertencem taes papeis aos municípios, si até lá chega a sua autonomia, ou devem ser incorporados ao patrimônio do Estado?”<sup>639</sup>.

Apesar da inexistência de alguma legislação que versasse sobre a gestão do patrimônio histórico e cultural na década de 1920, notamos na fala do diretor do Arquivo Histórico certa preocupação com tal questão. Assim, Duarte responde a sua própria indagação, requisitando para o Arquivo o direito e o dever sobre o patrimônio documental do Estado. Em meio às lideranças no *Congresso das Municipalidades*, ele afirmara:

[...] todos esses papeis, de inestimável valor, devem ser recolhidos ao Archivo do Estado. Ahi é o seu lugar: recebidos com o merecido carinho, estudados, catalogados, dados à luz da publicidade, deles será tirado o maior proveito á história do Rio Grande do Sul. Sinão vejamos: de que servem taes subsídios escondidos em meio de velhos archivos, expostos á destruição do tempo, ao sabor das traças, ao perigo de accidentes, longe dos olhos dos estudiosos da nossa história?<sup>640</sup>

Interessante observarmos que a fala de Eduardo Duarte atentava não apenas para os documentos depositados em instituições públicas ligadas aos municípios, mas também aos “archivos particulares”. O gestor do Arquivo, já atento à relevância dos conjuntos resguardados no âmbito privado, chamara a atenção para estes objetos que, na sua visão, permaneciam “avaramente guardados”, sendo estes “tesouros que só teriam valor quando aproveitados na história da nossa terra”. Deste modo, Duarte apresentara esta questão às municipalidades presentes no Congresso, recomendando que estas elaborassem “criteriosa propaganda” a fim de “penetrar no seio de famílias que representam velhos troncos, onde preciosos papeis dormem o sono dos justos”<sup>641</sup>. Diante destas propostas, os congressistas deliberaram:

[...] verificando, enfim, que o Museu e Archivo Histórico tem particularizado, ultimamente, os seus cuidados na organização e publicação de tudo quanto se refere ao decênio farroupilha (1835-1845), os congressistas aqui reunidos tomam a deliberação de desenvolver intensa propaganda junto aos seus co-municipes no sentido de obter quaisquer documentos que ao memorável período se refira, sem esperar o ano que marcará a data centenária, pois é da intenção da directoria do Museu e Archivo Historico dar á publicidade, com a

---

<sup>639</sup> Id., p. 9.

<sup>640</sup> Id., p. 10.

<sup>641</sup> Id.



necessária antecedência, tudo quanto possa constituir subsídios á história da gloriosa década farroupilha.<sup>642</sup>

A partir desta resolução, Eduardo Duarte viajou pelo interior do Estado, com a finalidade de garimpar os arquivos municipais, recolhendo documentação para a repartição do MJC. No entanto, no primeiro relatório por ele apresentado ao diretor do Museu, verificamos as dificuldades encontradas na execução desta missão. Relatando o resultado das suas pesquisas em Caçapava, Duarte desabafara: “[...] tive verdadeira desilusão, pois sempre esperei ali encontrar subsídios os mais preciosos para o estudo da grande revolução”. Ele atribuíra esta lacuna à “destruição feita pelas forças da legalidade”, conforme informações que obteve em Cachoeira. Neste município, afirmaram-lhe que em 1840 os documentos referentes ao decênio farrapo foram destruídos pelo major legalista Adolfo Charão, que: “[...] á testa de forças leaes, fez destruir quanto encontrou em referência á revolução. Livros cortados em suas páginas, papeis avulsos queimados, um auto de fé em regra, tendo escapado apenas o livro de vereanças correspondente ao período”<sup>643</sup>.

Ainda em Caçapava, Duarte visitou os descendentes de Ulhôa Cintra, ocasião em que encontrou duas netas do ex-ministro farrapo. “Esvaziando velhos baús”, estas encontraram um volume de papéis que, segundo Duarte, foram incorporados ao Arquivo Histórico. O diretor também relata ter obtido mais sucesso em outras localidades. Em Rio Pardo, afirmara ter encontrado o decênio farroupilha “magnificamente representado”. Na cidade de Piratini, localizou um “archivo muito precioso”, com “elevadíssimo número de peças avulsas, cartas, ofícios, partes de combates, correspondência passiva dos maiores vultos do movimento”. Sobre a documentação reunida em Pelotas, avaliara: “não é muito, mas é precioso”. Tratava-se de uma carta de Antônio Neto, uma de Domingos José de Almeida, além da correspondência de outros “vultos”. Nesta mesma região, Duarte procurou a casa das antigas famílias em busca de documentos, tendo conseguido, apenas, alguns “livros de Piratiny”, do deputado Victor Russomano. Embora o arquivo de Almeida tivesse sido doado para Alfredo Varela anos antes, chama a atenção que Duarte

---

<sup>642</sup> DUARTE, Eduardo. Op. cit., 1929, p. 8-9.

<sup>643</sup> Relatório apresentado ao Sr. Diretor do Museu Júlio de Castilhos (1930). Documentação administrativa, AHRS.

não tenha recebido nenhum tipo de artefato dos seus descendentes – residentes em Pelotas.

A partir de então são notáveis os esforços de Duarte para o crescimento do fundo documental dedicado à guerra civil farroupilha. Desde 1926, ele empenhara-se em completar a coleção do jornal *O Povo*, veículo oficial da República Rio-Grandense – iniciada com os exemplares oriundos dos conjuntos doados por Alfredo Ferreira Rodrigues e Álvaro Leitão. Para tanto, o diretor chegou a emitir algumas notas nos periódicos da capital, buscando encontrar os trinta volumes restantes. No relatório daquele ano, Eduardo aproveitara para sugerir ao diretor do MJC que se propusesse ao governador do Estado uma edição fotográfica do jornal *O Povo*: “Um tal empreendimento ainda mais se justifica com o tempo que ali vem, que se aproxima a passos rápidos, da comemoração, do centenário farroupilha”.<sup>644</sup>

Atento às comemorações de 1935, Duarte reunira e publicara com cinco anos de antecedência uma coletânea fac-similada de todas as edições do jornal *O Povo* (anexo 12) – formando o primeiro volume da coleção *Documentos Interessantes (1835-1845)*.<sup>645</sup> Sendo, provavelmente, a primeira publicação dedicada à transcrição de registros históricos do decênio farrapo, esta obra constituiu importante referência para os intelectuais que se debruçavam sobre a temática. Dante de Laytano, como indica Martins, foi um dos intelectuais que usufruíram desta edição. No mesmo ano da publicação, Laytano escrevera ao seu mestre afirmando já ter finalizado a escrita do seu romance histórico, quando tomou conhecimento do fac-símile dos jornais, cujos “subsídios tão eloquentes influíram no corpo da obra”.<sup>646</sup>

A publicação completa dos exemplares deste periódico foi possível, em parte, pelo trabalho desenvolvido por Aurélio Porto no ANRJ. Data de 1928 as correspondências enviadas por este historiador a Eduardo Duarte, através das quais remetia os resultados das suas pesquisas no Rio de Janeiro. Em carta enviada em 10 de agosto daquele ano, Aurélio anexara cópias do jornal *O Povo*, além da transcrição das trinta primeiras páginas

---

<sup>644</sup> Relatório apresentado ao Sr. Diretor do Museu Júlio de Castilhos (1930). Documentação administrativa, AHRS.

<sup>645</sup> MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. Vol. 1. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

<sup>646</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Jacuí, 01/09/1930. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS apud MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., p. 207.

do *Processo dos Farrapos* (anexo 11)<sup>647</sup>. Os materiais publicados a partir destas pesquisas constituíram importante recurso para divulgação destas instituições. No fundo administrativo do MJC podem ser encontradas diversas cartas enviadas por Alcides Maya e Eduardo Duarte apresentando e remetendo exemplares destes livros a diversos indivíduos e instituições. Dentre os destinatários, estavam o diretor do Arquivo Público do Ceará<sup>648</sup>, o diretor de Informações e Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>649</sup>, o Desembargador Chefe de Polícia de Porto Alegre, a inspetora do Departamento de Ensino do Uruguai<sup>650</sup>, além do diretor do Museu Histórico Nacional<sup>651</sup>.

Apesar de ter iniciado a transcrição do *Processo dos Farrapos*<sup>652</sup> no final da década de 1920, somente em 1932 Aurélio Porto passou a integrar a comissão do ANRJ, dedicada à publicação dos documentos da Revolução Farroupilha. Naquele ano, Eduardo Duarte escrevera ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, recomendando Aurélio para o trabalho que estava sendo desenvolvido no Rio de Janeiro<sup>653</sup>. No ano seguinte, Alcides Maya, diretor do MJC, escrevera ao mesmo secretário, solicitando que Eduardo Duarte, enquanto chefe da seção do Arquivo, fosse enviado ao Rio de Janeiro para acompanhar o trabalho realizado por Aurélio Porto.<sup>654</sup>

Em 16 de novembro de 1934, o diretor do Museu publicou uma portaria parabenizando o trabalho realizado pelo funcionário Aurélio Porto pela publicação da obra *Processo dos Farrapos*. Segundo Maya: “Aurélio Porto, com a sua dedicação e seguros conhecimentos que tem da nossa história, enriqueceu extraordinariamente a citada publicação, completando-a com importantes anotações [...]”<sup>655</sup>. Muito citada por Souza Docca, esta obra, na descrição do historiador, foi um “golpe” às teses de Alfredo Varella. Em clara provocação a Alfredo, Docca afirmara que Aurélio “em poucos anos

---

<sup>647</sup> Correspondência enviada por Aurélio Porto a Eduardo Duarte, 10 de agosto de 1928. Documentação Administrativa, AHRS.

<sup>648</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 32. MJC.

<sup>649</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 30. MJC.

<sup>650</sup> Ofícios recebidos (1933-1936), p. 52. MJC.

<sup>651</sup> Ofícios recebidos (1931), p. 52. MJC.

<sup>652</sup> PORTO, Aurélio. *República Rio-Grandense – o Processo dos Farrapos*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933-1936.

<sup>653</sup> Porto Alegre, 13 de dezembro de 1932. Fundo Eduardo Duarte, AHRS.

<sup>654</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 73. MJC.

<sup>655</sup> Ofícios recebidos (1933-1936), p. 177. MJC.

de pesquisas nos arquivos do Rio, tem descoberto o que outros não lograram, em meio século de escavações, encarecidas e decantadas”<sup>656</sup>. Conforme destaca Martins, a dimensão desta obra, composta por mais de 2.000 páginas, “destoa das publicações da época no Rio Grande do Sul”<sup>657</sup>.

Paralelamente, em 1929 os sócios do IHGRGS formalizaram algumas deliberações sobre a participação desta instituição nas comemorações do centenário. Dentre as decisões, ficou prevista a realização de um concurso para premiar “o melhor trabalho documentado sobre o decênio farroupilha”<sup>658</sup>. Já em 1935, Alcides Maya escrevera ao secretário Darcy Azambuja, informando-lhe que a Comissão Organizadora da Grande Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, liderada pelo Instituto, recorrera ao MJC solicitando “o material de que dispõe, e que tão precioso é, expondo, de modo especial, o elevado número de relíquias que possui, evocativas do memorável decênio”<sup>659</sup>. O material cedido para aquela instituição foi motivo de orgulho para Eduardo Duarte, que ressaltara esta contribuição no relatório de 1936. Nas suas palavras, quase todas as teses apresentadas no concurso do IHGRGS estavam “calcadas na farta e exuberante documentação” existente no acervo do Arquivo Histórico.<sup>660</sup>

Esta breve exposição nos permite entender um pouco sobre o percurso da aquisição e inserção dos documentos sobre o decênio farrapo no acervo do Museu e Arquivo Histórico Júlio de Castilhos. Observando os esforços para a reunião destes registros, especialmente devido à ocorrência das comemorações de 1935, percebemos a importância destes artefatos para os agentes intelectuais e para as instituições dedicadas à história e à memória do Estado. Apesar de tamanho interesse nos registros do decênio farrapo, a doação da Coleção Varela foi marcada por alguns conflitos – tendo se concretizado somente em 1936. Diante do exposto, buscaremos problematizar este processo, sem perder de vista os conflitos e interesses em torno do passado simbolizado por este conjunto.

---

<sup>656</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Assumptos do Rio Grande do Sul. *Jornal do Commercio*, 12 de novembro de 1933, Rio de Janeiro, p. 1. Hemeroteca da BN.

<sup>657</sup> MARTINS, Jeferson Teles. Op. cit., p. 153.

<sup>658</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 10 de julho de 1929 *apud* MARTINS, Jefferson Teles, Op. cit., p. 135.

<sup>659</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 14. MJC.

<sup>660</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 320. MJC.

### 5.3 A transição da Coleção Varela para o domínio público

*Chacun est libre de ses admirations, mais l'Histoire n'en rest pas moins l'Histoire et les documents irréfutables demeurent pour que la postérité décide. Os que reuni, durante 50 annos, em magnífico archivo, hão de ter no futuro o merecido apreço, meu bom amigo, se ninguém nelle se lembrar do esforço compendiado nos 2 tomos de minha derradeira publicação. [...] O que tem valor hoje, o que sempre o terá, sempre, é o que fica em realce com o bronze immortal de monumentos inderruiveis, constantes de minha collecção particular ou das pertencentes a outrem, intra e extramuros.<sup>661</sup>*

A passagem da Coleção Varela para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul efetivou-se somente em 1936. No entanto, o processo de doação remonta ao início da década de 1930, tendo sido marcado por algumas tentativas e recuos do seu proprietário, Alfredo Varela. Em 1933, o historiador iniciou a passagem de alguns objetos da coleção Abrilina para o Museu e Arquivo Histórico Júlio de Castilhos<sup>662</sup>. Com entusiasmo, o diretor do Museu, Alcides Maya, comunicou esta doação ao Secretário do Interior e Exterior, Darcy Azambuja. Dentre as peças doadas (anexo 14), Maya destacara, especialmente, um prato de porcelana da baixela de Bento Gonçalves, ofertado pelo general a sua afilhada, Abrilina Caçapavana de Almeida. Varela desejava que estes artefatos pudessem “ter préstimo nas projectadas comemorações do próximo Centenário”<sup>663</sup>. Em 20 de maio deste mesmo ano, esta instituição incumbiu-se do depósito do conjunto de documentos para Alfredo Varela.<sup>664</sup>

A preocupação deste historiador em preservar os vestígios do passado, motivou-o a registrar, também, parte da sua correspondência nos livros *Res Avíta* e *O Solar Brasílico*. Tais produções formaram uma espécie de “arquivo de si” – como vimos anteriormente. Retomaremos aqui a segunda obra, na qual Varela dedicara o primeiro título às comemorações de 1935: *Centenário Farrapo: o melhor dos monumentos comemorativos*. Nesta parte do livro, Varela expõe as transcrições das cartas por ele remetidas a Darcy Azambuja, tecendo alguns comentários e desabafos sobre o desenrolar da negociação da

<sup>661</sup> Correspondência enviada por Alfredo Varela a Rocha Pombo. *Res Avíta*, p. 531-532.

<sup>662</sup> Ofícios recebidos (1933-1936), p. 65-66. MJC.

<sup>663</sup> Ofícios recebidos (1933-1936), p. 58. MJC.

<sup>664</sup> Correspondência de Alcides Maya para Alfredo Varela. Porto Alegre, 20 de maio de 1933. Ofícios expedidos (1933-1936), p. 65. MJC.

doação da sua coleção. O “gesto cívico” deste “desinteressado projeto”, ao seu ver, não havia encontrado receptividade por parte dos representantes do Estado, sobre o que afirmara:

Em verdade não era de menosprezar-se o legado que lhe quis fazer. Noutro país mais amante de suas tradições, a predita coleção pudera aquinhoar o seu proprietário com uma fortuna, se entendesse negociá-la. Bastante longe de mim tal ideia, passaria ao domínio comum, sem ônus pecuniário de classe alguma: de mão beijada, como é soeiro dizerem.<sup>665</sup>

Frente a este aparente desinteresse, Varela escrevera a Azambuja, então Presidente do Conselho de Secretários do Estado, queixando-se por não ter recebido uma resposta deste e do Governador do Estado, à carta por ele enviada. Nesta, Varela afirmara ter colocado à disposição do Arquivo Público o que organizara “em mais de meio século de puro devotamento cívico”. Alegara, ainda, ter oferecido gratuitamente o conjunto, tendo imposto apenas a condição de que o Estado lhe enviaria um “recibo de tais preciosidades”, com uma “lista especificadíssima das mesmas”<sup>666</sup>. Infelizmente o autor não acrescentou nas transcrições destas cartas a data de envio ou recebimento das mesmas. Contudo, pelo trecho a seguir podemos identificar que a presente reclamação foi realizada após as celebrações de 1935:

Apresei a dádiva, na certeza de que **constituiria o meu sobredito e venerando tesouro, a máxima curiosidade** ou o objeto do mais vivo interesse, no certame farroupilha instaurado a 20 de setembro último. Persuadido ainda, Exmo., de que **a transferência de tamanhas relíquias se efetuará com uma grande, imponente, nunca vista solenidade**, tradutora de nosso unânime respeito, culto fêrvido pelo que mais representa, hoje, os pensamentos anhelos, sacrifícios de nossos egrégios maiores: assim persuadido, (eu dizia) tratei de escolher sítio adequado para início do previsto cortejo cívico.<sup>667</sup>

Varela idealizava, portanto, inserir o conjunto documental que lhe fora confiado pela família Almeida nas comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha. Esperava, pois, da parte das autoridades, a realização de uma grande “solenidade” para a recepção das suas relíquias. Para tanto, pretendia depositar a coleção em Jaguarão, sua terra natal, lugar que considerava como “o vero centro da conjura libertadora” e a primeira

---

<sup>665</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d., p. 24.

<sup>666</sup> Ibid.

<sup>667</sup> Id., p. 24-25.

região que havia aderido “ao grito da República”. Neste sentido, asseverara: “Coubesse pois à gente dali a honrosa tarefa de entregar à mais grada representação de nossa Pátria nativa, o que coligi em tantas décadas”. Alfredo já havia, inclusive, incumbido um “dileto amigo” e pessoa do seu “sangue” para cumprir a tarefa de acompanhar o transporte da documentação. Contudo, sem resposta a esta proposta, ele lamentara a Darcy que “o Estado nem se dignou de mandar-me uma linha que fosse, a respeito da espontânea liberalidade”<sup>668</sup>. Diante dos planos frustrados, o historiador questionara o Secretário de Estado:

Não ousou formular censuras, mas, há de permitir-se-me que contraponha um respeitoso quão tenue reparo, ilustre Sr. Dr. Secretário. Nossa alta regedoria tem consumido valiosos cabedais, em festejos ou comemorações de tipo material, a fim de que 1835 seja lembrado condignamente. Olvidou-se, porém, de que, *motu-proprio* e sem despesa alguma para o nosso desfalcado erário, sem peso algum para nossa empobrecida, mui desmantelada economia; sem ônus efetivo, algum, eu lhe ministrava o mais belo meio de homenagear os heróis do áureo decênio...<sup>669</sup>

Analisando esta correspondência podemos notar a influência de Alfredo Varela para a continuidade deste acervo, tanto quanto este artefato constituiu um importante recurso para este intelectual. A expectativa deste intelectual na institucionalização deste legado justifica-se, num primeiro plano, pela própria preservação deste arquivo. No entanto, não podemos deixar de considerar o investimento social em torno deste conjunto, especialmente se a sua doação houvesse ocorrido a tempo deste ter sido incluído no programa comemorativo do Centenário Farroupilha. Tendo em vista as disputas referidas no capítulo anterior, podemos dimensionar o valor deste legado para um historiador que visava o posto de “Tito Lívio” da história da epopeia farrapa. Assim, ao alçar este conjunto nas homenagens aos farrapos, Varela estaria, afinal, incluindo o seu próprio nome na agenda comemorativa de 1935.

Ao contrário do esperado, a doação da coleção não ocorrera antes daquele ano, o que para Varela fora compreendido como “mui sacrílega indiferença ou menosprezo”<sup>670</sup>. Chama a atenção que nesta época o arquivo já estava abrigado nas dependências do MJC, sob os cuidados dos seus procuradores, Estevão Junot Barreiros e Deusino Varela. Porém,

---

<sup>668</sup> Id., p. 25.

<sup>669</sup> Id., p. 25-26.

<sup>670</sup> Id., p. 26.

diante de tal denegação, Varela requisitou-lhes a expedição do arquivo para São Paulo, onde residia desde o seu retorno do exterior. Mudando os planos traçados para a coleção nas celebrações do centenário, Varela escrevera para Alcides Maya, diretor do Museu, agradecendo a guarda da sua “preciosa coleção” e recomendando a sua entrega para seus representantes<sup>671</sup>. Antes de avançarmos no transcurso do itinerário do conjunto, é necessário observarmos com maior atenção este conflito de interesses em torno da doação da coleção.

Na mesma carta endereçada a Darcy Azambuja, Alfredo Varela alegara que seria “impossível fazer a doação imaginada, sem tomar precauções contra a malevolência humana”<sup>672</sup>. Esta fala nos permite identificar não apenas a figura de um historiador preocupado com as suas fontes, mas também a imagem do *arkhé* – o “guardião” do arquivo<sup>673</sup>. A posse do arquivo pode ser considerada, portanto, tão importante quanto o uso da documentação nele contida. Neste sentido, o manejo do arquivo conferia autoridade ao seu proprietário simplesmente pelo domínio da sua materialidade. Logo, ao receber o conjunto reunido por Domingos José de Almeida, Varela herdara, também, o poder e a autoridade sobre o tema da Revolução Farroupilha.

Notamos, deste modo, que a negociação em torno da doação da coleção não se limitava a sua preservação. O que estava em jogo na continuidade deste conjunto era a disputa pelo lugar de autoridade do seu *arkhé*. Assim, podemos perceber que as precisas recomendações de Varela sobre como deveria ocorrer a passagem da coleção, constituíam tentativas de controlar o destino do conjunto. Ao estabelecer quem iria recebe-la e onde a mesma seria preservada, Alfredo, de certa forma, buscava garantir que o seu “vero thesouro” não fosse destinado às instituições administradas, justamente, pelos indivíduos que se opuseram à obra que ele construía com o referido acervo.

Esta questão pode ser melhor observada em outra carta remetida por Alfredo a Darcy Azambuja. Nesta missiva, o historiador procura justificar a condição anteriormente

---

<sup>671</sup> Correspondência de Alfredo Varela para Alcides Maya. Lisboa, 30 de maio de 1935. Ofícios recebidos (1933-1936), p. 275. MJC.

<sup>672</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 26.

<sup>673</sup> A origem etimológica do “arquivo”, retomando Derrida, remete não apenas à produção da documentação e ao espaço destinado ao seu resguardo (*arkheion*), mas também ao lugar de autoridade do custodiador (*arkhé*). DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.



apresentada para a doação do arquivo, sobre a qual advertira que não fosse interpretada como uma “injúria ao pessoal do Arquivo do Estado”. Elucidando seu posicionamento, Varela expôs ao secretário o conflito ocorrido entre ele e o IHGRGS:

Sabido é que entrei em franca divergência com o nosso Instituto histórico-geográfico, desde a hora em que formulou o seu programa comemorativo da magna luta civil extremenha. O desacordo agravou-se, quando julgou de aso pronunciar-se contra minha definição do idealismo farrapo.<sup>674</sup>

O historiador reclamara, principalmente, da “campanha desluzidora” liderada por Souza Docca contra a *História da Grande Revolução*, que, para Varela, visava “enterrar” seu nome e “destruir sacro patrimônio”. Neste sentido, afirmara ter sido vítima de um “movimento de hostilidade contra o escritor, não contra as ideias que sustenta”. Em diversas passagens de *O Solar Brasília*, Varela denunciara a censura aos seus livros, principalmente aos volumes publicados para as comemorações do Centenário Farroupilha: “Sou anátema, bem sei, na congregação do *index modern style*, e por demais estou noticiado que meus livros foram postos na lista negra, desse fero ultramontanismo”.<sup>675</sup>

Varela acusava, então, a “mísera confraria de parasitas” por ter prejudicado a circulação dos seus livros “na hora em que podiam ter melhor saída”. Um caixote com mais de cem exemplares de *Res Avíta* havia sido remetido para o Instituto, com instruções para doações, e com um modelo de anúncio para venda. Contrariando os pedidos do autor, os livros não foram “postos em mostruários na fase de grande concorrência à Exposição” da “magna Centuria”. Nesta mesma remessa, o historiador havia recomendado dois tomos para o diretor de uma folha-pública que, tardiamente os recebeu. Segundo Alfredo, os “*maffiosi prediletos*” haviam escondido os seus livros, declarando “com bronzia face” que tais volumes “INEXISTIAM na fazenda expedida”. Afinal, os volumes foram recebidos pelo destinatário no final de dezembro, enquanto Varela havia planejado a entrega “pelo meio de setembro – o mês consagrado à celebração do 2º jubileu farrapo!!!”<sup>676</sup>. Sobre a questão da ocultação do seu trabalho, o autor ainda apontara:

---

<sup>674</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 27.

<sup>675</sup> Id., p. 29; 116.

<sup>676</sup> Id., p. 38; 54; 55-56.

Tinha eu notícia de que pessoa qualificada, no seio do Instituto, vivia a inquirir, no estabelecimento supra, se já chegada ou não, a obra em anúncios, do paladino incorrupto da verdade. Tanto perguntou, que alfim se lhe deu conta de que estava intramuros a malsinada publicação. Reativou-se a negra conjuntura. Seus principais galopins saíram a campo, determinadíssimos a impedir que corresse, ao menos enquanto a frequência de visitantes a Porto Alegre desse aso a maior procura. Ordens rebuçadas foram cumpridas à risca, de sorte que, eminente Dr., e qual já historiei, nem se estamparam os anúncios a tempo, nem entraram nas montras da livraria, os honestos frutos de meu trabalho!!<sup>677</sup>

Alfredo Varela, convicto sobre a retaliação da *História da Grande Revolução*, assim resumira a ação do IHGRGS: “a honrada companhia baixou preceito clandestino, vedando, por meio de indivíduos de sua dependência, que se facultasse livre circulação, cômoda leitura de minhas letras históricas!!!”. De acordo com o autor, todos os seus títulos haviam sido subtraídos da editora, exceto a *História da Grande Revolução*, “porque fora impossível banir obra de tiragem recente e sob os auspícios do Instituto guahybano!!!”<sup>678</sup>.

No capítulo anterior tivemos a oportunidade de abordar o debate gerado pela publicação da *História da Grande Revolução*. Apesar da oposição dos historiadores ligados ao IHGRGS às interpretações apresentadas nesta obra, esta foi totalmente financiada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul – custando 72:391\$800 aos cofres públicos. A publicação dos seis opulentos volumes, ocorrida em 1933, foi anunciada pelo jornal *A Federação* com grande entusiasmo, sob o título *Centenário Farroupilha, um notável trabalho histórico comemorativo*. Neste sentido, a obra é tratada como um verdadeiro “monumento”, sendo considerada “uma contribuição de alto cunho intelectual e moral para a condigna comemoração do centenário da gloriosa Revolução de 1835”. Neste artigo encontra-se transcrito o ofício enviado pelo interventor Flores da Cunha a Florêncio de Abreu, presidente do Instituto:

Sabendo que o nosso ilustre patricio dr. Alfredo Varela tem pronta uma excelente obra histórica destinada a festejar o centenário da Revolução de 35, comunico-vos que o Governo do Rio Grande do Sul deliberou custear a edição da referida obra, iniciando, destarte, o auxilio material que resolveu prestar para a condigna comemoração daquele glorioso período de nossa história. Ficará a publicação dessa obra sob o patrocínio do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, ao qual solicito

---

<sup>677</sup> Id., p. 55.

<sup>678</sup> Id., p. 53; 64.

entender-se a esse respeito com aquele eminente historiador, e bem assim promover os tramites necessários à estipulação do contrato de edição e impressão das obras, com a ressalva dos direitos que o autor se reservar.<sup>679</sup>

A leitura deste documento elucida a influência do interventor Flores da Cunha na realização desta publicação e explica a inscrição do nome do IHGRGS neste livro. O campo intelectual formado pelos membros do Instituto, como demonstra Martins, era formado por uma rede tecida, em parte, pelas relações políticas dos seus agentes. Tal tessitura não pode ser compreendida de forma estática. Assim, se, por um lado, este campo vinculava-se às demandas de um projeto nacionalista, representado por Getúlio Vargas, por outro, possuía filiações diretas com o Governo do Estado, representado por Flores da Cunha. A título de exemplo, Darcy Azambuja, sócio do IHGRGS, ocupava, conforme mencionado, o cargo de Secretário do Interior e a Presidência do Secretariado – posições de destaque no governo estadual.

O campo intelectual, como adverte Sirinelli, não pode ser compreendido de forma dissociada do campo político<sup>680</sup>. Neste sentido, cabe ressaltarmos que os anos que antecederam as comemorações da Revolução Farroupilha foram caracterizados pelo aprofundamento da cisão entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas<sup>681</sup>. Estes intelectuais, portanto, mais do que sujeitos vulneráveis às influências deste conflito político, devem ser percebidos como agentes políticos atuantes no campo da cultura. Logo, o produto

---

<sup>679</sup> *A Federação*, 18 de abril de 1933, p. 5. Ano L, n. 91, Porto Alegre. Hemeroteca da BN.

<sup>680</sup> SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 231-269.

<sup>681</sup> Segundo Rangel, Getúlio Vargas, em 1934, já demonstrava certa indiferença em relação aos critérios regionalistas nas suas decisões, como exemplo, na escolha dos ministros e dirigentes. Para Love, Getúlio, “o regionalista que defendera a democracia liberal e o federalismo nos últimos anos da década de 20, havia se tornado um centralista e nacionalista de tipo autoritário”. Apesar do dualismo presente na observação do autor, é importante observarmos que a oposição da ação centralizadora do governo Getúlio Vargas e a estratégia regionalista de Flores da Cunha, agravaram a crise política na primeira metade da década de 1930. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); GERTZ, René (dir.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v. 4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 22. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 274. Sobre o governo Flores da Cunha, consultar: ELÍBIO Jr., Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. 2006. 430 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

cultural por eles desenvolvido em espaços de sociabilidade diversificados – tais como revistas, jornais, editoras, institutos, museus –, também era objeto de debates e disputas.

O contexto das comemorações dos cem anos da revolta dos farrapos configurou um espaço privilegiado para atuação destes intelectuais. As comemorações de “acontecimentos históricos relevantes”, como aponta Gonzáles, são ocasiões propícias para a elaboração de novas leituras e interpretações do passado<sup>682</sup>. O processo de rememoração da Revolução de 1835, naquela ocasião protagonizado pelas ações do IHGRGS, estava, pois, atrelado às questões experienciadas por aquela sociedade. Conforme afirma Guimarães,

Revisitar o passado não pode ser desvinculado das demandas e exigências de um tempo presente e, nesse sentido, sua compreensão é também parte da inteligibilidade de uma cultura histórica que aciona experiências, imagens e atores do passado para uma contemporaneidade que busca nesse tempo que ficou para trás referências para imaginar o mundo em que vive.<sup>683</sup>

O passado farroupilha, portanto, tal qual o presente, era objeto de disputa entre as forças políticas contraditórias que reivindicavam para si o legado dos farrapos<sup>684</sup>. Desta forma, se por um lado houve um esforço em aproximar a imagem de Getúlio Vargas à dos farrapos, por outro o destaque proporcionado pelo contexto comemorativo foi também conveniente ao interventor estadual. Além da associação entre os heróis de 1835 e a figura de Flores da Cunha, este ofertou importante apoio ao programa comemorativo de 1935. Conforme observa Martins, esta ocasião representou uma oportunidade para o

---

<sup>682</sup> GONZÁLES, Juan Sánchez. Sobre la memória. El pasado presente en los medios de comunicación. *Historia Actual Online*, Cádiz, n. 4, 2004, p. 156.

<sup>683</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39.

<sup>684</sup> Como exemplo, transcrevemos trecho de uma publicação do jornal *A Federação*, exaltando a figura do presidente da República: “Getúlio Dorneles Vargas, preclaro presidente da República, que vem ao seu Estado natal inaugurar o grande certame comemorativo da epopéia farrapa de 35. S. Exa. que é descendente ilustre dos nossos mais gloriosos ancestrais, não poderia encontrar-se num posto mais condigno, qual seja o de chefe supremo da Republica, para presidir os festejos de uma época que consagra e glorifica uma geração de heróis, cujo espirito republicano constituiu o seu mais intenso ideal de vida. Perfeitamente identificado com as nossas tradições e o nosso passado histórico, e, profundamente ligado ao espirito republicano de seu povo, foi sempre S. Exa. um continuador do ideal dos batalhadores invictos de 35 e um realizador dos sonhos democráticos de Piratini”. *A Federação*, 19 de setembro de 1935, Porto Alegre, p. 1. Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

governador “demonstrar a ‘união’ dos líderes políticos gaúchos, evidenciando sua força e respaldo como líder regional antagônico a Getúlio Vargas”<sup>685</sup>.

Do mesmo modo, a despeito da mobilização dos historiadores do IHGRGS na elaboração de um lugar de fala autorizado sobre a Revolução Farroupilha, a voz dissonante de Alfredo Varela interessava a Flores da Cunha. Assim, de encontro às pautas do Instituto, o governador autorizou e patrocinou uma história que, ao defender o separatismo e o platinismo, colocava em evidência a descentralização política e a particularidade do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil. Esta breve digressão permite entendermos tanto o cenário no qual este historiador inseriu a sua produção historiográfica, como também situar o conjunto de documentos a ele atrelado.

Diante do exposto, pode-se dizer que as disputas que envolveram Varela e a sua obra interviam, também, na trajetória do arquivo analisado. A divergência com os historiadores ligados ao IHGRGS influíra sobremodo na decisão do “guardião” da coleção em revelar ou não o tesouro por ele preservado. Em *Res Avita*, o autor relata que “estava disposto a convidar o Instituto” para que visse o arquivo por ele “organizado em meio século de labuta”. No entanto, após ter tomado conhecimento do parecer publicado na revista da referida agremiação a respeito da *História da Grande Revolução*, refletira:

Em face das últimas deliberações da illustre assembléa, julgo mais de azo inquirir se não é oportuno fazer, com a soberba coleção, um auto-de-fê. *Quid est veritas?* Interrogava Pilatos, diante de uma das maiores iniquidades do theatro histórico. Ao lavar as mãos, diante de outra, que tanto deslustra os pretórios do Instituto, eu, por minha vez, pergunto: *Quid est veritas?* A verdade, por certo, não é a que se compendiou em cincoenta annos de estudo, com base naquella documentação. Para nada serve ella: que o fogo a purgue, para que não triumphe a mentira em livros porvindouros. A pura verdade, a eterna verdade, essa, vae ter symbolos apropriados, nas moedas e sellos do vindouro centenario!!<sup>686</sup>

Ao manter a coleção inacessível, Varela não apenas a mantinha preservada da “malevolência humana”, conforme ele se referira na missiva anteriormente citada. Mantendo as fontes em sigilo, ele preservava, também, o caráter inédito das mesmas – característica que dotara sua obra da originalidade que ele tanto se orgulhava. Em contrapartida, o historiador enfrentava o questionamento dos seus pares sobre a

---

<sup>685</sup> MARTINS, Jefferson Teles. Op. cit., p. 139.

<sup>686</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., 1935, p. 294.

procedência das fontes utilizadas no seu estudo. Logo, inserir este arquivo em uma instituição adequada representava um passo necessário para conferir legitimidade a esta documentação. Assim, antes mesmo da coleção ser enviada para São Paulo, Alfredo, provavelmente em uma viagem que fizera ao Rio Grande do Sul no ano de 1932, realizou uma breve exposição da documentação nas dependências do IHGRGS:

Depois de armar vasta meza, de nella dispor o meu archivo, dirigi mensagem a respeito do mesmo, ao illustre desembargador Florêncio de Abreu. Dizia-lhe que ficavam minhas collecções de manuscritos inteiramente ás ordens de quem entendesse conhecel-os. Que o notificasse, rogava, a nossos consocios do Instituto histórico de Portoalegre, como a quantos entre nós tivessem interesse no assumpto. Compareceu na sala que puz á disposição do público, unicamente quem detinha a presidência do grêmio supra; demorando-se bastante no manuseio das numerosas brochuras em que reuni, com a possivel ordem, quanto colligira no decurso de algumas décadas. Não viu esse thesouro só e só quem não quiz. Assim o conservo «fechado a sete chaves!!!»<sup>687</sup>

Com a coleção junto de si, Alfredo cogitava, conforme manifestou em carta a Darcy Azambuja, “lhe dar outro destino”. Em São Paulo, o conjunto ficou depositado no Museu Paulista, dirigido por Alfredo Taunay. Na correspondência transcrita no livro *O Solar Brasília*, podemos observar a aproximação entre estes dois historiadores. No período em que Alfredo residiu em São Paulo, estes estabeleceram uma amizade e eles colaboraram mutuamente com a leitura e debates sobre os seus escritos. Em uma curiosa passagem, Varela relata uma tensão gerada nesta relação, em decorrência do que Taunay lhe proferiu: “Corria o encontro, no melhor dos termos, até que veio à baila o meu arquivo, em depósito no Museu Paulista, sob direção do eminente coetâneo”. Segundo o autor, o colega lhe surpreendera “com a torpeza de que havia quem assoalhasse ‘ter-me eu apoderado de peças de arquivos de algumas paróquias’ (textualíssimo)”.<sup>688</sup>

Narrando este episódio, Varela relatara ter sofrido transtorno físico e moral em decorrência desta conversa, afirmando: “deixei a habitação do ilustre escritor verdadeiramente fora de mim”.<sup>689</sup> Rebatendo tal acusação, o historiador exclamara: “‘Arquivos de paróquia’!!! Se os dos mais topetudos Estados andam, como sabe, os de nossos principais municípios (não o ignora também) distinguem-se pela pobreza

---

<sup>687</sup> Ibid, p. 264.

<sup>688</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 26; 64-73; 67-68.

<sup>689</sup> Id., p. 64; 68.

franciscana e nada mais”. Alfredo, então, dirigira uma carta a Taunay, onde buscava se defender do acusador, cuja identidade não lhe fora revelada. Nesta missiva, o historiador menosprezara os arquivos paroquiais, e alegara: “Andam por estes os genealogistas, *exempli gratia*, Aurélio Porto; não os historiadores pátrios”. Sobrepondo-se a estes, Varela exaltara o arquivo que estava em sua propriedade: “[...] o mais obscuro deles soube alhures ‘procurar’, também soube achar, qual verificará na soberba Coleção Abrilina, onde se não encontra UM SÓ documento de tal procedência, como por igual nas minhas várias obras”<sup>690</sup>.

Não podemos inferir se Alfredo Varela efetivamente planejou destinar seu legado ao Museu Paulista. No entanto, pelos vestígios encontrados na correspondência enviada ao secretário Darcy Azambuja, percebemos que em algum momento o historiador cogitou transmitir o arquivo a domínios externos ao Estado que protagonizou a epopeia farrapa. Em uma destas missivas o historiador revelara-se relutante ao questionar se seria justo “privar de um tão precioso espólio” o Rio Grande do Sul. Deste modo, Varela insistira numa negociação com o Secretário do Interior, inquirindo-o: “Diga-me se o Governo quer ou não quer, as minhas coleções. [...] A decisão eu a espero dentro de 15 dias, por via telegráfica ou aérea. Se não me chegar, ficarei livre para agir como entenda melhor”.<sup>691</sup>

Inserir um conjunto de documentos em uma instituição de guarda, classificar a materialidade dos registros e dar visibilidade a estes signos do passado para o presente são processos que se articulam com a política de memória imersa nas dinâmicas do poder das sociedades. A política oficial para o patrimônio histórico nacional tem seu marco inicial em 1937<sup>692</sup>, e a inclusão dos acervos documentais foi ainda mais tardia<sup>693</sup>. Não

---

<sup>690</sup> Id., p. 68-69.

<sup>691</sup> Id., p. 26.

<sup>692</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

<sup>693</sup> A inclusão do patrimônio documental como dimensão importante da herança histórica ocorreu somente em 1991, na ocasião do *Congresso Patrimônio Histórico e Cidadania*. Neste mesmo ano, foi instituída a lei 8.159, a qual promulgava como dever do Estado a “gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. In: BRASIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Para uma discussão sobre a política do patrimônio arquivístico, ver: CRUZ, Heloisa de Faria. Direito à Memória e Patrimônio Documental. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia (54): 23-59, jan./jun. 2016. MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 25, n.1, p.35-45, jan./jun. 2011. MOLINA, Talita dos Santos. *Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São

obstante a discussão no plano da legislação, podemos considerar que a noção de patrimônio arquivístico no Brasil remete aos primeiros esforços do IHGB para a concentração de documentos para a escrita da História, durante o século XIX.

Deste modo, uma discussão em torno da política da gestão da memória e do patrimônio não pode ser pautada apenas pela construção dos devidos instrumentos legais. Pelo contrário, o levantamento das atividades do Museu e Arquivo Histórico Júlio de Castilhos realizado no item anterior nos permite compreender o estágio desta discussão no que concerne à temática da guerra civil dos farrapos. Nas ações desta instituição, protagonizadas por Eduardo Duarte, são notáveis os esforços para converter o Arquivo Histórico em um templo da memória farroupilha. Neste sentido, remetemos à reflexão de Cook:

Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social.<sup>694</sup>

Neste sentido, a despeito do interesse despertado pelas comemorações do Centenário Farroupilha na documentação relativa a este acontecimento, a Coleção Varela não foi facilmente incorporada pelo patrimônio público. Os interesses e obstáculos que dificultaram o processo de doação da coleção são evidências de que este arquivo, mais do que um depósito de papéis, foi um objeto de disputa em torno da memória farroupilha. Compreendendo-o enquanto um artefato de memória, notamos que a incerteza sobre a sua inserção ou recusa pela administração do Arquivo Histórico relaciona-se com a própria dinâmica da memória, isto é, a tensão entre a lembrança e o esquecimento.

---

Paulo, São Paulo, 2013. Sobre a instituição dos arquivos e da arquivologia no Brasil, consultar: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; NOUGARET, Christine; RODRIGUES, Georgete Medleg. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1933-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018.

<sup>694</sup> COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, p. 129-149, FGV, 1998, p. 143.



Portanto, os intelectuais que estavam à frente das instituições de memória do Estado viam-se diante de uma escolha ambígua. A aceitação do arquivo que intrinsicamente estava ligado a figura do líder farrapo Domingos José de Almeida parecia uma decisão natural de ser tomada, tendo em vista a efemeridade de 1935. No entanto, sua incorporação pelo MJC naquele contexto concederia a Alfredo Varela certo protagonismo em meio as comemorações do centenário. Deste modo, o Arquivo ameaçaria o cuidadoso trabalho de memória realizado pelo IHGRGS, modificando o rol de referências sobre o passado farroupilha. Com a nova demarcação da coleção estas instituições corriam, inclusive, o risco de associar-se à indesejável versão do passado farrapo elaborada por aquele historiador.

Após a troca de algumas cartas e da longa exposição de Alfredo Varela sobre o boicote aos seus livros dentro do Instituto, Darcy Azambuja acenou positivamente sobre a doação da coleção. O Secretário afirmara desconhecer tanto a oferta como as condições impostas pelo historiador antes de 1935. Também se colocara alheio à existência de “um grupo de desafetos” de Varela naquela agremiação, alegando: “É tão categórico a denúncia, que não me atrevo a contestar, sem primeiro investigar os factos apontados. Há quase um ano que as minhas ocupações não me permitem comparecer às sessões do Instituto. Ignoro, pois, tudo que se tem passado ali”.<sup>695</sup>

No entanto, o parecer publicado na *Revista do IHGRGS* desautorizando a *História da Grande Revolução* foi assinado, devemos lembrar, justamente por Darcy Azambuja e Othelo Rosa. Ironicamente, passados dois anos da divulgação do referido parecer, eles seriam os mediadores da transmissão da coleção para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Azambuja recomendou ao “brilhante confrade” Othelo Rosa, à época Secretário da Educação, para tomar as cabíveis providências para a doação. Encarregou, ainda, Othelo de apresentar a Alfredo Varela as iniciativas do governo para a “difusão de sua monumental *História da Grande Revolução*”, justificando: “verá V. Exa. que, pelo menos da parte oficial, não houve desídia, e antes o melhor e mais justo empenho em divulgá-la”.<sup>696</sup>

---

<sup>695</sup> VARELA, Alfredo. Op. cit., s/d, p. 74.

<sup>696</sup> Ibid., p. 75.

Contudo, ainda preocupado com os riscos da perda da “preciosa” documentação, e vendo em Souza Docca uma ameaça à preservação do conjunto, Alfredo confessara n’*O Solar Brasílico*: “Como sei do que é capaz, tanto o ilustre militar como os seus pares civis, antes de confiar ao Arquivo do Estado as minhas coleções, mandei fotografar, o que deixa em luz meridiana a realidade”<sup>697</sup>. Alfredo Taunay, ao receber a notícia de que a coleção seria depositada em um arquivo oficial: “Como homem de honra que é, quer confundir os seus malévolos detratores, pondo à disposição deles os documentos todos que lhe serviram de alicerces à Monumental História da Grande Revolução”<sup>698</sup>.

Após transcorridos intensos debates entre Alfredo Varela e os historiadores do IHGRGS, e tendo sido concluídas as celebrações do Centenário Farroupilha, este historiador, ao fim, recebera algum reconhecimento pelo seu gesto – muito aquém, certamente, do que almejava. Por meio de um telegrama, Darcy Azambuja, em nome do governo estadual, lhe transmitira a seguinte mensagem:

Governo do Estado aceita a doação do importantíssimo arquivo histórico que organizastes em longos anos de estudo e amor ao nosso passado. O vosso gesto de exemplar civismo e alto desprendimento mais recomendará a gratidão e a ao respeito dos vossos compatriotas o nome ilustre do provento historiador. Governo designou Dr. Eduardo Duarte para receber arquivo, cumpridas integralmente as justas condições que indicastes pt. Estado deseja atender a todas e quaisquer despesas com transporte. Aceitai desde já, por meu intermédio, a expressão do reconhecimento do Rio Grande, por mais este valioso serviço que nobremente lhe prestais.<sup>699</sup>

Em telegrama posterior, Othelo Rosa consultara Varela sobre a entrega da coleção. Eduardo Duarte, na qualidade de diretor do Arquivo Histórico, fora designado para o recebimento do conjunto. Duarte, que tanto havia se empenhado na coleta de documentos sobre a Revolução Farroupilha, recebera de uma só vez “10.652 peças”, conforme relatara em carta remetida ao diretor do Museu Júlio e ao Secretário da Educação.<sup>700</sup> O primeiro, Alcides Maya, registrara a doação da coleção no relatório de 1936, observando:

Dia a dia, se afirma a pujança do arquivo histórico do Museu Júlio de Castilhos. Agora mesmo acaba de ser ele enriquecido com a valiosa doação feita pelo dr. Alfredo Varela, de seu arquivo, repositório

---

<sup>697</sup> Id., p. 164-165.

<sup>698</sup> Id., p. 164.

<sup>699</sup> Id., p. 75-76.

<sup>700</sup> Ofícios Expedidos (1933-1936), p. 357. MJC.

precioso de papeis sobre a jornada farroupilha, por aquele historiador utilizado na elaboração de sua obra “A história da Grande Revolução.”<sup>701</sup>

A transferência da coleção para o patrimônio público do Estado foi noticiada pelo jornal *A Federação*, no final de 1936. Em uma nota dedicada ao “Museu Júlio de Castilhos”, foram listadas as aquisições da instituição naquele ano, constando as “cinco caixas contendo documentos históricos, arquivos do Dr. Alfredo Varela”<sup>702</sup>. Curiosamente, em julho de 1935 – cerca de um ano antes da doação –, o periódico anunciara o “presente régio” do historiador para o Rio Grande do Sul:

O gesto altamente simpático do erudito historiador dr. Alfredo Varela, doando ao Estado o seu precioso arquivo histórico referente á década heroica de 35, constituiu um fato digno de nota nos comentários das **rodas intelectuais da cidade**, e merece um registro especial no noticiário do dia. Para quem conhece de perto a personalidade inconfundível do escritor, do homem de gabinete, do estudioso impenitente da história do Rio Grande, essa atitude, aliás, não pode surpreender. ...Alfredo Varela, tendo completado brilhantemente sua obra de historiador, estando agora consagrado como o maior vulto, o mais ilustre, o mais fecundo entre os nossos historiadores, quer que o seu esforço admirável, levado a cabo no decorrer de uma existência inteira consagrada ao trabalho de pesquisa e de ressurreição, **permaneça eterno sob a guarda do povo que ele tanto ama** e dignifica com a sua inteligência e a sua tenacidade de restaurador de vidas. **O Estado passou a guardar o mais completo e precioso repositório referente á época de 35, e o nome do escritor ilustre, que já estava ligado ao plano superior da nossa mentalidade, passará a figurar como o credor da nossa estima e do nosso apreço no setor onde se desenvolvem os grandes afetos coletivos.**<sup>703</sup> (grifo nosso)

O discurso entusiasmado, ressaltando o valor deste conjunto de documentos para a história e a memória do Estado, pode ser apontado como uma amostra da glorificação que Alfredo Varela imaginara para a sua coleção nas comemorações de 1935. No entanto, a exaltação da figura deste historiador, tal qual lemos acima, só foi possível no veículo oficial do PRR – com o qual Alfredo Varela ainda possuía ligações. Não é possível comensurarmos o reconhecimento da contribuição do historiador “nas rodas intelectuais da cidade”. No entanto, este certamente foi o desejo do historiador que aspirava ser autoridade de um evento tão caro no passado sul-rio-grandense. A condecoração pelos anos de sua vida dedicados à preservação deste arquivo e a homenagem por tê-lo ofertado

<sup>701</sup> Ofícios expedidos (1933-1936), p. 320. MJC.

<sup>702</sup> *A Federação*, 26 de dezembro de 1936. Ano LIII, n. 293, Porto Alegre. Hemeroteca da BN.

<sup>703</sup> *A Federação*, 18 de julho de 1935. Ano LII, n. 37, Porto Alegre. Hemeroteca da BN.

ao patrimônio público, eram, provavelmente, a recompensa esperada pelo “Tito Lívio” da Revolução Farroupilha.

Só se preserva o que está se perdendo, nos lembra José Reginaldo Gonçalves<sup>704</sup>. A iminência da perda é a força legitimadora das práticas de restauração e preservação dos patrimônios históricos e culturais. Alfredo Varela, aos 72 anos e não possuindo filhos legatários do seu patrimônio, garantiu a continuidade da sua venerada coleção. Apenas sete anos antes do seu falecimento, o quase octogenário historiador, enfim, assistiu ao ingresso da coleção que levaria o seu nome à posteridade, no Museu e Arquivo Histórico Júlio de Castilhos.

---

<sup>704</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Editora da UFRJ, 2003.

## CAPÍTULO 6

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo maior neste trabalho foi analisar a trajetória de constituição e patrimonialização da Coleção Varela. Traçar o caminho percorrido por este arquivo, desde o seu surgimento até a sua transformação em patrimônio público, foi uma tarefa desafiadora. Para atendermos aos diferentes contextos e sujeitos que intervíram na formação desta coleção, foi necessário transitarmos por diferentes campos, sobretudo o da política, da memória e da historiografia. Esta abordagem nos permitiu converter a Coleção Varela, tradicionalmente utilizada como uma fonte, num objeto de pesquisa. Assim, procuramos, ao longo da nossa narrativa, desnaturalizar o processo de acúmulo dos documentos geradores deste acervo privado.

Para conduzirmos o leitor pelo itinerário deste conjunto escolhemos o seguinte percurso de análise: primeiramente, abordamos os usos destes documentos por Domingos José de Almeida. A reconstituição do momento da coleta e da reunião dos registros que testemunharam a guerra civil farroupilha revelou os interesses e as intervenções sociais que motivaram e caracterizaram o surgimento deste arquivo. A leitura da correspondência privada do ex-ministro farrapo foi fundamental para nos distanciarmos de uma visão romântica sobre a criação desta coleção. Embora Almeida tenha viabilizado um importante acervo de fontes para o estudo da Revolução Farroupilha, observamos que este conjunto não nasceu exclusivamente com esta finalidade.

Atendendo a outros interesses, de ordem social, política e econômica, Almeida operou a seleção dos registros do passado que constituíram um importante recurso na mediação de conflitos do presente. Assim, num primeiro plano, estes documentos foram peças essenciais para que Domingos pudesse recorrer ao pagamento da dívida contraída durante o decênio, junto ao Império. Além disso, a invocação de determinados instrumentos, tais como o Decreto de 18 de dezembro de 1844 e a Proclamação de 1º de março de 1845, ocupou papel central na tentativa de garantir o cumprimento da anistia concedida aos insurrectos de 1835.

Buscamos, ainda, chamar a atenção para o potencial deste conjunto na mobilização da memória da recente revolta. A experiência da República Rio-Grandense representava um importante capital simbólico, ao qual Domingos José de Almeida soube recorrer para a manutenção da sua posição política e social. Ao coligir os testemunhos desta guerra civil, Almeida fundara um lugar para a preservação do passado farroupilha, formando o suporte da memória de um evento ao qual ele estava diretamente vinculado. Tão importante quanto a propriedade destes documentos, foi a publicidade dos mesmos. Assim, o ex-ministro utilizara as páginas do periódico o *Brado do Sul* para tencionar a publicação de uma história documentada da República Rio-Grandense. Esta tentativa, assim como a seleção dos documentos, dividiu os farroupilhas de outrora entre os favoráveis e colaboradores deste intento; e os opositores à ideia de reunir e, principalmente, de revelar os registros do passado.

Na segunda parte da tese, abordamos o período em que a coleção esteve sob a custódia de Alfredo Varela. Evidenciamos que, se por um lado, este sujeito foi determinante para a preservação do arquivo, por outro, estes documentos foram um divisor de águas na trajetória intelectual deste historiador. Eleito o continuador do legado da família Almeida, Varela levou a cabo a tarefa de escrever a história da epopeia farrapa a partir dos documentos que lhe foram confiados. A obra *História da Grande Revolução* deu publicidade a alguns documentos do conjunto estudado, inserindo-os na categoria de fontes historiográficas.

Nas suas mãos este acervo se encontrou imerso em um conjunto de relações e disputas em torno da releitura da revolta de 1835. As Comemorações do Centenário Farroupilha impuseram a necessária revisão deste passado, que encontrava no separatismo um dos seus pontos mais difíceis para o presente em questão. Articulados em torno de um projeto nacionalista, os historiadores do IHGRGS trabalharam intensamente a favor da reabilitação da memória farroupilha. As teses defendidas na *História da Grande Revolução* confrontavam a versão “brasileira” da epopeia farrapa, fator que afastara Alfredo Varela do seletivo círculo de historiadores desta agremiação e das celebrações de 1935.

Apesar de ter sido posto às margens do IHGRGS, ainda restava a este historiador o posto de guardião da “coleção de Almeida”. Assim, Varela utilizara este “trunfo” ao seu favor nos debates com os historiadores do Instituto, ressaltando a originalidade e a

relevância que os documentos da coleção conferiam a sua produção. Em um período no qual se acreditava que a escrita da história não poderia prescindir da análise das fontes, a propriedade de um acervo de documentos desta proporção alimentou a imagem do historiador que almejava ser autoridade no estudo da Revolução Farroupilha – tema que perseguira desde a juventude<sup>705</sup>.

Por fim, nos dedicamos a pensar a institucionalização da Coleção Varela. A negociação da transição deste conjunto do domínio privado para o público configurou-se em mais um espaço de disputas em torno do passado farroupilha. Apesar dos investimentos do Museu e Arquivo Histórico do Estado para o acréscimo do fundo documental relativo ao decênio farrapo, a doação da coleção não foi um processo natural. Neste aspecto, destacamos duas questões: em primeiro lugar, a preocupação de Alfredo Varela na escolha do futuro custodiador do seu tesouro. Após ter angariado algumas desavenças durante os anos que antecederam as comemorações do centenário, manter a coleção em um território confiável e no qual pudesse transitar foram condições cruciais para o historiador.

A segunda questão se refere à recepção da figura de Alfredo Varela no campo intelectual da capital do Rio Grande do Sul. A presença e a influência dos historiadores do IHGRGS na direção da principal instituição de memória do Estado colocaram alguns obstáculos no processo de transição do acervo ao qual este historiador estava ligado. Alfredo Varela não encontrou espaço para a solenidade e o destaque almejado para a doação no MJC. A participação deste intelectual na agenda comemorativa possibilitaria a circulação da sua indesejada versão sobre a revolta dos farrapos, comprometendo o projeto historiográfico do IHGRGS. O controle da memória da Revolução Farroupilha passava, pois, pelo domínio dos arquivos.

Os gestos de coletar, classificar e de considerar um documento merecedor da preservação implicam num conjunto de decisões e práticas que não são ingênuas. Ao longo desta pesquisa tentamos colocar em relevo as disputas e os interesses que interferiram na formação da Coleção Varela. Os debates gerados no processo de constituição e patrimonialização deste conjunto são reveladores do lugar ocupado pelos

---

<sup>705</sup> Cabe ressaltarmos a pertinência de um estudo dedicado a trajetória de Alfredo Varela. Este sujeito, multifacetado, permite a análise das diversas possibilidades de inserção e associação de um intelectual na virada do século XIX para o XX.

arquivos. Longe de serem meros repositórios ao acaso organizados e preservados, estes objetos são espaços onde se atravessam e se conjugam relações sociais e formas de conhecimento histórico que inevitavelmente implicam em formas de poder.

Na transmissão da Coleção Varela de uma geração a outra, notamos a preocupação com a continuidade do passado materializado por meio deste artefato. Deste modo, a sobrevivência deste conjunto reflete tanto o desejo de memória, quanto a vontade de preservá-la para o futuro. Assim, este conjunto pode ser compreendido como um lugar de intersecção entre as temporalidades, na medida em que, simultaneamente, ele inscreve o passado no tempo presente e o projeta para o futuro. Conforme nos lembra Heymann:

A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro). As ações que tomam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo.<sup>706</sup>

Orientados por esta reflexão, aproveitamos para apontar a possibilidade de estudos futuros sobre os projetos de memória e outros investimentos sociais realizados a partir deste acervo, após a sua institucionalização. Exemplo disso, é o trabalho de transcrição dos seus documentos, cujo resultado vem sendo publicado nos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, desde 1978. Esta série já dedicou 20 volumes a divulgação da Coleção Varela, facilitando o acesso ao conteúdo do conjunto. Desde então, esta documentação tem sido fonte para pesquisadores interessados em temáticas diversas, tais como família, medicina, gênero, escravidão, relações fronteiriças, etc. Assim, esta tese abre margem para pensarmos sobre a procura e os usos desta coleção nas últimas décadas, especialmente, no que tange ao seu tema principal. Seria profícua uma análise do impacto deste arquivo nos estudos históricos dedicados à Revolução Farroupilha.

Gostaríamos de concluir este trabalho destacando a importância de investigações sobre a trajetória dos arquivos para o entendimento da construção das memórias coletivas. “É vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento”<sup>707</sup>, como

---

<sup>706</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Op. cit., 2005, p. 4.

<sup>707</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 151.



ressalta Albuquerque. Assim, no decorrer do trabalho procuramos destacar a Coleção Varela enquanto um lugar de disputas e negociações em torno do passado farroupilha. Esperamos ter conseguido por em relevo uma das “camadas” formadoras desta memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia Geral

ABREU, Luciano Aronne de. Vargas: nova diretriz política para o Rio Grande? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. 22, n. 1, 1996.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

ANHEIM, Étienne & PONCET, Olivier. Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de Synthèse*. Paris, tome 125, 5ème série: 1-14, 2004.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo*. Alcides Maya (1877- 1944). Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986.

ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2006.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo*. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Rubens de. O Centenário de Baptista Pereira. In.: *Revista do Instituto do Ceará*. Vol. 105, Fortaleza, p. 331-333, 1991. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista.php>. Acesso em: 20/01/2019.

BAKOS, Margaret Marchiori. Porto Alegre e seus eternos intendentess. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENTO, Claudio Moreira. *O exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

BOM, Matheus Batalha. *Entre o ideal e o real: a cadeia civil de Jaguarão (1845-1870)*. Trabalho de conclusão de curso (História). Curso de História Licenciatura. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O campo político*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, 2011, p. 205. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. Acesso em: 10/01/2018.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. *Ditadura, abolição e república: a propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Disponível em: 02/04/2019.

BRASIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 02/04/2019.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. Dissertação (História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Experiências escravas de recrutamento, guerra e escravidão (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In.: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17-41.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAVES, Tulio. Um Varão de Plutarco. In: VARELA, Alfredo. *Ensaio e Críticas*. Rio de Janeiro: Edições Instituto América, 1948, p. 13-67.

COOK, Terry. Entrevista. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v.3, n.2: p. 142-156, jul./dez. 2012.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 1998.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In.: *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 129-149, FGV, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 28/04/2015.

COSTA FILHO, Cícero João da. Gustavo Barroso: um pensador católico, autoritário e racista brasileiro. In.: XXIII Encontro Estadual de História: História por que e para quem?, 2016, São Paulo. *Anais do XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH/SP*. São Paulo: UNESP, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 19/03/2019.

COSTA, Rui Manuel Pinto. Sob o olhar da construção da memória: Ricardo Jorge na tribuna da história. *Revistas Cultura, Espaço e Memória*, n. 5. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Porto: CITCEM, 2014. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12852.pdf>. Acesso em: 12/04/2019.

CRUZ, Heloisa de Faria. Direito à Memória e Patrimônio Documental. In.: *História e Perspectivas*, Uberlândia (54): 23-59, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388>. Acesso em? 22/02/2019.

CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835*. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

DERRIDA, Jacques. Le futur antérieure de l'archive. In.: LÉGER, Nathalie (dir.). *Questions d'archives*. Paris: Éditions de L'Imec, p. 41-50 apud HEYMANN, Luciana Quillet, 2012.

\_\_\_\_\_. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ELÍBIO Jr., Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. 2006. 430 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

ELMIR, Cláudio Pereira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2011). In: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

\_\_\_\_\_. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Usos de memórias*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 15-39.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *“Archive-se”*: história, documentos e memória arquivística no Ceará (1835-1934). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na guerra dos farrapos*. Coleção História. Vol. 6. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, SP, 2015.

GIL, Tiago Luís. *Os infiéis transgressores: contrabando e sociedade nos limites imperiais (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. *Revista Anos 90*. n. 11, p. 162-171, 1999.

GOLIN, Janaíta da Rocha. *Divergências e traições entre as lideranças farroupilhas: a partir da documentação do barão de Caxias no período de 1842 a 1845*. Monografia (Especialização em História do Brasil). Departamento de História. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Editora da UFRJ, 2003.

GONÇALVES, Mariana Couto. “*Se é muito o que aspiro, aos leitores, desde já, peço mil perdões por tal aspiração*”: Pelotas (re)vista a partir dos folhetins e crônicas de Bernardo Taveira Junior (1836-1892). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

GONZÁLES, Juan Sánchez. Sobre la memória. El pasado presente en los medios de comunicación. *Historia Actual Online*, Cádiz, n. 4, 2004, p. 156. Disponível em: <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/51/52>. Acesso em: 21/12/2017.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, v.156, nº388, p.459-613, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 23-41.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

GUTFREIND, Ieda. *A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. *Historiografia rio-grandense*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HESSEL, Lothar Francisco (e outros). *O Partenon Literário e sua Obra*. Porto Alegre, FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.

HEYMANN, Luciana Quillet; ROUCHOU, Joelle; TRAVANCAS, Isabel. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. *I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

HOSSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros Negros*. Porto Alegre: Já Editores, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão*. Ministério da Cultura: IPHAN, Porto Alegre, 2010.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Joaquim Antão Fernandes Leão*. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jafernandesleao.html>. Acesso em: 03/04/2019.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KRZYSTOF, Pomian. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

LEAL, Ondina Fachel. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. In.: TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro (orgs.). *Brasil & França: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 141-150.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1985.

LIMA, Rafael Peter de. ‘A nefanda pirataria de carne humana’: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

LOPES, José Rogério. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17: 63-148, 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 07/12/2015.

LUFT, Marcos Vinícios. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

MACHADO, Nara Helena Naumann. A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.



MAIA, Leonardo Poltozi. A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em direito nas relações políticas dos sul rio-grandenses: Pelotas e Alegrete (1850-1870). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

MAILHE, Alejandra. Ricardo Rojas: viaje al interior, la cultura popular y el inconsciente. *Anclajes*, vol. XXI, n. 1, 2017, p. 21-42. Disponível em: <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/anclajes/v21n1a02mailhe.pdf>. Acesso em: 20/04/2019.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; NOUGARET, Christine; RODRIGUES, Georgete Medleg. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-01>. Acesso em: 18/12/2018.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *O despertar do Império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte Fluminense (1822-1831)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

MARQUES, Letícia Rosa. *O maestro Joaquim José de Mendanha: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

\_\_\_\_\_. *José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

\_\_\_\_\_; SANTO, Miguel Frederico do Espírito. A Revolução farroupilha nas páginas do Almanaque Literário e Estatístico, do Anuário do Rio Grande do Sul e do Almanaque Popular Brasileiro. In.: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (orgs.). *180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as idéias da república em debate*. Porto Alegre: IHGRGS, 2017, p. 235-256.

MARTINY, Carina. “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2018.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In.: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Tese (Doutorado em história). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 25, n.1, p.35-45, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1853/1226>. Acesso em: 15/12/2018.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

MIRANDA, Marcia Eckert. A Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense: o arquivo, as coleções e os anais. *Revista Acervo*, Arquivo Nacional, v. 29, n. 1, jan./fev., p. 162-177, Rio de Janeiro, 2016.

MOLINA, Talita dos Santos. *Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano*. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Volume 40, p. 85-127, 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. *A Morte do Comendador: eleições, crimes políticos e honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016.

MÜGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: elites militares no Sul do Império do Brasil* (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

NEDEL, Letícia. Museus e arquivos: zonas inexploradas de contato entre História e Antropologia. In.: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364570859\\_ARQUIVO\\_anpuh\\_2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364570859_ARQUIVO_anpuh_2013.pdf). Acesso em: 16/07/2014.

\_\_\_\_\_. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinqüenta*. 1999. 336 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, n. 10: 1-28, dez., 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 01/05/2016.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

\_\_\_\_\_. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

PADOIN, Maria Medianeira; SILVA, Matheus Luís da. *Antônio de Souza Netto e David Martins Canabarro: perspectivas de estudo a partir de dois farroupilhas após 1845*. In.: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=129](http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=129). Acesso em: 18/09/2017.

\_\_\_\_\_. *O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PEDRO, Alessandra. *A educação como ideal: a obra histórica e didática de Rocha Pombo (1900-1933)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

PEREDA, Setembrino. *Garibaldi en el Uruguay*. 3 tomos. Montevideo: Impresión El Siglo Ilustrado, 1914-1916.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. A invenção da sociedade gaúcha. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2: 383-396, 1993.

\_\_\_\_\_. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In.: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 223-238.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10: 200-212, 1992.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); GERTZ, René (dir.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v. 4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 26-38.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Revista Estudos Históricos*. v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

RICOEUR, Paul. *A marca do passado*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 10: 329-349, 2012.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais*. In.: Revista Tempo, UFF, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 35, 2013.

\_\_\_\_\_. *De caudilhos e heróis a grandes homens republicanos: o IHGB, os farrapos e a República (década de 1880 a 1930)*. In: 5º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2011, Ouro Preto. Caderno de resumos e Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia e história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

RODRIGUES, Rogério Rosa. João Ribeiro e o cenário cultural brasileiro na Primeira República. In.: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores, velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Florianópolis: UFSC/UFDESC, 2016.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

\_\_\_\_\_. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2013.

SALOMON, Marlon (org.). *O saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo vargas (1933-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-06>. Acesso em: 18/12/2018.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. De “ramusio” a “plagiário”: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 176 (466):151-178, jan./mar., 2015.

SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (Mestrado em História). Programa

de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008). Acesso em: 02/11/2018.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

SILVA, Juremir Machado da. *História Regional da Infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Matheus Luís da. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *O passado está prenhe do futuro: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 2003, p. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SPALDING, Walter. *A epopeia farroupilha*. A epopeia farroupilha (pequena história da grande revolução acompanhada de farta documentação da época – 1835-1845). Porto Alegre: Biblioteca do Exército, 1963.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SPINELLI, Teniza (org.). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

STUMPF, Glauce. A comemoração do sesquicentenário da Revolução Farroupilha: mediações de uma memória farroupilha. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

VERÍSSIMO, Erico. *O Continente*, Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena*: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

### **Publicações do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 2. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 4. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 5. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 7. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 8. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1984.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 9. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1985.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 10. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1991.

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 15. Coleção Varela. Porto Alegre: EST Edições, 2006.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 16. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 17. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 18. Coleção Varela. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva (1835-1845)*. Porto Alegre: CORAG, 1985.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

### Fontes bibliográficas

- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1882.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. *Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845), como presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do Exército em operações contra os farrapos*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: EU/ Porto Alegre, 1996.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. In: *Revista do IHGRGS*, II trimestre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- DUARTE, Eduardo. *Política e Administração. These 8ª: Contribuição dos municípios na organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1929.
- FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina, Martins/Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha*. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936.

MAGALHÃES, Basílio. Guerra dos farrapos. In.: *Revista do IHGB*, Vol. 169. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. 380-401.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. Vol. 1. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. *Revista do IHGRGS*, n. 56, p. 267-272 Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.

PORTO, Aurélio. Notas ao Processo dos Farrapos. *Publicações do Arquivo Nacional XXIX*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1933.

\_\_\_\_\_. *República Rio-Grandense – o Processo dos Farrapos*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933-1936.

REICHARDT, Herbert Canabarro. Vida de David Canabarro. In: *Revista do IHGB*. Vol. 169. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 459-182.

RELATÓRIO do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1850.

RELATÓRIO sobre a Exposição Farroupilha apresentado pelo Comissário Geral Major Alberto Bins ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editorf, 1896.

\_\_\_\_\_. *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editorf, 1899.

\_\_\_\_\_. *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editorf, 1901.

\_\_\_\_\_. *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editorf, 1902.

ROSA, Othelo. Separatismo entre os Farrapos. In: *Revista do IHGRGS*, IV trimestre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934, p. 264. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917-1923.



SPALDING, Walter. Bibliografia Farroupilha. In.: *Revista do IHGRGS*, IV Trimestre, Ano XV. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935, p. 273-312.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O cyclo farroupilha. Vol. 6. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933.

\_\_\_\_\_. *O Solar brasílico*. Remate nos muros austrinos. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d.

\_\_\_\_\_. *Política brasileira*. Interna e externa (documentos inéditos). Porto: Chardron, 1929.

\_\_\_\_\_. *Rememranças*. Tempos idos e vividos. Rio de Janeiro: AGUSA Editora, 1959.

\_\_\_\_\_. *Res Avíta*. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935.

\_\_\_\_\_. *Revoluções Cisplatinas*. A República Rio-Grandense. Vol. I e II. Porto: Chardron, 1915.

\_\_\_\_\_. *Riogrande do Sul*: descrição physica, história e econômica. Porto Alegre: Livraria Universal, 1897.

### Fontes jornalísticas

*A Federação*, 24 de janeiro de 1907. Ano XXIV, n. 21, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/18616>. Acesso em: 11/11/2018.

*A Federação*, 1 de fevereiro de 1926. Ano XLIII, n. 27, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/57977>. Acesso em: 15/12/2018.

*A Federação*, 2 de fevereiro de 1926. Ano XLIII, n. 28, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/57985>. Acesso em: 15/12/2018.

*A Federação*, 18 de abril de 1933. Ano L, n. 91, Porto Alegre. Hemeroteca da BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72784>. Acesso em: 09/10/2018.

*A Federação*, 18 de julho de 1935. Ano LII, n. 37, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77791>. Acesso em: 15/12/2018.

*A Federação*, 19 de setembro de 1935. Ano LII, n. 88, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/78153>. Acesso em: 15/12/2018.

*A Federação*, 26 de dezembro de 1936. Ano LIII, n. 293, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/80983>. Acesso em: 18/12/2018.

*Correio da Manhã*, 5 de novembro de 1903. Ano III, n. 877, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_01/4907](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/4907). Acesso em: 01/06/2018.

*Correio da Manhã*, 19 de novembro de 1903. Ano III, n. 891, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_01/5003](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/5003). Acesso em: 08/06/2018.

*Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1923. Ano XXIII, n. 8976, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_03/16650](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/16650). Acesso em: 30/08/2018.

*Correio da Manhã*, 29 de abril de 1934. Ano XXXIII, n. 12092, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/21746](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/21746). Acesso em: 10/02/2019.

*Correio da Manhã*, 9 de junho de 1935. Ano XXXIV, n. 12439, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/28160](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/28160). Acesso em: 18/05/2018.

*Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932. Porto Alegre. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

*Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1935. Porto Alegre. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

*Diário do Rio de Janeiro*, 22 de março de 1845. Ano XXIV, n. 6871, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/28589](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/28589). Acesso em: 16/12/2017.

*Diário Novo*, 29 de março de 1845. Ano IV, n. 69, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709867/2721>. Acesso em: 16/12/2017.

*Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1919. Ano XXIX, n. 235, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/46567](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/46567). Acesso em: 30/02/2019.

*Jornal do Commercio*, 22 de março de 1845. Ano XX, n. 79. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_03/7553](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/7553). Acesso em: 12/03/2018.

*Jornal do Commercio*, 26 de janeiro de 1899. Ano 79, n. 26, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_08/31086](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/31086). Acesso em: 15/07/2018.

*Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1933. Ano 106, n. 191, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/24150](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/24150). Acesso em: 13/11/2016.

*Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 1934. Ano 107, n. 95, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/27364](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27364). Acesso em: 03/07/2017.

*Jornal do Commercio*, 18 de fevereiro de 1934. Ano 107, n. 118, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/27856](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27856). Acesso em: 30/01/19.

*Jornal do Commercio*, 14 de outubro de 1934. Ano 107, n. 12, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/32600](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/32600). Acesso em: 02/04/2019.

*Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1934. Ano 108, n. 42. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/33256](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/33256). Acesso em: 01/03/2019.

*Jornal do Commercio*, 22 de setembro de 1935. Ano 108, n. 303, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/38527](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/38527). Acesso em: 07/02/2019.

*O Brado do Sul*, 15 de março de 1859. Pelotas. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

*O Brado do Sul*, 20 de julho de 1859. Ano II, n. 100, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/9>. Acesso em: 22/06/2018.

*O Brado do Sul*, 27 de setembro de 1859. Ano II, n. 200, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/23>. Acesso em: 05/09/2018.

*O Brado do Sul*, 24 de fevereiro de 1860. Ano II, n. 268, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/167>. Acesso em: 18/08/2018.

*O Brado do Sul*, 15 de março de 1860. Ano II, n. 282, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/197>. Acesso em: 28/12/2018.

*O Brado do Sul*, 05 de abril de 1860. Ano III, n. 17, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/217>. Acesso em: 04/08/2018.

*O Brado do Sul*, 1º de maio de 1860. Ano III, n. 41, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/219>. Acesso em: 14/03/2019.

*O Brado do Sul*, 02 de maio de 1860. Ano III, n. 42, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/221>. Acesso em: 15/01/2019.

*O Brado do Sul*, 09 de maio de 1860. Ano III, n. 48, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/227>. Acesso em: 17/05/2018.

*O Brado do Sul*, 25 de maio de 1860. Ano III, n. 60, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/237>. Acesso em: 19/06/2018.

*O Brado do Sul*, 14 de setembro de 1860. Ano III, n. 148, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/367>. Acesso em: 05/09/2018.

*O Brado do Sul*, 25 de setembro de 1860. Ano III, n. 156, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/379>. Acesso em: 03/02/2019.

*O Brado do Sul*, 19 de novembro de 1860. Ano III, n. 176, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/407>. Acesso em: 14/03/2019.

*O Brado do Sul*, 1º de dezembro de 1860. Ano III, n. 180, Pelotas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813419/407>. Acesso em: 04/03/2019.

*O Conciliador*, 31 de março de 1859. Ano II, n. 13, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843776/133>. Acesso em: 20/06/2018.

*O Conciliador*, 12 de junho de 1859. Ano II, n. 34, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843776/213>. Acesso em: 16/06/2018.

*O Imparcial*, 05 de abril de 1845. Ano I, n. 46, Rio Grande. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/811483/185>. Acesso em: 17/02/2018.

*O Imparcial*, 09 de julho de 1845. Ano I, n. 72, Rio Grande. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/811483/315>. Acesso em: 17/02/2018.

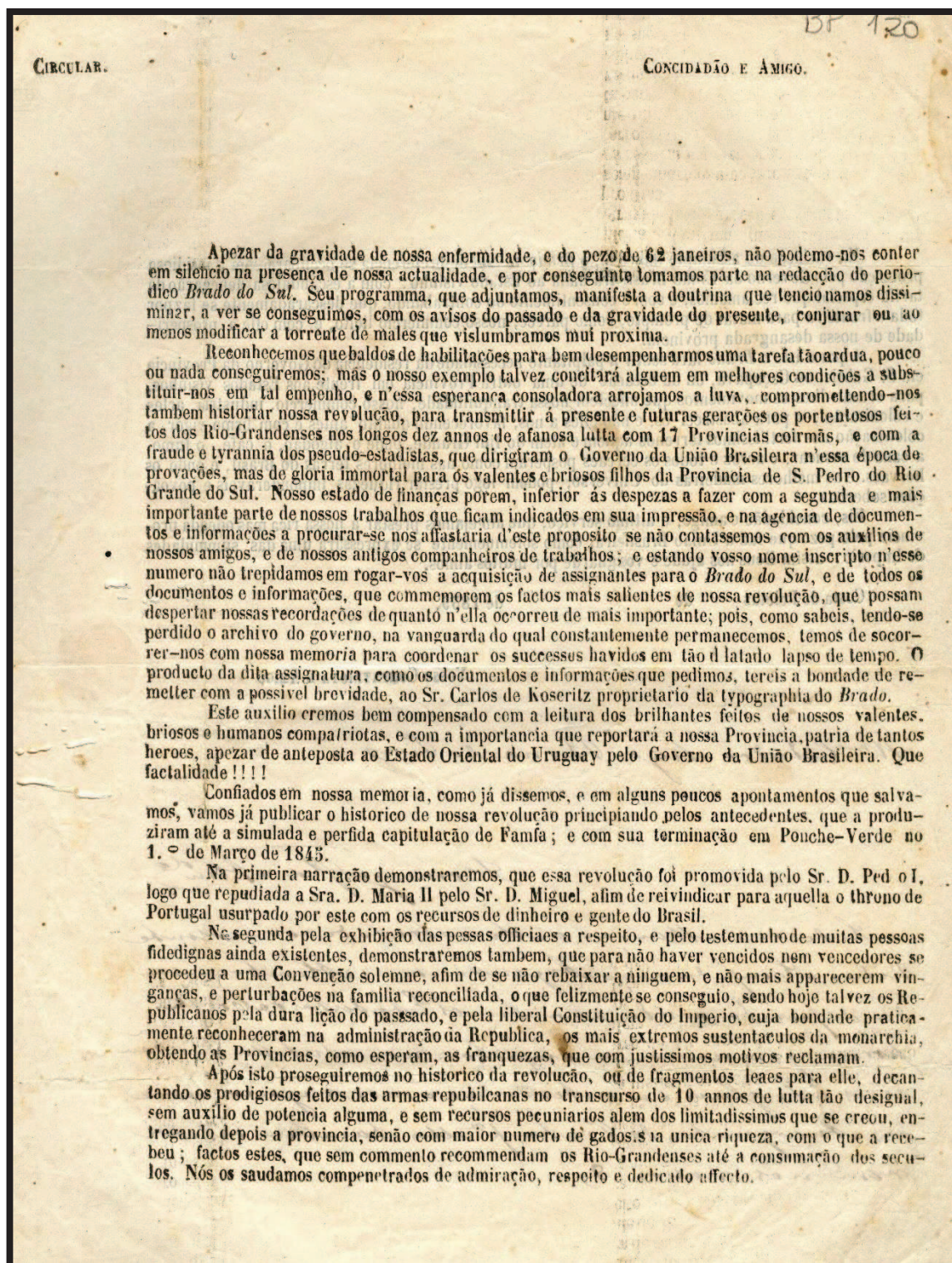
*O Jornal*, 03 de julho de 1949. Ano XXXI, n. 8951, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_04/49796](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/49796). Acesso em: 02/04/2019.

*O Noticiador*, 07 de agosto de 1858. Ano V, n. 452, Rio Grande. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230270xx/15>. Acesso em: 04/12/2018.

*O Paiz*, 10 de maio de 1903. Ano XIX, n. 6788, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_03/5967](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/5967). Acesso em: 15/07/2018.

*Sentinella da Monarchia*, 22 de janeiro de 1845, n. 585. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332780/2173>. Acesso em: 11/02/2018.

**ANEXOS**

ANEXO 01<sup>708</sup>

Na variação do assumpto indicado, o *Brado do Sul* de preferencia se occupara com a insidiosa proteccão pelo Governo da União Brasileira dada ao Estado visinho: com a escandalosa denegação da tarifa especial que reclamamos, e com o consentimento do contrabando, que descaradamente se faz por toda a fronteira para matar de prompto, como parece, nosso commercio licito, e com elle a prosperidade de nossa desgraçada provincia.

A par d'isto o *Brado* fará sentir a palpitante necessidade da residencia do Governo da Provincia em S. Gabriel ou Caçapava, ou da creação de uma outra Provincia em frente aos Estados visinhos, para erusar-lhes os movimentos que affectem nossa tranquillidade, nosso commercio, industria, artes e colonisação; e para abastecer-los, e não elles a nós, favorecendo quanto antes e com firme vigor, a colonisação nos fertilissimos terrenos áquem e alem do Ijuí Grande, onde o algodão, o café, o fumo, a cana de assucar, o arroz e todos os cereaes prosperam como nas melhores terras do Brasil, e onde os heruaes, e as melhores madeiras do Universo, podem logo prestar riquezas imponderaveis e povoações soberbas.

Eis, concidadão e amigo, o ultimo serviço, que almejamos prestar á nossa rica mas odeada provincia pelo pezo que faz a União Brasileira, como solememente se expressára uma das summidades do Imperio: assim Deus nos ajude e vos guarde por muitos annos.

Costa de Pelotas de 1859.

Vosso COMPATRIOTA E AMIGO

*Domíngos José de Almeida*

*Leide os seus athenas, o ultimo tratado com Monte Vidues e Confederaçoes abrigar hira. Membrança da defuncta acorda anombra os Liba deus d'abovta por um g. muerio em de gustar nos a substa d'artan e em d'ingleses ea urthemenda no negocios civis des abrogaçoes de Brato p'ello barriben intervi nem nos muros &*

CIRCULAR DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA

## ANEXO 02

CARTA DE PORONGOS<sup>709</sup>

Cópia. Reservadíssimo. Ilmo. Sr. Regule V. As. Suas marchas de maneira que no dia 14 às 2 horas da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia no cerro dos Porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento de dia, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta é das pessoas a quem deve dar escápula se por casualidade caírem prisioneiras. Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e de seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sobre [sic] pretexto de desconfiança dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que saem de tudo, forem prisioneiros, deve dar-lhes escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem que não sejam presos, pois V. Sa. Bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província. Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou boticário de Santa Catarina, Casado, não lhe reviste a sua bagagem e nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar a de Canabarro. Se por fatalidade não puder alcançar o lugar que lhe indico no dia 14, às horas marcadas, deverá diferir o ataque para o dia 15, às mesmas horas, ficando bem certo de que neste caso o acampamento estará mudado um quarto de légua mais ou menos por essas imediações em que estiverem no dia 14. Se o portador chegar a tempo de que esta importante empresa se possa efetuar, V. S.a lhe dará 6 onças, pois ele promete-me entregar em suas mãos este ofício até as 4 horas da tarde do dia 11do corrente. Além de tudo quanto lhe digo nesta ocasião, já V. As. Deverá estar bem ao fato das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e por isso julgo que o bote será aproveitado desta vez. Todo o segredo é indispensável nesta ocasião e eu confio no seu zelo e discernimento que não abusará deste importante

---

<sup>709</sup>ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 7. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983. CV-3730, 09/11/1844, p. 30-31.



segredo. Deus vos guarde a V. Sa. Quartel-general da Presidência e do Comando-em-chefe do Exército em marcha nas imediações de Bagé, 9 de novembro de 1844. Barão de Caxias. Sr. Coronel Francisco Pedro de Abreu, Comandante da 8ª Brigada do Exército.

Reservadíssimo de Caxias [no verso]

## ANEXO 03

DECRETO DE ANISTIA DO IMPERADOR, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1844<sup>710</sup>

Recorrendo a minha imperial clemência, aqueles de meus súditos que, iludidos e desvairados, têm sustentado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma causa atentatória da Constituição política do Estado, dos decretos de minha Imperial Coroa na mesma Constituição e reprovado pela nação inteira; que leal e valorosamente se tem empenhado em debelá-la; e não sendo compatível com os sentimentos do meu coração o negar-lhes a paternal proteção a que os ditos meus súditos se acolhem arrependidos, hei por bem conceder a todos e a cada um deles, plena e absoluta anistia, para que nem judicialmente, nem por outra qualquer maneira, possam ser perseguidos ou de alguma sorte inquietados pelos atos que houverem praticado até a publicação deste decreto nas diversas povoações da referida província.

---

<sup>710</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRs. Vol. 3. Coleção Varela. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. CV-2178, s/d, p. 647.

## ANEXO 04

AS INSTRUÇÕES RECEBIDAS POR CAXIAS DE JERÔNIMO FRANCISCO COELHO, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1844<sup>711</sup>

1º No caso que os rebeldes continuem a manifestar desejos de depor as armas, o General em Chefe poderá admitir essa manifestação de desejos, mas sempre por meio de petição assinada pelos principais chefes, dirigidas a S. M. o Imperador, e concebida em termos respeitosos, que em nada ofendam ao decoro da nação.

2º O General em Chefe é autorizado a deferir imediatamente em Nome de S. M. o Imperador a qualquer petição que lhe for apresentada pelos chefes rebeldes para fim e nos termos indicados no artigo antecedente e publicará em seguida o Decreto Imperial que nesta ocasião se lhe remete pelo Ministério da Justiça, concedendo ampla anistia a todos os comprometidos na luta da rebelião ao qual fará dar a maior publicidade nas diferentes povoações da província.

3º Todos os indivíduos pertencentes às forças rebeldes, que nelas ocuparem postos de oficiais serão dispensados indefinidamente do serviço tanto de linha como da Guarda Nacional, o que será declarado em Ordem do Dia do Exército, mencionado os nomes de tais indivíduos, sem publicar todavia que essa dispensa se dá por serem eles oficiais. O General em Chefe exigirá informações dos Chefes rebeldes sobre os indivíduos em que concorrerem à circunstância indicada, fazendo deles três relações das quais duas serão remetidas, uma à Secretária de Estado dos Negócios da Guerra, outra à da Justiça e a terceira ficará guardada no arquivo da província.

4º O General em Chefe poderá entregar a cada um dos indivíduos de que trata o artigo antecedente declaração por escrito da dispensa do serviço de linha e da Guarda Nacional, mas isto unicamente no caso em que julgue esta medida indispensável, quer para conseguir a pacificação, quer para acautelar abusos.

5º Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do governo Imperial, que lhes dará conveniente destino.

---

<sup>711</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845), como presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do Exército em operações contra os farrapos. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950, p. 174.

6º Todas as mais praças das ditas forças serão mandadas retirar para suas casas e aqueles que voluntariamente quiserem servir no Exército poderão ser admitidos, se o General em Chefe o julgar conveniente, distribuindo-os pelos diferentes Corpos.

7º O General em Chefe não deferirá a petição alguma de reconhecimento da dívida contraída pelos rebeldes quando forem aparição, estorvos à terminação da guerra. E embaraços pecuniários da parte dos rebeldes, o mesmo General em Chefe é autorizado para remover esses embaraços a depender das quantias destinadas à despesas gerais da guerra, até a quantia de trezentos contos de réis. Esta disposição só terá lugar depois da anistia e de depostas as armas rebeldes, finalmente quando o General em Chefe em sua descrição entender que há suficiente garantia para que seja eficaz o emprego desta medida. O General em Chefe dirigirá esta Operação, velará que ela seja concluída de modo que não possa haver reclamação alguma para o futuro.

8º Na ordem do Dia do Exército se declarará que os oficiais anistiados que tinham postos legais de 1ª ou 2ª Linha ou da Guarda Nacional antes da rebelião ficam, em consequência da anistia, restituídos ao gozo das prerrogativas e direitos militares inerentes a esses postos.

9º O General em Chefe fará constar que o governo Imperial dará as providências necessárias para a revalidação das disposições das dispensas e licenças concedidas pelo vigário Capitular de nomeação dos rebeldes, depois de lhe haverem sido cassadas as faculdades outorgadas pelo Diocesano, por ser esta medida necessária para a tranquilidade das consciências e a paz das famílias.

10º O General em Chefe procurará que os principais chefes rebeldes, por própria garantia e a bem da futura tranquilidade da província, se retirem dela para qualquer parte de sua livre escolha dentro ou fora do Império, não sendo para os Estados limítrofes; e somente deixará de insistir sobre esta determinação quando vir que do seu cumprimento resulte a impossibilidade da pacificação.

11º Depois de cumprida as disposições dos artigos antecedentes, o General em Chefe fará o Exército Imperial tomar posições, tanto na fronteira, como nos pontos interiores que julgar mais adequados e de tudo dará parte ao Governo de quem esperará as convenientes ordens.

## ANEXO 05

TRATADO DE PONCHE VERDE<sup>712</sup>

1º O indivíduo que for pelos republicanos indicado Presidente da Província, é aprovado pelo Governo Imperial e passará a presidir a Província;

2º A dívida nacional é paga pelo governo imperial, devendo apresentar-se ao Barão, a relação dos créditos para ele entregar à pessoa, ou pessoas para isto nomeadas, a importância a que montar dita dívida;

3º Os oficiais Republicanos que por nosso Comandante em Chefe, forem indicados, passarão a pertencer ao Exército do Brasil no mesmo posto, e os que quiserem suas demissões ou não quiserem pertencer ao Exército, não serão obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional como em primeira linha;

4º São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram a República;

5º As causas civis não tendo nulidades escandalosas, são válidas, bem como todas as licenças, e dispensas Eclesiásticas;

6º É garantida a segurança individual, e de propriedade, em toda sua plenitude;

7º Tendo o Barão de organizar um Corpo de Linha, receberá para ele todos os oficiais republicanos sempre que assim voluntariamente queiram;

8º Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos, e aqueles que estão fora da Província serão reconduzidos à ela;

9º Não são reconhecidos em suas patentes, os nossos Generais; porém gozam das imunidades dos demais cidadãos designados;

10º O Governo Imperial vai tratar definitivamente da Linha Divisória com o estado Oriental;

11º Os soldados da república pelos respectivos comandantes relacionados, ficam isentos de recrutamento de primeira linha;

12º Oficiais e soldados que pertenceram ao Exército Imperial, e se apresentaram ao nosso serviço, serão plenamente garantidos como os demais Republicanos.

---

<sup>712</sup> VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O cyclo farroupilha. Vol. 6. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933, p. 281-282.

## ANEXO 06

PROCLAMAÇÃO DE 1º DE MARÇO DE 1845<sup>713</sup>

Cópia. Rio-grandenses. É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela Província, está terminada! Os irmãos contra quem combatíamos, estão hoje congratulados conosco, e já obedecem ao legítimo Governo do Império Brasileiro. Sua Majestade o Imperador, ordenou por Decreto de 18 de Dezembro de 1844 o esquecimento do passado, e mui positivamente recomenda no mesmo decreto, que tais brasileiros, não sejam judicialmente, nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânima deliberação do monarca brasileiro, há de ser religiosamente cumprida, eu o prometo sob minha palavra de honra. Uma só vontade nos una rio-grandenses! Maldição eterna a quem ousar recordar-se das dissensões passadas!... União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa. Viva a Religião! Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Viva a Integridade do Império. Quartel General da Presidência e do Comando-em-Chefe do Exército no Campo de Alexandre Simões, margem direita de Santa. Maria, 1.º de Março de 1845. Barão de Caxias.

---

<sup>713</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do AHRS. Vol. 7. Coleção Varela. Porto Alegre: CORAG, 1983. CV-3847, 01/03/1845, p. 50.

## ANEXO 07



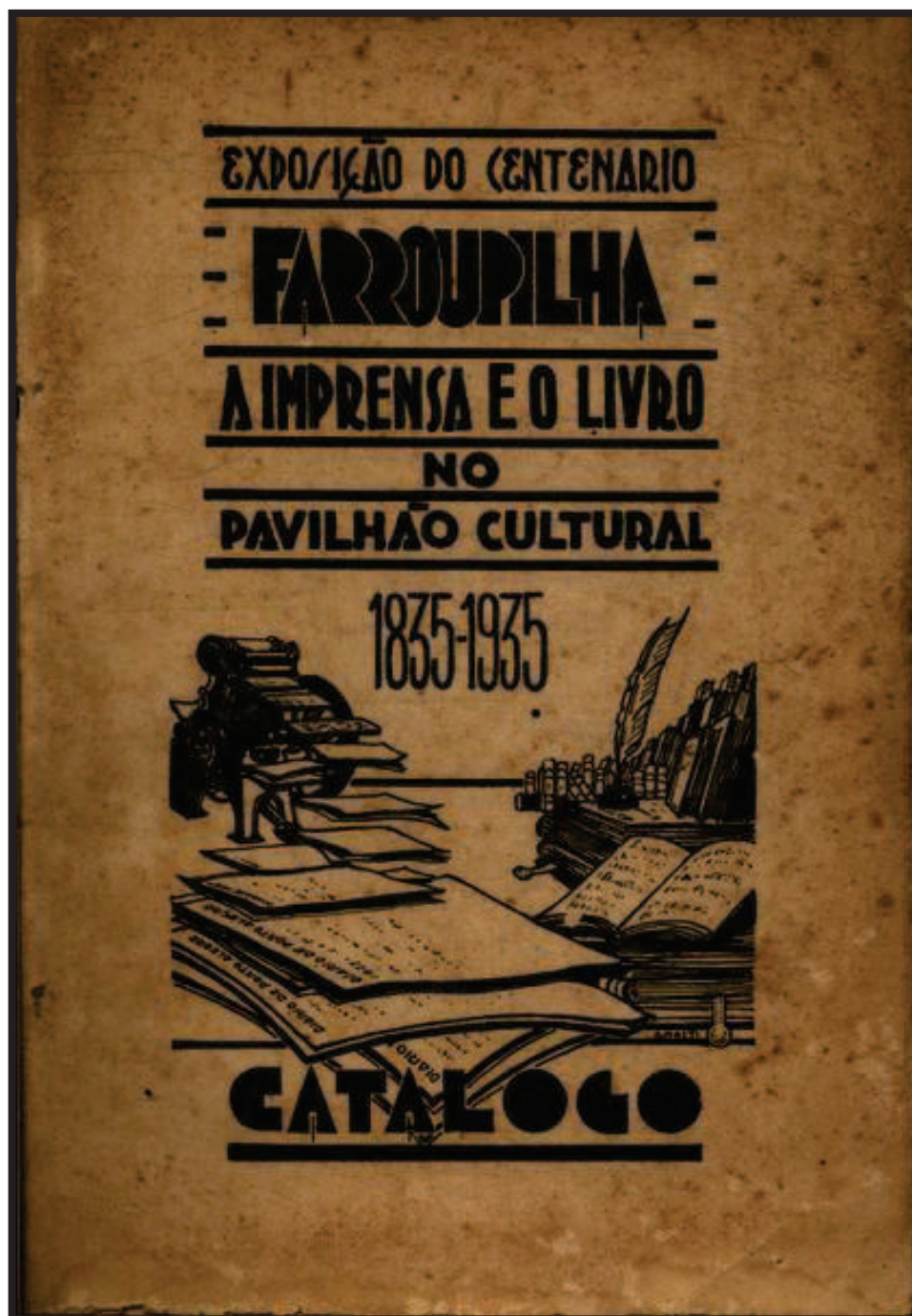
## ANEXO 08



RELATÓRIO SOBRE A EXPOSIÇÃO FARROUPILHA APRESENTADO PELO COMISSÁRIO GERAL MAJOR ALBERTO BINS AO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO, GAL. J. A. FLORES DA CUNHA.



## ANEXO 09



CATÁLOGO DO PAVILHÃO CULTURAL DA EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO FARROUPILHA

## ANEXO 10

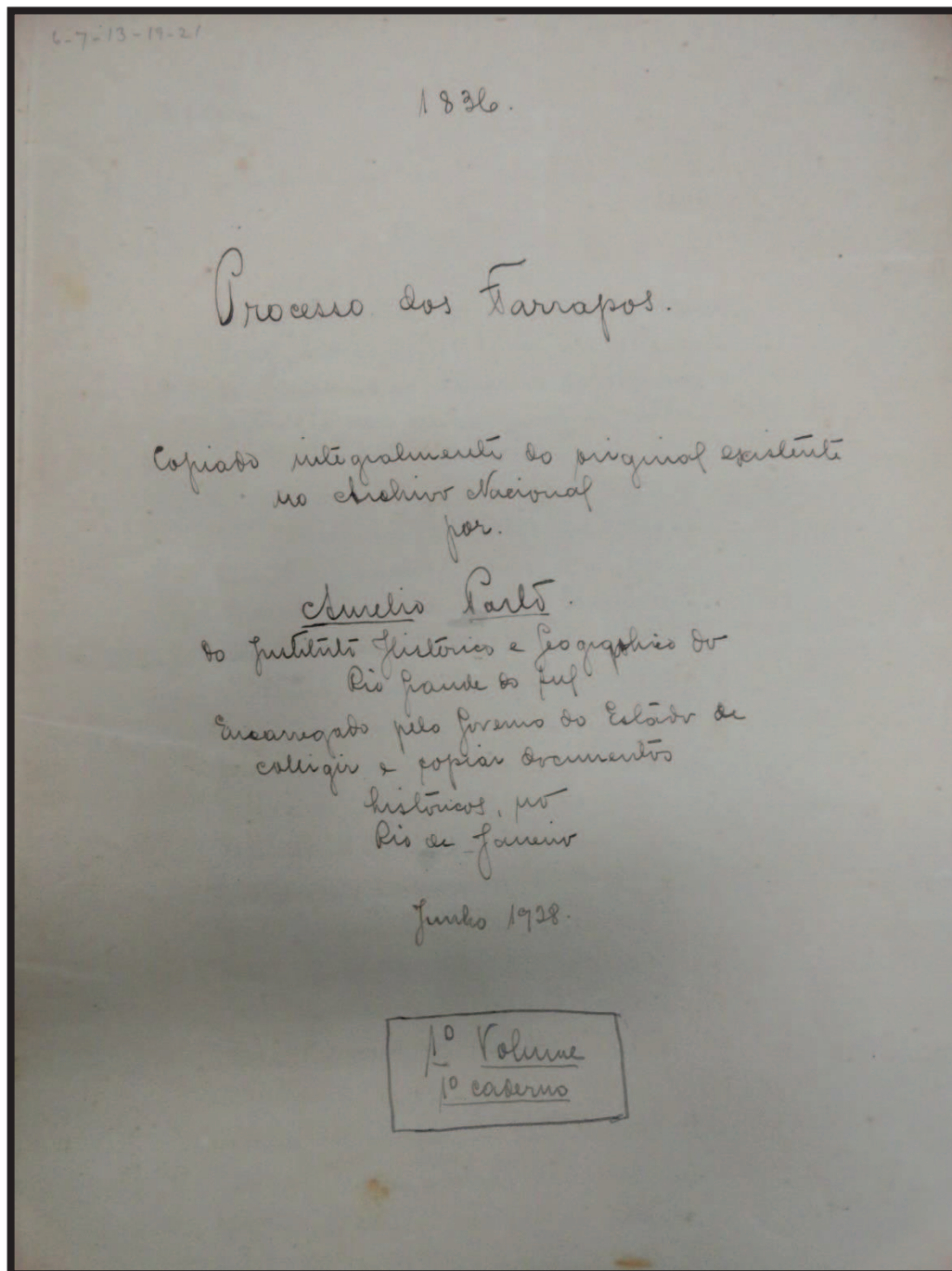
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA “REVOLUÇÃO DE 1835”<sup>714</sup>

Ofícios da presidência	785
Ordens do dia	975
Ataques do Seival e Rio Pardo	01
Decretos da republica	07
De José Araújo Ribeiro	05
Cláusulas de paz; decretos; diário de uma força revolucionária; observações á coluna de Bento Manuel	15
Primórdios da revolução	08
De Manuel Lucas de Oliveira	03
Posição dos beligerantes	01
Do Dr. Hildebrand	16
De Manuel Oribe	02
Conselhos de investigação	12
Atestados sobre o Coronel Bello	05
Sobre presos de guerra	13
Movimento de forças	05
De Antonio de Souza Netto	19
Rebeldes que se apresentam	20
Despesas do governo revolucionário	08
De Bento Gonçalves	78
Marinha de guerra farroupilha	13
De Manuel Alves Guimarães	17
Ofício da Assembléa	05
De Justo Urquiza e outros	65
Governo Dr. Marciano	11
Despachos do Dr. Marciano	105
De Jacinto Guedes	11

<sup>714</sup> Relatório da 2ª seção do Archivo Público do Rio Grande do Sul, 1923, p. 8-9. Documentação Administrativa, AHRS.

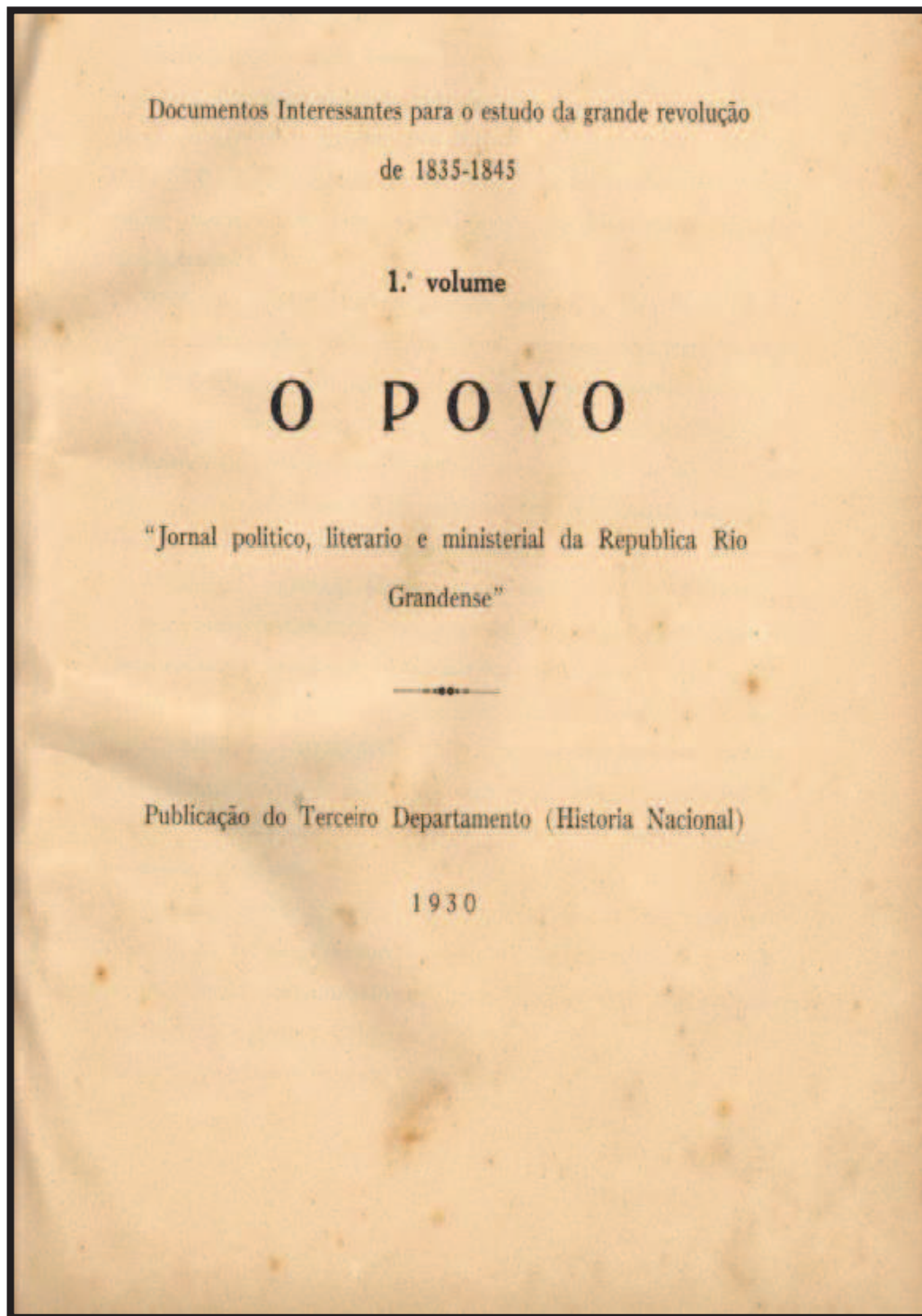
De Francisco Pedro de Abreu	02
De Domingos José de Almeida	02
De David Canabarro	24
De Bento Manuel Ribeiro	117
Justificação de despesas das forças legaes	90
Processo contra rebeldes	07
Do Barão de Caxias	55
De Fructuoso Rivera	52
De David José da Estrella	102
Requerimentos e portarias	246
Ofícios e requerimentos	179
Tabelas e balanços	64
Impressos	21
Diversos	237

## ANEXO 11

CARTA DE AURÉLIO PORTO A EDUARDO DUARTE<sup>715</sup>

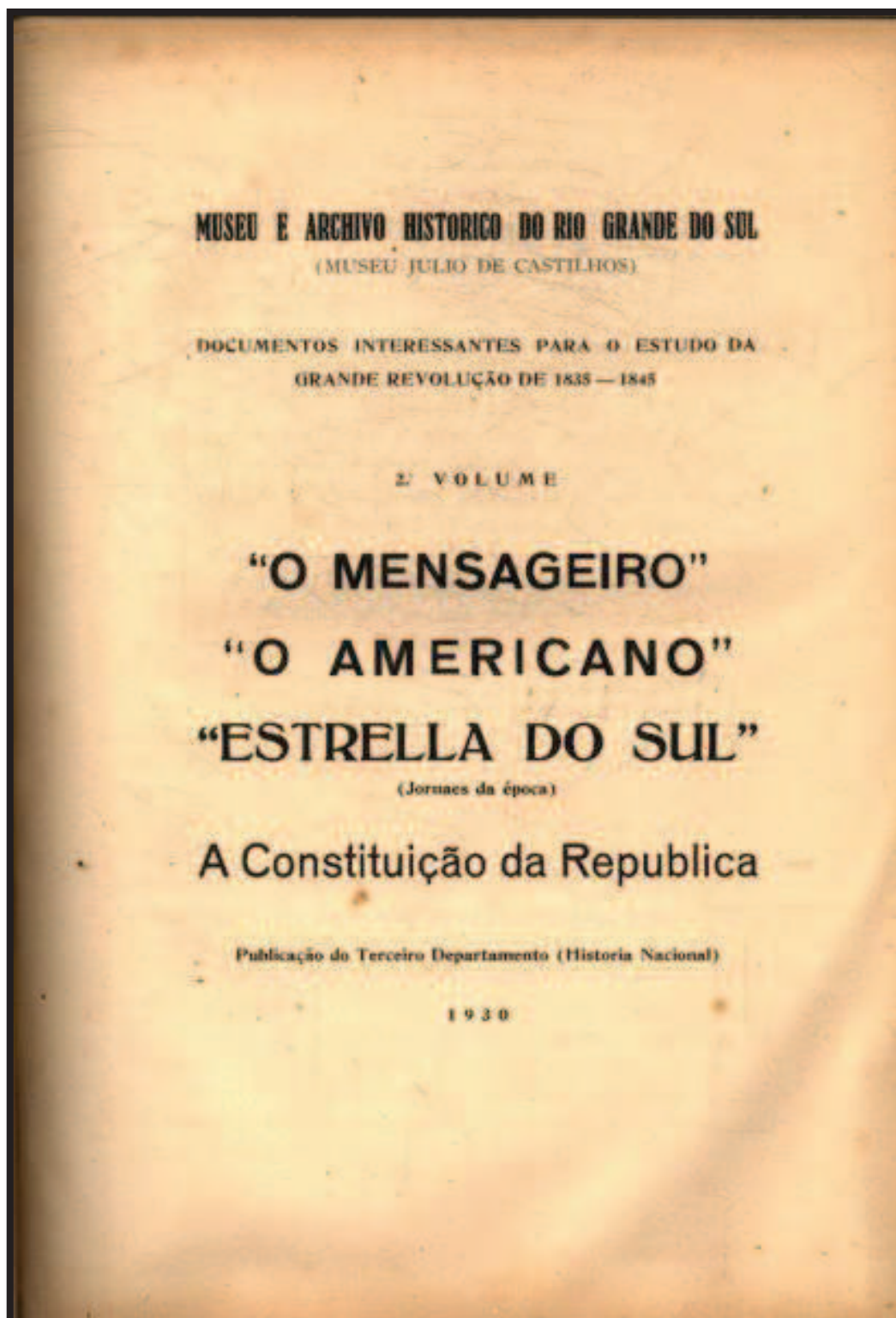
<sup>715</sup> Documentação Administrativa, AHRS.

## ANEXO 12



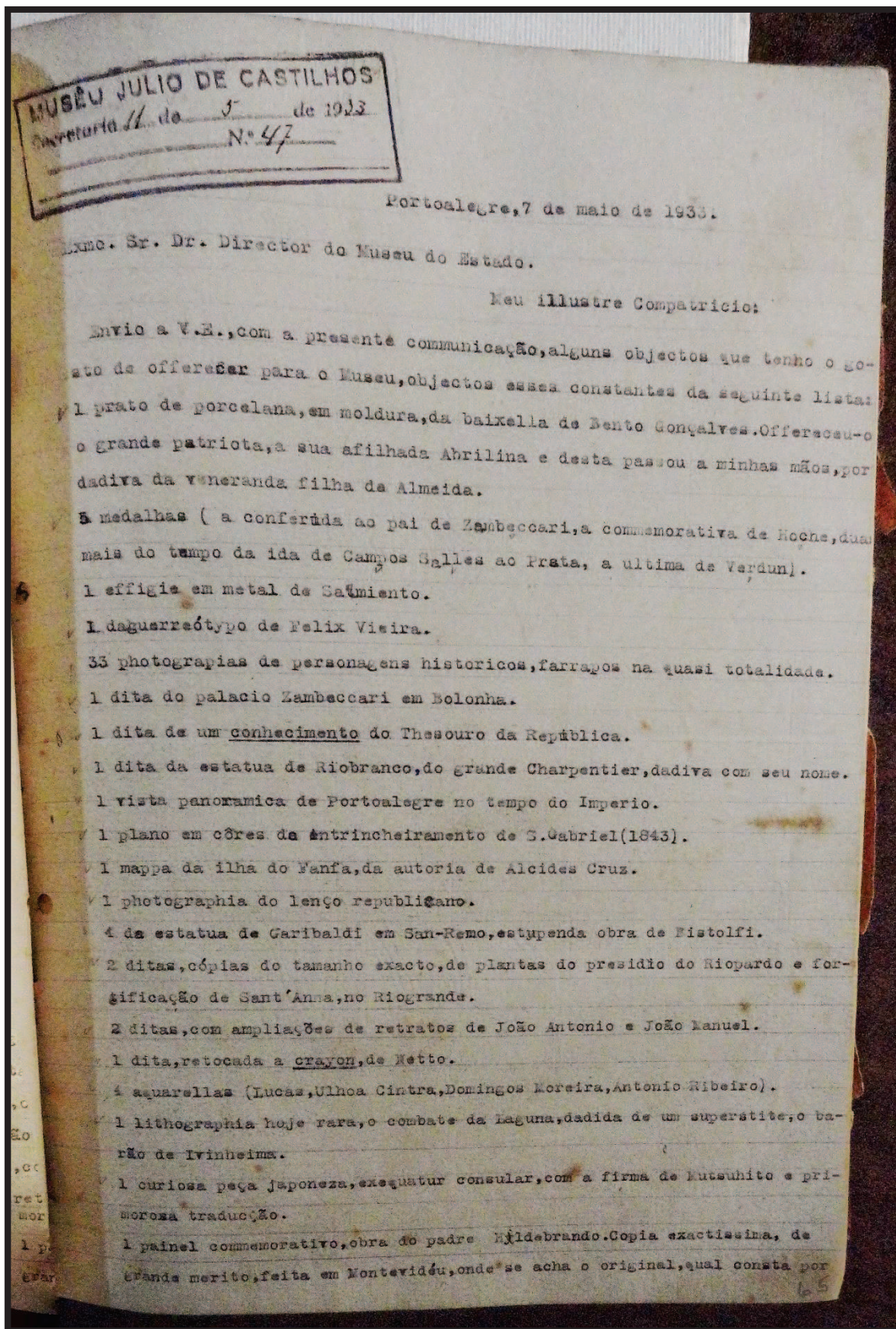
DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA O ESTUDO DA GRANDE REVOLUÇÃO DE 1835-1845

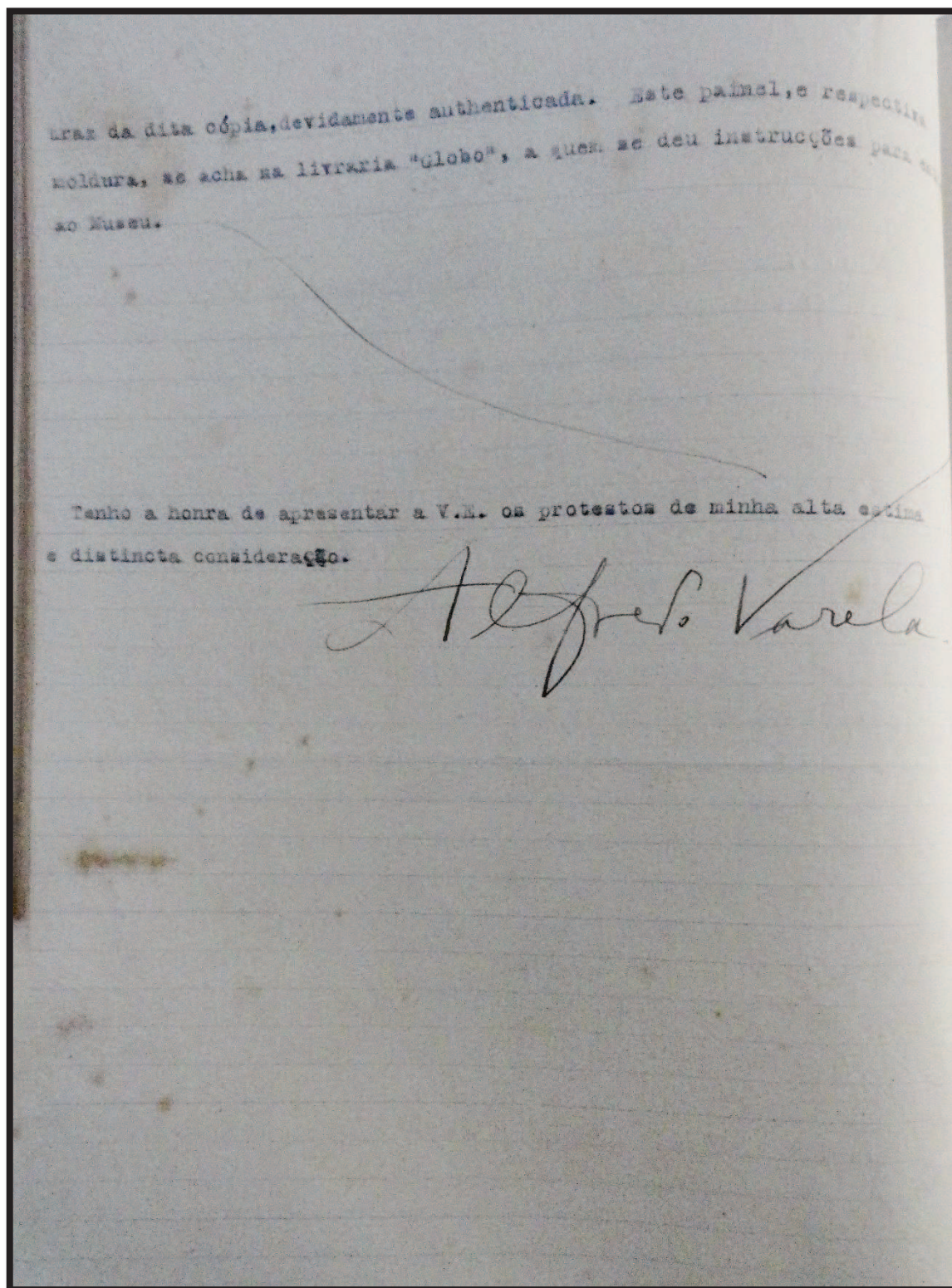
## ANEXO 13



DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA O ESTUDO DA GRANDE REVOLUÇÃO DE 1835-1845

## ANEXO 14





CORRESPONDÊNCIA DE ALFREDO VARELA A ALCIDES MAYA<sup>716</sup>

<sup>716</sup> Ofícios recebidos (1933-1936), p. 58. Museu Júlio de Castilhos.